

MULHER DE FAVELA

NARRATIVAS DE
VIVÊNCIAS E RESISTÊNCIAS

NILZA
ROGÉRIA
NUNES
(ORG.)

INTER
SUS
CÓIS

EDITORA
PUC
RIO

MULHER DE FA VE LA

NARRATIVAS DE
VIVÊNCIAS E RESISTÊNCIAS

NILZA
ROGERIA
NUNES
(ORG.)





**Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro (PUC-Rio)**

Grão-Chanceler

Cardeal Dom Orani João Tempesta, OCist.

Reitor

Prof. Pe. Anderson Antonio Pedroso, S.J.

Vice-reitor

Pe. Miguel Martins de Oliveira Filho, S.J.



©Editora PUC-Rio

Rua Marquês de São Vicente, 225,
Campus Gávea/PUC-Rio
Rio de Janeiro, RJ – CEP: 22451-900
edpucurio@puc-rio.br
www.editora.puc-rio.br

Conselho Editorial PUC-Rio

Alexandre Montauray, Felipe Gomberg,
Gabriel Chalita, Gisele Cittadino,
Pe. Ricardo Torri de Araújo, S.J.,
Rosiska Darcy de Oliveira e Welles Morgado

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada por qualquer forma e/ou em quaisquer meios sem permissão escrita da Editora PUC-Rio.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Nunes, Nilza Rogéria de Andrade

Mulher de favela [recurso eletrônico]: narrativas de vivências e resistências / Nilza Rogéria Nunes. – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2026.
1 recurso eletrônico (427 p.)

Obra publicada através do Selo Interseções da Ed. PUC-Rio, em parceria com o Departamento de Serviço Social da PUC-Rio
Descrição baseada na consulta ao recurso eletrônico em 03 de fev. de 2026.
Inclui bibliografia.
Exigências do sistema: conexão com a Internet, World Wide Web browser e Adobe Acrobat Reader.

ISBN (e-book): 978-85-8006-377-6

1. Mulheres – Condições sociais. 2. Mulheres negras. 3. Liderança em mulheres. 4. Liderança comunitária. 5. Favelas – Aspectos sociais. 6. Pandemia de COVID-19, 2020-2023. I. Título.

CDD: 305.42

©Nilza Rogéria Nunes

Créditos da obra

Diretor editorial

Felipe Gomberg

Edição da obra

Tatiana Helich

Revisão

Rodrigo Rosa

Capa

Arte de Natália Brunnet, sobre
foto de Gabriela Carrara / iStock

Diagramação

Natália Brunnet

Capas dos capítulos

Camilo Amorim



©Selo Interseções, Editora PUC-Rio

Em parceria com o Departamento de
Serviço Social da PUC-Rio

SUMÁRIO

Prefácio	7
<i>Alessandra Cruz</i>	
Apresentação	11
PARTE I	
Pandemia, necropolítica e aquilombamento	13
<i>Mulheres negras e a produção de vida nos territórios populares</i>	
Pandemia, racismo estrutural e necropolítica no Brasil contemporâneo	15
Territórios populares como espaços políticos, epistemológicos e afetivos	21
Mulheres negras como arquitetas do cuidado, da governança e da sobrevivência	27
Aquilombamento e redes femininas como tecnologias políticas de governança comunitária	31
Legados da pandemia e epistemologias territoriais: mulheres negras como fundamento político da pesquisa	37

PARTE II

Histórias de si, contadas por si

43

Mulheres negras compartilham suas trajetórias

Dona Zica	49	Débora Silva	221
Jô Martins	63	Hada Rúbia	233
Lucia Cabral	73	Márcia Souza	247
Vanessa Daya	83	Roberta Costa	265
Solange Revorêdo	95	Magda Gomes	281
Márcia Greice	107	Maura Guerreira	293
Tania Alexandre da Silva	117	Elizabeth Campos	311
Nayara Aleluia	125	Bárbara Nascimento	327
Ana Leila Gonçalves	135	Elisabete Aparecida (Tia Bete)	337
Ana Paula	149	Rosemar de Souza	357
Cátia Cristina	159	Fabiana Ferrinha	367
Carla Felizardo	173	Ana Lúcia Alves	383
Iara de Oliveira	187	Amanda Almeida	395
Raissa Luara (Lua Oliveira)	199	Norma Souza	409
Paloma Gomes	209	Sheila Fortunato	421

PREFÁCIO

Quando ouvi falar sobre este livro pela primeira vez, eu havia acabado de trabalhar com a professora Nilza Rogéria Nunes em um projeto de oficinas para pequenas empreendedoras na favela da Rocinha. Naquela época, ainda vivíamos os efeitos devastadores da pandemia de Covid-19, e ela estava, em paralelo, conduzindo uma pesquisa na qual identificou e começou a investigar o trabalho de 200 mulheres que atuavam como lideranças femininas em favelas e estavam sendo fundamentais para a sobrevivência dos moradores de seus territórios.

Alguns meses depois de apresentar os resultados desse estudo, Nilza me disse que tinha um sonho: criar um projeto interdisciplinar, com os alunos de Serviço Social e de Comunicação, no qual pudéssemos de algum modo ajudar a ampliar a visibilidade da atuação dessas mulheres. E foi aí que eu e meus alunos passamos a fazer parte dessa trajetória. Como não seria possível entrevistar em profundidade as duzentas lideranças do estudo inicial, Nilza selecionou trinta, buscando uma diversidade de áreas de atuação. O número, ainda ousado, mobilizou várias turmas e rendeu o desafio de um ano e meio de encontros. Criado o formato das entrevistas e como elas seriam apresentadas, nos coube um importante exercício: se o lugar de fala era das mulheres, o lugar de escuta era nosso. E nas histórias contadas, cada uma delas nos mostrou um jeito próprio de mobilizar, reivindicar, construir redes, agir nas brechas e até mesmo de partir para o confronto quando isso se fez necessário.

Em setembro de 2020, por exemplo, quando o mundo vivia um dos momentos mais críticos da pandemia, e o Brasil já somava mais de 22 mil mortes causadas pelo vírus, o Jornal *Fala Roça* apontava que na Rocinha as mulheres

eram o grupo mais afetado pela crise sanitária. De acordo com uma pesquisa realizada pela equipe do periódico a partir de dados coletados durante a distribuição de cestas básicas na comunidade, 76% das famílias que receberam as doações eram chefiadas por mulheres sem companheiros e com filhos menores de idade. A maioria delas atuava como diarista na Zona Sul e se viu sem trabalho diante da imposição do isolamento social. Assim, na maior favela do país, a ajuda veio dos movimentos comunitários, entre eles o Rocinha Resiste, no qual atua Magda Gomes. Em sua história neste livro, ela recorda o dia em que se deparou com o desafio de conseguir duzentas cestas básicas e como a atuação do grupo acabou se ampliando para que até o fim da pandemia mais de 6 mil famílias fossem alimentadas.

Na mesma época, a oitenta quilômetros da Rocinha, em Japeri, Amanda Almeida pegou a própria kombi, o dinheiro de suas economias e a carteirinha do Conselho Regional de Enfermagem, que lhe permitia deslocar-se para fora do município, e passou a ir ao Ceasa aos sábados buscar alimentos. A ideia inicialmente era ajudar trinta famílias, mas não demorou muito para que o Instituto Mover Vidas, criado naquele momento, passasse a atender centenas de pessoas. Situação parecida aconteceu com Débora Silva, que criou o Projeto Sim, eu sou do Meio! na varanda cedida por uma Igreja, em Belford Roxo. Quando a população do município ficou impedida de se deslocar para o trabalho nos bairros mais ricos da cidade do Rio de Janeiro e não teve o apoio do poder público, uma vez que até o CRAS ficou fechado por alguns meses, Debora entendeu que precisava agir. Com o apoio da própria comunidade, ela conseguiu distribuir mais de 230 mil refeições, além de um milhão de reais em cartões alimentação para as famílias necessitadas. Quando lembra esse momento, Debora pontua emocionada: “O plano era nos matar, mas nós combinamos de não morrer”.

Este livro traz as histórias inspiradoras de Magda, Amanda, Débora e de outras 27 mulheres. Algumas delas tornaram-se lideranças comunitárias quando foram impulsionadas a agir diante da ampliação das desigualdades sociais provocada pela pandemia, outras têm feito de suas vidas uma permanente militância há muitas décadas. Dona Zica, por exemplo, hoje aos 92 anos, começou aos 11, quando já atuava como empregada doméstica e deixou a casa do patrão que lhe havia recusado o salário. Um impulso que acabou por moldar, de certo modo, a trajetória da mulher que anos mais tarde fundaria com outras companheiras o Sindicato das Empregadas Domésticas do Rio de Janeiro. Foi também na adolescência que Lua Oliveira criou sua primeira campanha de arrecadação de livros e transformou a própria casa em uma biblioteca comunitária na Ladeira dos Tabajaras, na Zona

Sul do Rio de Janeiro. Hoje, ela ainda não chegou aos 20 anos, mas já criou mais de cem salas de leitura pelas periferias do Brasil.

Estas páginas concretizam o desejo de Nilza Rogéria de ampliar a visibilidade e compreender as vivências de 30 mulheres negras. A partir das falas, a pesquisadora analisa o modo como essas mulheres precisaram se aquilombar e mobilizar os recursos que tinham disponíveis durante a pandemia para garantir a sobrevivência dos moradores de suas comunidades. Atuações que partiram do profundo conhecimento que elas tinham e têm da realidade de seus territórios e que, muito além da garantia do alimento, foram permeadas principalmente de afeto. Suas histórias se confundem com a história de suas comunidades, valorizam a memória e a cultura local, mostram o acolhimento diante da violência dentro e fora de casa e revelam, principalmente, a capacidade que elas têm de serem mediadoras entre a favela e o poder público, reivindicando seu espaço dentro da sociedade. E, apesar de diferentes entre si, todas elas em algum momento reverenciam as mulheres que vieram antes – as mães, avós, tias, professoras, outras líderes. São passos que vêm de longe, com pontua Jurema Werneck sobre a trajetória de mulheres negras, e aqui nos mostram que elas seguem caminhando juntas e, por vezes, carregando os seus nos braços.

Alessandra Cruz

Referências

FALA ROÇA. *Mulheres sem renda são as mais afetadas pela pandemia na Rocinha*, 08/09/2020. Disponível em: <https://falaroca.com/mulheres-afetadas-pandemia-rocinha>.

WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, 1(1), p. 07-17, 2010. Recuperado de <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/303>.

APRESENTAÇÃO

Esta obra estabelece os fundamentos analíticos que orientam a pesquisa “Lideranças femininas das favelas e periferias e as estratégias para o enfrentamento das consequências da Covid-19”, cujo objetivo principal é ampliar a visibilidade acerca da atuação dessas lideranças a partir das estratégias e ações construídas para o enfrentamento dos efeitos sociais, econômicos e de saúde produzidos direta e indiretamente pela pandemia da Covid-19 nos territórios populares no seu curto, médio e longo prazos.

Para esta pesquisa, foram realizadas entrevistas com 30 mulheres, reconhecidas como lideranças em territórios de favela e periferia, que, ao subverterem a ordem que historicamente as colocou em condições de subalternidade, integram o fenômeno que nomeamos de “feminização do poder” (Nunes, 2018). Este é um movimento que vem fortalecendo a voz de um sujeito político que transcende a colonialidade de gênero e vem resistindo a uma categoria de análise que coloca as mulheres como vítimas unilaterais do sistema de poder.

Na primeira parte deste livro, discutimos a questão da pandemia, da necropolítica e do aquilombamento a partir da experiência de mulheres negras das favelas e periferias que atuaram e sustentaram seus territórios principalmente durante a pandemia da Covid-19. Elas não apenas foram fundamentais na época como continuam sustentando o país enquanto o Estado insiste em falhar. Já as experiências e narrativas das 30 mulheres entrevistadas serão aprofundadas na segunda parte desta obra, em capítulos nos quais suas vozes emergirão como eixo central da análise. Além do texto, é possível que o leitor acompanhe o áudio das entrevistas através do QR Code que se encontra na abertura da segunda parte desta obra.

PARTE I

PANDEMIA, NECROPOLÍTICA E AQUILOMBAMENTO

*Mulheres negras e a produção de
vida nos territórios populares*

PANDEMIA, RACISMO ESTRUTURAL E NECROPOLÍTICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

A pandemia da Covid-19 não foi um episódio isolado nem um fenômeno sanitário inesperado: ela se inscreveu na longa história das desigualdades brasileiras, revelando e aprofundando estruturas de opressão que há séculos modelam o cotidiano das populações negras, pobres e periféricas. O vírus chegou a um país cuja arquitetura social já era orientada por hierarquias raciais, territorialidades precárias e políticas públicas seletivas. Assim, a crise sanitária deve ser compreendida como um ponto de inflexão que tornou mais evidente um sistema pré-existente de gestão desigual da vida.

O sistema de racialidade estrutural (Carneiro, 2023) demarca que a raça continua sendo um dos principais eixos organizadores da distribuição de oportunidades, recursos e violências no Brasil. A racialidade não opera como fenômeno episódico, mas como arranjo institucionalizado: ela define o lugar social dos corpos, organiza acessos e bloqueios, estrutura o mercado de trabalho, molda políticas públicas e regula quem pode viver com dignidade. Durante a pandemia, essa arquitetura se atualizou com intensidade: o vírus atingiu de maneira muito distinta brancos e negros, ricos e pobres, moradores de áreas centrais e de favelas – dinâmica analisada também por Santos (2022), ao discutir como a formação racial brasileira define a distribuição da vulnerabilidade.

A Covid-19 encontrou territórios já atravessados por desigualdades acumuladas – urbanização precária, informalidade laboral, serviços públicos insuficientes,

ausência histórica do Estado e presença permanente da violência institucional. Esses elementos compõem uma geografia de risco que precede a crise sanitária e que, diante de um vírus de alta disseminação, transforma o cotidiano das periferias em cenário de vulnerabilidade ampliada. Não se trata de fatalidade, mas de produto direto de séculos de políticas que naturalizam a precariedade como destino das populações negras.

O diferencial da letalidade da Covid-19 nos territórios periféricos evidencia a atuação de mecanismos que Achille Mbembe (2018) chama de necropolítica, isto é, a gestão desigual da morte, na qual determinados grupos sociais são sistematicamente expostos ao abandono, ao risco e à vulnerabilidade. No Brasil, essa gestão da morte assume contornos específicos: ela opera pela racialização dos corpos e pela produção de territórios desprovidos de direitos, nos quais a sobrevivência cotidiana depende da capacidade interna dos sujeitos de criar redes e estratégias alternativas de proteção. Essa gestão seletiva da morte radicaliza a biopolítica moderna, evidenciando que, em contextos coloniais e racializados, governar implica decidir sistematicamente quais vidas serão protegidas e quais serão lançadas à precariedade (Mbembe, 2003).

As favelas e periferias funcionaram, nesse contexto, como epicentros silenciosos da crise. A seletividade das políticas públicas – desde a testagem limitada até a distribuição desigual de insumos, como álcool em gel e máscaras – reforçou a sensação coletiva de abandono. Os dados de letalidade escancararam essa desigualdade: bairros periféricos registraram índices muito superiores aos de regiões centrais, mesmo sem acesso proporcional à testagem. A vida, nesses territórios, operava em constante tensão entre a necessidade de sobreviver economicamente e a urgência de se proteger de um vírus que encontrou nas desigualdades estruturais seu principal acelerador.

As reflexões de Frantz Fanon (2008) ajudam a compreender a profundidade desse processo ao discutir a construção colonial de geografias morais, compreendendo que as sociedades estruturadas pelo racismo criam zonas de humanidade plena e zonas de humanidade diminuída. Nas primeiras, vidas são protegidas, recursos são garantidos e direitos são reconhecidos. Nas segundas, corpos racializados são tratados como excedentes, disponíveis para exploração, controle e violência. A pandemia atualizou essa divisão, revelando quem pôde fazer isolamento, quem manteve renda, quem conseguiu acessar serviços de saúde e quem foi exposto ao vírus enquanto mantinha, através de trabalhos mal remunerados, o funcionamento das cidades.

A necropolítica brasileira não se expressou apenas na ausência de respostas adequadas, mas na combinação entre abandono e controle. Enquanto políticas de proteção social eram insuficientes, as periferias continuaram sendo alvo de ações policiais violentas, mesmo durante o pico da crise sanitária, expressão da necropolítica urbana discutida por Mbembe (2018). Essa coexistência, descaso sanitário e coerção armada, constitui um dos aspectos mais perversos da gestão da pandemia no país. Em muitos territórios, moradores lidavam simultaneamente com o medo da contaminação e com a ameaça constante de violência estatal. Esse duplo enfrentamento evidencia que as periferias vivem não apenas um estado de exceção, mas um estado de exceção permanente, conceito amplamente debatido na literatura sobre colonialidade e políticas urbanas.

A pandemia também revelou o caráter historicamente seletivo do projeto de cidade brasileira. A ausência de saneamento básico, a falta de água encanada, a irregularidade no abastecimento, os desafios para cumprir medidas como “lavar as mãos frequentemente”, as moradias densamente ocupadas, as dificuldades de ventilação e a alta rotatividade nos transportes públicos demonstram que grande parte das diretrizes sanitárias era incompatível com as condições reais de vida das populações pobres. As recomendações oficiais eram orientadas por uma visão universalista que ignorava as particularidades dos territórios populares, produzindo uma política pública que, ao se pretender neutra, reforçava desigualdades históricas.

Nesse sentido, é fundamental compreender que a pandemia funcionou como um espelho ampliado das violências estruturais. O que já era desigual tornou-se insuportável; o que já era precário tornou-se fatal. A crise sanitária expôs com nitidez o quanto o Estado brasileiro opera, há séculos, com base em hierarquizações raciais, geográficas e sociais que organizam quem tem acesso à proteção e quem permanece vulnerável. O abandono das periferias não foi um erro pontual de planejamento: ele é sintoma de uma lógica histórica que naturaliza a desproteção como destino racializado, aspecto central das análises de Carneiro (2023).

Uma das tecnologias centrais do racismo brasileiro é o mito da democracia racial que mascara desigualdades profundas sob o discurso da harmonia e da mestiçagem (Carneiro, 2019). Durante a pandemia, esse mito ruiu de forma incontornável. Ele se desfaz diante das taxas de mortalidade, dos mapas da fome, dos relatos de mulheres que sustentaram comunidades inteiras e das denúncias de violações de direitos. A crise sanitária desmontou o imaginário de que o Brasil

seria um país livre de tensões raciais: a morte, distribuída de forma seletiva, tornou impossível ocultar o caráter racial da desigualdade nacional.

É igualmente impossível compreender o impacto da pandemia sem considerar o papel central do trabalho informal. Grande parte da economia dos territórios populares depende de pequenas atividades, serviços autônomos, vendas ambulantes e ocupações sem proteção trabalhista – dinâmica que remete à crítica sobre a colonialidade do poder (Quijano, 2005) e a racialização das formas de trabalho que demonstram que o racismo não é um resíduo do passado escravocrata, mas um mecanismo constitutivo do capitalismo brasileiro, funcionando como engrenagem que organiza hierarquias sociais, distribui desigualmente oportunidades e legitima a marginalização sistemática da população negra (Moura, 1988).

Nesse contexto, a pandemia também revelou as contradições da assistência estatal. O auxílio emergencial, embora tenha evitado uma tragédia ainda maior, foi marcado por atrasos, burocracias e falhas de acesso que novamente atingiram mais duramente quem já vivia em condições de maior vulnerabilidade. Em muitos territórios, foram movimentos comunitários, especialmente liderados por mulheres, que mobilizaram redes de proteção para suprir as lacunas estatais. A pandemia não inaugurou a desresponsabilização do Estado: ela apenas a tornou explícita e incontornável.

Por isso, a análise da pandemia nas periferias brasileiras exige articular diferentes dimensões: histórica, territorial, racial e política. A crise sanitária não pode ser dissociada da produção urbana desigual que define o funcionamento das cidades, das políticas de segurança pública que criminalizam territórios racializados, da distribuição seletiva de direitos e da persistência de narrativas que negam a centralidade do racismo na vida social brasileira. A pandemia não criou a violência institucional, ela a revelou, ampliou e tornou mais difícil de ser ignorada.

Ao mesmo tempo, a pandemia expôs um paradoxo fundamental: os territórios mais precarizados, aqueles que aparecem nos discursos oficiais como “problemas urbanos”, mostraram-se capazes de produzir respostas rápidas, inventivas e profundamente enraizadas no cotidiano. Esse paradoxo – abandono estatal e potência comunitária – marca o cenário que orienta esta reflexão. Ela indica que a compreensão da pandemia no Brasil exige deslocar o foco do Estado para o território: é no território que se produz vida, que se constroem respostas e que emergem tecnologias políticas de cuidado, tema que será aprofundado nessa primeira parte da obra, nos eixos seguintes.

Para tal, consideramos que compreender a pandemia nas favelas e periferias é compreender o Brasil. É reconhecer que a crise sanitária expôs um país sustentado pela racialidade estrutural, governado por dispositivos necropolíticos (Mbembe, 2018) e organizado por uma profunda desigualdade territorial (Carneiro, 2023; Santos, 2022). Mas é também entender que foi justamente nesses territórios – e especialmente pelas mãos das mulheres negras – que surgiram as respostas mais eficazes, criativas e politicamente significativas de enfrentamento à pandemia.

TERRITÓRIOS POPULARES COMO ESPAÇOS POLÍTICOS, EPISTEMOLÓGICOS E AFETIVOS

Compreender o impacto da pandemia nas favelas e periferias brasileiras exige deslocar o olhar das explicações estruturais para a materialidade concreta dos territórios. Isso implica reconhecer que as periferias urbanas não são apenas recortes geográficos ou unidades administrativas, mas espaços sociopolíticos, afetivos, históricos e epistemológicos, onde a vida cotidiana é produzida, sustentada e disputada. As favelas constituem formações sociais complexas, criadas a partir de dinâmicas de violência estatal, deslocamentos populacionais, ameaças permanentes de remoção e organização comunitária, que ao longo de décadas se tornaram fundamentais para o funcionamento das cidades.

Essa compreensão rompe com uma narrativa hegemônica que insiste em tratar a favela como ausência – ausência de Estado, de infraestrutura, de ordem – ou como problema urbano a ser corrigido. A favela, como categoria analítica e não apenas urbanística, ocupa o epicentro dessa articulação. A cidade neoliberal produz territorialidades precárias como resultado da lógica de acumulação por espoliação, da financeirização da terra urbana e da captura das políticas públicas por interesses privados (Rolnik, 2015). A favela não é um “problema urbano”, mas um projeto político: resultado de séculos de políticas que expulsam, segregam, criminalizam e confinam populações negras, pobres e historicamente marginalizadas.

Esse enquadramento se conecta ao debate sobre a favela enquanto “categoria construída e disputada” (Valladares, 2005), o que significa que sua definição não

é neutra, mas atravessada por práticas de poder. É nesse contexto que o território deve ser compreendido como categoria política. A favela não é um espaço “natural” ou fruto do espontaneísmo urbano; ela é o resultado histórico da racialização da terra, da negação de direitos e da produção de periferias como estratégia de organização social.

Como argumenta Aníbal Quijano (2005), a colonialidade do poder não se limita às relações econômicas ou epistemológicas: ela estrutura também as geografias urbanas, definindo quais grupos sociais terão acesso à cidade, à mobilidade, ao saneamento, à moradia e à proteção. A pandemia evidenciou essa colonialidade espacial com precisão: a distribuição da contaminação e da mortalidade seguiu traçados raciais e territoriais.

Os territórios populares produzem formas próprias de existência coletiva, ancoradas em vínculos de solidariedade, redes comunitárias, sistemas informais de governança e práticas ancestrais de cuidado e sobrevivência. Durante a pandemia, essas formas tornaram-se fonte indispensável de vida, especialmente diante da ausência deliberada de políticas públicas. Como descrevem Nunes et al. (2023), a favela é simultaneamente espaço de estigma e de produção de potentes redes comunitárias de vida e saúde, articuladas por mulheres que transformam o território em infraestrutura social de cuidado. A pandemia apenas ampliou essa contradição: ao mesmo tempo em que o Estado intensificou controles policiais e negligenciou políticas sanitárias, as mulheres líderes converteram o território em campo de ação política, inventando modos de sobreviver onde o Estado produzia abandono.

A produção desigual do espaço urbano brasileiro, marcada por remoções, confinamentos, expansão de fronteiras imobiliárias e políticas públicas seletivas, constitui o pano de fundo para entender por que as favelas foram tão atingidas pela Covid-19. A literatura crítica sobre urbanização aponta que a precariedade não é acidente, mas consequência de políticas que, ao longo do século XX, criminalizaram e segregaram populações negras. Esse processo produz territórios onde as condições de vida dificultam a adoção das medidas sanitárias recomendadas, como distanciamento físico, isolamento domiciliar e higienização constante. O território, portanto, não é mero cenário; é determinante das possibilidades de viver ou morrer.

Ao mesmo tempo, o território é também o lugar onde emergem respostas políticas enraizadas. Como apontam estudos recentes sobre vigilância popular em saúde (Silva et al., 2024), o território funciona como matriz de produção de conhecimento situado (Haraway, 1995), capaz de orientar ações comunitárias de cuidado, mapeamento, comunicação e prevenção. Essa capacidade organizativa

não é improvisada: ela decorre de um acúmulo histórico de práticas solidárias, articuladas principalmente por mulheres. Nas ruas estreitas, vielas, becos e casas coletivas das periferias, as pessoas constroem diariamente redes que garantem sobrevivência, circulação de informações, mediação de conflitos e proteção coletiva, redes que se intensificaram durante a pandemia.

Assim, o território é também uma categoria epistemológica. Ao contrário da visão tradicional que associa conhecimento à produção científica formal, estudos de epistemologias feministas negras (Collins, 2019; Gonzalez, 1988; Carneiro, 2003) demonstram que saberes elaborados a partir da experiência vivida, especialmente por mulheres negras e periféricas, constituem sistemas de conhecimento com rigor próprio, enraizados na vida cotidiana. Esses saberes não se restringem à descrição da realidade: eles produzem diagnósticos complexos, respostas práticas e tecnologias sociais capazes de enfrentar desigualdades que políticas públicas formais não alcançam.

Todo conhecimento é produzido a partir de uma posição específica no mundo, implicada ética e politicamente (Haraway, 1995). Quando olhamos para as estratégias organizadas nas periferias durante a pandemia – desde campanhas de prevenção até cozinhas solidárias, passando por redes de mães, mutirões de saúde e mapeamentos de famílias –, percebemos que tais práticas são também formas de produção de conhecimento territorial. As mulheres que lideram esses processos não apenas executam ações: elas analisam, interpretam, conectam informações, produzem diagnósticos e orientam o território.

Além disso, o território é uma categoria afetiva. Ele é tecido por laços, memórias, ancestralidades, relações de vizinhança, redes de cuidado e formas de pertencimento que sustentam a vida em coletividade (Santos, 2002). Em favelas e periferias, onde a presença do Estado frequentemente se dá pela violência e pela omissão, os vínculos afetivos constituem a base da proteção social real. Durante a pandemia, esses vínculos foram essenciais para a mobilização de recursos, para o acolhimento de famílias enlutadas, para o acesso a alimentos e para a circulação de informações seguras. As práticas cotidianas que sustentam os territórios – preparar comida para vizinhos, acolher crianças, acompanhar idosas, organizar compras coletivas – tornaram-se estratégias explícitas de enfrentamento à crise sanitária.

Essa dimensão afetiva é inseparável da dimensão política. No contexto das experiências de mulheres negras, revela que o espaço não é apenas um recorte geográfico, mas uma construção aprofundada por vínculos, memórias e práticas de cuidado que sustentam a vida coletiva. Nesses territórios, o afeto se converte em força política, articulando pertencimentos e estratégias de resistência que emergem

do cotidiano e da experiência encarnada. Essa compreensão ecoa o que diversas autoras do feminismo negro (Collins, 2019; Lorde, 2019; Nascimento, 2021) têm analisado ao mostrar que relações afetivas, redes de solidariedade e práticas comunitárias reorganizam o espaço vivido e produzem formas próprias de existência.

Os afetos não são elementos privados, mas parte das formas coletivas de fazer política nos territórios populares. O cuidado, a escuta, a solidariedade e a mediação de conflitos são práticas políticas que sustentam comunidades inteiras, especialmente quando o Estado falha. Durante a pandemia, essa política afetiva foi mobilizada em escala: cozinhas se transformaram em infraestruturas de alimentação; grupos de mães se tornaram espaços de comunicação e cuidado; lares se converteram em pontos de apoio emocional; redes de vizinhança passaram a operar como sistemas de vigilância popular.

Dessa forma, os territórios populares se revelam como espaços de governança comunitária, onde decisões, ações e estratégias coletivas são articuladas diariamente, muitas vezes com mais eficácia do que estruturas formais. Em diversas favelas do Rio de Janeiro, por exemplo, lideranças femininas organizaram rotas seguras para evitar aglomerações, distribuíram máscaras, verificaram sintomas, mapearam pessoas adoecidas, articularam atendimento médico e garantiram alimentação básica para milhares de famílias. Essas ações demonstram que o território possui uma inteligência própria. Uma inteligência territorial, que combina saber experiencial, conhecimento técnico, afetos, redes de confiança e pragmatismo político.

É essa inteligência territorial que contrasta com a resposta estatal à pandemia. Enquanto políticas públicas falharam em reconhecer a complexidade dos territórios, mulheres das periferias criaram estratégias altamente adaptadas às dinâmicas locais. Essa diferença não é apenas metodológica: ela é epistemológica e política. O Estado opera a partir de protocolos rígidos, elaborados para realidades padronizadas; os territórios operam a partir da experiência, da proximidade, da escuta e da adaptação contínua. Por isso, em muitos casos, a proteção real foi organizada pelas próprias comunidades e não pelo poder público.

Essa discrepância reforça um ponto crucial: o território produz conhecimento que deveria orientar políticas públicas. Durante a pandemia, esse apagamento se mostrou desastroso: ao desconsiderar a expertise comunitária, políticas oficiais tornaram-se ineficazes ou inadequadas para a vida nas favelas. Além das dimensões política, epistemológica e afetiva, o território é também um lugar de invenção. É nele que se atualizam práticas ancestrais de solidariedade, ligadas às tradições de resistência negra, como lembra Beatriz Nascimento (2021 [1985]) em

sua discussão sobre o quilombo como categoria política e histórica. As favelas, nesse sentido, são herdeiras diretas dessas práticas: espaços criados forçosamente por populações negras marginalizadas, mas continuamente reinventados como territórios de vida, de criação e de luta.

Portanto, analisar a pandemia a partir dos territórios populares significa, necessariamente, reconhecer que a vida nas periferias é sustentada por sistemas complexos de organização comunitária, inteiramente atravessados por raça, gênero e classe. Significa compreender que o território não é apenas onde a vida acontece, mas como ela acontece – e quem a faz acontecer (Santos, 2002). Como se aprofundará nos eixos seguintes, essa centralidade recai sobre mulheres negras, que se tornaram as principais arquitetas da governança cotidiana e da proteção coletiva.

Ao situar o território como matriz política, epistemológica e afetiva, este eixo estabelece o pano de fundo essencial para compreender o papel das lideranças femininas durante a pandemia. É no território, e não nas instituições formais, que se encontram as práticas que sustentaram comunidades, que disputaram narrativas, que criaram respostas e que, em última instância, salvaram vidas.

MULHERES NEGRAS COMO ARQUITETAS DO CUIDADO, DA GOVERNANÇA E DA SOBREVIVÊNCIA

Compreender o enfrentamento à pandemia da Covid-19 nos territórios populares a partir da narrativa de 30 mulheres exige, necessariamente, reconhecer o papel central desempenhado pelas mulheres negras. Elas não foram apenas agentes de cuidado, mas arquitetas da sobrevivência, responsáveis por reorganizar práticas coletivas, produzir informação, criar redes de acolhimento e sustentar a vida em contextos marcados por abandono estatal, desigualdade histórica e violência institucional. Longe de constituírem respostas improvisadas, essas ações atualizam um repertório ancestral de luta, estruturado ao longo de séculos de resistência à colonialidade, ao racismo e ao patriarcado.

A análise da atuação das mulheres periféricas na pandemia deve partir da compreensão de que seus corpos e trajetórias estão atravessados pela simultaneidade de opressões. Conforme Lélia Gonzalez (1988), a experiência das mulheres negras não pode ser compreendida a partir da soma de desigualdades isoladas, mas sim como produção histórica situada na encruzilhada entre racismo, sexismo e desigualdade de classe. Essa simultaneidade funda a categoria político-cultural de amefricanidade, que reconhece que as identidades e práticas das mulheres negras nas Américas resultam do encontro entre a violência colonial e a criação político-cultural das populações africanas e afro-diaspóricas.

O cotidiano das mulheres negras é atravessado por múltiplas camadas de desigualdade que se atualizam de forma combinada numa perspectiva interseccional

(Crenshaw, 1991; Akotirene, 2019; Collins, 2000; Davis, 1981; Gonzalez, 1988). Seus corpos e suas atuações evidenciam como a articulação entre raça, gênero e território estrutura de maneira profunda as desigualdades que atravessam suas vidas.

Durante a pandemia, essa encruzilhada tornou-se ainda mais evidente. As mulheres negras periféricas vivenciaram, ao mesmo tempo, a intensificação do trabalho doméstico não remunerado, o colapso do trabalho precarizado, o aumento das violências domésticas e institucionais, e a tarefa de sustentar comunidades inteiras. Em muitos lares, elas foram responsáveis por garantir o acesso à alimentação, mediar conflitos, acompanhar doentes, circular informações confiáveis, acolher crianças e garantir que vizinhos vulneráveis não ficassem desassistidos. O trabalho que carregam historicamente, frequentemente invisibilizado, naturalizado ou desvalorizado, emergiu como a principal linha de defesa contra o colapso social.

Essa centralidade não é fruto da pandemia; ela é expressão de uma genealogia política profunda. A história das mulheres escravizadas, demonstra que elas cumpriram papéis fundamentais na organização da vida coletiva, garantindo alimentação, cuidado, transmissão cultural, resistência cotidiana e manutenção das comunidades negras mesmo sob extrema violência (Davis, 2016). Esse legado reverbera nas periferias brasileiras, onde mulheres negras são, simultaneamente, trabalhadoras precarizadas, cuidadoras compulsórias e lideranças comunitárias (Nunes, 2018, 2023).

Nesse sentido, cabe refletir sobre como a colonialidade de gênero (Lugones, 2014) aprofunda esse entendimento: a modernidade colonial instituiu uma divisão hierárquica da humanidade, na qual mulheres racializadas foram posicionadas como corpos disponíveis para o trabalho servil, o cuidado compulsório e a exploração emocional (Rios e Lima, 2020; Collins e Bilge, 2021). Assim, as mulheres negras foram historicamente responsabilizadas por garantir a sobrevivência dos outros, mesmo quando suas próprias vidas não eram protegidas pelo Estado. Durante a pandemia, essa matriz colonial tornou-se amplificada: enquanto políticas públicas falhavam, elas eram convocadas, informalmente, a sustentar a vida coletiva.

Essas práticas, entretanto, não devem ser confundidas com altruísmo espontâneo. Elas constituem uma política radical da vida, fundamentada em uma longa tradição de resistência feminina negra. O cuidado, quando exercido por mulheres negras em contextos de opressão, não é gesto sentimental, mas uma estratégia política que reorganiza laços, produz pertencimento, sustenta subjetividades e enfrenta estruturas desumanizantes (hooks, 1994; 2001; Collins, 2000). Nas periferias brasileiras, essa política do cuidado transforma cozinhas, quintais, becos e vielas em verdadeiras infraestruturas comunitárias de proteção.

A ética do cuidado coletivo como fundamento epistêmico da experiência das mulheres negras parte da compreensão de que a vida comunitária depende de relações de reciprocidade, confiança e solidariedade, sustentadas principalmente por mulheres. Durante a pandemia, essa ética se materializou em redes de mães, grupos de vizinhança, campanhas de doação, cozinhas solidárias, estratégias de acolhimento emocional e mecanismos populares de vigilância em saúde, práticas que operaram como tecnologias sociais de alta complexidade.

Essa articulação demonstra porque foram as mulheres negras que conduziram, com mais intensidade, as respostas comunitárias à pandemia. Elas conhecem o território, os vínculos, a circulação das pessoas, os medos e as necessidades urgentes; entendem como acessar famílias vulneráveis; dominam os códigos locais; e, muitas vezes, já articulavam redes de cuidado antes mesmo da chegada da Covid-19. A pandemia, portanto, não inaugurou seu protagonismo: apenas o tornou impossível de ignorar.

Essa dinâmica denomina insurgências do cotidiano: gestos mínimos, práticas discretas, modos de viver e pequenas recusas que, embora não reconhecidos pelas instituições formais, constituem formas históricas de resistência negra (Hartman, 1997; Gonzalez, 1988; Nascimento, 2021). Cozinhar para vizinhos, acolher mães solo, organizar listas de doação, traduzir informações sanitárias, distribuir máscaras, visitar idosos isolados, evitar conflitos locais ou reorganizar rotas seguras são microinsurreições que sustentam territórios inteiros. São ações políticas que emergem da experiência vivida e da convicção profunda de que a vida coletiva deve ser preservada.

Essas ações cotidianas atualizam, também, o conceito de quilombismo formulado por Beatriz Nascimento (1985; 2021), que compreende o quilombo não como entidade histórica estática, mas como prática permanente de organização coletiva, proteção e autonomia. Durante a pandemia, as redes de mulheres nas periferias se configuraram como verdadeiros quilombos urbanos: espaços de coordenação comunitária, solidariedade, produção de conhecimento e disputa política. Como Nascimento argumenta, o quilombo é categoria política, histórica e epistêmica e sua atualização contemporânea ocorreu, sobretudo, pelas mãos das mulheres negras periféricas.

Essas mulheres transformaram práticas ancestrais de sobrevivência – cozinhar coletivamente, acolher, mediar conflitos, proteger crianças, garantir circulação de alimentos – em tecnologias sociais que enfrentaram o colapso sanitário. Essas ações constituem o que Grada Kilomba (2019) chama de “memórias de dor e resistência”: repertórios históricos inscritos no corpo negro que emergem em

momentos de crise como respostas coletivas, baseadas na ancestralidade e na proteção. O corpo das mulheres periféricas carrega essa memória histórica e, durante a pandemia, produziu novas camadas de conhecimento e ação.

A partir dessa genealogia, torna-se evidente que a produção de cuidado nas periferias não pode ser reduzida à ideia de “resiliência”, termo frequentemente usado para romantizar o sofrimento. O que as mulheres negras realizaram não foi resiliência: foi organização política, baseada em saberes situados, capacidade analítica profunda, ação coletiva e leitura sensível das dinâmicas do território. Elas criaram redes, articularam recursos, disputaram o Estado, organizaram campanhas, acolheram famílias, intermediaram políticas públicas e produziram respostas eficazes em contextos de abandono.

Nesse sentido, cabe refletir sobre como a colonialidade de gênero aprofunda esse entendimento: a modernidade colonial instituiu uma divisão hierárquica da humanidade, na qual mulheres racializadas foram posicionadas como corpos disponíveis para o trabalho servil, o cuidado compulsório e a exploração emocional. Esse processo se articula a pedagogia da crueldade, conceito que descreve como sociedades marcadas pela violência estrutural naturalizam a morte e a desumanização de populações racializadas e periféricas, convertendo a dor alheia em prática cotidiana, tolerável e invisibilizada (Segato, 2012). A pandemia escancarou essa pedagogia: vidas negras e pobres foram tratadas como menos urgentes. As mulheres negras, ao reverterem essa lógica, tornaram-se guardiãs da vida, afirmando, por meio de práticas concretas, que cada existência importa, que cada corpo merece cuidado, e que a violência institucional não pode ser naturalizada.

Por isso, quando falamos da atuação das mulheres negras durante a pandemia, estamos falando de um projeto político radical: a política de sustentar a vida onde o Estado produz morte. Trata-se de uma política que emerge das margens, mas que reorganiza o centro; que nasce do cotidiano, mas produz impactos estruturais; que se baseia na experiência, mas formula epistemologias com capacidade de transformar políticas públicas.

Esse protagonismo feminino não é superficial, emergencial ou espontâneo. Ele é profundo, histórico, coletivo e inegociável. É ele que permite compreender por que, apesar do abandono estatal, as periferias não colapsaram completamente. E é ele que sustenta este relatório: reconhecer as mulheres negras como arquitetas da sobrevivência é condição essencial para compreender tanto a pandemia quanto a própria organização social das periferias brasileiras.

AQUILOMBAMENTO E REDES FEMININAS COMO TECNOLOGIAS POLÍTICAS DE GOVERNANÇA COMUNITÁRIA

A pandemia da Covid-19 tornou visível uma dinâmica que sempre estruturou a vida nas periferias brasileiras: diante da violência institucional e do abandono estatal, são as redes comunitárias, sobretudo organizadas por mulheres, que sustentam a vida coletiva. Esse fenômeno não é circunstancial; ele está enraizado em uma longa tradição política das populações negras no Brasil, cuja genealogia remonta aos quilombos enquanto territórios de resistência, autonomia e invenção de formas de vida não capturadas pelo poder colonial. Para compreender o que ocorreu nos territórios populares durante a pandemia, é necessário situar essas práticas no campo mais amplo do quilombismo contemporâneo, tal como formulado e aprofundado por Beatriz Nascimento (1985; 2021) e por intelectuais do pensamento negro.

O quilombo, longe de ser apenas uma categoria histórica associada ao período escravista, é, conforme destaca Nascimento (2021 [1985]), uma categoria política, uma forma coletiva de organizar território, vida e cuidado sob regimes de violência e desproteção. Nascimento (2021 [1985]) argumenta que o quilombo é, sobretudo, uma tecnologia de criação comunitária baseada na solidariedade, na autonomia e na defesa coletiva, uma forma de reorganizar a vida a partir de vínculos, ancestralidades e compromissos éticos com o comum. Essa concepção amplia radicalmente o entendimento tradicional do quilombo ao situá-lo como

prática viva, capaz de se atualizar sempre que populações negras precisam organizar estratégias de proteção em contextos de agressão estrutural.

Durante a pandemia, essa atualização foi evidente. Redes femininas de cuidado – compostas por lideranças comunitárias, agentes populares de saúde, educadoras, cuidadoras, mães, vizinhas e trabalhadoras precarizadas – mobilizaram repertórios ancestrais que produziram, na prática, quilombos urbanos. Esses quilombos não se configuram necessariamente como lugares físicos, mas como redes extensas de proteção, apoio, articulação e cuidado que atravessam becos, vielas, ruas, casas e cozinhas. São espaços vivos onde a vida é reorganizada coletivamente e onde a precariedade é enfrentada por meio de solidariedade, confiança e ação coordenada.

Esse processo pode ser compreendido pela noção de *aquilombar*, termo mobilizado por intelectuais negras contemporâneas para descrever práticas de construção coletiva da vida a partir de vínculos, ética comunitária e ancestralidade. O aquilombamento, como destaca Veillette (2025), é tanto prática quanto epistemologia: uma forma de produzir conhecimento situada nas relações de reciprocidade e solidariedade que sustentam territórios marcados pela violência estrutural. Aquilombar significa reorganizar a vida a partir de cozinhas solidárias, grupos de mães, mutirões de saúde, redes de abastecimento e mecanismos de vigilância popular, afirmando que o território possui a capacidade de proteger os seus quando o Estado falha.

Durante a pandemia, esse processo se atualizou de forma contundente. Redes femininas de cuidado, compostas por lideranças comunitárias, agentes populares de saúde, educadoras, cuidadoras, mães e vizinhas, mobilizaram repertórios ancestrais, transformando práticas cotidianas em tecnologias políticas de sustentação da vida. Essas mulheres reorganizaram fluxos de alimentos, cuidados e informações, criando sistemas comunitários de proteção que podem ser compreendidos como quilombos urbanos: redes vivas, não necessariamente materializadas em espaços físicos fixos, mas constituídas por relações, confiança, memória e apoio mútuo.

O corpo das mulheres negras periféricas revela-se, nesse contexto, como arquivo vivo dessas práticas de resistência. Como demonstra Veillette (2025, p. 17-18), é no corpo – em suas memórias, afetos, gestos, modos de cuidado e rotinas de proteção – que se atualizam as tecnologias quilombolas de resistência. Durante a pandemia, essas mulheres transformaram suas próprias casas, trajetórias e redes de apoio em infraestruturas vivas de cuidado, circulação de informações e produção de alternativas ao colapso estatal, reconfigurando a cidade a partir de suas práticas de aquilombamento.

Aquilombamento também é tecnologia política: ele articula memória, afeto, corpo e território. Ele ativa saberes negros ancestrais capazes de produzir sistemas de apoio e coordenar respostas rápidas em cenários de crise. Como revela a análise de Nascimento (1980; 2021), o quilombo histórico funcionava como espaço de autonomia, mas também como laboratório político, lugar de invenção. O quilombo contemporâneo, ou aquilombamento, opera da mesma forma: mulheres transformam recursos escassos em soluções comunitárias, elaboram diagnósticos territoriais, constroem redes complexas e atuam como mediadoras entre moradores, serviços públicos, organizações sociais e instituições externas.

Essa estrutura de governança comunitária pode ser compreendida à luz do que Rita Segato (2012) descreve como comunitarismo insurgente: formas de organização criadas por populações submetidas à violência estrutural, que se baseiam na reciprocidade, no cuidado e na ética coletiva. Essas formas de organização não dependem de estruturas formais do Estado ou do mercado; ao contrário, elas emergem justamente onde o Estado falha e onde as relações mercantis se mostram insuficientes para sustentar a vida. Durante a pandemia, esse comunitarismo insurgente assumiu proporções mais amplas, organizando cadeias de cuidado que incluíam desde a distribuição de alimentos até o acompanhamento de famílias doentes.

Ao articular essas redes, as mulheres produziram o que este relatório denomina tecnologias sociais de cuidado. Essas tecnologias, distribuídas em práticas como cozinhas solidárias, redes de vigilância popular, mutirões de limpeza, campanhas educativas, mapeamento de vulnerabilidades e mediação com serviços públicos, são sistemas complexos que operam com alta inteligência territorial. Elas combinam conhecimento técnico (quando disponível), saber experiencial, afetos, redes de confiança e estratégias de cooperação. São tecnologias porque transformam informações, recursos e vínculos em ações coordenadas. São políticas porque disputam o poder de definir quem vive e quem morre em contextos de necropolítica estatal (Mbembe, 2003; 2018).

Essas tecnologias femininas de governança comunitária operaram no período da Covid-19 e ainda operam em sentidos múltiplos:

1. Infraestruturas de cuidado:

As mulheres criaram redes que funcionaram como verdadeiras infraestruturas populares: cozinhas solidárias, bancos de alimentos, rotas de entrega segura, espaços de cuidado infantil, redes de acolhimento emocional e pontos de apoio às famílias enlutadas. Esses arranjos passaram a ocupar o lugar deixado pela ausência de políticas públicas de saúde, assistência e alimentação.

2. Sistemas de produção e circulação de informação:
Lideranças femininas traduziram informações técnicas em linguagem acessível, circularam dados confiáveis, combateram notícias falsas e produziram diagnósticos do território. Guiadas por saberes situados (Haraway, 1995), essas mulheres elaboraram estratégias informativas que se mostraram mais eficazes do que campanhas institucionais.
3. Governança territorial e mediação institucional:
As mulheres atuaram como mediadoras entre moradores, escolas, serviços de saúde, equipamentos públicos e organizações externas. Esse papel de mediação evidencia o que a sociologia das redes descreve como função de “nós estratégicos”: pontos que articulam fluxos de informação, recursos e confiança. Durante a pandemia, essa mediação impediu que o colapso sanitário se tornasse colapso social absoluto.
4. Estratégias emocionais e espirituais de sustentação da vida:
Acolhimento de famílias enlutadas, rodas de conversa, escuta ativa, apoio a mães solo, proteção de idosos e cuidado espiritual constituíram formas de enfrentamento às dores da pandemia. Esses gestos expressam o legado ancestral de cura e resistência, historicamente carregado pelas mulheres negras.
5. Invenção cotidiana e criatividade política:
As mulheres improvisaram soluções materiais e afetivas para problemas concretos, transformando o cotidiano em campo de criação política. Cozinhas se tornaram centro de operação; casas viraram bases de acolhimento; quintais tornaram-se depósitos; vielas funcionaram como corredores de distribuição. Esse processo revela a força do território como laboratório político, onde o conhecimento emerge da experiência vivida e da urgência coletiva.

Essa complexa articulação de práticas e saberes evidencia que as redes femininas constituem formas de governança cujo alcance ultrapassa o âmbito do cuidado e adentra o campo da política. Elas disputam o Estado não apenas ao exigir políticas públicas, mas ao criar alternativas quando tais políticas falham, movimento que Sonia Alvarez (2014) identifica como característica central dos ativismos feministas latino-americanos: a atuação simultânea dentro, fora e contra o Estado.

Nesse sentido, as redes femininas são também novas institucionalidades periféricas: estruturas informais, mas altamente eficazes, de produção de proteção

social, conhecimento e ação política. Elas possuem legitimidade comunitária, capacidade organizativa e inteligência territorial, atributos que frequentemente superam os das instituições formais. Essas institucionalidades emergem do cotidiano, mas funcionam como sistemas estruturais de governança popular.

Essas formas de organização confrontam diretamente a necropolítica urbana (Mbembe, 2003; 2018), pois reconfiguram territórios marcados pelo abandono em espaços de produção de vida. Ao criar mecanismos de proteção coletiva, as mulheres disputam o poder de decidir quem vive, quem recebe cuidado e quem é lembrado. Isso constitui uma reviravolta epistemológica e política: onde o Estado produz morte, as mulheres negras produzem vida.

É nesse campo de disputas que se compreende a potência do aquilombamento durante a pandemia: ele é resistência, mas também método; é cuidado, mas também política; é ancestralidade, mas também invenção contemporânea. As mulheres, ao organizarem essas redes, atualizam um projeto histórico de autonomia coletiva e demonstram que a governança real dos territórios populares, aquela que sustenta a vida, é feita por elas.

Assim, este eixo evidencia que as respostas comunitárias à pandemia não foram improvisadas, espontâneas ou circunstanciais, mas expressão direta de uma tradição de quilombismo vivo, reinventado cotidianamente pelas mulheres negras nas periferias. Essa tradição constitui a espinha dorsal da resistência popular e o fundamento epistemológico das tecnologias sociais que permitiram que territórios inteiros resistissem ao colapso sanitário.

Nesse sentido, as reflexões contemporâneas sobre os modos de aquilombar o território, especialmente aquelas formuladas por mulheres negras pesquisadoras, ajudam a aprofundar essa compreensão. A discussão proposta por Veillette (2025) sobre aquilombar a cidade aprofunda a compreensão das práticas femininas de cuidado e governança nos territórios populares ao revelar que o quilombo não é apenas um marco histórico, mas uma tecnologia política contemporânea ativada cotidianamente pelas mulheres das favelas.

Aquilombar (Nascimento, 1980), significa mobilizar cosmologias afro-diaspóricas, especialmente femininas, para reorganizar o espaço urbano, produzir pertencimento e criar alternativas à cidade marcada pela violência, pela exclusão e pela necropolítica. Assim, cozinhas solidárias, redes de mães, grupos de vizinhança, práticas de mediação comunitária e infraestruturas afetivas acionadas durante a pandemia constituem formas de aquilombamento que reconfiguram a vida nos territórios e afirmam modos de existência coletiva baseados na solidariedade, no vínculo e na ética do comum.

Durante a pandemia, essas mulheres transformaram suas próprias casas, redes de apoio e trajetórias de vida em infraestruturas vivas de cuidado, circulação de informações e produção de alternativas ao colapso estatal. Assim, aquilombar não é apenas criar espaços físicos de resistência, mas ativar corporalmente repertórios ancestrais que produzem cidade, sustentam a vida e reorientam os sentidos de política nos territórios populares.

Dessa forma, o aquilombamento contemporâneo, ativado sobretudo pelas mulheres negras, se afirma como horizonte político e epistemológico indispensável para compreender tanto o enfrentamento comunitário à pandemia quanto os caminhos possíveis para a reconstrução social e urbana no pós-crise.

LEGADOS DA PANDEMIA E EPISTEMOLOGIAS TERRITORIAIS: MULHERES NEGRAS COMO FUNDAMENTO POLÍTICO DA PESQUISA

Os processos comunitários organizados por mulheres das favelas e periferias durante a pandemia da Covid-19 fortaleceram formas já existentes de organização política, produção de conhecimento e cuidado coletivo. Embora essas práticas não tenham surgido nesse período, a crise sanitária ampliou sua visibilidade e relevância, evidenciando sua centralidade na sustentação dos territórios diante da insuficiência das respostas institucionais.

Em muitos locais, iniciativas emergenciais transformaram-se em práticas contínuas. Cozinhas solidárias converteram-se em centros comunitários permanentes; redes de mães se tornaram espaços de acolhimento e incidência política; grupos de apoio emocional se consolidaram como estruturas de cuidado; ações de comunicação popular evoluíram para mídias comunitárias; e mecanismos de vigilância popular em saúde resultaram em sistemas territoriais de coleta e circulação de informações. Esses arranjos evidenciam que o enfrentamento à pandemia constituiu, na prática, um laboratório político e territorial, no qual mulheres negras se destacaram como agentes centrais de reorganização da vida coletiva.

A continuidade dessas ações revela a força das epistemologias territoriais produzidas por mulheres negras periféricas, epistemologias ancoradas na experiência vivida, na ancestralidade, na solidariedade, nos afetos e na inteligência

coletiva. Nesse sentido, ignorar os saberes produzidos nas periferias, pelas populações negras e pelos sujeitos historicamente subalternizados significa aprofundar a colonialidade do saber, ao reproduzir hierarquias epistêmicas que continuam a inferiorizar modos de conhecer situados no Sul Global e na experiência colonial. A colonialidade não se limita às estruturas políticas e econômicas, mas opera também no campo do conhecimento, definindo quais vidas, experiências e saberes são reconhecidos como legítimos (Mignolo, 2007). A pandemia demonstrou o contrário: são precisamente esses saberes que, quando acionados, produzem cuidado eficaz, proteção mútua e estratégias de sobrevivência.

Essa dimensão é aprofundada por bell hooks (1994; 2001) ao tratar do cuidado como prática política radical. A autora destaca que, em contextos marcados pela opressão, o cuidado não é gesto sentimental, mas uma ética de luta contra as estruturas desumanizantes. Durante a pandemia, essa ética foi visível nas ações organizadas por mulheres periféricas, que articularam redes de apoio, distribuíram alimentos, atuaram como mediadoras, promoveram acolhimento emocional, criaram estratégias de enfrentamento à violência doméstica e protegeram as pessoas mais vulneráveis. Seus gestos cotidianos afirmaram que a vida é, necessariamente, um projeto coletivo – especialmente quando o Estado não garante direitos fundamentais.

A pandemia também reconfigurou a relação entre território e Estado. Se por um lado escancarou a seletividade e a insuficiência das políticas públicas, por outro, revelou um processo inverso: os territórios ensinaram ao Estado como produzir cuidado. Experiências de vigilância popular, de organização territorial e de comunicação comunitária demonstraram que políticas públicas só se tornam efetivas quando dialogam com saberes locais (Silva et al., 2024). Esse deslocamento epistemológico indica que não são os territórios que precisam se adequar às políticas, mas as políticas que devem ser formuladas a partir da inteligência territorial já existente.

É nesse contexto que emergem as institucionalidades periféricas: estruturas informais, mas altamente eficazes, de proteção social, ação política e governança comunitária. Essas institucionalidades, gestadas majoritariamente por mulheres negras, funcionam como sistemas de cuidado, diagnóstico, articulação e tomada de decisão que, muitas vezes, superam a capacidade de resposta das instituições formais. Como argumenta Alvarez (2014), ativismos feministas latino-americanos operam “dentro, fora e contra” o Estado. A pandemia evidenciou essa tríplice atuação: as mulheres periféricas tensionaram políticas públicas, criaram alternativas quando estas falharam e disputaram sentidos de cidadania e de direito.

Entre os legados mais visíveis estão:

- A institucionalização de práticas comunitárias em políticas públicas, como o Programa Cozinha Solidária (2023);
- A criação da Política Nacional de Cuidados (Lei 15.069/2024);
- A consolidação de infraestruturas populares (cozinhas, hortas, bancos de alimentos, bases comunitárias);
- A produção contínua de informações locais;
- A formação de mecanismos de vigilância popular em saúde;
- A ampliação da incidência política das mulheres periféricas.

Esses legados demonstram que a pandemia foi também um momento de expansão das práticas de governança comunitária conduzidas majoritariamente por mulheres negras. Elas transformaram o cotidiano em campo de invenção política, criaram alternativas diante do colapso estatal e produziram novos modos de viver coletivamente (Nunes, 2018; 2023). Tornaram-se, assim, sujeitas políticas e epistêmicas de primeira ordem, cuja ação precisa ser reconhecida tanto na elaboração de políticas públicas quanto na pesquisa acadêmica.

A justificativa desta pesquisa se fundamenta, portanto, em um princípio ético e político: as respostas mais eficazes à pandemia nasceram das periferias e foram conduzidas por mulheres negras. Reconhecer isso não é um gesto de valorização retórica, é uma exigência analítica e epistemológica. Essas mulheres produziram conhecimento, elaboraram diagnósticos, sustentaram vidas, disputaram o Estado e reconfiguraram territórios. Ignorá-las significa ignorar a própria realidade dos territórios populares brasileiros.

Assim, em um país moldado pela racialidade estrutural (Carneiro, 2003; 2023), pela colonialidade (Quijano, 2005) e por políticas de morte (Mbembe, 2003; 2018), os territórios populares foram aqueles que mais sofreram os impactos do vírus, não por fragilidade própria, mas por décadas de abandono estatal, precarização urbana e violência institucional. Compreender seus legados não é apenas reconstruir o passado recente, mas vislumbrar o futuro: as práticas femininas de cuidado, solidariedade, organização periférica e aquilombamento constituem hoje um dos caminhos mais potentes para imaginar formas de vida coletiva capazes de enfrentar a desigualdade, a violência e a necropolítica que estruturam o país.

A análise realizada ao longo deste estudo demonstra que a pandemia da Covid-19, longe de ser um evento isolado, revelou com nitidez as estruturas históricas que organizam a desigualdade no Brasil. A pandemia escancarou essa geografia seletiva da vida e da morte, tornando visível aquilo que há muito compõe o cotidiano das favelas e periferias brasileiras.

Ao mesmo tempo, os territórios populares revelaram uma capacidade extraordinária de produzir vida, cuidado e governança comunitária. Foi neles, e sobretudo pelas mãos das mulheres negras, que emergiram as respostas mais rápidas, criativas e eficazes para enfrentar a crise sanitária: cozinhas solidárias, redes de mães, campanhas educativas, mecanismos de vigilância popular, mutirões de saúde, bancos de alimentos, redes informativas e infraestruturas afetivas. Essas iniciativas demonstram que o território não é apenas o lugar onde a vida acontece, mas uma matriz de produção de conhecimento, tecnologia social e política de cuidado.

As mulheres negras, protagonistas dessas ações, atuaram como arquitetas da sobrevivência. Suas práticas, fundadas na experiência, na ancestralidade, no afeto e na ética comunitária, atualizam tradições de resistência que remontam aos quilombos, transformando o cotidiano em campo de luta, invenção e proteção coletiva. Elas aquilombaram territórios, corpos e relações: reorganizaram a vida diante da necropolítica e afirmaram que cada existência importa. Em suas mãos, o cuidado se tornou método, política, tecnologia e horizonte de futuro.

A partir dessa compreensão, podemos afirmar um ponto central: sem as mulheres negras das periferias, a pandemia teria sido ainda mais devastadora. Elas foram, ao mesmo tempo, liderança, proteção, institucionalidade e inteligência territorial. São elas que ensinam ao Estado o que significa produzir cuidado eficaz. São elas que reconfiguram o sentido de política nos territórios. São elas que produzem epistemologias indispensáveis para pensar cidade, saúde, solidariedade e justiça social.

Por isso, reconhecer suas ações é reconhecer caminhos para o futuro. Os legados da pandemia – redes ampliadas de solidariedade, institucionalidades periféricas, epistemologias territoriais, tecnologias de cuidado e práticas de aquilombamento – constituem hoje um patrimônio político e comunitário, que aponta para formas alternativas e potentes de construir cidade e de garantir vida digna em territórios marcados pela desigualdade. Esse patrimônio não pode ser

ignorado: deve orientar pesquisas, políticas públicas, ações institucionais e processos de formação.

Em síntese, esta obra reafirma que as favelas e periferias brasileiras não são espaços de ausência, mas territórios de potência, conhecimento e criação política. E que, no centro dessa potência, estão as mulheres negras – guardiãs da vida, formuladoras de políticas cotidianas e arquitetas da esperança. Elas não apenas sustentaram seus territórios durante a pandemia: elas continuam sustentando o país, enquanto o Estado insiste em falhar. E é a partir delas, de seus saberes, práticas, tecnologias e afetos, que podemos imaginar futuros mais justos, mais vivos e verdadeiramente coletivos.

Referências

ALVAREZ, Sonia E. Engajamentos feministas e contra-feministas na América Latina: um campo de batalhas discursivas transnacionalizado. *Cadernos Pagu*, n. 43, 2014.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista brasileiro*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 159-176.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; Bilge, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. *Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color*. Stanford Law Review, 1991.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FANON, Frantz. *Peles negras, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *cadernos pagu* (5), 1995, p. 07-41.

HOOKS, bell. *Teaching to transgress: education as the practice of freedom*. New York: Routledge, 1994.

HOOKS, bell. *All about love: new visions*. New York: William Morrow, 2001.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

- LORDE, Audre. *Irmã Outsider*. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro, 2014.
- LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 52-83.
- MBEMBE, Achile. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo, N-1 edições, 2018.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.
- NASCIMENTO, Beatriz. *O conceito de quilombo e a resistência negra*. Arquivo Nacional, 1980.
- NASCIMENTO, Beatriz. O quilombo é a memória viva da resistência negra. In: DOMEZI, M. et al. (orgs.). *Beatriz Nascimento: textos, entrevistas e imagens*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021 [1985].
- NUNES, Nilza Rogéria de Andrade. *Mulher de Favela: a feminização do poder em territórios populares*. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.
- NUNES, Nilza Rogéria de Andrade. *Mulher de Favela: experiências compartilhadas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2023.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142.
- RIOS, Flavia; LIMA, MÁRCIA (org.). *Lélia Gonzalez – por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2002.
- SANTOS, Ynêe Lopes dos. *Racismo brasileiro: uma história da formação do país*. São Paulo: Todavia, 2022.
- SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *e-cadernos CES*, n. 18, 2012.
- SILVA, João Paulo et al. Vigilância popular em saúde e respostas comunitárias à pandemia: metodologias territoriais. *Revista Saúde e Sociedade*, 2024.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Can the subaltern speak? In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (eds.). *Marxism and the interpretation of culture*. Urbana: University of Illinois Press, 1988.
- VALLADARES, Lícia. A invenção da favela: do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- VEILLETTE, Anne-Marie. Aquilombar the city: women of the favelas and city-making in Rio de Janeiro. *City*, v. 29, n. 1, p. 1-16, 2025.

PARTE II

HISTÓRIAS DE SI, CONTADAS POR SI

*Mulheres negras compartilham
suas trajetórias*

Esta segunda parte do livro é atravessada por um deslocamento fundamental: aqui, já não falamos *sobre* mulheres negras das favelas e periferias, falamos *com elas* e, sobretudo, a partir delas. São suas vozes, suas memórias, seus silêncios, suas dores e suas estratégias de vida que passam a ocupar o centro dos textos a seguir e do áudio que pode ser acessado através do QR Code ao final desta apresentação.

As trinta narrativas que compõem esta seção não são apenas relatos pessoais. São documentos históricos vivos, carregados de memória coletiva, experiências geracionais e saberes construídos a partir da vida concreta em territórios marcados pela violência estrutural, pelo abandono estatal e pela potência comunitária. Cada história é, em si mesma, uma forma de conhecimento, uma teoria encarnada, uma epistemologia situada que nasce dos corpos de mulheres que aprenderam, desde cedo, que viver é um ato político.

Ao longo da pandemia da Covid-19, essas mulheres foram responsáveis por sustentar famílias, redes inteiras de solidariedade, cozinhas comunitárias, campanhas de informação, mutirões de cuidado e proteção. Mas suas trajetórias não começam ali. Elas atravessam a infância, o trabalho precoce, o racismo cotidiano, a maternidade, a fé, as perdas, a resistência, o cuidado e a luta por dignidade. Nessas histórias, encontramos a continuidade de um passado de luta iniciado por mulheres negras escravizadas, quilombolas, faveladas e migrantes – mulheres que, ao longo da história brasileira, transformaram a dor em organização e o cotidiano em trincheira.

Registrar essas vozes é um gesto ético e político. Durante séculos, às mulheres negras foi negado o direito de narrar suas próprias histórias. Foram escritas

por outros, invisibilizadas, distorcidas ou silenciadas. Neste livro, elas falam em primeira pessoa. Elas nomeiam suas experiências. Elas interpretam suas realidades. Elas constroem seus sentidos.

Inspiradas pelas contribuições do feminismo negro, das epistemologias decoloniais e das teorias do ponto de vista, compreendemos que o conhecimento não é neutro e que toda narrativa é situada. Escutar essas mulheres é reconhecer que há ciência em suas palavras, há teoria em suas trajetórias, há política em seus afetos. Como afirma Patricia Hill Collins, o conhecimento produzido por mulheres negras parte da experiência, mas não se limita a ela: transforma-se em lente crítica do mundo. Da mesma forma, bell hooks nos lembra que contar a própria história é um ato de reivindicação de humanidade.

Aqui cada voz é mais que testemunho. É uma forma de resistência, uma produção de conhecimento e uma reinvenção do mundo. Que suas palavras ecoem para além das páginas e dos áudios. Que elas sigam abrindo caminhos. Que elas sigam aquilombando futuros.



Conheça também o verbete Marielle Franco, acessando este QR Code.



as?« Er
ich bitt
Muskel
nd da
Ich p
nicht be
nal sp
schwach
imme

M

us
nd hi
as?
, na
n m
Er
itt
el
da
ch p

ZICA

CAPÍTULO 1: DONA ZICA



ROTEIRO
EP. DONA ZICA
AUDIOLIVRO "MULHER DE FAVELA"

DONA ZICA

Eu tenho preocupação, principalmente, com a juventude, porque eu acho que não dá para pensar em programar nada a nível social, político, muito mais, sem pensar na juventude. Eu sempre digo que a juventude é o futuro e é o nosso desafio mesmo preparar esse futuro.

Eu vejo a questão da educação, a questão da saúde. Estão muito, muito defasadas, entendeu? E eu vejo essas preocupações... a questão da educação, principalmente. Eu vejo que uma criança, um menino lá no nosso território, para chegar até uma universidade, para ele vai ser difícil, certo? E ele tem sonho, né? Ele tem sonhos.

Então eu acho assim, temos que lutar. Acho que a luta vai ser muito grande. A questão política tem que estar envolvida com todas essas questões e, para isso, nós temos que estar também com a mão na massa, constantemente. Acho que o desafio para nós, hoje, para um futuro melhor, é muito grande, é que a gente deve enfrentar, não deve pensar que ele é difícil, não é difícil.

NILZA ROGÉRIA

Dona Zica, uma figura marcante nos círculos ativistas, emerge como uma voz experiente em meio aos desafios contemporâneos que cercam o Brasil.

Eu sou Nilza Rogéria e, a partir de agora, os convido a percorrer a trajetória dessa mulher incrível, marcada por um profundo comprometimento com sua comunidade e uma dedicação incansável ao bem-estar das gerações futuras. Esse é o “Mulher de favela”.

NILZA ROGÉRIA

No dia 20 de junho de 1933, na cidade de Manhumirim, Minas Gerais, nasce Anazir Maria de Oliveira, mais conhecida como Dona Zica. Filha de mãe viúva, deu início a sua vida de trabalhadora doméstica aos 9 anos de idade. Com 15 veio para o Rio de Janeiro, indo morar em uma comunidade de favelas em São Cristóvão, na Favela da Alegria (hoje, Refinaria de Manguinhos).

DONA ZICA

O desafio foi sair de uma cidade pequena e vir para uma cidade grande. Foi um desafio muito grande, onde não havia prédios. Na minha cidade não havia prédios com mais de dois andares e fui trabalhar, morando em São Cristóvão... Fui trabalhar em Laranjeiras, num prédio... Fui trabalhar no oitavo andar. Isso para mim foi um desafio muito grande. Enfrentar o elevador e enfrentar aquela altura foi um desafio muito grande... Outro desafio foi deixar a minha cidade, porque eu vim por uma necessidade, que a minha mãe já estava aqui e eu tive que vir. Mas deixar a minha cidade também foi um desafio muito grande. Deixar os meus amigos, a minha história, foi um desafio muito grande.

NILZA ROGÉRIA

Dona Zica se estabeleceu na profissão de doméstica por grande parte de sua vida. Veio de Minas já para trabalhar em casa de família, atuando na profissão até 20 anos atrás.

Amadureceu, casou-se e teve seus filhos ao mesmo tempo que não deixou o trabalho de lado. Com as responsabilidades, aumentaram, consequentemente, os desafios. Mas, nada que viria a acontecer no decorrer de sua trajetória a impediu de equilibrar seu papel de mãe e líder comunitária, que veio a assumir com tanta garra.

DONA ZICA

Uma das formas de começar a me organizar foi os filhos, porque quando nasceu meu segundo filho, eu trabalhava efetiva. Então, quando nasceu meu segundo filho, fiz uma análise da minha vida de como cuidar dos filhos e continuar trabalhando porque meu marido precisava da minha ajuda. Eu passei a trabalhar como diarista. Foi onde eu programei a minha vida de uma forma a cuidar dos meus filhos. A minha mãe

tomava conta, ela cuidava para mim. Mas acontece que tinha determinadas questões que eu queria assumir: médico, acompanhamento da escola, eu queria assumir essas coisas e como diarista eu sempre tive mais oportunidade de trabalhar assim.

NILZA ROGÉRIA

Durante a vida, ser doméstica não foi somente uma forma de trabalho, mas uma das lutas sociais mais importantes de sua trajetória, e que lhe trouxe um reconhecimento histórico. Nos anos de 1970, Dona Zica deu início a sua participação na luta sindical, representando a categoria de trabalhadoras domésticas. Inicialmente, o grupo de empregadas do qual era integrante se formou a partir de sua participação na Pastoral do Trabalhador da Igreja Católica, muito devido à dificuldade que ela e as outras mulheres tinham de compreender a linguagem dos movimentos sindicais tradicionais. Assim, em 1976, na região da Vila Aliança, onde eram suas residências, elas criaram o primeiro grupo de domésticas, e que se expandiu para outras áreas da zona oeste nos anos seguintes, até formar uma associação em 1978. Dona Zica, mais tarde, tornou-se presidente da Associação de Empregadas Domésticas do Rio de Janeiro, em 1982, que presidiu até 1986.

DONA ZICA

É o seguinte: a minha vida começa sendo estruturada, a questão social, política, a partir da Igreja Católica. Porque era um momento que as pastorais sociais estavam muito, muito fortes na Diocese, Pastoral de Favelas, Pastoral do Trabalhador e outras pastorais. E na minha comunidade formou-se a Pastoral do Trabalhador. O padre da minha comunidade me chama para eu entrar neste grupo representando as trabalhadoras domésticas. Aí eu convidei mais duas colegas domésticas e fomos para esse grupo. Só que nós não nos sentíamos à vontade, porque a linguagem deles para nós era difícil de entendimento, “data base”, “dissídio coletivo”, isso para nós não havia entendimento para essas coisas. Então começamos a conversar, “a gente não tá entendendo nada que eles estão fazendo, o que eles estão falando, então vamos criar um grupo para nós?”. Quando a gente cria o grupo, a gente começa também a procurar informações de como funciona a categoria, e a gente descobre que tem associação de empregadas domésticas, a gente procura a associação para tomar conhecimento. E a gente começa a trabalhar então junto com a associação.

NILZA ROGÉRIA

Dona Zica não só assumiu o cargo de presidente da associação, como também propôs a realização de um ato público para aumentar a visibilidade da categoria, enfrentando, infelizmente, uma resistência inicial da diretoria da associação.

DONA ZICA

Porque quando eu assumo a coordenação de domésticas, eu já vinha também participando de alguns movimentos. A pré CUT, que era o movimento de preparação para uma futura Central dos Trabalhadores, o Partido dos Trabalhadores também, estava dentro daquela forma de organização de um possível partido dos Trabalhadores.

E a CUT, para mim foi um... a Central Única dos Trabalhadores, a pré CUT, a fundação, a preparação e tudo mais... trouxe para mim um conhecimento muito importante sobre a organização sindical.

As domésticas eram muito envergonhadas, eram muito receosas de se expor, entendeu? Tinham vergonha mesmo de ser trabalhadoras domésticas, por toda realidade de relação com os patrões, toda uma realidade de vida e uma realidade meio histórica. A categoria tem uma realidade histórica da questão da escravidão, certo? Então, isso vai gerando, gerando de pai, de mãe para filha e filha para mãe, e assim vai. E aí eu propus, em 83, que nós fizéssemos um ato público, para poder divulgar as nossas ações, pra gente ter uma forma de visibilidade.

“Vamos fazer um ato público ou fazer alguma coisa que as domésticas apareçam.” Porque até então, qual era a base maior das domésticas de comemoração nesse dia? Era a Missa de Santa Zita, que é a padroeira das trabalhadoras domésticas, na igreja de Copacabana, todo ano, 27 de abril. Então celebrava uma missa, distribuía-se umas rosas para os participantes. E geralmente quem ia para a missa era a patroa, e chegava em casa, ela dava a rosa para a empregada. Começamos a conversar entre nós. “Não, quem tem que receber essa rosa é a empregada. Ela tem que começar a trabalhar uma forma de mostrar à patroa que ela quer participar dessa missa.” Algumas participavam, as que já tinham uma visão maior da categoria, mas a maioria não.

Então propus e as companheiras rejeitaram.. “Não, porque não vai dar, porque ninguém vai querer.” Eu falei, “a gente pode fazer camiseta, fazer...”. O que aprendi na Central Única eu também queria investir nas domésticas. E como houve essa rejeição por maior parte da categoria da direção, propus então nós fazermos uma assembleia com todas as sócias. Nós tínhamos um bom número de sócias. Fazer assembleia com todas as sócias e colocar propostas. Se elas aceitassem, sim. Se rejeitassem, não. Aí fizemos uma assembleia e propus bóton, camiseta, tudo o que nós podemos fazer como propaganda. Foi assim, unânime a aceitação.

NILZA ROGÉRIA

O ato público foi finalmente concretizado em abril de 1983 na Praça Serzedelo Correia em Copacabana, como uma forma de dar voz e visibilidade a essas mulheres, que por tantas décadas tiveram suas vozes invisibilizadas. A iniciativa foi um sucesso,

permitindo que as domésticas exigissem seus direitos e mostrassem sua importância na sociedade.

NILZA ROGÉRIA

Quando olhamos para trás na história vemos que, desde as primeiras reuniões clandestinas durante a ditadura, as empregadas domésticas enfrentaram muitas dificuldades para se organizar. A luta começou na década de 1960 e o primeiro direito significativo foi conquistado em 1972, com a carteira assinada e a previdência. Assim, a luta continuou, com a participação de outros sindicatos, e somente na Constituinte de 1988, as domésticas conseguiram ser incluídas na CLT, embora não com todos os direitos. A maior conquista veio mesmo com a PEC das Domésticas em 2013, que garantiu essa inclusão completa na CLT, efetivada em 2015.

DONA ZICA

A categoria lutou muito para que tivéssemos os direitos que temos hoje, certo? Desde as primeiras, antes de mim, que eu tive relação e caminhada com as primeiras que fundaram a associação com todas as lutas. Foi assim no processo da ditadura, não tínhamos onde se reunir, se reunia nos bancos da praça e era muito difícil. E no quarto das empregadas. A empregada mais antiga que tinha mais relação com a patroa, a patroa liberava. E era assim que nós nos encontrávamos no início, então foi muito difícil, e a categoria foi crescendo, crescendo as associações em vários estados do Brasil, e a gente já nos articulando. Essas articulações, passou também a ser a nível internacional, com a América Latina.

Os meninos diziam para a gente que entre todas as lutas sindicais, as domésticas foram as que tiveram maior conquista. Porque nós não tínhamos nada e aí avançamos mais um pouco. Continuamos ainda lutando, lutando pelo fundo de garantia, lutando por outros direitos mais.

NILZA ROGÉRIA

Reconhecida como uma das fundadoras da CUT, Dona Zica teve participação ativa tanto no Rio de Janeiro quanto a nível nacional. As reivindicações da CUT eram pela igualdade de direitos e respeito à classe trabalhadora. Embora as empregadas domésticas tenham se integrado mais tardiamente, ainda sim se envolveram com unhas e dentes nessa luta.

DONA ZICA

Mesmo com a associação, nós tínhamos representatividade dentro da luta sindical dos trabalhadores enquanto construção da CUT. Então a gente tem os vários encontros que eram fora do Rio de Janeiro, nós estávamos lá como delegadas também,

participamos juntas, sofremos os problemas que os outros trabalhadores sofreram nessa construção. Mas nós não tínhamos um entendimento muito grande quanto sindicato. Fomos aprendendo no dia a dia, nos caminhos, nas caminhadas, indo nos encontros da CUT, fora do Rio de Janeiro, São Paulo, por aí. E a gente muitas vezes ficava perdida. Eu me lembro de um encontro que nós fomos em Praia Grande, e esses encontros eram de discussões da constituição da CUT, e nós ficamos sem saber como a gente ia nos localizar e tudo mais.

Aí chega um colega nosso daqui do Rio de Janeiro e diz “o que vocês estão fazendo aí hoje? Vocês não estão alojadas em lugar nenhum?”. E ele era da Light. Ele disse: “Lá no meu sindicato tem espaço.” Foi uma colônia de sindicatos, então ele nos levou até o dele. Nós éramos quatro. O sindicato lá estava vazio e nós começamos a sair, mas chamando o pessoal. “Ô gente, aqui no sindicato tem vaga, pode se alojar aqui.” Então esses foram nossos primeiros passos, aprendendo a caminhar enquanto sindicalista.

NILZA ROGÉRIA

Além da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) ter sido um de seus momentos de maior transformação e realização, um outro episódio também foi responsável por mudar a vida de Dona Zica para sempre: A fundação do PT.

A ideia de criar um partido dos trabalhadores surgiu a partir de discussões dentro das pastorais e movimentos sociais da igreja, onde ela já estava envolvida. Esse foi um marco significativo em sua batalha como trabalhadora e militante e os desafios enfrentados não foram poucos, transitando das perdas eleitorais à difícil caminhada até a primeira posse de Lula como presidente.

DONA ZICA

A fundação do PT surge ainda quando eu não tinha nenhuma noção de movimentos e tudo mais. Mas ela surge assim, numa discussão de um possível partido dos trabalhadores. Ela surge da pastoral da luta dos trabalhadores, assim como a luta doméstica. Ela sai pela JOC, C.O, que era a juventude católica, e esses trabalhadores começam a pensar. E o partido de trabalhadores sai também desse grupo de trabalhadores que têm uma visão também católica. Aí, o que acontece? Eu começo, já estava nos movimentos na minha paróquia, onde os movimentos sociais já estavam se organizando, as pastorais já estavam funcionando. E das pastorais começa a surgir essa ideia, trazendo essa discussão de um Partido dos Trabalhadores. Quando eu me filiei, me senti maravilhosa. Eu senti assim... A minha filiação foi para mim uma coisa muito importante. Porque enquanto trabalhadora, assinando como membro de um Partido dos Trabalhadores, foi muito importante para mim, e nele eu estou até hoje, porque é o que eu defendo.

NILZA ROGÉRIA

Em um ato incansável de compartilhar sua voz, a potência de Zica e sua sede por mudança a levou para conferências ao redor não só do estado, como do mundo. o Quinto Congresso Nacional dos Empregados Domésticos em Olinda e a Conferência de Representantes de Serviços Legais da América Latina em Bogotá foram duas experiências inesquecíveis das quais ela chegou a participar.

O Quinto Congresso foi notável por incluir um número significativo de empregadas domésticas, diferente dos congressos anteriores, onde apenas as diretoras participavam. Este foi um marco de organização e mobilização da categoria, levando a uma maior articulação e presença em Brasília para reivindicações.

DONA ZICA

Nós já vimos discutindo, lutando mesmo, pelos nossos direitos sociais, políticos e trabalhistas. E assim, a gente organiza o nosso Quinto Congresso. Foi um congresso diferente dos outros, porque nós levamos a categoria, algo que geralmente é difícil nos congressos, até pelas dificuldades de deslocamento para outro estado, que às vezes são estados diferentes. E nessa programação, nós fizemos também um projeto dizendo que era nosso projeto, que ninguém ia interferir no nosso projeto. Nós temos uma parlamentar que desde o início da nossa luta está com a gente, que é Benedita da Silva, ex-empregada doméstica, entende? Então a gente vai para o congresso assim, achando que já éramos dona de todo um processo de direitos e que ninguém ia participar com a gente. Era só nós. Nós íamos fazer a nossa plenária. Ninguém, ninguém ia interferir. Só a categoria vai discutir na nossa plenária para elaborar o nosso projeto, nosso anteprojeto. Só que foi muito forte, foi assim, muito participativo. E a gente saiu dali com alguma proposta de organização de caminhada, já pro Congresso. Brasília. Nós já viajamos bastante para Brasília, por nossas reivindicações, mas aí a coisa ficou muito mais forte, mais organizada.

NILZA ROGÉRIA

Quanto à sua experiência na Colômbia, Zica sentiu a responsabilidade e o desafio de representar as domésticas brasileiras em um ambiente internacional, mas, para isso, contou com o apoio de colegas brasileiras.

DONA ZICA

Era o encontro na Colômbia e que deram oportunidade de uma empregada doméstica do Rio de Janeiro participar. Conversamos entre nós e “quem vai e quem deixa de ir” e tal. Sobrou para mim, para que eu fosse. E isso foi interessante para mim, porque é a primeira vez que eu saio do Brasil e, quando eu chego no aeroporto, eu não

dei conta. Cuidei do meu passaporte, cuidei de tudo... Tudo bem, bem animado, mas eu chego no aeroporto, é que a ficha cai. Eu digo “gente, como eu vou me relacionar num país que eu não conheço? Eu não domino ainda tão bem o espanhol”. Eu sozinha pensando... Me aparecem duas mulheres do movimento, que nós estávamos juntas já há muitos anos. Eliana Ataíde, que é uma companheirona, que era da fundação, nós já trabalhávamos há muito tempo na Pastoral de Favelas. E a Leila Linhares, também uma companheira de luta, que a gente trabalhava há muito tempo também num projeto. E as duas eram advogadas.

Quando nós fomos convidadas, também tinham que organizar os grupos que nós estaríamos. Eu ia para grupo de mulheres e elas iam para o grupo de direito. Quando eu chego no aeroporto, elas, “você vai para onde, Zica?”. Me deu um estalo... “Vocês aí”, eles começaram... “Vai ser muito bom, também estou indo para lá”, “Que ótimo!” “Então é o seguinte, nós estamos com o grupo de direito, você de mulheres.” Foi o seguinte: uma vai para grupo de direito e a outra para o grupo de mulheres comigo! Para quê as duas no grupo de direito?

E assim foi, né? A Leila dominava muito bem o espanhol. Eu disse, “você traduz o espanhol para mim e traduz o português para o restante do pessoal”. E assim foi. Um encontro muito bom, porque tínhamos conteúdo por conta do Quinto Congresso.

NILZA ROGÉRIA

Se tem algo que não podemos deixar de falar ao pensarmos em todas essas experiências vividas por Zica de Oliveira é de suas raízes, que a fizeram conquistar tamanha relevância social. O ativismo com a sua própria comunidade e os trabalhos árduos efetivos foram o seu pontapé inicial. Sua participação começou com a Pastoral do Trabalhador, onde fazia visitas domiciliares e organizava círculos bíblicos, o que lhe proporcionou uma compreensão profunda das necessidades das famílias de sua comunidade.

Zica tem um histórico incrível de envolvimento no processo de reconstrução das favelas após remoções, trabalhando em prol dos direitos dessas comunidades. Além disso, trabalhou também por 12 anos no Centro Comunitário de Cidadania (CCDC), ampliando sua experiência e alcance social.

Atualmente, mora e trabalha em Vila Aliança, focando em elevar a autoestima das mulheres, especialmente as catadoras de reciclagem, promovendo a geração de renda e fortalecendo lideranças locais.

DONA ZICA

Meus filhos dizem pra mim, “fala com esse pessoal pra deixar a senhora quieta porque, o dia que a senhora tá em casa, chamam o dia todo”. Mas não, é que eles querem informação de uma coisa e outra, conversa... Teve um dia que eu saí atrasada, e vinha uma senhora. Eu não queria, ela gosta muito de conversar. “Vou atravessar...” A senhora atravessou também.

Então é assim a minha vida. Todo mundo procura... Mas o crescimento começa desde a construção da comunidade, que eu sou originária de remoções de favela. E dessas remoções de favelas, a gente começa a trabalhar também a busca pelos direitos que não tínhamos na comunidade. E isso vai fazendo, agrupando os conhecimentos e as necessidades surgindo.

Eu trabalhei também por 12 anos no espaço do Estado, o CCDC, Centro Comunitário Cidadania, era dentro da minha comunidade.

O atendimento do CCDC era de Magalhães a Santíssimo, pegando Rio da Prata, Vila Kennedy, todo aquele espaço. Então, além daquele contato social da comunidade, vem também de toda essa região. E a gente vai cada vez mais tomando mais experiência e trabalhando. Agora eu moro em Vila Aliança, meu trabalho na favela Nova Aliança, que de uma rua para outra, começa a favela... é originária de Vila Aliança. Moradores de Vila Aliança que não tiveram condições de pagar suas casas, venderam as suas casas e construíram ali. Era um terreno da fábrica Bangu. Então eu vejo assim. É uma parte que necessita demais estar trabalhando aquelas mulheres, a autoestima dessas mulheres. Lá é o meu trabalho maior. Foi dessa forma.

NILZA ROGÉRIA

Um dos projetos mais interessantes que desenvolveu na Vila Aliança foi o Clube das Mães, como forma de apoiar e compartilhar experiências entre as mulheres da comunidade, especialmente após a remoção que sofreram.

DONA ZICA

Esses bairros são removidos para a Vila Aliança. É um espaço imenso, era o espaço da fábrica Bangu, e há uma negociação do governo federal com os Estados Unidos. A gente cria lá a Vila Aliança, Vila Kennedy, que tem um projeto grande de moradia e tudo mais.

“Aliança para o Progresso” é o nome do projeto. Parte foi para Vila Kennedy e parte das remoções foi um processo muito grande de remoção no governo Lacerda, que foi assim...

Remoção é muito ruim, sabe? Você sai do lugar que você está integrado, que você tem toda a sua relação familiar, vizinhos e tudo, e vai para o espaço que você não conhece.

Então isso que acontece quando a gente chega lá em Vila Aliança. Na minha rua, só numa noite, no dia que eu me mudei, entrou morador do Pasmado, do Parque da Gávea e da Penha. Então, três espaços diferentes.

E o que acontece é que a gente, a princípio, acha que está muito bom, maravilhoso, casas maravilhosas, barraco, casa de alvenaria com os equipamentos dentro, banheiro e tal. Só que com o tempo a gente percebe a grande necessidade: que era o serviço público. Não tínhamos asfalto, não tínhamos transporte, não tínhamos escola para nossas crianças.

Aí forma-se o Clube de Mães, que seria para a autoestima dessas mulheres, trabalhar essas mulheres, ouvir essas mulheres. O Clube de Mães é o primeiro espaço de conjunto de pessoas que a gente consegue na Vila Aliança.

NILZA ROGÉRIA

A educação pessoal de Dona Zica também foi um grande fator de contribuição para a melhoria das condições de vida e para a formação de lideranças na comunidade. Aos 13 anos de idade, concluiu o curso fundamental em sua cidade natal, Manhumirim-MG. Retornou a uma sala de aula trinta anos depois, aos 46 anos. Fez o curso médio, e, aos 53 anos, ingressou no curso de Pedagogia pela Universidade Cidade, sendo graduada em 2005. Em 2007, graduou-se em Psicopedagogia pela mesma Universidade. E, recentemente, formou-se em Serviço Social pela PUC-Rio, em 2017.

Seu retorno à sala de aula depois de 30 anos trouxe muitos desafios, mas serve como um grande exemplo de perseverança e inovação.

DONA ZICA

Quando eu retorno, o primeiro desafio: eu já tinha passado por três vestibulares. Quando vejo que vou pra pedagogia, eu fui aprovada, pra mim foi maravilhoso. Porque eu acho que você está fazendo o curso, mas está vendo também em torno, como você vai botar em prática esse aprendizado, entendeu?

E o desafio foi exatamente esse, porque o meu sonho sempre foi trabalhar as crianças para que tivesse um futuro melhor. Então ia ser o desafio que eu sempre enfrentei dentro do aprendizado no momento da pedagogia. “Como eu vou botar em prática?”

NILZA ROGÉRIA

Seu envolvimento com esses campos do conhecimento surgiu tanto de um desejo pessoal quanto de uma necessidade prática. Na década de 1990, começou a trabalhar

com a Fundação Bento Rubião, uma instituição de direitos humanos que desenvolveu um projeto para crianças e adolescentes em oito comunidades do Rio de Janeiro. Este projeto, que visava trabalhar a cidadania e os direitos humanos, a inspirou a buscar mais conhecimento para melhor atender às necessidades das crianças e adolescentes com quem trabalhava.

DONA ZICA

Era um projeto com crianças e adolescentes em oito comunidades do Rio de Janeiro. Esse projeto começa de uma forma bem de trabalho comunitário. Eu já tinha um trabalho na comunidade com crianças, e a Fundação Bento Rubião trabalhava com um grupo de lideranças comunitárias, liderança de favelas. Num determinado momento, cada um de nós tinha o mesmo trabalho. Era Santa Marta. A Rocinha, entendeu? E quando sentávamos para conversar, as nossas tarefas de finais de semana eram exatamente esta: nos envolver com esse trabalho, com criança e adolescente. Surge então da coordenação geral da fundação uma proposta para transformar esse trabalho, que era totalmente cada um por si, num projeto. E assim foi fundado um projeto para criança e adolescente pela Fundação Bento Rubião: União e Lazer, que era o nome do clube, do projeto. Eu digo clube porque foram as crianças que foram construindo e foram colocando os títulos. Em 90 a gente começa com esse projeto nas comunidades. Era um projeto de direitos humanos, era um projeto de trabalhar a cidadania dessas crianças. E assim vai. Quando chega um determinado momento, eu já tinha o desejo... Serviço social era o meu desejo desde muito tempo. A pedagogia surge por isso, porque trabalhando com as crianças eu sinto uma necessidade de ter um conhecimento maior daquilo que eu estava prestando, do serviço que eu estava prestando, do atendimento que eu estava fazendo.

NILZA ROGÉRIA

Para Zica, voltar para a PUC para estudar Serviço Social foi um sonho realizado. Ela já conhecia a coordenadora do departamento há muitos anos, desde a década de 70, quando trabalhavam juntas na Pastoral do Trabalhador. A coordenadora sempre a incentivou, dizendo que um dia seria sua aluna na PUC.

A oportunidade surgiu quando a coordenadora a convidou para uma reunião em Caxias sobre bolsas de estudo. Zica levou um grupo de jovens, mas acabou sendo encorajada a se inscrever no vestibular do Serviço Social. Ela se inscreveu nos últimos dias e passou, mas enfrentou desafios, principalmente a distância entre Bangu, onde morava e trabalhava, e a PUC. No início, ela só prestou duas matérias por achar que não conseguiria conciliar os horários de aula com o trabalho. No entanto, com o tem-

po, ela percebeu que poderia se adaptar e vencer esse desafio, conseguindo conciliar trabalho, estudo e distância.

A graduação foi de extrema importância para sua carreira.

DONA ZICA

Eu sempre fui muito chegada com os jovens, né? Tanto é que participo de um grupo também de igreja. E que na época era um grupo muito forte, politicamente muito organizado. Hoje me chamam de mãe preta. E esses jovens hoje são avós. Então, desde a minha idade mais nova, eu sempre fui apegada à juventude. E depois fui trabalhar com jovens e foram 23 anos com criança e adolescente de oito a 16 anos, trabalhando com formação, com tudo isso. Eu sempre digo: meu projeto político-social são mulheres e jovens.

NILZA ROGÉRIA

É inegável que sua inteligência e paixão pelo ativismo social transformaram inúmeras vidas. Porém um fato é certo: a base de seu amor pelo trabalho e ativismo não seriam nada sem a sua família.

DONA ZICA

Eu sou, além do ativismo social e qualquer outro trabalho, a minha família. Porque sempre em todas as atividades, minha família era o primeiro plano certo. Eu me casei com 17 anos, fiquei viúva há 28 anos. Tinha o marido que graças a Deus foi assim, uma pessoa de família e eu não posso reclamar.

Graças a Deus, Deus foi bom para mim, para mim a minha família é tudo. Tanto é que a gente tem uma relação muito grande de família, tanto a parte do meu marido como pela minha família mesmo. Minha família ficou lá em Minas e troca ideias até hoje, entendeu? Porque eu acho, se não fosse a minha família, eu não sei.

Para mim, a minha família em primeiro plano, a minha família, certo? E nesse plano, é legal carregá-los também para me ajudar nos meus planos. Sou mãe de seis filhos, sou avó de vinte netos, bisavó de 34 bisnetos e tataravó de nove tataranetos.

NILZA ROGÉRIA

Mulher de favela, guerreira e extremamente dedicada a tudo que se propõe, Dona Zica está longe de ser uma cidadã comum.

Ela chegou mesmo para fazer revolução.



CAPÍTULO 2: JÔ MARTINS

ROTEIRO
EP. JÔ MARTINS
AUDIOLIVRO "MULHER DE FAVELA"

JÔ

É diferente, não tem explicação. Tem coisas que não têm explicação porque, às vezes, até me pergunto será que é mesmo. Será que essa força vem de mim, mas não vem. Quando perdi o Daniel, falei em cima da cabeça dele, eu virei e falei assim: “Filho, a partir de hoje, enquanto eu viver e tiver um jovem que precisa de mim, eu vou gritar, o céu é meu limite. A partir de hoje eu não vou ser mais aquela Jô que vivia num salão, entre quatro paredes. Eu quero ser uma pessoa que grita para todo mundo ouvir, todo mundo vai ouvir a minha voz.” E foi isso aí que aconteceu, né? O meu grito se espalhou por todos os jovens, todos os lugares e todo o mundo, e não tem quem não conheça a Jô, né?

NILZA ROGÉRIA

Essa é Joseane Martins, mais conhecida como Jô. Uma mulher que dedica sua vida a transformar o cotidiano de mães e jovens de sua comunidade. Eu sou Nilza Rogéria e, a partir de agora, convido você a percorrer a trajetória dessa mulher que nos inspira com sua força na luta pelas mães e jovens da Baixada Fluminense.

Esse é o “Mulher de favela”.

NILZA ROGÉRIA

Jô Martins é uma líder comunitária e a alma do coletivo nos braços do pai, um movimento que leva esperança e oportunidades para aqueles que mais precisam: a população invisibilizada da Baixada Fluminense e os familiares

De jovens desaparecidos e mortos. Hoje, aos cinquenta e cinco anos, ela vive no Rio de Janeiro, cidade onde mora desde os quinze, trabalha como assistente administrativa no centro de referência de assistência social e está envolvida em diversas atividades, incluindo o coletivo.

JÔ

Eu vim da Paraíba. Eu devia ter uns 15, 16 anos, por aí. E quando eu vim para cá, a gente vem iludido, iludido de ser uma cidade maravilhosa, grande, que tudo é mil maravilhas, é um sonho. E aqui eu casei, fiquei viúva. Casei de novo. Fiquei viúva. Fiquei viúva duas vezes. Depois de ficar viúva duas vezes, meu sonho era casar e ter filho. Arrumei uma outra pessoa. Essa outra pessoa me deu dois filhos, né? Deu dois filhos, que foi o terceiro casamento. Não deu certo também, que ele era muito violento, aí arrumei outra pessoa. Casei com outra pessoa, essa outra pessoa teve meu terceiro filho, que era meu caçula, que morreu em 2022.

NILZA ROGÉRIA

Tudo começou em dois mil e dezoito, quando Daniel, o filho mais velho de Jô, foi morto pela milícia no bairro Quilômetro Trinta e Dois em Nova Iguaçu. Esse foi um momento de indignação e transformação.

JÔ

Quando perdi o Daniel, fiquei muito desnorteada. Eu perdi meu mundo. 18 de outubro de 2018.

Eu tava sentada, duas horas da tarde, na minha varanda, chorando muito. Sem nenhum... para minha vida... e naquela hora veio essa palavra. Eu já tinha um trabalho, mas não tinha nome. Eu pensava em visão de águia. É Fênix. Eu pensava várias coisas, mas eu não tinha um objetivo para o que eu ia fazer. Então, eu pensei no meu luto, no luto das outras mães, porque eu tinha um trabalho com muitas mulheres, mas não tinha um nome. Eu falei assim, vou pensar num nome que alcance todas, que seja coletivo, que seja um grupo de pessoas para se ajudar, e esse grupo aí veio.

NILZA ROGÉRIA

Assim o Coletivo Filhos nos Braços do Pai se tornou um espaço onde outras mães não precisassem sofrer sozinhas. Um ambiente de amparo psicológico, jurídico e acolhimento para essas mulheres que passam pelo luto.

JÔ

Tem muitas mães que precisam desse conhecimento, não têm noção do direito. Não tem noção de que ela tem BPC, não tem noção de que tem um auxílio de doença, quantas crianças com autismo eu consegui puxar para o meu coletivo, quantas mães que têm distúrbio, quantas mães que é bipolar? Quantas mães que têm gente com esquizofrenia, que eu não sabia, e através desse coletivo a gente conseguiu arrancar dessas mães, né? E é isso que foi o diferencial.

JÔ

No coletivo Filhos nos Braços do Pai eu acolho mães e familiares, dou curso para jovem, para tirar da vulnerabilidade. Meu foco é acolher essas mães e dar empregabilidade. Porque são muitas meninas novas, não chega a 20 anos. Não terminou o estudo. Elas não terminam o estudo. Elas têm filho muito cedo. E a diversidade, é meu foco mesmo, na minha ONG, é a diversidade, porque são os jovens periféricos pretos que são do LGBT, são os negros que não têm visibilidade nenhuma, e isso aí é que eu arranco para mim aonde?

NILZA ROGÉRIA

De acordo com dados do Instituto de Segurança Pública, no primeiro semestre de 2023, o Rio de Janeiro registrou dois mil e novecentos desaparecimentos. Em dois mil e vinte e dois, mais de cinco mil pessoas desapareceram no estado. Esses desaparecidos, em sua grande maioria, são jovens de quinze a vinte e nove anos. E as áreas mais afetadas são aquelas dominadas pelo crime organizado, como mesquita e duque de caxias, na Baixada Fluminense.

JÔ

Infelizmente os desaparecidos na Baixada e tantos outros lugares. Porque no Rio também desaparece, mas é mais falado a Zona Sul. Fala mais agora na Baixada. Fala um, dois dias. Daqui a pouco parou. Acabou. Não tem esse negócio de ficar falando, não repete a história. E cada dia morre um, morre dois, morre três, e vai só aumentando. Morre uma mãe, mas aparecem cinco mães.

JÔ

A Baixada é muito invisível. Você vê a parte maquiada, as pessoas falam da parte bonita, mas e a parte feia? Quem é que quer falar da parte feia? Ninguém quer falar, né? É a parte que fica oculta. Eu me coloco. Eu represento esse papel. E quando as pessoas falam assim, “porque você gosta de trabalhar na Baixada?”, porque lá dentro que mais precisa de mim, porque aqui fora é maquiado, todo mundo vem. Todo mundo faz ação social. Todo mundo faz isso, todo mundo faz aquilo. Lá dentro as pessoas moram na lama. Não tem saneamento básico. Não tem, entendeu? Vulnerabilidade é total. Além de viver com a violência. Gritos e assombros de pessoas sendo mortas.

NILZA ROGÉRIA

Para chegar aonde chegou, Jô se dedicou ainda mais a sua causa. Mesmo vindo de um ramo totalmente diferente, como instrutora capilar e dona de um salão de beleza, ela decidiu voltar a estudar e se dedicou ao serviço social. Essa nova fase não foi fácil, mas foi essencial para que Jô pudesse ser amparo e porta-voz de tantas pessoas.

JÔ

Eu acabei perdendo meu filho. E daí então eu comecei a pensar de uma maneira diferente, em voltar a estudar. Só que eu tinha que trabalhar. Meu ramo era totalmente diferente, eu era instrutora capilar, eu tinha um salão de beleza e eu formava alunos. Não tinha nada a ver com serviço social, quando perdi o meu filho.

Foi muito engraçado que eu voltei dentro de uma sala com 46 adolescentes e só tinha eu de velhinha. Era muito engraçado, né? Porque eu fumava, então eu chegava lá com a carteira de Hollywood. Aí sentava numa praça, ia fumar com os meninos, falar a língua deles, hoje em dia eu dou palestra nessa escola. Comecei a interagir tanto que eles não respeitavam os professores, só a mim. Era muito engraçado. Quando foi um dia, eu falei, eu vou parar de fumar, todo mundo parou. Vai fazer seis anos que eu parei de fumar, e eles pararam também. Alguns são meus amigos, outros estão trabalhando, outros fizeram filho, e eu terminei o ensino médio. Eu entrei pra faculdade.

NILZA ROGÉRIA

É se desafiando que Jô encontra força para lidar com o luto e enfrentar o dia a dia. Ela transformou sua dor em uma missão. Jô Martins não se limita a observar. Ela atua. Ela confronta. Ela exige justiça.

JÔ

Eu vi que o meu coletivo, que o nosso coletivo, coletivo das mães, tinha uma potência diferente. Ele tinha um diferencial, que ele cuidava do luto, e num lugar onde

ninguém falava, porque lá no KM 32 ninguém ia falar do luto, porque vai falar de uma pessoa sozinha. Eu comecei a brigar com as mães, vamosse juntar. Vamos falar. Não só falar daquele que é enterrado, falar daqueles que têm 15 anos, que têm 11 anos, que têm 12, entendeu? Desde que eu moro lá, há 30 e poucos anos, que eu vejo o jovem morrer e desaparecer. Vamos falar de todos, de tudo em geral. Mas o nosso foco é o luto, é a nossa dor. A gente se ajuda, eu ajudo vocês. E vocês me ajudam. Vocês topam? Aí pronto, foi crescendo, foi crescendo.

JÔ

Eu sou simplesmente uma Jô que mora no fim de Nova Iguaçu, aonde as pessoas... Me conhecem que só graças a Deus ninguém mexe comigo, porque eu sou meio doida também, né? Eu enfrento, eu brigo, eu não tenho essa não.

NILZA ROGÉRIA

Entrevista em telejornal, palestras em universidades, participação em programas de tv... Jô transita em todos os lugares. O alcance de sua voz transcende as barreiras impostas por uma sociedade que tenta marginalizar pessoas faveladas e pretas.

Em 2002 Jô foi chamada para fazer parte do filme *Desova*. Foi a primeira vez que gravou um documentário. O filme aborda os desaparecimentos forçados na Baixada Fluminense, através das mães que perderam seus filhos, e ganhou mais de cinco prêmios nacionais e internacionais. O longa está disponível no Globoplay.

JÔ

Ele foi gravado dentro de uma casa que é a ONG, a instituição, dentro do coletivo. É tudo fechado porque tava em guerra lá, e a gente não podia sair para rua. Aí fizemos tudo lá dentro. Passamos o dia todinho, de manhã até à noite, gravando com as mães, mas saiu perfeito. Foi muito forte os depoimentos, porque são mães que perderam os filhos e não tiveram seus corpos para enterrar. Então essas mães que tiveram os filhos e que não enterraram os filhos, elas estavam dando depoimento, e depois foi uma comoção geral, porque todo mundo chorava. De sair de lá muito cansado, porque não é fácil lidar com isso, né? Não é fácil lidar com isso, mas assim é a maneira que eu tenho de repor minhas energias. Lidando com essa força que não é uma força natural. Quando eu converso com a mãe, quando eu vou fazer uma escuta, quando eu vou traçar uma meta para ela, botar ela para ir para um médico, para fazer um tratamento, que tá precisando disso, tá precisando daquilo, que eu vou correr atrás e sair, me faz mover, sabe?

NILZA ROGÉRIA

No dia vinte e seis de setembro de 2022, Davi de Lima, seu segundo filho, estava em um baile funk no Complexo da Maré, na Zona Norte do Rio de Janeiro, com alguns amigos quando, ao sair do evento, foi surpreendido com uma operação realizada por policiais do BOPE.

Jô estava gravando o filme *Desova* quando perdeu o seu segundo filho.

JÔ

Essa Jô é uma pessoa que estava se refazendo de um luto, e que agora está se refazendo do segundo, com muito desafio, com muita dor, com muitas lágrimas. Deus sabe todos os dias. Se eu falar que sou uma rocha, que sou forte, eu não sou todos os dias. Eu choro em cada jovem que eu vejo meus filhos. Principalmente quando eu vejo um jovem se formando, quando eu vejo um jovem jogador de futebol, eu faço parte da Taça das Favelas. Eu vou levar o ônibus de jovem para assistir lá em São Paulo. Enfim, vários outros lugares, então quando eu vejo aquilo, eu queria que aquilo tivesse para os meus filhos também.

Tem coisas que não têm explicação porque, às vezes, até me pergunto será que é mesmo. Será que essa força vem de mim, mas não vem. Quando perdi o Daniel, falei em cima da cabeceira dele, eu virei e falei assim: “Filho, a partir de hoje, enquanto eu viver e tiver um jovem que precisa de mim, eu vou gritar, o céu é meu limite.”

NILZA ROGÉRIA

Além do alcance, o filme *Desova* foi essencial para que Jô percebesse a importância do apoio psicológico na sua vida e na de outras pessoas do local onde mora.

JÔ

Quando terminei de apresentar e falar, de dar palestra, ela veio descendo, essa psicóloga, que é uma professora, uma doutora em psicologia, 30 anos de psicologia, uma pessoa bem experiente, né? Ela vem na minha direção e falou assim, “Jô, eu posso cuidar das mães do Km 32, posso me acostumar”, eu digo “pode, sinta vontade”. A gente já é amiga íntima. E é uma pessoa que tem uma história de vida, e para mim ela é minha inspiração também.

NILZA ROGÉRIA

A trajetória de Jô é marcada por uma dor profunda, mas também por uma força inigualável. Ela transformou suas perdas em uma missão de vida, uma missão que não só acolhe e ampara, mas também inspira e empodera. Jô é um farol de esperan-

ça para as gerações futuras, uma mulher que, mesmo em meio à dor, encontrou um propósito maior.

JÔ

Você chega a duvidar um pouco dessa força que você tem sim, com certeza, porque não é uma força natural, é sobrenatural. Não é uma força que eu tenho, que é minha, entendeu? Mas ao mesmo tempo eu penso numa força que é da minha mãe. A minha mãe perdeu sete filhos de acidente, e a minha mãe é uma mulher porreta, viu?

NILZA ROGÉRIA

A coragem, determinação e forma com que Jô transforma a dor em ação são um exemplo poderoso do que significa ser forte. Ela nos mostra que, mesmo nas circunstâncias mais difíceis, é possível encontrar luz e fazer a diferença.

JÔ

Eu não conhecia tantas coisas como eu conheço agora. Então eu acho que me achei através do luto... Eu transmito para outras mulheres e outras mães a inspiração para dar continuidade à vida e aos outros filhos. Sempre na frente delas a gente chora, coletivamente, a gente chora, mas a gente se abraça, a gente se acolhe, e quando a gente se acolhe, eu falo que a morte não é nada pra gente, o que mata é a ausência. É a... Como que eu falo, meu Deus... é a ausência de não ter o filho, e a saudade, entendeu? A saudade mata a gente a cada dia.

NILZA ROGÉRIA

A voz de Joseane Martins ecoa como um grito de resistência e esperança. A luta de Jô é por justiça, por dignidade, por um futuro onde todos os jovens possam ter oportunidades e viver sem medo. Ela é, e sempre será, uma inspiração para todos nós.

JÔ

E assim a gente vai sobrevivendo. Quando eu fui dar uma palestra na universidade e chegou lá, o rapaz falou “a favela venceu”, eu digo “venceu ainda não, a gente está tentando fazer com que ela vença, mas ainda não venceu, vai vencer no dia que parar de morrer jovem”. No dia, principalmente, porque a cor da pele fala... Quem fala que a cor da pele não fala, assim, claro que fala. Quando parar de matar esse jovem, entendeu? Quando parar e saber que existe pessoas de bem, existe pessoas que não tiveram oportunidade porque a sociedade não chegou.

NILZA ROGÉRIA

Este foi mais um capítulo de “Mulher de favela”. Até a próxima.



CAPÍTULO 3: LUCIA CABRAL

CABRAL

ROTEIRO
EP. LUCIA CABRAL
AUDIOLIVRO "MULHER DE FAVELA"

LUCIA CABRAL

Eu queria que as famílias e a escola e o Estado ocupassem o lugar deles de verdade. Nem o Estado ocupa, a escola hoje foge muito, e a família não quer nem saber porque acha que a criança na escola está protegida e aprendendo tudo.

Hoje uma criança com 13, 14 anos, não sabe ler nem escrever. Eu estou com um jovem de 19, 18 anos, que não sabe ler no ensino médio. Qual o futuro desse jovem? Então, a gente precisa falar muito sobre isso, sobre a família, a educação dentro da família, dentro da escola, fora da escola, é todo um contexto, só que o Estado não dialoga, não o Ministério da Educação. Acho que ainda é muito fragilizado. Pensando em educação, o secretário de educação acha que levar cinco crianças para a Disney, tá fazendo, que tá fazendo a diferença no Rio de Janeiro todo, e não é assim.

NILZA ROGÉRIA

Lucia Cabral nasceu no nordeste do Brasil, mas construiu suas raízes no Complexo do Alemão, na cidade do Rio de Janeiro. Uma história marcada por desafios, resiliência e um forte compromisso com a educação e a comunidade.

Eu sou Nilza Rogéria e, a partir de agora, convido vocês a conhecerem a trajetória dessa educadora, marcada por um profundo comprometimento com a sua comunidade. Esse é o "Mulher de favela".

NILZA ROGÉRIA

No dia 31 de agosto de 1967, na cidade de Taperoá, na Paraíba, nasce Lucia de Fatima Cabral. Quando ela estava com apenas 6 meses de idade, sua família deixou o Nordeste em busca de uma vida melhor no Rio de Janeiro. O avô foi o primeiro a chegar na cidade, e trouxe a família logo em seguida para morar no Complexo do Alemão.

A mãe de Lucia enfrentou muitos desafios no Rio, incluindo a perda do pai e a viuvez precoce. Mesmo assim, o Complexo do Alemão se tornou o lar da família, onde todos os filhos foram criados. Mas as raízes nordestinas sempre se mantiveram vivas em sua casa.

LUCIA CABRAL

Eu não nasci no Complexo do Alemão, mas acabei sendo cria do Complexo do Alemão, porque foi o lugar que me acolheu e me recebeu, e assim cresci no meio da família nordestina guardando as suas tradições e raízes, nunca perdendo.

A questão de ser nordestino e de estar no Rio de Janeiro que era um sonho. Aliás, o povo do Nordeste sonha muito em São Paulo. Hoje minha mãe se arrepende muito. Essa semana ela falou assim “maldita a hora que eu vim para esse Rio de Janeiro”, porque aqui ela perdeu muito, ela vem em 67, logo em 74 meu avô morreu. Minha avó ficou viúva com 44 anos, com seis filhos. São sete filhos, ela é a mais velha. E em 98, meu pai faleceu com 54 anos. Quer dizer, ela perdeu muita coisa. Ela acha que o Rio de Janeiro não fez muito bem para ela, mas é o lugar que acolheu e que ela viveu e que ela teve mais cinco filhos, além de mim.

NILZA ROGÉRIA

O desejo de lutar pela educação foi uma influência forte dos pais e avós de Lucia. A avó não sabia ler, então Lucia tentou ensiná-la. Já seu pai, que só estudou até o terceiro ano do ensino fundamental, sempre sonhou que ela fosse professora e inspirou nela o amor pela educação, mesmo com suas limitações. Foi ele quem ajudou Lucia a montar a primeira escolinha na sala de casa, construindo a mesa e os bancos. Para seu pai, era muito importante ver a educação florescer em outras crianças. Com apenas 12 anos e no sexto ano do ensino fundamental, Lucia já ensinava outras crianças a ler, transformando uma brincadeira em uma missão significativa.

LUCIA CABRAL

E aí esse desejo do meu pai de me ver professora. Acho que ele, desde a barriga da minha mãe, ele já tinha isso em mente, que eu ia nascer e crescer, e ser uma professora. Então é muito por ele, acabei sendo essa professora logo no começo da minha história.

Depois que eu fui ser assistente social. Esse era o sonho dele e eu realizei antes dele morrer. Ele participou da minha formatura. Ele me guiou para ser uma educadora.

Isso era muito forte dele. Ele amava a educação, era um excelente pedreiro, trabalhava numa empresa que ele ensinava os arquitetos e os engenheiros nas plantas de das casas e prédios. Ele me ensinou matemática, geografia, era um homem muito inteligente e também era artesão. Ele inspirava. Meu pai era uma pessoa especial. Pode ser que por isso que ele partiu cedo.

NILZA ROGÉRIA

O Complexo do Alemão, para Lucia, é ligação muito forte, algo que ela acredita vir de seus antepassados. Lucia poderia ter se formado e deixado o Alemão, ido viver outra vida, mas escolheu permanecer ali há 57 anos. Hoje, ela mantém um espaço social.

Desde os 12 anos, Lucia se envolvia em questões políticas locais e no desenvolvimento da comunidade, escrevendo atas na associação de moradores. Ela sempre quis que o Complexo do Alemão fosse um lugar maravilhoso e transformador na vida das pessoas, não só na dela. Ela acredita que cresceu com essa visão graças à educação que recebeu de sua mãe, que sempre destacou a importância de ser um bom exemplo para os outros.

Para Lucia, morar no Alemão moldou quem ela é hoje.

LUCIA CABRAL

Eu nunca deixei de ser jovem na minha idade. Eu curti muito, eu frequentava baile funk, festa junina, festas de rua... Então eu tive uma vida saudável como jovem. Eu conheci meu marido num baile funk e eu estou casada há 37 anos.

Isso não me destruiu enquanto pessoa, como as pessoas marginalizam por exemplo o funk, um baile de favela. Eu sei que hoje tá diferente com a tecnologia e tá diferente com uma mudança de comportamento das pessoas, mas para mim o Alemão sempre foi um lugar onde pulsava muita coisa, onde aprendi muito e onde até hoje eu aprendo e desenvolvo o meu trabalho. Porque eu estou lá, eu não saí de lá, eu acolho jovem, acolho famílias, mostro que o meu caminho poderia ter sido outro, mas foi o caminho que eu escolhi. De ser uma pessoa de referência, você acaba sendo referência, não liderança, mas referência, daquele lugar com certeza.

NILZA ROGÉRIA

A educação que os pais e avós de Lucia lhe deram moldou sua consciência. Mesmo com as dificuldades que enfrentaram, eles não queriam que ela passasse pelas

mesmas privações. Por isso, sempre lhe ensinaram a lutar pelos seus direitos. Mesmo sem acesso à educação formal, eles tinham uma visão clara da importância dessa luta.

Hoje, Lucia ensina as crianças sobre seus direitos e a importância de conhecer e cuidar de seu território.

LUCIA CABRAL

O território é vivo se ele é vivo. Ele tem uma rede se ele tem essa rede. Ele precisa brigar por aquilo que quer e a gente trabalha isso nas crianças hoje lá na ONG. Que elas precisam entender os próprios direitos, conhecer o seu território, entender que ela faz parte dele e é responsável. Então as famílias, hoje a gente tem discutido muito, parece que elas não têm mais que dar educação aos seus filhos. Parece que elas jogam um filho no mundo e larga ele solto. Ele tem que se virar porque tem o telefone, tem a tecnologia, porque eles não precisam mais ensinar uma criança a escrever e a ler. Eles jogam na mão da escola, na minha época, minha mãe já pré-alfabetização, a responsabilidade. Tem um texto que diz assim. De quem é a bola. Você começa jogando a situação familiar lá de Adão e Eva, porque é pecado, e aí vai jogando na família, a família jogando pro Estado, joga pra escola, da escola volta pra família. E aí fica aquela bola de neve, é um contexto único, cada um é responsável dentro daquilo que se coloca. Se eu tenho uma família, a minha família é responsável por mim também, então, o primeiro lugar onde você tem espaço pra educação é no ventre da sua mãe.

LUCIA CABRAL

O que impulsiona a querer brigar pelo território que você vive é quando você vê a falta... tipo, eu cresci com falta de água, falta de saneamento básico, e eu tinha uma consciência que era minha, eu nasci com com essa coisa dentro de mim de querer mudar a realidade daquela microárea, de onde você vive, porque outro lugar tem esgoto, porque aqui não vai ter, outro lugar tem água potável. Por que a gente tem que viver nas minas de água do Complexo do Alemão carregando água? Se precisa de água potável, eu tinha que apanhar do bicaço lá na entrada da Grota ou lá no final da rua Canitar, porque até na Canitar um certo número tinha água e para o restante do morro não tinha. Por que tinha asfalto aqui ali não tinha? Então isso te incomoda.

Se você atravessa uma rua para ir para a sua escola, por que tem pouca escola? Por que não tem escola de ensino médio? Tudo isso vai impulsionando você a cobrar pelos seus direitos. Em mim foi automático, foi em outras pessoas, não é que as pessoas não se incomodam com o pouco que tem, tá feliz. Não. Eu queria muito mais e eu queria avançar, e também queria que não só eu tivesse acesso, mas que outras pessoas tivessem acesso. Isso já despertou em mim desde muito cedo.

NILZA ROGÉRIA

O Espaço Democrático de União, Convivência, Aprendizagem e Prevenção conhecido como Educap surgiu em oito de março de 2008, na sala da casa de Lucia.

O Educap começou com o apoio de diversos parceiros, até se tornar um espaço seguro e acolhedor. A ONG oferece reforço escolar, formação para o mercado de trabalho e apoio às famílias.

LUCIA CABRAL

O que eu tô fazendo hoje talvez seja formar pessoas mais críticas, né? Para que ela mude essa realidade. A gente precisa trabalhar isso na educação.

A partir dali que a gente vai transformar a vidas, porque se não for assim, você não consegue transformar vidas, você também enxuga gelo. Porque você vai ter uma criança, não vai conseguir mudar um pouco a visão dela para o mundo porque talvez você, não eu, não consiga mudar a cabeça de todos, porque isso não é o meu papel. Mas mudança de visão de mundo é muito importante porque a gente constrói um caminho para que a gente tenha uma juventude, que é o futuro, mais saudável, mais crítica e com mais acesso, e que realmente lute pelos seus direitos. Porque o meu legado eu já tô deixando, eu não sei se amanhã vou estar. O que importa é o que eu deixei na cabecinha de cada um, esse incômodo. Essa é a função de educar ali dentro do território, de tentar colocar um mosquitinho dentro da cabeça da pessoa.

NILZA ROGÉRIA

O Educap teve suas raízes em um movimento coletivo que começou com ações de prevenção na área de saúde. Inicialmente, Lucia trabalhava com educação, mas passou a focar intensamente na saúde sexual e reprodutiva, devido ao aumento de casos de gravidez na adolescência e de HIV/Aids no final dos anos 90. Em 2000, ela conheceu o Ccedaps, um centro de promoção de saúde que gerencia uma rede chamada Rede de Comunidades Saudáveis. Foi então que Lucia começou a compreender a importância de uma ONG.

Em 2007, uma tragédia atingiu o Complexo do Alemão com a perda de 21 jovens em uma chacina. Durante esse período, Lucia e os jovens da comunidade começaram a se reunir e decidiram criar um espaço de referência. Embora trabalhasse no Jacarezinho, ela sentia uma forte vontade de estabelecer algo no Alemão. Em oito de março de 2008 nasceu o Educap. Com o apoio da Fundação Ford, que durou dois anos, eles conseguiram seu primeiro espaço.

O trabalho é constante, com foco na transformação social. Lucia vê o ativismo como um caminho para melhorar a comunidade. Com inúmeros jovens e organizações

trabalhando juntos, o plano de políticas públicas do Complexo do Alemão está sendo usado como exemplo para outras comunidades.

LUCIA CABRAL

Hoje o Educap tem um espaço onde já teve vários projetos, vários apoios. Hoje a gente tá em parceria com Cedaps na construção desse projeto aqui, que atende 22 jovens em vulnerabilidade social, na formação do mercado de trabalho. A gente tem um reforço escolar, tem o trabalho com as famílias, de acompanhamento com as famílias. A gente tem um serviço e convivência, e tem o juventude de direitos humanos, que a terapia ocupacional da UFRJ atua com adolescentes na segunda de manhã e às quintas à tarde, e nas segundas à tarde tem uma equipe trabalhando um outro projeto com criança, com a terapia ocupacional da UFRJ.

NILZA ROGÉRIA

No final de 2009, devido à violência, eles perderam o local alugado. Em 2010, uma nova oportunidade surgiu com o Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, que doou um espaço anteriormente usado como canteiro de obras. Nesse lugar, o Educap estabeleceu suas bases formais, com a criação da ata, do estatuto e a legalização da ONG, em cinco de novembro de 2011.

LUCIA CABRAL

Ocupação do espaço da favela, quando a gente começa a ter consciência, a gente entende que já ocupou. Você tá ali, tem que arregaçar as mangas e enxergar que você pode fazer o diferente ali. Mas os desafios são muito grandes porque hoje eu tô sem patrocínio, o único patrocínio que a gente tem é desse pequeno projeto. O resto a gente leva a pulso. Então é o olhar de quem tá fora.

Enxergar que você tá ali, que tá fazendo algo, que você também pode fazer parte da mudança dessa realidade, entendeu?

Esse é o maior desafio. De resto a gente vai tirando de letra, construindo o caminho, arregaçando as mangas e fazendo o que a gente tem que fazer. Porque acho que muito da nossa fé é aquela coisa de alguém nos guiar, alguém lá no passado que tentou fazer veio em mim e falou, “você tem que fazer e você vai realizar”, e você vai tentando porque a gente não pode nunca parar nem desacreditar que a gente tá fazendo a diferença. Senão a gente para de fazer o que a gente tá fazendo e vai fazer outra coisa. Acho que é isso, é fortalecer. Desde o momento que eu tô ali, eu tenho que fortalecer a todos que me cercam, e fortalecer ainda mais a visão desse jovem, para que veja um futuro melhor, que eles sejam jovens futuristas, que enxergam a potência neles no lugar, no território, na cidade.

A gente não pode ficar presa também dentro do território. A gente tem que ir para o mundo para entender que o mundo existe. Desafios existem, né? E que esses jovens possam ultrapassar essas barreiras. Por isso que hoje a gente tem um número grande de favelado dentro das universidades. Por quê? Porque acreditou em si e acreditou que podia ultrapassar as barreiras.

LUCIA CABRAL

O ativismo fez com que a gente entendesse que a gente precisa sinalizar o que a gente quer, não o que o Estado, o que o governo quer. Mas o que a gente quer, a gente tem que brigar por isso. A gente discute cultura, a gente discute comunicação, a gente tem uma potência que eu vou nas comunidades, que é em comunicação, então no plano de ação de políticas públicas do Complexo do Alemão, a gente teve alguns encontros pra discutir a arte e cultura. A gente tem que começar a ocupar os espaços que são nossos, porque a gente não entende que aquele político, que tá fazendo a política do país, foi colocado pra te representar ali. Ele tem que escutar e é isso que a gente tá meio que cobrando, e tem muito jovem nesse meio.

NILZA ROGÉRIA

Lucia participou da primeira conferência de segurança pública realizada no Brasil, em 2003. Naquela época, também atuou no centro de referência de direitos humanos para discutir essas questões.

LUCIA CABRAL

A gente também foi no centro de referência direitos humanos para discutir essas questões, mas ainda assim, por mais que a gente tenha conselhos colegiados que discutam essa questão de segurança pública, ainda assim a gente continua tendo aquele capitão do mato que no passado teve, é isso que acontece, quanto mais exterminar morador de favela, a política pública de segurança fica satisfeita. Mas seria o contrário, né? Porque dentro do mundo tem plantação de maconha, Tem fábrica de arma, onde tá essa fábrica de arma e onde está o maior produtor de maconha, de coca, de outras drogas? Então a gente tem que pensar muito. A gente ainda vai enxugar muito gelo, vai vir muito isso, porque a gente tem um país que trabalha para exterminar o pobre. Trabalha para fazer com que esse pobre seja mais pobre. A partir do momento que esse pobre, essa pessoa de baixa renda, essa pessoa de vulnerabilidade social se enxergasse enquanto cidadão ou buscar mudar sua realidade, porque oportunidade tem, eu acho que a gente teria um mundo muito melhor. Um Brasil muito melhor. Afinal de contas, a gente tem um país riquíssimo em natureza, em alimentação, em água, em tudo, mas a gente tem isso que a gente vive, que é esse

capitalismo, né? Porque tem gente que quanto mais tem, mais quer. Veja a versão do nosso ex-presidente, ele queria tudo para ele.

LUCIA CABRAL

Esse enfrentamento nesse país, segurança pública, ter acesso à educação de qualidade, à saúde de qualidade, a lazer e cultura, a gente vivencia. Aqui no Brasil segurança pública é sinônimo de violência e morte.

NILZA ROGÉRIA

A favela é um microcosmo da sociedade, um reflexo das desigualdades e das contradições do mundo. Mas é também um lugar de resistência, onde a força das mulheres, como Lucia, se manifesta de forma inspiradora. As sementes da educação plantadas por ela ainda vão gerar muitos frutos.

LUCIA CABRAL

Eu acho que a gente cria uma flor. Se a palavra favela tem uma potência, a gente descobre desde criança que favela é uma árvore, né? E que a árvore tem copa, raízes, ela tem o seu caule, ela cresce, dá folhas, flores e frutos. Então acho que isso é muito da mulher.

Se a gente parar para pensar, e essa representação da palavra é muito forte, quando a Rô falou do Mulher de Favela, a gente pensa muito. Isso me remete muito a essa árvore, que é uma árvore que... que a natureza... ela resiste muito mais que o ser humano. Porque uma árvore pode viver bem 200 anos, e ela vai dar o seu fruto, ela vai deixar essa planta. A mulher, e eu sei que tem muita mulher que não tem filho, tudo bem, mas a maioria das mulheres tem esse fruto, e desse fruto nascem outros frutos. Então eu acho que é isso, que é resistência, e para o futuro, pra continuar e para sempre. A gente deixa as raízes, a gente é essa coisa, não é porque ouvi dizer assim.

NILZA ROGÉRIA

Com uma jornada cheia de desafios, Luúcia continua acreditando no poder da educação e na força da comunidade para construir um futuro melhor. O Complexo do Alemão, para ela, é um lugar de resistência e esperança, onde cada ação e cada projeto contribuem para um amanhã mais justo e igualitário.

NILZA ROGÉRIA

Este foi mais um capítulo de “Mulher de favela”. Até a próxima.



Ben Saber
CAPÍTULO 4: VANESSA DAYA
NA COMUNIDADE

ROTEIRO
EP. VANESSA DAYA
AUDIOLIVRO "MULHER DE FAVELA"

VANESSA

Eu amo empoderar outras mulheres. Eu amo empoderar esses adolescentes. Eu amo dizer para eles que a educação é um caminho, a educação vai te salvar.

VANESSA

Eu tenho um filho de 22 anos que acabou de voltar de um intercâmbio na França. Então, quando olho pra trajetória da Vanessa, quando olho sobre tudo aquilo que eu vivi, vejo o meu filho, quando vou para o Galeão, tenho a oportunidade de colocar o meu filho naquele avião, eu falo: "Deus! É a realização". A concretização do sonho de alguém que não parou diante das circunstâncias. É fácil? Não, não é fácil, mas é como eu tô dizendo. Eu busquei esse acolhimento. Eu busquei esse atendimento. Eu busquei ajuda. Qualquer pessoa que chegasse do meu lado e falasse para mim sobre uma oportunidade, eu agarrava aquela oportunidade. Eu queria demais aquela oportunidade.

NILZA ROGÉRIA

Essa é Vanessa Daya, uma mulher que impacta a comunidade Buriti-Congonha com o Projeto Ler e Saber. Através da educação e da leitura, Vanessa transforma realidades, trazendo esperança para a favela e seu entorno, no bairro de Madureira, na Zona Norte do Rio de Janeiro.

Eu sou Nilza Rogéria e convido você a conhecer a história dessa mulher, que faz de cada oportunidade uma chave para mudar vidas.

Esse é mais um capítulo do audiolivro “Mulher de favela”.

NILZA ROGÉRIA

Nascida na Tijuca, Vanessa Regina Ribeiro de Oliveira dos Santos não iniciou sua trajetória de vida em uma favela. Quando ela tinha oito anos, sua família deixou a casa de vila onde morava, depois que o pai perdeu o emprego em decorrência do alcoolismo. No dia oito de agosto de mil novecentos e oitenta e oito, eles chegaram à favela de Congonha, em Madureira. De uma casa estruturada, Vanessa e a família passaram a viver em um barraco. Realidade diferente da que ela estava acostumada. E apesar de ser um mundo distante do que a menina conhecia, foi nesse lugar que ela encontrou sua força. Em uma infância marcada por dificuldades, ela cresceu e entendeu o valor da luta e da resiliência.

VANESSA

Eu lembro exatamente como a gente chegou em Madureira, porque nós chegamos numa Kombi aberta, minha mãe grávida do meu do meu irmão caçula. E eu e meus quatro irmãos assim, parecia uma boleia mesmo. O pessoal fala em boleia, né? Na roça... Parecia uma boleia, a gente estava assim em cima dessa Kombi, junto com os móveis, e a gente chega no Morro da Congonha. Eu lembro exatamente como era aquele lugar, era uma subida. Uma ladeira sem nenhum asfalto, sem nenhum tipo de saneamento básico. Foi algo que marcou muito a minha infância.

VANESSA

Hoje, a gente olha para as favelas e a gente vê saneamento básico, a gente vê água chegando. Naquele momento não tinha nada disso, mas eu tive uma infância feliz. Eu tive uma infância onde eu podia correr, soltar a pipa, eu era muito moleca, junto com os meus irmãos. Então é a minha infância. E foi uma infância muito dura, porque a gente sai de uma casa onde eu não tinha que carregar água para ir para uma comunidade, para uma favela, onde a gente tinha que carregar a água. Fui para uma casa que não tinha descarga. Então hoje, quando eu olho criança ainda vivendo nessa situação... A minha memória afetiva ela me leva muito pra este lugar de onde eu saí, mas eu fui feliz.

NILZA ROGÉRIA

Aos 16 anos, Vanessa se viu mãe pela primeira vez. Uma gravidez precoce, que despertou nela a consciência do que realmente queria para a própria vida e de seu

filho. Foi nesse momento que ela percebeu que não queria criar o menino no mesmo ambiente de violência e falta de estrutura em que vivia. Aos 21 anos, veio outra gestação, e Vanessa assumiu sozinha a criação de dois filhos. Sem apoio dos pais das crianças e sem estrutura para dar o que elas precisavam, ela enfrentou uma das fases mais vulneráveis de sua vida.

VANESSA

E eu fui mãe solo nesses dois momentos. Esses dois relacionamentos não deram certo e eu me vi no momento onde eu tinha duas crianças, não tinha nenhuma estrutura, e eu olhava para aquilo, para aquele momento que eu estava vivendo, e dizia que não queria viver a mesma coisa que minha mãe viveu, que era um ciclo de violência, um casamento fracassado, porque tem uma questão na mãe solo que a mulher sai do vitimismo. Muitas mulheres saem do vitimismo e querem ser a Mulher Maravilha. A Mulher Maravilha é uma figura de quadrinhos. Ela existe, é ela. É um desenho, ela é um personagem, mas ela não existe. Tem uma galera hoje que levanta uma bandeira muito “ai, eu sou mãe solo, tá? Tudo bem, eu consigo, dou conta”. Não, eu não dava conta. A responsabilidade daquelas duas crianças não era só minha, mas eu vivi um momento onde os pais não queriam assumir a responsabilidade dos seus filhos. E não é “tá tudo bem”. Para mim não estava tudo bem, porque sei o tipo de vulnerabilidade que passei com essas duas crianças.

NILZA ROGÉRIA

Houve dias em que faltou comida para pôr à mesa. Num desses momentos, Vanessa chegou a um ponto de doação e, tarde demais, só encontrou um legume: o nabo. Mas foi com esse simples nabo que ela mostrou aos filhos a força do cuidado e do carinho, transformando um dia de escassez em uma memória afetiva que hoje eles lembram sem dor.

VANESSA

Antes da história de superação a gente tem a história da vulnerabilidade, e a vulnerabilidade foi um dia em que eu só tinha arroz e feijão para colocar no prato dos meus filhos, e não tinha nenhum tipo de mistura, de proteína, de nutriente, não tinha, só tinha arroz e feijão.

VANESSA

Mas naquele momento eu me vi com aquele legume na mão e vi que era a única coisa que eu podia colocar de diferente no prato dos meus filhos. Então eu fiz aquele nabo, eu cozinhei com tanto amor, com tanto carinho, que meus filhos até hoje conseguem se lembrar dessa história e não ter momentos de dores. Não existe dor nos meus

filhos. Existe dor em mim. Eu tive muitas dores, mas eu conseguia me reinventar no meio de todas essas situações. Trago essa situação deste dia, é exatamente isso, para que outras mulheres entendam que a gente não pode romantizar essa carreira de mãe solo. Porque quando uma mulher é mãe solo, é porque alguém deixou de fazer a sua parte, então naquele momento, os pais dos meus filhos deixaram de fazer a parte deles.

NILZA ROGÉRIA

Em 2010, vanessa chegou ao Instituto Dara, um Programa de Suporte a Famílias Vulneráveis, em busca de tratamento para a condição respiratória de sua filha. Para ela, o apoio do instituto foi muito além: Vanessa viu ali a chance de se reinventar. Participou de cursos e do voluntariado, recuperando a autoestima e construindo uma nova identidade.

VANESSA

Eu vi ali uma oportunidade de crescimento. Por quê? Eu não ia para o Instituto Dara, para o saúde criança, como outras mulheres iam. A gente tinha o setor de acolhimento, assistentes sociais, advogados, uma série de profissionais que estavam ali disponíveis para nos atender. Não só atender a criança que era acompanhada no Hospital da Lagoa, mas atender esses pais porque, exatamente isso que falei anteriormente, essa situação de vitimismo, eu não queria estar no lugar da vítima, eu queria estar no lugar da mulher que ia transformar sua vida. Vi a oportunidade de fazer cursos, a oportunidade de prestar serviço voluntário dentro da instituição, porque eu vi aquele acolhimento, vi aquelas pessoas se doando para as mulheres que passavam por ali. Eu disse “eu quero ser igual a elas”. Eu queropoder também transformar a vida de outras mulheres. É a sororidade que a gente sempre fala hoje. Ela precisava ser real para mim, porque estava sendo real naquele momento, quando fui acolhida e aproveitei tudo que o Dara me deu, todos os cursos. O que tive a oportunidade de fazer eu fiz. Todas as reuniões, todas as pautas.

NILZA ROGÉRIA

Ao longo do processo, Vanessa teve o apoio da doutora Vera, que a ajudou a enfrentar traumas e romper ciclos negativos. Esse suporte foi fundamental para que ela reconhecesse suas qualidades e talentos, transformando a vida e inspirando seus filhos, que hoje alcançam novas possibilidades. No Dara, Vanessa encontrou não apenas apoio, mas a força para reescrever sua história.

VANESSA

Eu sofri tanto na minha trajetória, no meio do caminho, porque naquele momento eu já estava casada. E eu não conseguia ter um bom relacionamento com meu marido,

porque naqueles dois relacionamentos anteriores eu tive muita violência, era refletida dentro do meu casamento, e eu precisava de ajuda porque vi o ciclo de violência que a minha mãe viveu. Comecei a ver que na minha vida estava sendo reproduzido o mesmo ciclo de violência, e eu comecei a reproduzir esse ciclo de violência com meu marido quando busquei a ajuda da doutora Vera. Ela começou a identificar pontos que eu não consegui identificar. Ela me fez escrever uma carta para mim e naquele momento em que eu começo a escrever a minha carta para mim, eu começo a ver que realmente tenho muitas qualidades. Porque a gente vai colocando defeito, né? A gente tem a arte de se colocar defeitos. Eu comecei a ver que a Vanessa não é tão... Sim, tem gravidez com 16 anos, mas não diz quem você é. Tem gravidez novamente aos 21, também não diz quem você é. Entendi naquele momento que eu era alguém que tinha muitos dons, talentos, e que eu precisava usá-los.

VANESSA

A gente precisa sair desse lugar de fala e ir para um lugar do cuidado, e para a prática, porque eu fui cuidada quando dona Vera fala para mim “escreve uma carta para você”. Cuidou de mim e naquele momento ela me abraçou com uma caneta e um papel

NILZA ROGÉRIA

Vanessa criou o projeto Ler e Saber na Favela Buriti-Congonhas inspirada por uma professora, Tia Graça, que lhe deu seu primeiro livro, *A Bolsa Amarela*, de Lygia Bojunga. Por ter crescido em um lar vulnerável, o livro foi o primeiro objeto somente seu, em uma infância onde tudo era compartilhado. Tia Graça acolhia crianças em sua casa para reforço escolar e mediação de leitura, ensinando com afeto. Isso inspirou Vanessa a desejar um dia fazer o mesmo.

VANESSA

A tia Graça recolhia aquelas crianças que tinham interesse em ir para casa dela para poder fazer o reforço escolar. E aí ela trabalhava com a gente de uma forma tão afetuosa que as lembranças que eu tenho ainda hoje, depois de tantos anos, são muito claras para mim. Eu lembro que nós sentávamos na sala da casa dela, era uma mesa grande, e ela colocava aquelas crianças sentadas, ela dava o nosso almoço, nós almoçávamos, mas depois a gente voltava a fazer os trabalhos da escola a fazer a mediação de leitura. Ela gostava de fazer a mediação de leitura conosco. Assim é a minha história. Ela começa com uma admiração por uma professora, eu admirava demais o trabalho que ela fazia. Eu dizia sempre que um dia, quando crescer, quero ser igual a tia Graça.

NILZA ROGÉRIA

Em 2015, ao ver crianças pedindo pela roda de leitura que organizava aos domingos, Vanessa decidiu agir. Hoje, o Ler e Saber atende 140 crianças e oferece mediação de leitura e uma biblioteca comunitária nomeada em homenagem à Tia Graça.

VANESSA

Num dia em que eu estava muito triste, eu lembro exatamente o dia, era 14 de abril, eu tô subindo na rua da minha casa, consciência com sentimento de potência, dizendo assim, “meu Deus, tem tanta criança lá, eu preciso fazer alguma coisa. O que eu posso fazer para acolher essas crianças, tirar as crianças da rua?”. E essa voz, que eu entendo que é a voz de Deus, uma voz doce, suave, fala comigo. “Tira o seu sonho do papel.” Mas eu falei “Deus, como vou tirar o sonho do papel, não sei como fazer”. Mas eu já tinha um nome. Na comunidade, no dia, já tava ligando para os meus amigos e falando, “Deus me deu um sonho, falou comigo e colocou esse sonho no meu coração. Eu preciso de você”. E foi assim muito tranquilo, porque as pessoas foram aceitando. Sabe quando você liga para alguém que você acha... “Fulano não vai aceitar”, eu vou falar só por falar, mas a pessoa não vai aceitar. E a pessoa aceita. Você fala, “ih, aceitou”, então é exatamente isso.

NILZA ROGÉRIA

O Ler e Saber nasceu em 8 de agosto de 2015, inicialmente sem um espaço fixo. Vanessa realizava as atividades na quadra da comunidade, mas sempre sonhou com uma biblioteca, onde as crianças pudessem escolher livros e conhecer autores, promovendo uma experiência rica em mediação de leitura. Um dia, durante uma ação na quadra, houve um tiroteio, e uma criança correu em direção ao perigo. Esse episódio levou Vanessa a perceber que era necessário um espaço mais seguro.

VANESSA

Nós estávamos fazendo uma ação na quadra da comunidade com as crianças, era a semana nacional do trânsito, e eu queria fazer alguma coisa falando sobre trânsito. Porque eu estava fazendo da auto-escola, e aí conversei com o meu professor de teórica da auto-escola. Ele falou, “vou lá, semana do trânsito”. A gente levou cone, montou um circuito. Estava uma graça a atividade que estávamos fazendo. De repente, quando a gente olha, a gente ouve um barulho que a gente reconhece, de tiro, e eu vejo um cara correndo para cá e o policial correndo atrás dele. Ele vindo e o policial vindo atrás dele e atirando.

É algo que foi muito surreal, porque a gente estava no meio daquele fogo cruzado, e uma criança se desespera e sai correndo em direção a eles. Naquele dia eu entendi

que não dava mais para ficar ali. Falei assim, “a gente não tem mais como trabalhar na quadra. A gente não tem mais como trabalhar a céu aberto. Eu acho que a gente precisa agora procurar um espaço para montarmos a biblioteca”.

NILZA ROGÉRIA

Foi a partir desse momento que Vanessa começou a buscar um lugar fixo para a biblioteca. Depois de um ano e meio de reformas, com doações de amigos e pessoas que acreditaram no projeto, a biblioteca foi inaugurada em 19 de novembro de 2019. Foi um trabalho coletivo, sustentado pelo querer das crianças e pelo sonho de Vanessa de transformar a realidade da comunidade através da leitura.

VANESSA

A história do Ler e Saber é uma história de superação. Eu não falo da Vanessa. Eu quero falar dessas crianças. Eu quero falar desse espaço. Eu quero falar de ser um canal, eu sou somente um canal, eu sou somente alguém que se colocou à disposição. Mas aquela obra foi feita pelas crianças. Ela foi inaugurada por conta dessas crianças. Aquele espaço existe por conta daquelas crianças, que, em algum momento da minha vida, me salvaram, me fizeram crer que realmente vale a pena. Então eu quero dizer que tem livro, leitura e muita informação chegando para as crianças da Congonha.

NILZA ROGÉRIA

O Projeto Ler e Saber não atende somente as crianças. Ele também se destina aos adolescentes e jovens da favela. Nos encontros do cine conversa e convivência, Vanessa usa livros que falam a linguagem da periferia.

VANESSA

A gente tem um projeto chamado Cine conversa e convivência, que é com os adolescentes. E existe um escritor chamado Jessé Andarilho, que é um escritor periférico lá de Santa Cruz, e o Jessé escreveu um livro chamado *Fiel*. Esse livro descreve o seu cotidiano, a sua rotina dentro do trem, e ele consegue publicar esse livro. Ele fala muito a linguagem da favela, linguagem da periferia. Ele conta a história de um menino de 16 anos que virou o dono, o gerente do tráfico, algo assim na sua favela, e isso é status. Infelizmente, mas é a verdade das periferias. Não é uma verdade que eu queria que fosse. Mas é uma verdade. A gente vai fazer um trabalho com esse livro. E vou falar de mobilização. A partir desse livro nós fizemos esse trabalho, distribuímos, compramos 16 exemplares, porque eram 16 adolescentes, distribuímos e falei que queria uma resenha. Eu quero um clube do livro. Eu quero uma resenha. Vocês precisam ler os três primeiros capítulos, só que nesses três primeiros capítulos eles

começaram a se identificar e foram. Leandro e a mãe perguntando “o que é que você não tira o olho desse livro?”. Uma adolescente largou o celular e foi fazer a leitura. Foi a partir deste livro que as mães começaram a ir para a biblioteca. A partir deste livro, o movimento que a gente queria fazer há tanto tempo. Trabalhando desde 2015, nós não conseguimos fazer. A partir desta resenha com o livro *Fiel*, a gente conseguiu fazer a mobilização. Essas mães, os pais, começaram a vir, começaram a despertar o interesse.

NILZA ROGÉRIA

Com isso, as mães começaram a frequentar a biblioteca, reconhecendo a seriedade do trabalho e o valor deste espaço para suas famílias. Ainda assim, manter o projeto ativo é desafiador. Vanessa enfrenta dificuldades para mobilizar os adultos, em especial as mães, pois muitas estão sobrecarregadas com as responsabilidades do dia a dia. Através de rodas de conversa, ela cria um espaço de escuta e acolhimento, trazendo temas como o luto, permitindo que essas mulheres expressem suas dores e busquem apoio terapêutico.

VANESSA

Quando a gente fala de empoderamento, a gente precisa falar sobre pertencimento, fazer com que eles entendam que aquele espaço é deles. A gente trabalhava muito com criança, trabalhava muito com os adolescentes, e não trabalhava com os pais. Eu lembrei de algo que a doutora Vera fez comigo através da carta, através de se reconhecer. Foi exatamente desse jeito que chamei as mães e falei, “tô querendo fazer uma roda de conversa com mulheres. Eu queria muito ter a participação de vocês. A gente queria ter um lugar de escuta, porque eu entendo que você trabalha, o teu cotidiano, a tua rotina. Você às vezes não tem tempo nem para conversar com a sua amiga. Tu pode vir para cá e despejar o teu dia que a gente vai estar aqui para te ouvir”. No início, vinham cinco mães. Duas, três, quatro mães... e a gente continua fazendo esse trabalho de 15 em 15 dias, todas as segundas-feiras, trazendo temas. Um dia, a partir do meu momento de luto, perdi a minha mãe dentro da pandemia, e eu disse assim, “vou trazer o tema dessa roda, vai ser luto, a gente precisa falar sobre morte”. E por que eu queria falar sobre morte? Porque eu tinha naquele grupo mães que tiveram filhos assassinados dentro daquela favela, e que a gente via que essas mulheres estavam prostradas porque não puderam enterrar os seus filhos, não puderam chorar pelos seus filhos, e eu queria muito falar sobre isso, era algo que pensava muito dentro de mim. Eu não queria trazer esse assunto para saber como foi, porque isso a gente vai sabendo no boca a boca. Eu queria que essa mulher conseguisse expressar, falar da dor dela, porque a partir daquele momento que ela conseguisse falar da dor dela para alguém, ela ia procurar uma ajuda terapêutica, que era aquilo que nós tínhamos certeza que ela precisava.

NILZA ROGÉRIA

As mulheres foram essenciais na caminhada de Vanessa e na mudança da comunidade. Apoiada por essa rede feminina, ela se descobriu e, agora, estende a mão para que outras mulheres possam caminhar ao seu lado, transformando vidas e fortalecendo laços. Isso é o que ela chama de sororidade.

VANESSA

A minha trajetória vai se construindo a partir do momento que eu conheço essas mulheres que são potências e que querem potencializar outras mulheres. Então não dava para ser diferente, né? Eu posso citar nome de mulheres que eu tinha uma admiração profunda na minha adolescência, que eu olhava para aquelas mulheres e dizia, “eu quero ser essas mulheres”. Tinha a Sandrinha, Sandra Nogueira, que era uma das líderes comunitárias do Morro da Serrinha. A gente tem Tia Guará, né, tia Guará que também foi uma mulher líder comunitária do Morro do Cajueiro. Eu olhava para aquelas mulheres e dizia assim, “eu quero seguir esse espaço” Porque eu via o resgate que essas mulheres faziam com outras mulheres. Em suas situações de vulnerabilidade, eu vi o que essas mulheres faziam com os adolescentes, com os jovens, dentro dos seus territórios. Via essas mulheres trazendo recursos de fora, pra atender a demanda desse jovem, dessas mulheres. A gente precisa potencializar.

NILZA ROGÉRIA

Vanessa é uma mulher que não se curva diante das dificuldades. Ela atua para tornar Buriti-Congonhas e todo o bairro de Madureira um lugar de esperança e oportunidades. Sua dedicação transformou a Biblioteca do Ler e Saber em um símbolo de resistência, acolhendo sonhos e inspirando crianças, adolescentes e suas famílias.

Eu sou Nilza Rogéria.

Este foi mais um capítulo do audiolivro “Mulher de favela”. Até a próxima.

ment deci
disperse the pa
tions will be h

ill be time to
ent and begin
ee trade zon
iv have cu
y apply t
g it to
like tec
ountrie
to b
address
stor

or t
the
iden
alem
ted
e
hoo
ve
als
m
iss
e

REVOREDO

CAPÍTULO 5: SOLANGE REVOREDO

ROTEIRO
EP. SOLANGE REVORÊDO
AUDIOLIVRO "MULHER DE FAVELA"

SOLANGE

Acolhimento nunca passou pela minha cabeça. Até porque eu estava necessitando do acolhimento. E ali começou o primeiro pedido de ajuda, e aí ferrou. "O que vou fazer agora?" Mas, ao mesmo tempo, não posso deixar de acolher essa mulher que está precisando de ajuda. Estando na situação dela, o que eu poderia fazer?

SOLANGE

Eu acho que é o que sempre falo, nenhum relacionamento começa no feminicídio. Ninguém chega e mete uma arma na tua cara, ou quebra o teu nariz com uma testada, entendeu? Então, a gente tem que prestar atenção nos sinais. E não ignorar os sinais porque você está apaixonado. A gente tem que enxergar as pessoas como elas são.

SOLANGE

Acho que a forma de a gente se prevenir é a gente ter esse olhar. Independentemente de ser as guias, de fato, só a prevenção. Nunca deixar chegar lá. Se você percebeu que não está legal logo no início, pula fora. Não tenta consertar relacionamento.

NILZA ROGÉRIA

O fogo é calor e luz que precisa queimar para existir, entrar em combustão. E se o sol é feito de fogo podemos dizer então que ele queima e renasce a cada segundo?

Hoje quem nos conta a sua história é a Solange, que tem Sol no nome, também é ventania, luz, calor e afeto. Afeto que teve que renascer para reerguer outras mulheres, que também precisam ser sol.

Eu sou Nilza Rogéria e esse é o “Mulher de favela”.

NILZA ROGÉRIA

Solange Revorêdo, nascida em Caxias e criada em Nova Iguaçu, mãe de dois filhos, após vivenciar uma situação de violência que quase tirou sua vida, decidiu transformar sua dor em uma rede de apoio para outras mulheres. Desde então, Solange se dedica a essa missão, fundando o Instituto GRAM, Grupo de Apoio à Mulher, em 2010, enquanto trabalha como agente de saúde comunitária na Ilha do Governador, no território do Bugui Ugui. Em um contexto de poucas referências e apoio, ela encontrou nas redes sociais uma maneira de criar um espaço seguro, onde mulheres em situações de vulnerabilidade pudessem encontrar informação e ajuda.

SOLANGE

Naquela época, eu estava saindo do Orkut, entrando para o Facebook, e não tinha página de referência de nada. Comecei, eu mesma, vivenciando a situação. Comecei a conhecer o centro integrado de atendimento à mulher, o centro de referência especializada de atendimento à mulher. Eu falei assim, “se isso está servindo para mim, pode servir também para outras pessoas”.

Eu vou criar essa página, porque se existisse essa página, eu não teria peregrinado tanto. Mas, ao mesmo tempo, também é para mim, porque fui hoje ali, no centro de referência Simone de Beauvoir, e se amanhã eu precisar voltar, sei onde vou buscar o endereço. E aí fui colhendo informações e colocando ali.

SOLANGE

Acolhimento nunca passou pela minha cabeça. Até porque eu estava necessitando do acolhimento. E ali começou o primeiro pedido de ajuda, e aí ferrou. “O que vou fazer agora?” Mas, ao mesmo tempo, não posso deixar de acolher essa mulher que está precisando de ajuda. Estando na situação dela, o que eu poderia fazer?

NILZA ROGÉRIA

Foi em busca de apoio que Solange conheceu o Centro de Referência Simone de Beauvoir, o que a inspirou a estudar sobre a filósofa e a compartilhar essas referências em sua página, inicialmente criada apenas para difundir informações. E nesse momento, sem planejar, Solange começou a receber pedidos de ajuda através de suas redes sociais. Mesmo em meio à sua própria jornada de cura, decidiu acolher a primei-

ra mulher que procurou apoio. Assim, nasceu uma rede entre mulheres de diferentes regiões, do Rio de Janeiro ao Ceará, Rio Grande do Sul e Brasília.

SOLANGE

A gente sempre fala que existem estágios de fortalecimento. Eu já tinha, naquela situação, saído da situação de violência, mas ainda estava me fortalecendo. Eu já poderia acolher uma pessoa que estava em situação de violência. Pela minha experiência de vida.

Falei assim, “vai ligar para o 190, vai na DEAM (Delegacia de Atendimento à Mulher), vai no Centro Integral de Atendimento à Mulher, vai onde tiver”. Ia passando, naquela época, na rede que tinha, que ainda era um pouco limitada, mas a gente ia conseguindo fortalecer as outras mulheres com essa mínima, ínfima informação que a gente tinha, mas já ajudava. E começamos em cinco.

Aí criamos o grupo no Facebook. Depois que foi criado o WhatsApp, nós migramos para o WhatsApp. Depois de criar o Instagram, a gente fez a página no Instagram. Apareceram também não só pedidos de ajuda, mas pessoas querendo se voluntariar.

NILZA ROGÉRIA

No Dia da Mulher de 2024, Solange esteve no Santuário de Maria Navalha, na Lapa, onde falou sobre o fortalecimento das mulheres por meio de suas próprias experiências. Em um momento de grande emoção, ela compartilhou como sua fé e sua religião afrodescendente foram fundamentais para sua sobrevivência e resistência. Para Solange, o acolhimento a outras mulheres não é apenas uma missão, mas uma expressão da força que ela encontrou dentro de si mesma, especialmente após sobreviver a uma tentativa de feminicídio. Ao ajudar outras mulheres, ela sente que se fortalece ainda mais, percebendo a potência dessa conexão.

SOLANGE

Então eu, particularmente, que sou de religião afrodescendente, as Iabás, as entidades, elas são umas potências que eu não consigo imaginar na Terra. E aí, quando eu me vejo sobreviver numa tentativa de feminicídio, acolhendo outras mulheres, eu sinto essa força dentro de mim.

Hoje o meu choro é um choro de contentamento, de felicidade, de transbordar. A minha fé. E assim... Diferente, eu vou parar dentro de um território hostil, em cima do morro, e sou escolhida para trabalhar no lugar mais vulnerável, mais perigoso do mundo.

E se eu disser que nada disso está ligado, seria muita ignorância da minha parte não conseguir enxergar o sagrado na minha vida. Eu consigo enxergar a todo momento.

NILZA ROGÉRIA

Quando fala sobre a violência contra a mulher, Solange ressalta que vai muito além da agressão física e que muitas mulheres não conseguem perceber isso. Ela também compartilha que passou 15 anos em um relacionamento abusivo, onde a violência que sofreu só foi reconhecida mais tarde, com a tentativa de feminicídio. Na época, sequer existia a lei que hoje classifica o feminicídio, e para ela, isso foi uma violência dentro da própria justiça, pois não houve reconhecimento da gravidade do que ela passou.

SOLANGE

E sobre o reconhecimento das violências, isso é muito interessante, porque eu começo a roda de conversa perguntando, numa sala cheia de mulheres, quem já sofreu violência? E elas... Nenhuma levantou a mão. E daí eu começo... Seu pai desejou você como mulher? Não. Seu parto foi um parto de fórceps? Alguém passou por violência obstétrica? Dentro da escola você sofreu bullying pela sua condição de cor e de cabelo? E dentro do ônibus alguém já recebeu alguma encoxada? Seu primo já passou a mão em você? E assim eu começo a desconstruir toda essa questão de... Você sofreu violência? Todo mundo já acha que é um soco na cara, né? E ali começa a roda de conversa, e a gente começa a descobrir histórias assim. Dentro do próprio grupo do GRAM, que a gente tem, no momento, 100 mulheres on-line em todo o país, a gente vê mulheres que entram muito, muito abaladas, porque estão arreventadas, às vezes com um soco no olho, sem um dente, tudo.

E aquele momento para ela é um momento de explosão. A gente tem que ficar ali, tipo... A regra do grupo é que quem entrar tem que falar até esgotar o que tem que colocar. E a gente percebe que aquela mulher que tomou um soco no olho, se a gente tiver mais um pouquinho de empatia e ouvir mais um pouquinho, aquela mulher sofreu abuso na infância, passou por várias situações de violência antes de receber esse soco no olho. Até a gente fazê-la entender que tudo aquilo que ela viveu também era violência, uma forma diferente de violência.

NILZA ROGÉRIA

Durante a pandemia, Solange acompanhou o caso de uma senhora casada há 45 anos e que, após sofrer uma tentativa de feminicídio do marido, passou a ser ameaçada pelo filho. Solange descreve como, mesmo diante de todas as dificuldades, a mulher foi recebida de forma desrespeitosa na delegacia. O investigador minimizou a situação, tratando como se a violência psicológica não fosse de fato

uma violência e desmerecendo sua denúncia. A medida protetiva foi finalmente garantida tanto contra o marido quanto contra o filho. Hoje, a mulher está bem, graças ao apoio que recebeu, mas Solange reflete sobre como, sem o fortalecimento necessário, muitas mulheres desistem de seus direitos e até da própria vida, diante da violência institucional.

SOLANGE

Muita coisa me chamou atenção na pandemia, mas eu nunca tinha visto a pandemia como uma arma para atingir a outra pessoa. Peguei um caso de uma vítima de violência em que o marido era negacionista e fazia a mulher... Trazia todo dia homens para dentro da casa dela para ver se em algum momento ela pegava Covid. Eu nunca tinha visto essa forma de... Essa arma de violência contra a mulher.

Eu nunca tinha visto aquilo. E ela falava que ele criava várias formas de ela se expor à doença. Meu Deus, como é que pode? A gente acha que já viu e ouviu de tudo e, infelizmente, não.

NILZA ROGÉRIA

O feminicídio não tem uma forma única, não há uma maneira clara de se proteger dentro de um relacionamento. Solange entende que, muitas vezes, a vítima é uma mulher que jamais imaginaria que sua vida está em risco. O parceiro calmo, aquele com quem compartilha o dia a dia, pode se transformar, de repente, em uma ameaça mortal.

Para ela, a verdadeira prevenção começa com a atenção aos sinais, com a percepção de que algo não está bem. Quando isso acontece, ela acredita que a melhor opção é sair, sem tentar “consertar” o relacionamento, como muitas vezes tentam fazer.

SOLANGE

A gente não sabe, tanto que já morreram juízas, delegadas, advogadas, CEO, enfim. Acho que a forma de a gente se prevenir é a gente ter esse olhar. Independentemente de ser as guias, de fato, é a prevenção.

Nunca deixar chegar lá. Se você percebeu que não está legal logo no início, pula fora. Não tenta consertar relacionamento. Eu fui para encontros de casais, fui para terapia. Fui para terapia sozinha, para fazer encontros de terapia de casal. Então, a gente chega num ponto que a gente tem essa mania de querer resolver as coisas sozinha e achar que dá conta de tudo.

Tu encontrou aquele cara com aquele bigodão, aquele pochetão, aquele jeito. Não, mas comigo vai ser diferente, porque eu sou a boazuda. Eu vou mudar tudo nele.

Não vai mudar. Se você começar tentando mudar o outro, já está dado o erro. Pode não chegar ao feminicídio, mas vai dar ruim em algum momento.

NILZA ROGÉRIA

Além de tudo o que enfrentou, Solange teve que lidar com o desafio de ser mãe de dois filhos. Quando ela sai da situação de violência, e seus filhos são encaminhados ao Centro de Referência Simone Beauvoir para um acolhimento psicológico. Desde cedo, eles passaram a compreender os tipos de violência e a identificar o que era certo e errado, o que deveria e o que não deveria ser feito.

SOLANGE

A gente também tem que ter esse olhar para a desconstrução do machismo entre as mulheres. Principalmente nós, que somos mães. Dentro do grupo, do GRAM, a gente também tem esse olhar. É uma desconstrução diária, constante. E a gente não pode deixar de enxergar e combater isso também.

A gente nunca viveu um matriarcado. Então a gente também não pode cobrar que a mulher seja, eu sou a descoladona! Isso não vai acontecer tão cedo, mas a gente está lutando para que isso aconteça.

Estamos aqui, né?

NILZA ROGÉRIA

Ter coragem não significa não ter medo, ainda mais onde não se tem escolha.

SOLANGE

Coragem eu acho uma palavra muito forte. No meu caso, posso dizer pela minha experiência, não é coragem. É falta de opção mesmo.

Porque depois de 15 anos dentro do relacionamento abusivo, tendo dependência emocional, você vai buscar uma zona de conforto naquele caos.

E vai querer se manter naquele caos. Só que eu cheguei num ponto, ou eu saía ou eu morria.

Porque fiquei desacordada 4 horas, tive que fazer uma tomografia computadorizada. Eu poderia ter ficado com sequelas. Se não tivesse rompido, poderia ter tido uma morte espontânea.

Então agradeço a hemorragia que eu tive. Que foi sangue de oiá me lavando, que aí eu me refiz. E não morri.

E depois que eu olhei para trás, não, eu tenho que sair, senão eu vou morrer. E que espaço, que vida que estou dando para os meus filhos presenciando isso. Então não é uma opção eu ficar mais.

Não é questão de coragem, é falta de opção mesmo. A gente tem que olhar e ver que ficar não é uma opção. É só isso.

NILZA ROGÉRIA

Solange sempre contou com uma rede de apoio sólida ao seu redor. Sua família a encorajava, dizendo que estaria ali para ela quando quisesse sair daquela situação. Além do apoio familiar, também recebeu ajuda de amigos, como sua amiga Francisca. Solange foi mãe de leite do filho de Francisca, e em momentos difíceis, Francisca se deslocava de São Gonçalo até a Ilha do Governador para levar salgadinhos, garantindo a merenda dos filhos de Solange para o mês inteiro.

SOLANGE

Vocês não têm noção como foi importante. Não me faltou nada, sabe? Eu consegui a ajuda da família, dos amigos, eu tive muito... Isso eu tenho que agradecer, porque fico hoje... Por isso que dou tanta importância no GRAM para quem não tem essa rede de apoio. Por isso que eu faço de tudo para fazer que o GRAM seja essa rede que eu tive. Eu tive uma rede de apoio muito boa.

NILZA ROGÉRIA

Apesar de ter uma rede de apoio, é normal também se sentir sozinha. A solidão às vezes preenche um ambiente cheio de gente. Mas solange sempre conseguiu não deixar esse sentimento dominá-la.

Na verdade, ela tira forças desse sentimento para acolher outras mulheres.

SOLANGE

Eu acho que eu me sentiria bem-realizada tendo uma casa de acolhimento para essas mulheres. Onde tivesse capacitação, um espaço para as crianças delas. Porque, como eu tive meus dois filhos, sei o quanto é importante você sair de uma situação de violência com um filho de oito anos e outro de quatro, um em cada mão, sabe? A gente não pode ignorar, entendeu? Às vezes quer levar um pet, que é importante para a família, e não pode.

Entrar num lugar onde você não tem um prazo para sair, entendeu? Esperar o tempo daquela mulher se fortalecer. Isso é muito importante. Tanto que no GRAM, a gente cadastra, acolhe e direciona. Não tem esse fluxo.

Seria, a gente cadastra, acolhe e fica. Fica lá. Usa como formação contínua de formação, usa para troca de experiência, usa para grupo reflexivo. E usa também para sair da situação de violência. Mas eu nunca vou falar, “vai embora”, tá entendendo? Em nenhuma situação. Não consigo.

Para mim, o coletivo só cresce.

NILZA ROGÉRIA

Nós, como sociedade, temos que aprender a julgar menos e o Estado tem que se engajar em capacitar a sociedade para lidar com todos os tipos de violência que as mulheres sofrem.

SOLANGE

Como é que ninguém vê? Ninguém enxerga que ela está passando por aquela situação. A gente tem que ter um olhar mais acolhedor, mais profissional, se eu for dentro das áreas. Não dá para você passar batido por uma mulher.

Ela tem que estar mesmo com o olho arrebentado para você enxergar que ela está em uma situação de violência. Será que é necessário? Onde é que a gente está falhando? O que a gente tem que fazer para que isso melhore? Essa questão fica muito na cabeça de cada profissional que está trabalhando e está acolhendo essa mulher. E fica essa aí essa pergunta na cabeça, essa provocação na cabeça das autoridades policiais, dos professores, dos profissionais de saúde, enfim.

SOLANGE

Se fosse visto como pandemia, como surto, será que as mulheres vítimas de violência contra a mulher teriam outro olhar? Fica mais uma vez essa pergunta. Se fosse ovid, as mulheres que morrem por dia, vítimas de feminicídio, a política seria a mesma? Então, mais uma vez fica essa pergunta. O que está acontecendo? Por que existe esse silenciamento? Por que não é olhado da forma e da importância que deveria ser? Qual representatividade a gente está tendo, politicamente falando, para não ter esse olhar? Então, a gente tem que rever muita coisa. Mas eu tenho muita

fé nas potências da mulherada que está chegando ali. Para mudar isso. Mary Brioli, Erika Hilton, Mônica Francisco, Mônica Benício.

SOLANGE

Porque tem gente que tem tanta opção de mulher potente. Eu acredito que o futuro está nas mulheres, sim. Porque elas têm um olhar empático, elas têm a vivência, elas têm a experiência desse olhar da política pública voltada para a gente mesmo.

Não vou esperar isso de um homem. Pode até acontecer, mas a probabilidade de você acertar seria votando em uma mulher.

NILZA ROGÉRIA

Para Solange, mesmo com tudo o que passou, o futuro das mulheres melhora através das mulheres. E é assim que mudaremos esse cenário de violência que muitas vezes vem do próprio estado quando não se tem capacitação e sensibilidade para acolher as vítimas. O GRAM é esse espaço de acolhimento, a Solange é esse espaço de acolhimento.

O fogo é calor e luz que precisa queimar para existir, entrar em combustão.

E dessa vez afirmo, o sol é feito de fogo que queima e renasce a cada segundo, assim como a Solange e todas as mulheres vítimas de violência que ela acolhe.



CAPÍTULO 6: MARCIA GREICE

ROTEIRO
EP. MÁRCIA GREICE
AUDIOLIVRO "MULHER DE FAVELA"

MÁRCIA

Nosso futuro é crescer e impactar dentro da comunidade, porque sou a única lá e sempre falo para ele que eu não posso ser a única que abra um projeto. Eu falo para as lideranças que tem dentro da comunidade. Essa quadra aqui fica vazia. Enche essa quadra aqui de projeto, entendeu? Eu dou uma força quando a associação vem conversar comigo. Se você foi conhecer meu trabalho lá, que eu não sabia, realmente tu é verdadeira.

MÁRCIA

Só quero melhoria. Mudança, transformação, porque vida é tudo, e vidas importam. Para mim, vidas importam, o ser humano importa.

NILZA ROGÉRIA

Essa é Márcia Greice, uma mulher que sempre encontrou força no cuidado com o outro. No complexo do fogueteiro, próximo à região central do Rio de Janeiro, ela se tornou referência para quem precisa de orientação, suporte e direitos. Foi através da escuta e da vontade de fazer a diferença que nasceu o comitê Márcia Greice, um espaço onde a solidariedade se transforma em ação.

Eu sou Nilza Rogéria, e convido você a conhecer a história de uma mulher que faz da ajuda ao próximo sua maior missão.

Esse é um capítulo do audiolivro “Mulher de favela”.

NILZA ROGÉRIA

Márcia Greice Brito Santo nasceu em Belém do Pará e teve uma infância marcada por mudanças. Entre o norte e o sudeste, sua vida foi uma constante reconstrução. A maior mudança aconteceu nos anos 90. Com a perda dos pais e sem recursos, ela precisou encontrar um novo começo. Foi assim que chegou ao complexo do fogueteiro, no Rio Comprido, Rio de Janeiro. Com os quatro filhos pequenos, ela encontrou na assistência social um suporte para superar as dificuldades.

MÁRCIA

Depois que perdi meus pais, passei por muita dificuldade. Eu já estava amasiada com pai dos meus filhos, então comecei a me apegar com assistência social. Foi quando me cadastrei com assistente social para eles me acompanharem por causa dos meus filhos, que eram pequeninhos. Passei por eles, e fiquei de olhos abertos, assim, abri meus olhos, e falei “que coisa maravilhosa”. Eu não falava não. Só pensava, não saía nada da minha boca, mas eu pensava “gente que roda de conversa maravilhosa no serviço social do município”. Eu fiquei apaixonada do atendimento que elas me davam, do acompanhamento com os meus filhos, e passei a morar com muita dificuldade. Quando eu perdi tudo, perdi muita coisa na minha vida e fui morar na comunidade. Eu não tinha experiência nenhuma de comunidade. Eu tinha até medo. Não impacto. Eu tive medo. Mas depois fui sendo muito bem atendida pela assistência social, aí aquele medo foi passando e eu disse: “o dia que eu sair dessa situação, vou fazer o mesmo serviço”. Como eu precisei, muitos estão aqui, estão precisando, e tinha vizinho meu lá também. Tinha vizinho com crianças especiais, e eu passei esses momentos. Também meus filhos especiais.

NILZA ROGÉRIA

O comitê Márcia Greice nasceu em 1996, dentro da varanda de sua casa, ainda sem telhado, mas já com uma missão clara: acolher quem precisava. Márcia começou como explicadora voluntária, reunindo crianças para ajudá-las nos estudos. Mas foi além. Sem dinheiro e com muita determinação, ela se aproximou da assistência social para aprender mais sobre como ajudar. Assim passou a atender quem estava na mesma situação que um dia ela enfrentou.

MÁRCIA

Eu vivi muito dentro de um hospital, também, com as dificuldades. Aí eu falei, vou planejar direitinho, mas tudo aqui, não escrevia nada, tudo aqui. Quando tiver minha primeira oportunidade, vou fazer uma instituição sem dinheiro nenhum. Era só isso, não precisa saber um projeto, né? Sem um projeto, comecei dentro de casa, na varanda. Não tinha nem telhado. Botava o sofá na varanda, aí quando chovia, a gente entrava todo mundo. Comecei a reunir as crianças. Fui explicadora primeiro. Explicadora do ensino fundamental, voluntariamente. E deixar as crianças na minha... no barraquinho dentro da comunidade. Um barraquinho, um pedaço de terra. No qual a gente foi patrocinada. Aconteceu. Comecei a conversar com as assistentes sociais. Eu queria aprender aquele serviço, ser uma profissional. Elas conversaram comigo, foram na minha casa visitar, falaram “você pode fazer com toda a sua liberdade”. Aí eu falei “mas não tenho que fazer um exame?” “Não, você começa pelo seu amor, que você tem.”

NILZA ROGÉRIA

E não parou por aí. Através do projeto, doou terrenos que tinha para que outras famílias pudessem ter um lugar para chamar de lar. Do barraco ao tijolinho, da casa simples à dignidade. Até hoje, ela acompanha cada pessoa que ajudou, provando que a solidariedade pode transformar vidas.

MÁRCIA

Não sabia nem por onde começar. Aí eu comecei a atender pessoas que tinham passado a mesma situação que eu passei. Crianças, mães, violência doméstica, pessoas que não tinham casa, habitações. O que eu mais atendia era a dificuldade habitacional. Comecei a criar um projeto que eu doava os meus terrenos, os terrenos que eu tinha lá, oito terrenos dentro dessa comunidade. Comecei a doar para as famílias. Eu falei assim. O primeiro que eu ganhei, eu vou dar. Começava a fazer uma triagem entre elas para ver a necessidade de ter um lar para suas crianças. Então eu dei meus terrenos para essas famílias, para construírem um barraquinho. Daqui a pouco um barraquinho, o tijolinho, e do tijolinho, uma casa. Eu acompanho até hoje, eu vou no lar delas. Pergunto como que elas estão. E a gente ajuda de outras formas. É isso.

NILZA ROGÉRIA

Além da questão da moradia, Márcia percebeu que a fome era uma urgência. Com o que ganhava, comprava cestas básicas e levava as famílias ao mercado para escolherem o que realmente precisavam. Sem se dar conta, sua casa se tornou um ponto de apoio para muitas pessoas. Com o tempo, a solidariedade se ampliou: veio a doação

de roupas, materiais escolares e até a montagem de lares para quem não tinha nada. Márcia já chegou a doar os próprios móveis para garantir dignidade a quem precisava.

MÁRCIA

Primeiro foi habitação. Depois, a necessidade que vi era alimentação, a cesta básica. O que eu comecei a fazer quando comecei me profissionalizar. Eu tenho várias profissões. Comecei fazer vários cursos. técnicos. Então eu comecei a fazer esses trabalhinhos, para poder ter uma renda para ajudar as famílias. Comecei a comprar cesta básica com o meu dinheiro. Só que eu não sabia que existia um lugar grande que vendia, com muitas quantidades. Como não tinha carro, falei “vou no mercado mais próximo”. Eu fazia isso. Ia no mercado mais próximo, levava a família que tava naquela extrema necessidade. Pegava o meu dinheirinho e “escolhe o que você precisar”.

MÁRCIA

Atendendo não só a comunidade onde resido, mas os moradores de outras comunidades passaram a indicar que eu ajudava. Para você ver, dentro da minha casa ainda, hein. E dentro do meu lado, foi crescendo em vez de ficar na área. Foi para a sala, foi ter cozinha, né? Já foi ter outra varanda da lavanderia. E assim a gente começou a se alimentar. Daqui a pouco, a gente começou a doação de roupa. Comecei a pedir roupa, que eu via que as necessidades básicas também. Campanha de agasalho, campanha de calçados... Escolar, né, caderno, essas coisas todas. Mochila. Daqui a pouco veio outra necessidade. Era montar casa, mobiliar a casa da pessoa. Eu não tinha nada. Doei tudo que tinha dentro da minha casa, o sofá, a cama, o armário, falei “pra que que eu preciso de tudo isso?”. Eu ainda era sozinha com mais criança pequena e meus filhos. Meus filhos sempre entenderam.

NILZA ROGÉRIA

Em meio a tantas lutas, Márcia precisou pausar sua missão. Um câncer de colo do útero a afastou, mas não a derrubou. Após se recuperar, voltou ainda mais determinada e ampliou a atuação para a saúde. Ela firmou parcerias, trouxe rodas de conversa para a comunidade e passou a orientar mulheres sobre prevenção, diagnóstico e autocuidado.

MÁRCIA

Na área da saúde, começamos a expandir porque eu fui uma pessoa que teve câncer no colo do útero. Fale assim, “vou começar a atender as meninas com essa situação, mas não só as que tiveram”. Para se prevenirem, fazer o autoconhecimento. Comecei a dar também essa roda de conversa com a comunidade na área da saúde e a prevenção com camisinha.

MÁRCIA

Eu fazia dentro da minha casa. Fui morar no kitnet nos fundos da minha casa e o comitê era na frente. Não tinha horário, eu atendia todos os horários. Teve um dia, 11 da noite, meia-noite, uma da manhã. Até que eu caí doente. Tratei, fechei um pouquinho e retornei. Mas quando retornei já tava com parcerias. Com Ação da Cidadania, uma com a PUC também. Com a Cedaps. Aí já fiz da prevenção da saúde. Comecei a ter mais conhecimento na área, hoje somos da área da saúde. P passei a entrar nas parcerias. Uma conhecida, um amigo de um amigo, me indicava. Falei “Opa, beleza, vou conhecer a roda de conversa”. Gostava e fazia parceria e trazia para dentro da minha comunidade sem patrocínio nenhum, simplesmente voluntariamente, e o que eles poderiam me ajudar para levar para dentro da nossa comunidade atender as famílias. Eu abraçava e falava assim, “eu não quero nada para mim. Eu quero para dentro da minha comunidade”.

NILZA ROGÉRIA

O compromisso com a saúde se fortaleceu, e hoje ela faz parte do Fórum de Tuberculose. Como conselheira do Sistema Único de Saúde, o SUS, ela segue lutando pelo direito ao atendimento digno e gratuito. MÁRCIA se especializa, participa de seminários e continua fazendo o que sempre fez: ajuda sem pedir nada em troca. Para ela, a solidariedade se compartilha. Ao longo de sua jornada, pessoas queridas cruzaram seu caminho e somaram forças à sua missão.

MÁRCIA

Conselho da saúde, meu amigo aqui administrador me indicou para ser uma conselheira. Estamos lá na saúde pelo SUS. Somos voluntários, né? Trabalhamos voluntariamente. Fiscal. Porque somos um conselho, participa como do Fórum da Tuberculose. Para especializar faço vários seminários. Começamos a especializar para poder atender melhor as demandas. Eu gosto de falar, as mãezinha dizia aqui na comunidade, só tem a senhora com essa ONG, que é o comitê, não tem na nossa comunidade nenhum outro comitê. Todo mundo perguntava se eu cobrava alguma coisa pelo que eu fazia, eu falei “não, eu ganho de graça. Eu tô de graça”. Falava para eles: “o que eu recebi, eu tô dando para vocês. É para vocês”. “Mas você não cobra uma porcentagem nem para pagar os voluntários?” “Não, os voluntários almoçam comigo.” Comem comigo aqui na minha casa, que eu como, eles comem comigo, né? E o que eu tenho, dou a passagem para eles. Era assim, eles aceitavam. E eu falava: “Se eu ganhar uns 10 reais, uns 20 reais, a gente divide 5 para cada um.” Desses empregos sempre foi assim.

NILZA ROGÉRIA

Além das pessoas, instituições religiosas também marcaram a caminhada de Márcia. Por 12 anos, ela atuou como voluntária na Assembleia de Deus do Rio Comprido, onde ajudou a fundar a igreja dentro da comunidade para atender as famílias locais. Depois, passou para Universal do Reino de Deus no Catumbi, onde atuou por 18 anos coordenando projetos sociais voltados para doações e cidadania. Hoje, ainda contribui com projetos religiosos, mas sem assumir a coordenação, dedicando-se inteiramente à sua missão na comunidade.

MÁRCIA

Eu fui para uma instituição religiosa e lá eles gostaram do meu trabalho. Lá eu fui uma fundadora, coordenadora geral de projeto dentro de uma religião que é muito conceituada, grande, nacional, internacional. E aí eu fui coordenadora geral para ensinar o que eu fazia dentro do meu comitê, ensinando para eles também progredirem, e eu fui por muitos anos, 18 anos sendo coordenadora geral voluntária, entendeu? Ajudando outros voluntários. Um coordenador líder de projeto também atende as famílias carentes e vulneráveis socialmente. Então até hoje, graças a Deus, até hoje funciona, mas sempre vou lá. Uma chegadinha, para ver como é que estão pegando os elogios e os negativos também. Depois foi os agendamentos de documentação, que foi de extrema importância. As pessoas não sabiam o que era título de eleitor, não tinham conhecimento de que era obrigatório. Muita gente não tinha uma identidade nova, um CPF, todo enrolado, uma carteira de trabalho... Não tinha como atualizar tudo isso. Fui olhando nos sites, comecei vasculhar o Google, o que ele podia me ajudar, porque não tinha alguém do meu lado que pudesse me dar essas orientações, então fui vasculhar no Google.

MÁRCIA

A quadra grande que fica no alto da comunidade, a gente fazia nossos projetos sociais e as nossas ações sociais também. A religião, a igreja, é uma instituição. Ela sempre me chama para ir ajudar. Sou manicure, lá eu pinto a unha dos idosos e das crianças. E agendamento. Porque hoje a gente tem aqui porque a equipe botava os agendamentos também.

NILZA ROGÉRIA

Márcia sempre teve um olhar atento para a situação das pessoas em situação de rua. No início, levava alimentos e roupas, mas, com o tempo, a ajuda foi além: ela se aproximava, conversava e procurava soluções para que pudessem reconstruir suas vidas. Uma de suas principais ações foi encaminhar pessoas para clínicas de reabilitação em Realengo, garantindo que recebessem apoio e acompanhamento. Com o

apoio de amigos, organizava vaquinhas para passagens de trem e ajudava no contato com as famílias. Também orientava sobre direitos, documentação e programas sociais, como o loas e o minha casa minha vida, para que pudessem retomar a dignidade.

MÁRCIA

O creas porque eu comecei a alimentar moradores de situação de rua com quentinha, e levava a roupa. Eu sentava com eles, almoçava e sentava, e conversando, porque elas diziam “meu irmão foi para a rua, a senhora tem como achar?”. Falei: “Meu filho, eu rodo tudo, se eu procurar, eu tiro foto, a gente vai buscar.” Comecei a procurar pessoas que tinham casa de recuperação para ajudar nessa situação de rua. Seja quem for, um pastor, padre, espírita, eu fui atrás, participei dessas rodas e consegui levar vários moradores de situação de rua para essas casas de recuperação que eu nunca tinha visto. Mas fui lá, visitei as casas, de trem, pegava uns 10 moradores de rua, “vamos almoçar”, Aí almoçava, levava para a instituição, almoçava, outra instituição da igreja dava banho neles, cortava os cabelos, mudava a roupas e a gente levava dentro do trem.

MÁRCIA

Tudo eu era chamada. Eu dizia “gente, como vou ajudar”. Tinha gente que vinha para o Rio de Janeiro procurar o primeiro emprego ou então querer uma vida diferente, e ia para rua, a gente encontrava. Essas pessoas aí que a gente fazia, eu e mais dois amigos, pegava o cartão de crédito, comprava passagem para isso. Porque eu ia em certos lugares do governo, não tinha mais essas vagas, não tinha mais esse projeto, aí a gente fazia uma vaquinha, comprava passagem, levava na rodoviária. Pegava um contato, endereço da família. Deixava dentro do ônibus. O ônibus não saía, a gente também não saía dali para ver se eles iam embarcar, e colocava, e eles até hoje dizem “eu tô bem. Tô trabalhando. A minha família me aceitou de volta, graças a Deus e à senhora”. Falei: “não, graças a Deus e à equipe, porque nós somos uma equipe”. Eu não trabalho sozinha, né? A gente não faz sozinha. Posso até ter começado sozinha, mas a gente hoje cresceu bastante, e a gente não faz mais nada sozinho.

Passou outro esse projeto, só que a gente não fez esse projeto, a gente pega e ajuda. A gente não escreveu essa ajuda. Levou o Avante, mas se aparece uma situação dessa, a gente faz a vaquinha e ajuda. O que mais transforma lá é a parte da documentação. Que eles precisavam ser um cidadão.

NILZA ROGÉRIA

Márcia sempre acreditou no poder do coletivo. Para ela, a luta não é individual. É na troca, na escuta e na união que a transformação acontece. Sua atuação junto à

Defensoria Pública foi fundamental para garantir direitos e orientação a quem precisava. Mais do que uma líder, ela se vê como parte de uma rede que aprende junto, cresce junto e age junto. Seu chamado é claro: quem tem amor no coração tem o poder de fazer a diferença.

MÁRCIA

Eu falo que tenho com a Defensoria Pública, eu estudei com a Defensoria Pública para dar assistência não como um defensor, mas como ajudador do território, para levar para Defensoria Pública resolver esse problema deles. Advogados.

MÁRCIA

“Eu queria ter a força que você tinha.” Você tem, não, você tem a força, levanta e vai, segue assim que eu falo para ele, eu não sou líder sozinha. Nós aprendemos com vocês. Se eu sou hoje, eu sou porque aprendi com vocês, a ouvir vocês e transformar a vida de vocês.

MÁRCIA

Olha para dentro de você. O que você tem de importante, o que você tem dentro do seu coração, se você tem amor, você tem a capacidade de ajudar o próximo. Faça parte desse comitê, ajuda a gente a ajudar o próximo, principalmente os que estão em situação de vulnerabilidade. Venha, ajude naquilo que você puder. Nós não exigimos quantidade, só exigimos uma lealdade. Se você quer ser um voluntário, venha e participe. Se você quer ser um estagiário, venha e participe. Se você quiser ser um doador, venha e doa, mas doa com amor. O amor que é o princípio de todas as coisas.

NILZA ROGÉRIA

Márcia é uma mulher que sempre esteve na luta pelo próximo, acreditando que a transformação começa com a ajuda coletiva. Seu trabalho foi marcado pela dedicação a levar soluções para os que mais precisam, sempre se dispondo a ensinar e a compartilhar o conhecimento que adquiriu ao longo dos anos. Sua luta é um exemplo de solidariedade e compromisso.

Eu sou Nilza Rogéria.

Este foi mais um capítulo de “Mulher de favela”. Até a próxima.



Wali Kot
bakal ca
Jatim Put
(CFD) Ta
Risma la
gung yang
Puti pun be
irinya. "M
Gus Ipul ba

kersu

uangi

OSIWA

CAPÍTULO 7: TÂNIA ALEXANDRE SILVA

ROTEIRO
EP. TÂNIA
AUDIOLIVRO "MULHER DE FAVELA"

TÂNIA

Trabalho em comunidade é bom. É sofrido, porque a gente quer fazer tudo, quer ajudar todo mundo, e não consegue, a gente não tem braço pra isso. A gente não tem recurso, não tem projeto, porque a prefeitura, a prefeitura do Rio, tem vários projetos para as lideranças, para as comunidades. Mas o município de Mesquita não tem.

TÂNIA

O que me incentiva mesmo é poder ajudar. Poder fazer o bem sem olhar a quem. E eu acho assim... Se eu tenho condições de fazer isso, de lutar pra isso, eu chego na prefeitura, meto o pé na porta do prefeito, xingo ele, tudo quanto é nome, mando pra qualquer lugar.

NILZA ROGÉRIA

Essa é Tânia Alexandre da Silva, uma mulher que dedica a vida às causas sociais e à luta pela dignidade dos moradores de Mesquita, município da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. Entre desafios e conquistas, ela se tornou uma verdadeira líder comunitária. Eu sou Nilza Rogeria e, a partir de agora, convido você a conhecer a história de Tânia.

Esse é mais um capítulo do audiolivro "Mulher de favela".

TÂNIA

Eu nasci no Lins de Vasconcelos e, depois de 26 anos, depois da primeira gravidez, com a minha filha com um ano, me mudei para a Maré. Da Maré, eu ganhei essa casa e fui morar em Edson Passos, Mesquita, Cosmorama.

NILZA ROGÉRIA

A história de Tânia começa no Lins de Vasconcelos, mas sua vocação para liderar ganhou força quando ela chegou em Edson Passos, no município de Mesquita. Uma região marcada pela ausência de políticas públicas e repleta de desafios.

TÂNIA

E eu comecei quando fui morar lá. Foi uma remoção de vários locais, vários bairros da Pavuna, de Nilópolis, da beira do rio. Onde tinha a beira do rio, tinha enchente, enchia as casas, as pessoas fechavam tudo.

Quando cheguei lá, tinha muitos jovens. Muita doença venérea. Eles pegavam doença venérea, gonorreia, sífilis.

NILZA ROGÉRIA

No cenário que encontrou em Edson Passos, o que mais chamou a atenção de Tânia foi o quanto as questões de saúde pública eram negligenciadas pelo Estado. Ela percebeu principalmente a falta de acesso à educação sobre doenças sexualmente transmissíveis, que afetavam os jovens da região.

TÂNIA

Tem meu vizinho, que morava do lado, que era um pai de santo, e pegava bezetacil assim e tacava. Eu ficava olhando aquilo e falava, “mas, Alfredo, não pode fazer isso, porque você só vai estacionar a doença. Mas a doença continua. Você está autome-dicando eles. Toda vez que eles pegam uma doença venérea, eles vêm aqui, você taca uma bezetacil neles”. “Não é bom?” “Espera aí, vou me aprofundar nesse assunto.” Aí comecei a entrar nas redes, pesquisar as coisas.

TÂNIA

Montei um núcleo de prevenção de camisinha, que até hoje o pessoal, quando quer camisinha, não põe a camisinha de dia, de tarde. Dá três horas da manhã, quatro horas da manhã, jogam pedrinha na janela para pedir camisinha. Às vezes estão em uma situação que eles querem, vai lá na dona da camisinha. Aí eu tenho que acordar, acordo com aquela pedra na janela, vou lá, “a camisinha, tia”. Eu vou lá, levo a camisinha para eles.

NILZA ROGÉRIA

O compromisso de Tânia com a saúde da comunidade não tem limites. Ela não apenas distribui preservativos, mas também está disponível a qualquer hora do dia – ou da noite – para atender aqueles que precisam. Seu trabalho reflete uma dedicação genuína, que busca garantir que as pessoas tenham os recursos necessários para se prevenir e cuidar da própria saúde.

TÂNIA

Primeiro, montamos uma associação de morador. Mas aí, como tinha muito homem, os homens queriam mandar nas mulheres, não queriam que a gente fizesse nada, só queriam mandar a gente fazer. Eu falei assim, “isso não está certo, não. Não vou ser comandada por homem, não.” Sentando com as mulheres lá na minha casa, nós fizemos uma roda de conversa. Queremos montar uma associação. Uma falou assim, “Tânia, por que você não monta uma associação de mulheres?”. Eu respondi: “Ué, e tem isso?” Ela falou assim, “tem. Vamos montar”. Assim surgiu a AMEPA, associação de mulheres de Edson Passos, AMEPA.

NILZA ROGÉRIA

O impacto da AMEPA vai muito além de distribuir preservativos ou educar sobre saúde. Atualmente, a instituição é uma rede de suporte e acolhimento, que atende desde crianças até idosos, e substitui a associação de moradores.

TÂNIA

Ali, eu abordo tudo, porque ali, como a associação não existe mais, a associação de moradores, ficou tudo nas costas da associação de mulheres. Eu ajudo crianças, adolescentes, idosos, que tem muito na comunidade. A gente aborda tudo. Existe educação alimentar, entendeu? Eu faço parte, sou conselheira do banco de alimento. Faço roda, palestra não, a gente faz a roda de conversa com as mulheres e a gente faz palestra assim, roda de conversa das mulheres. Eu dou uma camisinha, ensino as mulheres a botar a camisinha com a boca, incentivo a usar gel, explico a elas como é que se usa, para que o gel serve. “Meu amor, você não é casada?” “Ah, mas meu marido não me trai, você sabe disso.” “Vamos conversar aqui.” Aí, eu boto um videozinho curto, que eu tenho vários lá, de um marido infiel que passou a doença para a esposa. Falei assim, “médico casado, a mulher só, a mulher crente que era absoluta, ela pegou uma doença venérea e foi descobrir de quem pegou, de quem? Então, meu amor, você pode confiar, você dorme com o olho aberto ou fechado. Então, vou ensinar vocês a usar.”

NILZA ROGÉRIA

Mais do que presidente de uma associação, Tânia é um alicerce em sua comunidade. Mesmo sem formação superior, ela se transformou em um ponto de apoio essencial para mulheres que vivenciam a violência doméstica e outras vulnerabilidades, oferecendo não apenas ajuda prática, mas também acolhimento emocional.

TÂNIA

Eu sou presidente de uma instituição, não sou advogada, não sou assistente social, mas a gente passa a ser isso, porque lá chega a pessoa agredida pelo marido, a gente tem que dar um suporte.

NILZA ROGÉRIA

Quando a pandemia de Covid-19 chegou em 2020, Tânia se viu diante de um dilema que desafiou sua liderança.

TÂNIA

Durante a pandemia, eu relutei muito para me medicar. Aí, numa reunião,

TÂNIA

estava lá o pessoal da Fiocruz, (conversou comigo, “Tânia, vamos raciocinar, você é uma liderança comunitária, como é que você quer passar para a tua comunidade para pedir para se medicarem, tomar vacina, se você mesma não tomou?” Aquilo ficou na minha cabeça, “você tem razão”.

NILZA ROGÉRIA

A Covid-19, que tirou a vida de milhões de pessoas em todo o mundo, trouxe não apenas crises de saúde, mas também o desafio de enfrentar a desinformação e o medo. Com sua influência como líder comunitária, Tânia compreendeu a responsabilidade que tinha em incentivar a vacinação, tornando-se um exemplo e promovendo campanhas em seu território.

TÂNIA

Eu fiz uma campanha lá dentro com a vigilância em saúde, que o coordenador da vigilância em saúde, o Silvio, ele é coordenador de tuberculose e HIV. Em parceria com ele, ele levava a equipe lá para vacinar as pessoas. “Não precisa nem você sair daqui para ir na clínica. Vocês não querem ir lá na clínica tomar? Eu trago aqui.” A gente botava na comunidade, na praça, botava para vacinar todo mundo. Até as crianças iam vacinar.

NILZA ROGÉRIA

Tânia sempre reconheceu o poder transformador das crianças. Elas são mensageiras do que aprendem, levando informações e influenciando pais e familiares. Investir nelas é uma forma de plantar sementes para um futuro melhor e mais consciente.

TÂNIA

Se você trabalhar bem na comunidade, trabalhar com as crianças, são o melhor porta-voz. Porque eles vão lá conversar com o pai. O melhor parceiro que a gente tem na comunidade são as crianças.

TÂNIA

E eu acho assim... Se eu tenho condições de fazer isso, de lutar pra isso, eu chego na prefeitura, meto o pé na porta do prefeito, xingo ele, tudo quanto é nome, mando pra qualquer lugar. Aí os assessores dele falam assim, “essa mulher é louca”. Aí o prefeito, “não, deixa ela. Porque ela está falando a verdade”.

NILZA ROGÉRIA

A paixão de Tânia pela comunidade é tão grande que ela não mede palavras ou ações para garantir os direitos das pessoas.

TÂNIA

A Tânia é uma pessoa meiga, curiosa, emotiva e amiga. Eu sou muita amiga de todas. Eu sou essa pessoa assim, simples. Se eu levo você pra minha casa, eu vou te dar comida, vou te dar almoço, eu faço aquela festa pra você lá.

TÂNIA

E eu faço tudo. Eu vou para a cozinha, faço. Tenho o prazer de fazer. Deu certo, foi a Tânia que fez. Deu errado, não vou fazer isso. De convidar as pessoas para poder participar. Essa é a Tânia. Boba, amiga, bocão, fala muito palavrão. Se eu não falar um palavrão, não é a Tânia.

NILZA ROGÉRIA

Com sagacidade e respostas na ponta da língua, Tânia não deixa problemas sem solução. Seu senso de humor, combinado com a força de vontade, faz dela uma líder capaz de enfrentar qualquer situação com coragem e criatividade. Em Mesquita, a atuação de líderes comunitárias como Tânia complementa e potencializa os esforços governamentais, preenchendo lacunas e atendendo diretamente às necessidades locais. A dedicação dela para proporcionar saúde, educação e assistência aos moradores

demonstra como o trabalho comunitário é essencial para o fortalecimento do tecido social e para a melhoria da qualidade de vida da população.

TÂNIA

Essa mulher tem resposta pra tudo. É assim, meu amor.

NILZA ROGÉRIA

Este foi mais um capítulo de “Mulher de favela”. Até a próxima.



CAPÍTULO 8: NAYARA ALELUIA

ROTEIRO
EP. NAYARA ALELUIA
AUDIOLIVRO "MULHER DE FAVELA"

NAYARA

Enquanto moradores das favelas, de bairros assim, a gente busca formas internas de olhar para o lado e ver que a gente consegue, em união, fazer algo para a favela.

NAYARA

A gente sabe das mesmas dificuldades, das mesmas formas, e cada um tem uma forma de atuar. Nem sempre é política, nem sempre é militando, mas cada um da sua forma. Usa a estratégia para poder ajudar o próximo, quem está do lado.

NILZA ROGÉRIA

Essa é Nayara Aleluia, uma liderança que transforma vidas no Vidigal e na Rocinha, por meio da atuação como conselheira tutelar e do projeto Vidiga na Social. Atuação que não é apenas um trabalho, é uma melodia que toca vidas e fortalece a identidade das comunidades.

Eu sou Nilza Rogéria, e convido você a conhecer a história dessa mulher que une cultura e luta em sua trajetória.

Esse é um capítulo do audiolivro "Mulher de favela".

NILZA ROGÉRIA

Nascida e criada no Vidigal, Nayara Alves de Aleluia viveu uma infância tranquila e feliz, apesar do acesso ao lazer limitado. Mas foi na juventude que os desafios mais duros começaram a aparecer. Nos anos 2000, o Vidigal enfrentava uma onda de violência intensa, e essa realidade marcou sua adolescência, tornando-se um período de grandes restrições e perdas. Essa experiência a despertou para o valor da cidadania e do trabalho social, alimentando o sonho de ser assistente social e transformar vidas na favela que sempre chamou de lar.

NAYARA

Ao morar numa favela é um pouco complicado ter acesso a algum espaço de lazer, então, foi com esse pensamento que comecei a entender e querer ser assistente social. Quando criança, eu só tinha essa opção. Minha mãe sempre perguntava, “mas se não der certo, o que você quer ser?”. Não tinha outra opção. Acho que isso mudou minha trajetória e até hoje.

NILZA ROGÉRIA

Outro fator que contribuiu para o caminho de Nayara na assistência social foi a base familiar. Seu pai se dedicava à luta por melhores condições para a comunidade e mostrou à filha o poder da organização coletiva, o que inspirou Nayara a buscar contribuir para o território em que vive.

NAYARA

Meu pai sempre foi um ser político. Sempre foi envolvido em questões. Ele trabalhava na Cedae. Que agora é Aguas do Rio. Ele sempre foi envolvido com a questão da água, que a gente sabe que dentro da favela é um item muito precário. Então, ele sempre foi indo com sindicatos, foi presidente da sessão da associação de moradores. Eu já cresci nesse meio, acho que foi isso também que me mandou poder contribuir um pouco pelo território onde eu moro.

NILZA ROGÉRIA

Em 2012, Nayara fundou o Vidiga na Social, um coletivo que começou organizando festas em datas comemorativas, como dia das crianças e natal. Em 2019, após uma forte chuva que mobilizou a comunidade, o projeto ganhou um novo propósito: promover atividades permanentes. Foi então que nasceu a oficina de percussão, dedicada ao samba, uma iniciativa única no Vidigal. Hoje, o projeto também oferece aulas de cidadania e discussões sobre temas atuais, fortalecendo a identidade e as habilidades dos participantes.

NAYARA

Com isso, a gente teve uma visibilidade muito boa, e a gente pensou em fazer uma atividade, uma ação que fugisse de festa. A gente estava passando por uma questão muito séria no território para a gente pensar em fazer festa de natal. Pensamos em alguma atividade que fosse, assim, permanente, que fosse contribuir. E aí, lá no Vidigal, não tinha nenhuma ONG que trabalhasse com cultura. Não, cultura tem, né, que tem o teatro Nós do Morro. Mas que trabalhasse com samba. Então, a gente viu que era uma atividade atípica do local, e o meu marido, que é gestor do projeto, também tinha esse interesse. A gente foi, eu escrevi o projeto, colocamos a oficina de percussão, e está aí até hoje.

NAYARA

A oficina de percussão tem aula prática e teórica, mas eu pensei que não dá para a gente colocar só aulas práticas e conteúdos de samba. Tem alguns assuntos transversais que passam pela vida deles, adolescentes principalmente. Achei importante da gente trazer cidadania, então é esse espaço para a gente falar de temas diversos, de sexualidade, saúde, agora teve a eleição. A gente falou de democracia, porque eu acho que são temas que fogem da questão do samba, mas é para vida. Então a gente quer também construir. Ter adolescentes que consigam dialogar com outros temas.

NILZA ROGÉRIA

Dois mil e dezenove também foi um ano decisivo para Nayara. Prestes a se formar em serviço social, ela se candidatou ao conselho tutelar, para a área que abrange a Rocinha e o Vidigal. Nesse novo papel, a luta pela proteção de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, ela reforça a trajetória de liderança e compromisso com a comunidade.

NAYARA

Em 2019 a gente sofreu com uma grande chuva. E aí a gente fez um movimento muito grande através do Vidiga na Social para captar recursos, cesta básica, colchões, enfim. No meio dessa turbulência toda, um ex-conselheiro foi até o local e falou comigo, “está aberto o edital para ser conselheira, a gente está com poucas pessoas aqui no Vidigal para se candidatar, você tem interesse?”. Eu fui ler o edital e vi que, como falei, não precisa ser assistente social, mas acaba aparecendo pouco. Eu estava acabando de me formar, não sabia ainda o que ia fazer, e acabei me candidatando. Eu não esperava que fosse ganhar, porque para ser conselheira precisa passar por uma votação e eu não tinha um público para votar, porque são os cinco mais votados que entram. Mas aí fui, consegui.

NILZA ROGÉRIA

Nayara une duas frentes de atuação que se complementam: o projeto Vidiga na Social e a sua atuação como conselheira tutelar. No projeto, a arte e a cultura se tornam ferramentas para tirar jovens do tempo ocioso e ajudá-los a enxergar no samba uma possibilidade de profissão. Já como conselheira, Nayara utiliza sua formação para identificar demandas e articular redes de apoio, contribuindo para soluções concretas nas comunidades.

NAYARA

E são duas frentes que acabam se intercalando. São praticamente o mesmo público, com as mesmas demandas, as mesmas situações de vulnerabilidade. Eu acredito que, através da arte, da cultura, que é no projeto de percussão, a gente consegue, além de estar ofertando um espaço de aprendizagem, e tirando o tempo ocioso, de tentar colocar eles numa profissão de futuros juristas. Então, a gente consegue fazer isso através do projeto. A gente tem alunos que já desfilam em escolas grandes, Mangueira, São Clemente, Rocinha, e estão trilhando pelo caminho de ritmistas. Então, acho que o impacto é esse, deles conseguirem enxergar no samba uma forma de trabalho. A gente chega numa certa idade que as opções de lazer acabam sendo preenchidas por questões laborativas, e acabam unindo os dois. Eles estão lá praticando no espaço do lazer, sim, mas pensando também numa profissão. Já no conselho, não precisa ser assistente social para ser conselheira, mas acho que acaba sendo um diferencial, quando a gente consegue enxergar as ausências e as demandas do usuário. A gente tenta trabalhar em rede para conseguir articular algum bem de serviço que chegue para o conselho. Nem sempre a gente consegue, mas a gente tenta.

NILZA ROGÉRIA

No Vidiga na Social, Nayara enfrenta desafios como a falta de recursos e a evasão escolar, principalmente de estudantes a partir dos 16 anos, quando estes começam a entrar no mercado de trabalho como jovens aprendizes. Já no conselho tutelar, muitas vezes ela enfrenta situações em que não é possível resolver imediatamente os problemas, mas sempre busca alternativas e apoio para tentar mudar a realidade das crianças que atende.

NAYARA

Trabalhar no conselho é uma caixa de surpresa. Cada dia você vai achando, “pronto, eu vou ser tranquila”, e chega um problema para você resolver. E muitas das vezes é essa a questão, a gente não consegue resolver. A gente leva isso para casa e toma para si como se fosse uma responsabilidade nossa, não é. O conselho só encaminha

para os órgãos para poder resolver o problema. Muitas vezes não resolve, e volta para a gente maior do que chegou.

NAYARA

Eu estava iniciando como conselheira, não sabia ainda como era exercer no dia a dia, e aí logo veio a pandemia. A gente teve que parar e ficar em casa. Então eu atendia de casa, que não é a mesma coisa quando a gente volta para a atuação presencial. A gente percebe que teve um momento de muita violência doméstica. Pai com a criança em casa, não aguentava, aí bate, enfim. Chega no conselho o que não tinha antes, mas depois da pandemia teve o aumento. Isso foi o grande desafio nosso também, de entender o que era uma agressão.? A parte de pai e mãe, ou não, e também mais uma vez a questão escolar, que todo mundo fica em casa sem escola. No outro ano o número de procura é enorme e não tem vaga para todo mundo.

NILZA ROGÉRIA

A jornada de Nayara é extensa e desafiadora. Além de trabalhar no conselho tutelar e no seu projeto, ela também se dedica ao mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, a UFRJ. Sua pesquisa une a paixão pelo rap, em especial os Racionais MC's, e a formação em assistência social. Ao estudar as letras de rap, Nayara percebeu como elas refletem as questões sociais com as quais lida no dia a dia. Para ela, o rap é mais do que um gênero musical: é um movimento cultural que resiste e politiza, sendo essencial para ampliar a representação negra na academia.

NAYARA

Eu sempre fui fã de rap nacional, e aí, analisando as letras de rap, percebi que era o objeto de trabalho do assistente social, as expressões da questão social. Eu trouxe para o meu TCC, para a minha dissertação de mestrado. E aí eu tive certeza mesmo que dá para unir o que eu gosto como estilo musical e a profissão, mas colocar o rap para além disso, de um estilo musical. É mais como um movimento cultural de resistência, politizado. E aí vou levando para a vida, unindo os dois. Ah, foi rápido!

NILZA ROGÉRIA

Não é uma jornada fácil, principalmente a luta dos estudantes negros. Nayara concilia o mestrado na UFRJ com o trabalho, enfrentando desafios como a falta de referenciais teóricos negros e a exclusão de temas como o rap. Ela acredita que a academia precisa romper com a visão eurocêntrica e incorporar mais saberes da realidade das favelas e da juventude negra.

NAYARA

A gente acha que nunca vai ser nosso, que não dá. Porque a academia é muito elitista, a gente sabe disso. Até nas públicas, né? Eu sou da UFRJ. Eu vejo o quanto é a briga de alunos negros naquele espaço. E se eles têm um objeto, que é o rap, que dá para furar essa bolha e conseguir entrar na academia.

NAYARA

Mas eu tenho tantos obstáculos que impedem isso, que a gente acaba parando no meio do caminho, porque a gente tem que trabalhar, que a gente tem que... Tem que trabalhar, então não dá para ficar esperando. Mas eu acho que... É difícil, não estou aqui vendendo ilusão, não. As curiosidades vão surgir. Muitas, até da gente mesmo acreditar que a gente consegue. Mas é isso, quando a gente conseguir colocar os nossos lá dentro, acho que muda tudo, muda até a forma de enxergar as favelas, a juventude, o negro, e também de mudar... Estou até mudando o assunto, mas eu fico muito... Não chateada, mas pensativa, na academia, que tem tantos referenciais teóricos negros que a gente poderia utilizar, que não pode porque é fechado, sabe? Eles querem só aqueles ali... Ah, questão social, fulano, gente, estou cansada de usar fulano, não vou amassar, ou não? Eu vou procurar outro, mas existe, e agora? Surgiu agora, não, foi desde a década de 80. Então, essas barreiras que limitam a gente.

NILZA ROGÉRIA

Nayara sempre teve um olhar atento para o Vidigal, seu território, onde construiu relações e identidade. Para ela, a busca por conhecimento não é individual, mas coletiva, voltada para as famílias da comunidade. Desde a graduação, ela pensou em atuar nesse território. O rap a transformou, pois antes de entender o posicionamento político do movimento na academia, ela já o vivenciava como mulher negra e periférica.

NAYARA

Eu busco sempre um olhar mais atento para o meu território, que foi onde consegui construir as minhas relações sociais, minha identidade. Tudo o que penso hoje foi dentro do Vidigal. Então, assim, nada mais. Acho justo também a gente ter um olhar mais aguçado e um trabalho voltado para esse território, para as famílias que estão ali, porque as famílias que estão ali são... É a minha também que está lá inserida, eu estou ali dentro. Na verdade, são meus pais, né? Então é isso, eu busco na minha vida um conhecimento profissional, mas sempre buscando uma atuação coletiva. Um resultado que seja coletivo, não para mim. Então, tudo na graduação, quando eu pensei em me formar, foi pensando também em atuar no território, e agora no mestrado também, pensando em algum projeto que possa envolver o rap dentro

desse território, para a juventude ali inserida. E é isso, eu estou sempre pensando nos meus. É, eu transformo, né? Acho que me transformou. Eu acho que é escutar rap... Porque eu entrei para a academia, estudar aquele posicionamento político, crítico, mas muito antes eu já escutava rap nacional, já sabia o barato louco que é ser mulher negra, periférica, quando alguns espaços, todas as dificuldades que é passar... eu aprendi escutando rap, não foi dentro da academia.

NILZA ROGÉRIA

Nayara é uma mulher que, mesmo diante dos desafios, nunca desiste. Sua dedicação e olhar crítico para as favelas do Vidigal e da Rocinha, no Rio de Janeiro, a levam a buscar um futuro melhor. Seja no conselho tutelar, na academia ou na comunidade, onde se conecta com as famílias e jovens, sempre visando um impacto coletivo. Com sua fé, o rap e o samba como ferramentas de transformação, Nayara prova que a cultura preta periférica é uma força potente de resistência e conquistas.

Eu sou Nilza Rogéria.

Este foi mais um capítulo de “Mulher de favela”. Até a próxima



CAPÍTULO 9: ANA LEILA

ROTEIRO
EP. ANA LEILA
AUDIOLIVRO "MULHER DE FAVELA"

ANA LEILA

Eu tenho a dizer o que sempre falo... menos preconceito, menos estigma. Enquanto tiver políticas públicas de verdade, nós teremos uma comunidade saudável. Basta vontade política.

ANA LEILA

Um recado que deixo aqui como sociedade civil, àquelas lideranças que estão nascendo agora, que sejam verdadeiras e que de fato façam seu trabalho, não façam um trabalho de factóides, e também não usem a comunidade como uma escada para subir na vida. Eu acho que se você fizer de fato um trabalho adequado, a sua comunidade sobe um degrau e você sobe junto com a sua comunidade. Então, juntos nós podemos fazer as políticas públicas acontecer.

NILZA ROGÉRIA

Ana Leila Gonçalves, figura marcante na defesa das políticas públicas, nasceu no Rio de Janeiro no dia seis de dezembro de mil novecentos e cinquenta. Mulher negra e da periferia, carrega consigo uma história de muitas batalhas cotidianas, vivendo a vida como um bom exemplo de resistência e paixão por sua comunidade.

Eu sou Nilza Rogéria, e a partir de agora, convido você a conhecer a trajetória dessa líder. De uma infância marcada por grandes desafios à atuação incansável pela saúde e direitos de sua comunidade, ana leila ensina que a mobilização pode mudar vidas e que a verdadeira liderança vem da coragem e da empatia.

Este é mais um capítulo do audiolivro “Mulher de favela”.

NILZA ROGÉRIA

Nascida em um contexto de muitas mudanças e desafios, Ana Leila cresceu entre diferentes cidades e realidades. A busca constante por um lugar mais adequado para tratar sua saúde, quando pequena, levou ao contato precoce com figuras políticas que trouxeram visões cruciais para a sua formação.

ANA LEILA

Eu fui criada com políticos. A minha avó veio de Portugal, era africana, foi agarrada no laço, veio com uma família de portugueses para Minas, a fazenda em Minas... e a família morreu deixando um único filho que foi criado pela minha avó. Donana foi um nome muito conhecido em Minas. Fazenda Donana. Tem até um livro sobre a questão da minha avó. Quando eu nasci, aqui no Rio de Janeiro, por motivo de alergia, eu tinha bronquite alérgica... Minha mãe teve que ver qual o melhor lugar para mim. Fomos para Minas. De Minas, São Paulo e lá ela foi trabalhar na casa do deputado Adhemar de Barros, na Avenida Angélica. Ele foi meu padrinho. Fui criada ali com políticos e eles me ensinavam muitas coisas. Ele falava: “O que você acha que eu tenho que fazer?” Aí, sabe, nessa eu conversava...

NILZA ROGÉRIA

Crescer cercada por pessoas como Adhemar de Barros, um dos políticos mais influentes em São Paulo, que foi inclusive governador do estado durante as décadas de 1940 e 1960, proporcionou a Ana Leila uma educação política que futuramente lhe daria a capacidade de perceber as desigualdades ao seu redor.

Contudo, sua vida tomou rumos inesperados quando, ainda muito jovem, perdeu a mãe e acabou tendo que morar nas ruas, onde enfrentou uma situação de extrema vulnerabilidade. Mas foi nesse período que outra figura marcante apareceu em sua vida.

ANA LEILA

Eu já morei na rua, já pedi esmola... Eu sei qual é a dificuldade das pessoas. Eu perdi minha mãe, minha tia nos pegou, doou um para cada família, e eu, ela não achou família, então ela me abandonou. Eu fui viver na rua. A sorte foi conhecer a Maria Thereza Matarazzo, uma pessoa que me ajudou muito. Quando eu fui para a

casa dela, não fui para trabalhar de empregada. Fui para ser mascote dela, onde ela ia me levava. Então eu aprendi muito quando me conheci como gente. Fiquei grande, arrumei namorado. Esse meu namorado tinha condições financeiras. Aí eu voltei a ter uma vida, um patamar maior. Tive minhas duas filhas, mas depois descobri uma coisa que me afetou muito. Então eu o abandonei e fugi para o Rio de Janeiro.

ANA LEILA

Eu tive altos e baixos. Sei o que é bandido, sei o que é tráfico, sei o que é a vida boa e a vida ruim. Não virei prostituta, não virei traficante nem ladrona, porque isso não era o que eu queria para mim. Trabalhei de empregada doméstica. Depois fiz vários cursos de capacitação, fui implantista internacional, fazia até cabelo das artistas na Globo. Hoje em dia eu passo o curso dentro da minha comunidade para as mulheres, que é o empreendedorismo. Para elas aprenderem como ganhar o dinheiro delas. Então é isso. Tudo do meu dinheiro.

NILZA ROGÉRIA

Todas as experiências conturbadas na trajetória de Ana Leila foram fundamentais para moldar seu propósito de vida. Cada dificuldade enfrentada transformou-se em combustível para a dedicação que viria a ter como líder comunitária. Esse olhar humano e sensível é o principal guia de seu trabalho.

ANA LEILA

Isso, ajudar as pessoas, é por aquilo que eu já passei. Fome, sede, sem casa, sem nada. Então eu gosto de ajudar as pessoas, assim como eu fui ajudada, quero ajudar os outros, mas você tem que entender. Procurar saber a vulnerabilidade daquela pessoa, o porquê que ela está ali, que isso ninguém faz...

NILZA ROGÉRIA

Foi em 1993 que Ana Leila iniciou sua trajetória como liderança comunitária, ao se engajar no movimento dos sem-teto. Dedicada à luta por moradia digna, sua atuação não se restringiu ao bairro de Jacutinga, em mesquita. Mesmo morando lá, ela passou a atuar também nos municípios vizinhos.

Nesse período, ana leila liderou ocupações de terras ociosas, proporcionando abrigo a centenas de famílias em situação de vulnerabilidade na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. Para além de só ocupar os terrenos, ela passou a lutar também pela regularização fundiária, buscando garantir a segurança jurídica necessária para consolidar as conquistas das comunidades.

ANA LEILA

Eu era do Movimento dos Sem-Teto também. A gente via essas terras ociosas, a gente ocupava. Ocupei seis comunidades na época. A governadora era a Rosinha Matheus. Eu saía da Central, vinha a pé até Laranjeiras para pedir para o Fernando William, que na época era secretário de assistência social. Ele morreu de Covid no ano retrasado, era vereador, mas foi secretário dela. Abriu um processo de desapropriação. Foi quando a Rosinha decretou a desapropriação dessas áreas, três em Mesquita, duas em Nova Iguaçu e a Praça Seca. E aí era prazo para a construção. Sair do barraco de madeira para ir para alvenaria.

NILZA ROGÉRIA

A militância de Ana Leila chamou muita atenção e, com o tempo, ela ficou conhecida como “Índia da Jacutinga”, um apelido carinhoso que fazia referência às marcas de sua aparência imponente. Entretanto, a trajetória até conquistar todo esse reconhecimento não foi simples. Foi justamente por sentir na pele as dificuldades enfrentadas pela comunidade, como a perda de sua casa, que ela se viu motivada a intensificar a luta.

ANA LEILA

Eu fui despejada de uma casa porque não tinha dinheiro para pagar aluguel. Fui para assentamento, era umas das assentadas, mas para chegar lá, tive que pagar 500 reais para as pessoas que estavam responsáveis. . Todo dia a polícia ia. Até que uma vez eles estavam proibidos de entrar no acampamento. Se entrassem, eu tenho os processos guardados, eles pagariam uma multa de 5 mil reais por dia.

Aí eles abandonaram todo mundo. Daí eu fiquei assim, “poxa... eu moro num barracão, se eu sair daqui, vou pra onde? Vou para a rua de novo?”. Fiz uma reunião com as 500 pessoas que estavam na frente e falei assim: “Se cada um juntar 50 centavos, 1 real, vou correr atrás da desapropriação pra nós aqui. Ninguém vai ficar na rua.”

Passei a frequentar os Centros de Direitos Humanos de Nova Iguaçu. Na época, era o padre Royano e comecei a fazer cursos de liderança, como tinha que ser. Aí vamos para o Estado... Comecei a perturbar a governadora na época, depois de, desde 1993, sofrer muitas represálias, muitas coisas. Em 1999, a gente começou a crescer, porque fiz muitos cursos de capacitação, de como se movimentar, como mexer. Outros assentamentos se juntaram a mim, porque eu saía muito no jornal. Eu ia presa todo dia.

O comandante coronel ligava para a governadora, a governadora falava: “Solta a Índia da Jacutinga que ela não pode ficar presa.” Essa é nossa liderança. Eu tinha toque de recolher a partir das seis, eu não podia ficar na rua, e tinha toque de recolher

também de manhã. Eu só podia botar a cara pra fora do meu barraco a partir das dez. Se eu botasse antes, ia presa e depois das seis eu tinha que entrar. Se eu gostasse, ia morrer. Então essa era a vida de uma liderança. Mas eu sempre chorava num canto e pedia a Deus ajuda para sair dessa.

Foi quando comecei... Fui ficando forte, a governadora desapropriou a comunidade que eu pedi, fez o trabalho dela direitinho. Tanto que quem fez o meu primeiro estatuto em 2003 foi a governadora Rosinha. Ela foi uma governadora que ensinou as lideranças como elas tinham que fazer, como os secretários dela tinham que agir conosco, que ela chamava atenção. E falava: “Toda vez que você vier aqui, um dos meus secretários tiver conversando com você, e você falando, e ele escrevendo, você tira o papel dele, porque ele não está escrevendo não, ele está desenhando, ele não está prestando atenção no que está falando.” Então ela nos ensinou muito como liderança, não só eu como outras lideranças. Depois ela chamou o presidente do ITERJ, que na época era o Dr. Walter Elísio, e ele fez a documentação para a desapropriação dessas comunidades.

Então, hoje em dia aquilo lá é nosso. É Globo, é rádio... Fala Baixada. Aí o Fala Baixada quis entrevistar porque diziam que eu estava vendendo uns terrenos. Fiz um convite para ele entrar na comunidade e perguntar para cada um se algum deles tinha me pagado alguma coisa. E assim aprontei... O Mauro, do Fala Baixada, como entrevistador é muito arrogante, e eu encarei ele. Hoje é meu amigo. Ele pede até desculpa pelo que fez, então provei que não era nada disso, que eu não estava ganhando nada. Que o único dinheiro que a comunidade me dava era 1 real, 50 centavos, para mim poder vir para o Palácio Guanabara três vezes por semana. Eu ficava com o cafezinho e a água, sem comida, sem nada, até resolver os pepinos das comunidades. Mas consegui.

NILZA ROGÉRIA

Foram anos de repressão policial e ordens judiciais que tentavam limitar sua liberdade. Porém, era justamente nessas situações que Ana Leila buscava aprender mais sobre seus direitos e aplicar esses conhecimentos. Com os anos, ela construiu um legado de mobilizações históricas e articulações em defesa dos assentamentos.

Uma das ações mais emblemáticas foi a ocupação do Palácio Guanabara, em 2004. Determinada a pressionar o governo pela publicação da desapropriação de terras para beneficiar famílias da comunidade, ela reuniu mais de três mil pessoas em um ato cuidadosamente planejado de invasão à sede do governo estadual.

ANA LEILA

Na época da Benedita, quando a Rosinha saiu para a campanha política, ela ficou. Fui eu. Tive apoio de todos os sindicatos: rodoviário, metroviário, bancário. Um mandou dois ônibus, outro mandou... sei lá. Tirei um pouco de cada comunidade e juntei. A gente parou o trânsito, o Palácio Guanabara. Botei mulheres, crianças na frente, deficiente, e eu no meio. Mas antes disso, nós chegamos seis horas da manhã em Laranjeiras, e eu botei dez pessoas no palácio com faixas dentro da camisa enrolada. Entraram como se fossem para a Secretaria de Assistência Social. Quando entraram, na época era aquele telefone tijolão, ele pesava... “Já estamos aqui dentro: Pode começar!” Os ônibus pararam embaixo do viaduto do palácio, as pessoas foram descendo e fui arrumando todo mundo. Quando deu 20h, nós estouramos, paramos o trânsito, o palácio fechou. Quando deu sinal, era “Agora”. Todo mundo tirou a faixa da roupa, já estavam dentro do Palácio Guanabara. Tinha mais de dez advogados me acompanhando. Sabe, as pessoas falando comigo. Repórter qualquer coisa, “apoio dela”... Quando a Benedita pediu pelo amor de Deus, eu tinha que parar com aquilo, e tinha que conversar com a responsável, me botaram dentro do palácio, ela fechou a janela. Quando você passa pelo portão, tem a janela, tem o portão lateral onde entra os carros... As pessoas começaram a gritar: “Eu quero minha líder. Eu quero minha líder.” Aí ela: “Pelo amor de Deus, fala com eles ali.” Ela pegou o megafone: “Ela está bem, ninguém está fazendo nada com ela, não.” Ela me chamava e eu falava, fazia assim... Ela fez uma promessa na época, que ela também estava em campanha política. Disse que até às 18h de sexta-feira ela publicaria no Diário Oficial a desapropriação.

Eu falei para ela: “Se até meia-noite não tiver publicado isso, volto de novo no palácio com mais de 10 mil pessoas para te tirar da cadeira onde você está.” Foi quando a Rosinha Matheus (governadora) entrou na parada de novo e falou: “Essa daí eu vou fazer.” A gente não apoiou a Benedita, a gente apoiou a Rosinha, e a Rosinha ganhou.

Aí fez, você entendeu? É muita história. Mas a gente teve apoio dos sindicatos aqui embaixo. Na época o dono da rodoviária era o Bandeira, que foi deputado. Ele mandou cinco carros para a gente, todos os caminhões, ônibus, tinha água, tinha lanche, tinha todo suporte, então o movimento foi esse. A gente fez essa revolução.

NILZA ROGÉRIA

Determinada a ajudar sua comunidade em todos os sentidos, outra questão que também tornou-se um dos seus maiores propósitos foi a saúde. Embora centrada na luta por moradias dignas, ana leila logo percebeu que a precariedade das condições de vida de Jacutinga e arredores estava intimamente ligada a problemas de saúde graves, que passavam a atingir um número alarmante de moradores... A realidade da doença

se impôs de forma dolorosa, especialmente quando pessoas próximas faleciam em questão de dias, sem diagnóstico adequado ou tratamento eficaz. Isso a levou a buscar soluções. E foi ao participar de um seminário do fórum de tuberculose, em 2003, que Ana Leila teve a certeza de que essa era justamente a doença grave que vinha afetando tantas pessoas.

ANA LEILA

Foi quando comecei a trabalhar na tuberculose, quando descobri que tudo isso era tuberculose. Enfim. Você num calor desses, 40 graus, porque lá é uma área aberta. Se aqui tá 40, lá está 50. Você mora numa casa feita de madeira coberta de lona preta...

ANA LEILA

Tinha a Maria do Carmo, ela faleceu, frequentava o Cedaps e a Ação da Cidadania. Ela falava, trabalhava no município como enfermeira: “Eu acompanho seu trabalho, estou achando muito bonito, vou passar a levar você nos lugares aonde eu frequento. Quer ir comigo?” Eu passei a ir com ela. Que era o Cedaps, a Ação da Cidadania. Passei a ir e ali fui aprendendo muita coisa. Ela ganhava as doações, dividia comigo e foi indo, foi fluindo, fluindo, fluiu. Já comecei a debater tuberculose, HIV. Quando eu via as pessoas se modificarem, eu já chamava no particular. “Quer ir comigo fazer um exame? Assim e assim...” Aí as pessoas: “Por quê?” “Vamos fazer uma examezinho?” Então, quando dava positivo, a Maria do Carmo me chamava: “Deu positivo.” Eu chamava a pessoa para conversar. Eu via que elas não tinham o que comer. “Fulana, tomou remédio?” “Não.” “Por quê?” “Leila, dá muita convulsão no estômago e com o estômago vazio... Sei lá, parece ter um buraco no estômago.” Foi quando comecei a fazer a pesquisa da tuberculose. O motivo do abandono da tuberculose. O alto índice de mortalidade da tuberculose: fome, saneamento, moradia, meio ambiente, trabalho. Então aí que está.

NILZA ROGÉRIA

Em seu trabalho no combate à tuberculose, Ana Leila foi contemplada com um projeto do fundo global de combate à Aids, tuberculose e malária.

ANA LEILA

Eu ganhei um projeto do Fundo Global, o “DOT”. O contrato era de um ano. Continuei com essas pesquisas, trabalhando no município todo. Botei oito agentes, dois em cada bairro. Fazia um mapa, “essa semana vocês vão fazer a rua e tal...”. Quando uma desce, a outra sobe, uma do lado direito, a outra do lado esquerdo, nunca botava as duas para descer junto. Uma começa aqui, a outra começa lá, uma de cada lado. Eles vão batendo de porta em porta.

Foi um projeto que me ajudou muito. Quando terminou, eu fiz um relatório. Automaticamente eles renovaram o contrato comigo. O projeto começou com 18 mil. No segundo contrato foi para 25 mil. Quando terminou um ano, eles renovaram automaticamente também, aí passou para 30 mil, e os outros dois anos foi 30 mil direto. Fiquei cinco anos nesse projeto. Foi quando vieram as pesquisas de 17 mil pessoas de busca ativa dentro da comunidade sobre a questão do abandono da tuberculose no município de Mesquita. Foi pela Fiocruz.

NILZA ROGÉRIA

Na busca constante por respostas sobre a alta taxa de mortalidade da doença, Ana Leila também se envolveu em um importante projeto de pesquisa da Fiocruz em parceria com a rede brasileira de pesquisas em tuberculose, conhecida como rede tb.

ANA LEILA

Foi através da tuberculose que entrei na pesquisa “SIMPLES TB”. É um projeto de pesquisa da Fiocruz. E a Rede TB, que eu faço parte da rede de Comitê Nacional de Tuberculose... Eu quis entrar nesse grupo de pesquisa porque queria entender mais sobre a tuberculose.

NILZA ROGÉRIA

Seu envolvimento não se limitou apenas a ações locais, destacando-se em discussões sobre a realidade da doença em níveis mais amplos. Em uma das reuniões na fiocruz, sobre tuberculose resistente, ela tomou a palavra e expôs a realidade que conhecia de perto.

ANA LEILA

Aí eles começaram a falar sobre a questão da tuberculose, a tuberculose resistente. “Porque é isso e aquilo...” E eu pedi a fala. Falei que não procedia o que eles estavam falando. Porque o abandono da tuberculose chegou até mim. Eu me emociono muito quando falo isso, que o alto índice de mortalidade no estado do Rio de Janeiro, em primeiro lugar no ranking, para mim é inadmissível, e o meu município estava em terceiro. Era a fome.

Aí todo mundo parou. Era a fome. Se eu não tenho o que comer, não vou tomar remédio. Se eu não tenho onde morar, não vou tomar remédio. Se eu moro na rua, eu vou numa clínica e não sou atendido por causa do preconceito, estigma, não vão me olhar porque estou fedida, não estou cheirando bem, ninguém vai me entender.

Então é isso, preconceito, essas coisas. Aí começaram a olhar mais para mim. Toda vez que tinha reunião eu falava. A pesquisa que a doutora Margarete estava

fazendo ia parar porque não tinha trabalho. Então eu abri a minha boca. “Doutora, se eu fosse a senhora, fazia uma reunião com os coordenadores da Baixada. A gente marca uma reunião e esses coordenadores vão falar para a senhora sobre a questão da tuberculose. Eles vão direcionar os paciente com tuberculose resistente para a pesquisa da senhora. Pode ser?” Ela falou assim: “É, então vamos.” O programa do estado se conscientizou. Nós fizemos uma reunião na UNIG, em Nova Iguaçu, chamando todos os coordenadores. Foi quando a pesquisa começou a ter uma alavancada. As pessoas passaram a me chamar para participar disso.

NILZA ROGÉRIA

O impacto de sua atuação foi tão grande, que Ana Leila ganhou visibilidade internacional, colocando o município de Mesquita no mapa da Organização das Nações Unidas (ONU).

ANA LEILA

Quando eu vejo, estou lá e fico assim, “ué, você. ajudou o Brasil a ver que a tuberculose, sabe, a nível nacional, chamou a atenção para um olhar mais direcionado para a tuberculose...”. Esse é o meu ver. O meu pensamento, porque ninguém estava nem aí para tuberculose até o ano retrasado.

NILZA ROGÉRIA

Foi durante todo esse contexto de transformação e engajamento pela saúde que, em 2003, ana leila fundou em Jacutinga sua própria ONG: o centro social fusão. Ao longo dos anos, a ONG tem se tornado um pilar fundamental na Baixada Fluminense, atuando principalmente na prevenção de doenças como DST/Aids e tuberculose (tb), com ações educativas e de conscientização voltadas para jovens e adultos da região.

Além disso, o centro social também se dedica a outros projetos de impacto, como o Carnaval da Saúde, o projeto Elos Johnson & Johnson (em parceria com a Prefeitura), e o projeto de esportes, que beneficia centenas de crianças da comunidade. Sem contar a distribuição de cestas básicas, garantindo que as necessidades mais urgentes dos moradores sejam atendidas.

ANA LEILA

Por que Centro Social Fusão? O que era o Fusão? Fusão por quê? Eu virei para ela, falei assim: “Fusão engloba, funde, fecha parceria. Ele é uma fusão.” Aí ela: “aAh, então o nome vai ser Centro Social Fusão.” Porque ele engloba, ele busca parceria, ele funde, então o significado da fusão para mim é isso aí.

NILZA ROGÉRIA

A importância do Centro Social Fusão para a região é tão grande que, até no período da pandemia, em 2020, a ONG precisou suprir as necessidades que o próprio governo não conseguia atender.

ANA LEILA

Aí que começou a capenga, né? Várias pessoas desempregadas, passando fome, o prefeito dava a cesta básica para os vereadores, vereador dava para quem eles queriam. O Bolsa Família foi cortado com o desgoverno que estava e quem sustentou a comunidade foi nós. A gente pediu doações na Rede do Bem, na CUFA, na Ação da Cidadania, na LBV, todo mundo doava cesta. Eu consegui fazer por mês 1200, 1300 cestas pra dar para as pessoas. Toda segunda-feira era uma fila daqui até lá embaixo de pessoas, para pegar a cesta básica. Ah, o dono da padaria Arte Pão mandava 100 cestas... Aí o próprio governo ligava para mim para ver se eu tinha cesta para dar para uma família, porque o governo não estava nem aí. Mas quem bancou a pandemia de Covid fomos nós da sociedade civil. Aqui embaixo as lideranças tinham mais apoio do que nós na Baixada. Eu fiz um projeto, ganhei um recurso do projeto, comprei cesta básica, tá? E comecei a fazer curso de capacitação para as mulheres, que estavam desempregadas, para poder ganhar dinheiro. Começou a sobancelha, a época altíssima da coisa, essas tranças aqui... E foi assim, mas graças a Deus... Eu perdi trinta pessoas da comunidade com Covid, fora no município. Graças a Deus a gente superou.

NILZA ROGÉRIA

Apesar de tantas vitórias, ser mulher, líder, periférica e negra ainda traz desafios para além das demandas sociais.

ANA LEILA

É complicado ser mulher, que mora numa favela periférica, negra. Quando você entende um pouco de política e mexe com as pessoas de alta patente. Você sofre um pouco de preconceito. Mas eu faço de conta que não estou ouvindo aquilo. Eu levanto a cabeça e falo “Eu sou mais eu, eu estou na minha posição”. Como é que eu posso falar o português claro? Eu tenho uma linguagem que eu falo: “Eu sou mais que esse bunda de chuchu aí.” Porque quem paga o salário dele sou eu. Porque eu pago meus impostos. Eu vou me empoderar e falar pra ele que quem está aqui sou eu. Não é uma qualquer, e é quando eu coloco ele no lugar dele. Mas se você for se ligar pelo preconceito que a pessoa está falando ali... Você já viu um prefeito falar assim? “Através dos meus projetos vem muito incentivo financeiro para o município.” E um prefeito falar assim numa reunião: “Ela é um mal necessário.” Se eu sou um mal necessário, você é isso aqui: um bunda de chuchu. Aí ele: “O que é isso aí?” Isso aí é uma pessoa que só

fica na cadeira, o espinho do chuchu, quando ele encrua, gruda, e você não consegue levantar daí porque é um prefeito de gabinete, então você é isso. Eu sou um mal necessário e você está se aproveitando do mal necessário, botando dinheiro no bolso, que é da população. E você é isso aí que nem Sazon dá jeito. É sem graça, sem gosto, sem sal, sem paladar. Tem que botar muito tempero para poder te engolir.

NILZA ROGÉRIA

Como tudo na vida, ter que lidar com a pressão constante de ser a solução para os problemas de todo mundo que lhe procura não é uma tarefa fácil.

ANA LEILA

Sabe quando você entra numa depressão? Já entrei em depressão. Aassim: “Poxa, todo mundo precisa de mim, todo mundo vai na minha porta pedir as coisas.” Eu acordo às cinco, às três, mas só saio da cama às cinco... e você tem que resolver. Ninguém pergunta se você tem dinheiro para ir lá fazer aquilo para ele. Se você tem alguma coisa para você comer dentro da sua casa. Eu dei terreno para todo mundo, ajudei todo mundo na construção, eu fiz massa, ajudei a levantar tijolo, pedi doação. Quando foi pra fazer a minha, eu não tive nada, ninguém me ajudou. Fulano faz isso aqui pra mim? “Faço, para você vou cobrar X.”. E aí eu fiquei “Ah tá”... paguei...

ANA LEILA

Então tem que ser grossa, porque a hora que eu mais tive depressão eu não tive esse apoio. Sabe quem foi o meu apoio? Foi meu espelho. De eu olhar assim para o meu espelho: “Oi, você é bonita, você é linda, vai tomar um banho, vai ficar cheirosa, vai para a rua”, entendeu? Eu mesma tive que sair da depressão que eu estava porque, quando você faz um trabalho na comunidade, não espera muitas coisas devolutivas, não.

NILZA ROGÉRIA

Mas nada disso a fez desistir. Pelo contrário, Ana Leila mantém a cabeça erguida e segue firme com o sonho de transformar vidas.

ANA LEILA

Meus poros é a comunidade, meu suor é a comunidade. Ana Leila não vive sem a comunidade, a comunidade não vive sem ela. E mesmo que eu me afaste, eles vão me buscar.

NILZA ROGÉRIA

Ana Leila Gonçalves é a alma pulsante de sua comunidade. É por meio de lideranças como a dela que territórios florescem, mostrando que coragem, solidariedade e a defesa incansável por justiça social são capazes de transformar realidades e inspirar gerações a acreditarem em um futuro mais digno e humano.

Esse foi mais um capítulo do audiolivro “Mulher de favela”.



CAPÍTULO 10: ANA PAULA

ROTEIRO
EP. ANA PAULA
AUDIOLIVRO "MULHER DE FAVELA"

ANA PAULA

Eu vi ele armado, e... Os meninos me falaram, olha lá, vem tua mãe ali, ele correu. Aí escondeu a arma, eu cheguei, bati na cara dele, ele pediu desculpa e falou mais. É matar ou morrer, infelizmente eu já estou envolvido.

Aí... Não durou muito porque ele se envolveu com 21 anos... com 20 anos, e aos 21 ele morreu.

NILZA ROGÉRIA

Essa é Ana Paula, mulher, mãe e avó, que transforma vidas na comunidade do Fumacê, em realengo. Hoje, à frente da AMAAB, assistência a mulheres e amigos da água branca, ela dedica sua vida às crianças, mães e idosos da comunidade, levando esperança, educação e apoio. Eu sou Nilza Rogéria, e te convido a conhecer a história dessa mulher que transforma sua luta em força diária, de cuidados e amor, de busca por mudança. Esse é o "Mulher de favela".

NILZA ROGÉRIA

Ana Paula Leandro nasceu em 1970 e cresceu no Fumacê, em Realengo, Zona Oeste do Rio. A comunidade está situada na área conhecida como Água Branca. Foi inicialmente destinada a militares, mas com o tempo passou a receber famílias removidas de outras áreas. Sua infância foi simples, vivida entre as dificuldades de

uma região carente e momentos de luta. Entre as recordações de infância, Ana Paula guarda o afeto dos irmãos e da mãe. Mas a relação com o pai foi marcada por conflitos, e sua partida precoce, quando ela ainda era adolescente, deixou marcas profundas.

ANA PAULA

Quando eu cheguei lá em 1970 não tinha janela, e a cozinha era um montão de quadrado, então nossos pais cozinham e o buraco saía tudo, fumaça saía tudo pela janela.

ANA PAULA

Eu tenho mais boas lembranças dos meus irmãos, da minha mãe, porque eu não tenho muita coisa boa para falar do meu pai, porque ele era, como se diz hoje, um pinguço na época que a gente era mais nova. Quando ele morreu eu tinha 14 anos. Ele levou um tiro na frente do prédio onde a gente morava. Hoje eu consigo falar sobre essa morte dele. Eu sempre tive um aperto no coração sobre o meu pai, porque eu nunca tive muita afinidade com ele, por conta dele ser uma pessoa má com a minha mãe. Então, meus irmãos, na época que a gente cresceu, se juntaram e deram um sacode nele e ele melhorou. Daí, logo em 1984 ele morreu.

NILZA ROGÉRIA

A infância de Ana Paula foi marcada pela força de seus irmãos, que insistiam que ela terminasse os estudos. Apesar de não gostar, aqueles anos plantaram as sementes de algo maior. Ela talvez não soubesse na época, mas essa base seria fundamental para o trabalho que um dia mudaria a vida de tantas outras pessoas.

ANA PAULA

Eu tinha uns irmãos que me obrigavam a estudar. Embora eu nunca gostei. Mas tive que estudar para poder terminar os estudos. O mínimo que eu tinha que fazer.

ANA PAULA

Foi muito bom para mim, porque aprendi tudo lá nos estudos. A gente foi aprendendo e acompanhando muitas amigas, muitas pessoas. E daí surgiu essa ideia de ter uma ONG hoje. Isso vem lá da minha infância. Só que eu não sabia como começar, como dar o primeiro passo.

NILZA ROGÉRIA

Foi também muito jovem que Ana Paula se viu diante de um novo desafio: a maternidade. A vida a empurrou para a responsabilidade antes mesmo de ela estar pronta. Mas, o tempo trouxe amadurecimento, e hoje ela reflete com clareza sobre os erros do passado.

ANA PAULA

Eu trabalhei pouco e tive filhos muito nova também. Com 18 anos, eu já tive o meu primeiro filho. E eu não tinha muita experiência de vida, de dona de casa, de ser mãe. Eu só sabia ajudar o povo. Esquecia de me autoajudar. Então, isso faz muita diferença na minha vida. Hoje eu sei o que errei lá atrás. Poderia ter sido melhor. Mas é isso aí.

NILZA ROGÉRIA

Em 2004, surgiu a AMAAB, Assistência a Mulheres e Amigos da Água Branca, uma instituição que tem como missão oferecer suporte à comunidade, com capacitação para jovens e adultos, auxílio alimentar para crianças, mães solo e idosos, além de promover acesso à informação e fortalecer famílias em situação de vulnerabilidade. Mais do que um espaço de acolhimento, a AMAAB é um ponto de resistência e esperança, que transforma dor em ação e abre caminhos de futuro para o território.

ANA PAULA

Quando a gente começou com a AMAAB, foi um grupo de mulheres que não era eu a cabeça, eram umas mulheres que queriam que acontecesse alguma coisa lá no bairro. Aí acabei participando junto com elas e comecei a liderar.

ANA PAULA

Foi surgindo professores, pessoas que não eram nem professores, mas queriam dar aula e queriam ajudar. Todo mundo ajudava lá, pagava aluguel, e foi criando, foi criando, e hoje a gente está lá desde 2004.

NILZA ROGÉRIA

A história da AMAAB começou de maneira despretensiosa, quase por acaso. O desejo de um grupo de mulheres de criar algo significativo para a comunidade foi o pontapé inicial. Aos poucos, Ana Paula assumiu o papel de liderança, mesmo sem jamais ter se preparado formalmente para isso. O que ela trazia consigo era algo ainda mais valioso: a dedicação e a vontade de fazer a diferença.

ANA PAULA

Antigamente tinha um baile da terceira idade no Maracanã, do governo do estado. Então acabei me envolvendo, buscando ônibus, fazendo parceria com um montão de gente. Alugaram um espaço lá. “Ah, vambora, fazer um atendimento.” Depois falaram assim, vamos registrar.

ANA PAULA

Ah, Paula, você que é presidente, porque é você que ajuda, que dá a ginástica pra gente, que leva a gente pra lá. Eu falei “mas eu não sou professora, não sou nada”. Ah, mas a ginástica tu faz, a gente se anima. A gente sabe, eu fico com o corpo doído, que você ensina tudo errado, mas dá certo, porque a gente gosta de ficar aqui com vocês, de se reunir.

NILZA ROGÉRIA

Um episódio marcou profundamente a vida de Ana Paula e afastou ela da AMAAB por dois anos. Foi a perda de seu filho João Paulo, que, aos 21 anos, se envolveu com o tráfico de drogas e acabou assassinado em uma ação policial. A dor desta tragédia, o impacto da violência e o peso de ver um filho partir tão cedo deixaram cicatrizes profundas. Foi um dos momentos mais difíceis de sua trajetória, mas também um dos que revelam a força que ela carrega.

ANA PAULA

Quando o meu filho faleceu, quando os policiais foram lá e deram um tiro no prédio, queimou a roupa. Eu já tinha a AMAAB. A AMAAB era de 2004. E quando descobri que ele estava envolvido com alguma coisa, com os meninos lá do tráfico, que o pessoal dizia que era firma, eu fiquei muito chateada, sabe? Com essas coisas, eu já estava vendo.

ANA PAULA

Ele nunca teve envolvimento com tráfico. Eu sempre briguei com ele e sempre explicava. Falava que eu não podia, que eu não gostava, que eu nunca me envolvi com vagabundo, que sempre vivi ali naquela comunidade, nunca usei drogas, nunca fiquei, e ele acabou se envolvendo. Tudo por conta de amizade, de amigo, de mulheres para ganhar poder. Infelizmente, não durou nem ano essa passagem dele nessa vida. Porque todo mundo foi embora e ele ficou, ele achou que não, não sou bandido, não sei o quê, vou ficar aqui.

NILZA ROGÉRIA

A dor de uma mãe que viu seu filho partir tão cedo poderia ter se transformado em silêncio, mas para Ana foi combustível para a luta. E foi pelos outros filhos que Ana Paula encontrou motivação para seguir em frente. O legado de João Paulo também permanece: ele deixou três filhos, entre eles João Pedro, que hoje tem 11 anos e é criado por Ana Paula desde bebê. Os seus netos são símbolo da continuidade, de resiliência e de esperança para essa família.

ANA PAULA

E a AMAAB já funcionava. Eu fiquei dois anos afastada, sem funcionar, mas depois... por conta dos meus outros filhos... Meu filho Carlos Milton, eu sempre falo com ele sobre o que aconteceu. Hoje meu filho faz faculdade, está fazendo engenharia civil. Minha filha é trancista.

ANA PAULA

Ele deixou três filhos. Um vive comigo, a mãe falou assim: “Ah, eu queria o teu filho, eu não queria um filho. Ele me deixou com o filho na barriga e então toma o teu filho.” Hoje meu neto vive comigo, tem 11 anos, o João Pedro.

ANA PAULA

Eu não sei de onde vem essa força porque eu acho que tudo é espontâneo. Se uma pessoa perdeu, eu vejo pela minha amiga Josiane, toda hora ela conta uma história que perdeu um amigo, que tá triste, eu acho que tudo é vontade de Deus. Quando chega a hora, não adianta.

NILZA ROGÉRIA

Ao longo desses 21 anos, um dos grandes desafios de Ana Paula foi manter a AMAAB funcionando sem editais, sem apoio fixo e sem recursos estáveis. Cada ação sempre nasceu da garra e da criatividade dela e das mulheres da comunidade. A luta foi constante: colocar a mão na massa, criar e executar junto, apesar das limitações. Essa capacidade de resistir e de não deixar o trabalho parar mostra a dimensão da sua determinação.

ANA PAULA

Eu nunca usei os meus projetos para pedir nada para ninguém. Tudo que funciona é o que a gente constrói lá na hora mesmo, então as pessoas até falam “pô, você tem 19 anos de AMAAB, nunca participou de edital”. Não sei escrever edital, vou participar pra quê? “Ah, o fulano escreve, mas cobra”, e eu não tenho dinheiro para pagar, então o que funciona é o que a gente aprende, é o que a gente sabe. Eu ponho na rede social porque meus colegas falam “ah, não está acontecendo nada”, e na AMAAB eu falo “tá, vou colocar”.

NILZA ROGÉRIA

Para Ana Paula, um projeto precisa nascer do afeto e da verdade, e não da vontade de lucrar. Ao longo da sua caminhada, ela recusou várias propostas de usar a AMAAB como forma de ganhar dinheiro. Sua escolha sempre foi clara: viver com

dignidade, com a consciência tranquila, sem precisar se vender. Para ela, a AMAAB deve funcionar com o que existe, e é nas parcerias verdadeiras que o projeto se fortalece.

ANA PAULA

Acho que para começar um projeto, as pessoas têm que gostar. Porque muitas pessoas abrem na intenção de arrumar dinheiro. Eu mesma já tive várias propostas de usar a AMAAB para ganhar dinheiro e eu ficar com uma porcentagem, e eu nunca quis. Falei: “Eu não quero dinheiro, não.” Eu quero ficar bem, quero poder dormir, quero poder andar, quero poder viver. Eu acho que dinheiro não é tudo, eu sempre vivi sem dinheiro. E não vai ser agora 100, 200, milhões, mil, sei lá que número que eu nem sei falar, que vai mudar minha vida. Não vai. Acho que a AMAAB tem que funcionar de acordo com o que a gente tem. E para a pessoa abrir um projeto, ela tem que ter parceria. Tem que ter um parceiro bom, que dê uma boa estrutura.

NILZA ROGÉRIA

Para que a AMAAB continuasse de pé, as parcerias foram essenciais. Na pandemia, a CUFA foi um braço forte que seguiu junto, assim como a ação da cidadania, LBV, o santuário nossa senhora de fátima e o SESC Madureira, através do Mesa Brasil. Mas o verdadeiro pilar da AMAAB sempre foram as mulheres do Fumacê: mães, avós, mulheres solo, que se organizam em vaquinhas, doações e pequenos gestos para garantir que o espaço nunca fechasse. Elas são a coluna vertebral desse projeto e a prova de que o coletivo é o que mantém a transformação viva.

ANA PAULA

O nosso carro-chefe são as mulheres da comunidade, são as senhoras e as mães solo, porque elas se preocupam em manter o espaço. Como a gente paga aluguel, elas estão sempre, uma faz uma vaquinha, vamos ajudar, elas querem sempre que o espaço esteja ali. Como eu falei que ia me mudar de lá, elas falaram “você pode ir, mas a AMAAB continua”. Então elas são o carro-chefe que ajuda a manter a AMAAB. Eu não tenho o que falar delas, porque elas são as principais. Eu sei que a CUFA, Ação da Cidadania, todo mundo ajuda, mas eu acho que se eles ajudarem e eu não tiver um espaço para ter, a ajuda vai ser em vão. Então eu acho que o principal são as mulheres que frequentam, que participam, para manter a AMAAB. Acho que elas são as pessoas principais.

NILZA ROGÉRIA

Um dos grandes sonhos de Ana Paula é ver a AMAAB crescendo além dos limites do Fumacê. Hoje, a ONG enfrenta desafios por estar localizada dentro da comunidade, onde a violência, os tiros e o medo afastam parceiros e participantes. Mas Ana Paula

não desiste. Ela acredita que a AMAAB poderá alcançar mais pessoas, ter mais apoio e gerar muito mais oportunidades de capacitação. É um sonho desafiador, mas que ela luta a cada dia para realizar.

ANA PAULA

Mas não é impossível, porque estou buscando, porque às vezes a gente não pode funcionar por conta do tiro, e não entram lá na comunidade. Muitas pessoas querem fazer o curso e não entram. Então, eu acho que se a gente conseguir um espaço fora da comunidade, e perto, vai dar muito mais resultado e vamos ter muito mais parcerias, parceiros, e muito mais pessoas que queiram capacitar, se formar. A AMAAB está localizada bem dentro mesmo do conjunto do Fumacê, lá em Realengo. Então é um pouquinho complicado.

NILZA ROGÉRIA

No presente, a AMAAB já impactou centenas de vidas. Crianças que tiveram a oportunidade de ser alfabetizadas, jovens que acessaram cursos profissionalizantes, mulheres que descobriram na independência financeira uma nova forma de liberdade. O projeto mostra que, mesmo em um território estigmatizado, há espaço para sonhar e realizar. No coração dessa transformação está a comunidade, que não apenas enfrenta desafios, mas muda a realidade ao redor.

ANA PAULA

O nosso propósito é esse mesmo, é capacitar, ajudar, levar ao bem-estar e afastar o pessoal do que não presta. Porque muita coisa presta naquele lugar, inclusive a AMAAB, né? Mas a gente tenta ajudar. Um pouquinho de cada pessoa que quer ajuda. Porque não adianta a gente forçar o pessoal que vai lá e busca a AMAAB e a referência da comunidade AMAAB.

ANA PAULA

O nosso objetivo era no futuro trazer um ENCEJA, para poder ajudá-las, o ensino à distância, porque até tem. Em vários locais lá, tem, mas elas não saem da comunidade. Então, no futuro a gente pretende trazer para poder levar essas mulheres para a sala de aula, para terminar o ensino fundamental, que a maioria delas não tem ainda. Acho que o principal seria a gente buscar essa parceria para levar para a comunidade.

NILZA ROGÉRIA

Ana Paula é essa mulher que luta, dia após dia, por uma vida melhor para todos aqueles que a cercam. E que se doa, a ponto de acabar colocando os outros à frente de si mesma. Uma mãe que, mesmo diante da violência que lhe roubou um filho, escolheu

lutar pelas crianças, pelas mães e pelos idosos do fumacê. Sua trajetória mostra que o amor pode vencer o medo, e que a resistência de uma mulher pode gerar oportunidades e esperança para muitos. Ana paula é a prova de que, quando uma mulher luta, uma comunidade inteira se levanta.

Eu sou Nilza Rogéria.

Este foi mais um capítulo de “Mulher de favela”. Até a próxima.



CAPÍTULO 11: CÁTIA CRISTINA

ROTEIRO
EP. CÁTIA CRISTINA
AUDIOLIVRO "MULHER DE FAVELA"

CÁTIA

Poderia falar de tristeza. Poderia chorar por tanta agonia. Poderia clamar por empatia. Poderia ficar na janela reclamando da vizinha. Sociedade machista, racista. Poderia ficar falando da vizinha. Que tempo verbal é esse? Poderia negar tanta demagogia. Um tempo ao qual não fiz? Poderia, poderia, poderia, poderia... Não. Meu tempo é de afeto. Meu tempo é de gritar por rebeldia. Meu tempo é de falar de sororidade com a vizinha. Meu tempo é de gritar “fora a misoginia”. Meu tempo é ser professora, cientista, economista, artista. Ser mãe, mulher em qualquer pandemia. Transformo a minha luta em gargalhada. Para espantar as mazelas do dia a dia. Experimento a poesia para poder cantar e gritar. Viva a mulher de todo dia.

NILZA ROGÉRIA

Cátia Cristina, figura singular nas ruas de Manguinhos, no Rio de Janeiro, é muito mais do que uma líder comunitária. Ela é alguém que, através da arte, transforma histórias marcadas por desafios em caminhos de resistência e solidariedade.

Eu sou Nilza Rogéria e, a partir de agora, convido você a conhecer a trajetória dessa mulher que inspira não apenas pela coragem, mas pela capacidade de afetar tantos outros ao seu redor. Este é mais um capítulo do audiolivro “Mulher de favela”.

NILZA ROGÉRIA

Nascida em Manguinhos, no Rio de Janeiro, Cátia Cristina Santos do Nascimento foi criada em um contexto marcado por luta e superação. Desde jovem, ela teve a vida moldada por perdas precoces e contínuas batalhas por sustento.

CÁTIA

A minha história, a princípio, começa pautada em muitas dificuldades, barreiras, e eu acho que as histórias até se encontram, né? Quando eu falo de histórias de mulher de favela, acho que muitas histórias são bem parecidas. Muitas são nordestinas, ou são descendentes de nordestinos, de mãe ou pai preto e assim por diante, e a minha, nada diferente.

CÁTIA

A minha história, até há pouco tempo, conversando com a minha filha, passando um pouco pra ela, quando o médico perguntou pra mim “ah, e a genética?”, deu umas dores, viu que poderia ser genético... Falei, “doutor, eu não sei, porque eu tive uma mãe que era filha única, que morreu muito cedo, 47 anos, e a minha avó, 36 anos, que também era filha única, a bisavó, 34, que também era filha única...”. Então, esse processo de não ter a história, a memória, isso deixa um buraco, um vazio. Agora, de alguma forma, a gente tenta passar para nossos filhos. Minha filha já tem um pouco mais da história.

NILZA ROGÉRIA

Apesar das dificuldades na construção de uma memória sobre seus antepassados, Cátia sabe que os desafios sempre fizeram parte do cotidiano das mulheres de sua família. A avó materna, ainda jovem, precisou fugir de Recife para o Rio de Janeiro, levando consigo a filha de 9 anos. O motivo foi a busca de um refúgio contra as agressões que enfrentava.

CÁTIA

Admirava a minha avó, por não conhecê-la, mas eu tinha uma imagem da minha avó. Na minha mente, admirava ela, por ela ter fugido, porque minha mãe podia contar a história, então essa história me fortalecia como pessoa. E vem morar no Rio de Janeiro. Mas ela trabalhava em casa de família com a minha mãe, e por várias vezes era mandada embora, porque quando a patroa ouvia ela dando um copo de leite, não admitia aquilo e mandava minha avó embora.

Minha mãe nunca entrou numa escola, nunca estudou. Meu pai também não, era mineiro, mas a minha mãe, tanto minha mãe como meu pai, eles estudaram sozinhos.

Juntava as palavras, ela aprendeu a ler, e nisso, muito sozinha, não tinha família, era a única, então dizia que nunca teria um único filho quando casasse, porque sentiu a dor de ser muito só. Minha mãe, com o passar do tempo, conhece meu pai. Minha avó já estava doente, teve um câncer, faleceu com 36 anos. E minha mãe ficou muito sozinha, sem ninguém.

Meu pai já tinha um certo problema lá, que minha avó dizia assim: homem que não deu certo com uma, não deu certo com outra, vai ver que o problema não tá na mulher... Porque foram duas, três vezes... E minha mãe já ficava assim... Mas minha avó veio a falecer, e ela preferiu seguir com meu pai. Meu pai tinha uma doença que demorou muito ele compreender que era doença. Era o alcoolismo. O tempo que ele sumia, que minha avó desconfiava, é porque ele estava embriagado, porque ele não podia botar o primeiro gole, se botasse o primeiro gole, ficaria uma semana, duas semanas, um mês.

Minha mãe foi compreender isso depois. Ela engravidou, eu sou a primeira filha dela, depois ela tem mais quatro filhos, mesmo doente. Éramos cinco.

NILZA ROGÉRIA

A gravidez e a doença do companheiro acabaram por levar a mãe de Cátia para Manguinhos, onde ela nasceu.

CÁTIA

Contudo minha mãe... Meu pai sumia, ela engravidou, meu pai apostava, bebia. E ela foi morar no "*quarto das Régua*s" da cegas??? (?) quando estava grávida. Não tinha água, não tinha nada. Era um quarto sem nada. Dependia dele levar água daqui pra lá. Era aquela situação. Então, minha mãe, grávida, vem atrás do meu pai, consegue achar meu pai na casa da minha avó, ali em Manguinhos, ali no barrinho, perto dos Combatentes. E aí, eu nasci, minha mãe, com toda a dificuldade, me entrega pra minha avó, porque ela queria dar o fim da vida dela. Ela foi pra linha do trem. Isso me marca muito, quando ela contava. Foi pra linha do trem, mas o trem demorou pra passar. Ainda bem, uns minutinhos. E ela voltou. E quando ela volta pra me buscar, minha avó já não quer dar.

Minha avó era mãe de seis filhos homens. Meu pai era o segundo. E a minha avó, "não, não vai levar ela...". Minha mãe: "é minha filha". Então: "ah, você fica aqui". Então, minha mãe resolve ficar morando lá. Morando com uma família extremamente racista, que minha avó era mineira, e meu bisavô também, ela sofreu muito. (Ela apanhava quando meu pai bebia, até ela começar a aprender a reagir. Ela começou a reagir e não

queria apanhar mais. Ainda ali, meu pai consegue ir mais à frente em Manguinhos comprar um barraquinho, e a gente vai seguindo pelas ruas de Manguinhos.

NILZA ROGÉRIA

Filha de artistas artesãos, Cátia cresceu entre a delicadeza da arte e o peso das dificuldades.

Ela admirava o trabalho do pai, um sapateiro, cuja habilidade em criar calçados a deixava fascinada. Ao mesmo tempo, sua mãe, determinada e criativa, encontrava na confecção de doces uma maneira de sustentar a família em momentos difíceis, mesmo com a saúde fragilizada e as constantes crises de alcoolismo do marido. Nesse contexto, Cátia vivenciou períodos de grande ausência durante a infância. Quando a mãe adoecia e era hospitalizada, o pai perdia-se na bebida, deixando ela e os irmãos sozinhos.

A alternativa foi morar com a avó paterna, mas esta, já sem forças para impor autoridade, deixava a casa sob o controle rígido de outros familiares. A esposa de um dos tios, por exemplo, maltratava a menina e impunha regras religiosas rigorosas em seu comportamento. Ali também a frequência à escola acabou negligenciada, o que deixou a educação de Cátia ainda mais comprometida.

Aos 11 anos, ela decidiu que preferia voltar a viver com seu pai e irmãos, mesmo diante do comportamento violento e imprevisível do genitor.

CÁTIA

Quando fiz 11 anos, resolvi ficar em casa com meus irmãos. Aturar o meu pai com a bebida. E ficar com o meu pai, ficar com eles. E com 14 anos, eu comecei a fazer os bolos, as coxinhas. Se virando, sobrevivendo com meus irmãos. Era melhor do que ter a minha avó. Com medo dos meus tios. Não gostava dos olhares deles. De dois. Todos, não. Só de dois. E disse, “vou ficar com o meu pai”. Mesmo assim, o meu pai virava outra pessoa. Ele acabava com os meninos. Ele dizia, “eu sou o Dani danado”, ele era o Dani danado mesmo. Ele levantava a perna, batia, andava com faca de sapateiro. Ele virava outra pessoa.

NILZA ROGÉRIA

Além da brutalidade do pai, a juventude de Cátia também foi marcada pelo fervor religioso da mãe, que lhe impunha as regras rígidas da doutrina que seguia. Restrições que se tornaram maiores com o passar do tempo.

CÁTIA

Minha mãe deixa de ser católica e vai virar cristã evangélica. E ela entra na testemunha de Jeová. E aí vem todo o processo. Eu já tinha três anos nesse momento... E eu começo... Eu cresço, né? Absorvendo todos aqueles dogmas da religião. E eu me batizo. Minha mãe tinha um ponderamento. Deixou eu crescer para eu escolher me batizar. Me batizei com 17 anos no Maracanã. O que acontece? Eu sempre vivia em questionamento. Porque sempre eu esbarrava na questão. Mas por quê? Mas por quê? Por que isso é errado? Porque você sabe que eu não curtia festa junina na escola. Não podia. Eu não curtia aniversário. Eu não podia curtir nada que eu achava muito lindo. Aquilo não podia. Eu vivia sempre sendo questionada. Eu ficava na janela com a minha mãe. Minha mãe falava disso, falava daquilo... Eu falei, “mãe, mas por que você disse que isso é errado? Por que a beltrana está errada?” Ela: “vai fazer Direito, defensora do que não presta!”. Ela dizia isso. Vou fazendo serviço social.

Eu admirava tudo que acontecia ali em Manguinhos. Admirava a velha guarda quando passava, bem-arrumada, com os canecos de chope. Admirava as quadrilhas, a passista, quando passava. Eu ficava assim, babando. Ela passando bem bonita, arrumada. Eu ficava intrigada com o destaque da escola de samba, que era o Ricardo, um pai de santo, que à noite benzia a rua toda, sabe? Eu acordava pra ficar vendo ele na varanda fazer aquilo ali tudo. E acaba que por eu fui ficar nisso... Eu acabo sendo convidada a se retirar da religião. Por causa dos preconceitos, dos dogmas, e eu saio dali por vários fatores.

NILZA ROGÉRIA

Desde cedo, Cátia demonstrou um espírito questionador e sempre esteve inquieta em busca de conhecimento.

CÁTIA

O que acontece? Comecei a me questionar. Eu tinha parado de estudar, porque nesse processo todo eu não conseguia... Minha mãe ia lá, levava atestado. Eu nunca reprovei quando era primário, na minha época. No ginásio também não. Quando era científico, na época, eu consegui passar pra uma escola federal, em São Cristóvão, agora CEFETEC. Só que não pude dar continuidade, porque tive que assumir a minha família. Vários processos da minha vida eu tento estudar, e aí voltava e não continuava. Eu vou, depois que a minha filha já cresce um pouquinho, depois que a Mariana está um pouquinho... Tem a Mariana, que vem pra mim também. Que é a minha filha mais nova. Eu volto a estudar. Eu casei nesse momento, convivia com uma pessoa, e vou estudar no EJA Manguinhos, que era um polo dentro de Manguinhos, e tinha

um polo dentro da Fiocruz. Era pra atender a necessidade de muitos trabalhadores da Fiocruz que não tinham nem o fundamental naquela época. E eu volto a estudar lá.

NILZA ROGÉRIA

O retorno aos estudos no Programa de Educação de Jovens e Adultos, o PEJA-Manguinhos, foi um divisor de águas em sua vida. Após anos de interrupções em sua educação formal, essa escola revelou-se um espaço transformador, onde o aprendizado ia além dos livros e cadernos. No PEJA, Cátia encontrou uma abordagem diferenciada de ensino, que a desafiava a refletir, questionar e participar ativamente do mundo à sua volta.

CÁTIA

Quando eu volto a estudar nessa escola, e aí acho que é um ponto importante pra mim, que eu acho que a educação tem que ser assim nessa base, era muito provocativo...

Os professores, inclusive um estudou aqui, em Geografia, Leonardo Bueno, foi formado aqui, e o outro era o Filipe, da Cultura da Arte. É um PEJA bem diferenciado. Acho que os PEJA deveriam ser assim. Educação emancipatória, trabalhava com território...

... E eu começo a ser muito provocada. O professor começa a falarque eu ia votar, mas só anulava o voto. Porque a gente ia e anulava o voto. Porque a gente crente que os homens não vão dar conta disso. A não ser o Reino de Deus. Então você ia e anulava o voto. Eu me sentia muito bem, porque se deu errado, não votei em ninguém, é culpa de quem votou. Então eu me sentia isenta de tudo que estava ruim. Até que vejo aquela frasezinha que diz que quando você não faz nada, está concordando com o que está acontecendo. O professor provocava: você está na democracia? Eu dizia... eu gosto do embate... Deixo aqui ressaltado que agradeço a todas as pessoas que me provocaram e entraram em conflito comigo, porque fui ser meio teimosa, não sei se é do signo... mas isso me faz refletir. “Você tem certeza que vive numa democracia?” Ele não ditava as verdades. Ele deixava as provocações. E isso ficava assim, porque às vezes eu não tinha respostas. E aí eu termino. Consigo terminar o PEJA em 2011, PEJA Manguinhos.

NILZA ROGÉRIA

Após concluir o Ensino Médio, Cátia começou a alimentar o sonho de ingressar na Universidade. Contudo, aquela experiência na escola já havia plantado outra semente importante em sua trajetória: o interesse pelo engajamento social.

CÁTIA

Fui fazer o Enem. Só que, dentro dessa escola, eu comecei a ouvir sobre o fórum de movimentos de participação, da importância da participação do cidadão dentro do seu território. “Gente, não estou em lugar nenhum.” “E aí, vamos lá no fórum?”. “Fórum Manguinhos.” “Mas o Fórum Manguinhos não é só para quem vai sair?” Porque o PAC vem. O PAC vem para várias favelas. Vem para Manguinhos, para o Alemão, naquele momento. O que passava avisando era que “se sua casa vai sair, temos que estar de frente porque o PAC está aí”. Eu achava que quem tinha que estar no fórum eram as casas que iriam sair. Não tinha ideia que se eu tivesse ali também, dentro da minha casa, não saindo, eram mais pessoas fortalecendo o movimento. E aí eu vou. Comecei a participar do Fórum Manguinhos, onde várias questões sobre saneamento, segurança, são pontuadas no território. A violência, principalmente. A falta de segurança.

NILZA ROGÉRIA

No Fórum Manguinhos, Cátia entrou em contato com uma nova forma de compreender sua história e a história do local onde vivia. Ela entendeu que fazer parte daquele espaço coletivo não era apenas se unir a um grupo, mas se conectar com um movimento que valoriza as lutas comunitárias, os saberes locais e a resistência cotidiana dos moradores. A partir daí, Cátia começou a se envolver em outros movimentos comunitários, como o Manguinhos Solidário, voltado para as necessidades emergenciais da favela durante enchentes, e o Recriando Manguinhos, com atividades para crianças e foco no direito à cidadania. Depois dessas experiências, ela encontra um jeito especial de militância no coletivo “Experimentalismo Brabo”.

CÁTIA

E aí, o que acontece? Muita coisa. Tem um coletivo que me marca e eu sou profundamente apaixonada, que é o Experimentalismo Brabo, no qual eu e um amigo, que é palhaço, começamos a trabalhar a ideia da arte e a saúde. Tinha uma palestra: O samba como ferramenta de saúde. Eu estava nessa palestra e fiquei no samba, lá na Biblioteca Parque de Manguinhos, que agora é a Biblioteca Marielle Franco. Depois a gente se encontrou, começamos a pegar a amizade no carro, e a gente começa a se reunir no bar da Lauzinha, que é um bar conhecido na Rua do Vinte, e a gente podia pensar em fazer alguma coisa. Trazer o picadeiro para as ruas... Mas como é que vai ser isso? Uma coisa é estar organizado num espaço ensaiado, outra é estar na rua. A rua é um experimento. E, nisso, vai ser o nome do coletivo, Experimentalismo. E vai ser brabo, porque a gente falava de brabeza na cultura, falava que a arte tem que ser arregaçada. Então está definido o nome do coletivo, Experimentalismo Brabo. No qual, a princípio, a gente fez assim: vamos levar o circo para as ruas. Vamos tocar

para as crianças. E a gente vai. No primeiro cortejo a gente sai da minha casa pelas ruas de Manguinhos. Chega certo momento que alguém me reconhece, eu estou com nariz de palhaça, mas alguém me reconhece. “Ah, Cátia, até tu.” Comecei a brincar. E ele fala: “O que vocês estão fazendo aqui? É protesto?” No primeiro momento eu falei que não. “O que a gente está fazendo é saúde.” “Mas você trabalha lá? Saúde tem que pedir mais médico, mais remédio, mais UPA.” “Mas aí tá dizendo que o território está bem doente. Isso aí não é saúde, isso é mais doença. A gente tá tentando trazer arte e cultura para cá, porque um dos elementos pra você ter um território saudável é o acesso à arte e à cultura. Então, vamos pensar a saúde assim, para você saber pedir saneamento, segurança pública, realmente de qualidade, que atenda.” Aí ele: “Sabia que era um protesto.” Ele tem razão. A gente está fazendo protesto mesmo, é um cortejo protestando saúde aqui para Manguinhos. E aí tinha pessoas que não eram de Manguinhos, de Manguinhos era só eu, o Léo era de Niterói, o outro era de Nova Iguaçu, outros eram palhaços mesmo, de formação. E foi maravilhoso. E a gente encontra com as crianças nas ruas, as crianças ficam fascinadas em ver o palhaço e vem junto. E a gente percebe que não só as crianças, mas os adultos também. A intervenção, ainda mais domingo, que tem a feira, é uma intervenção simples, em que você não fala nada. Você só pega uma pessoa naquele sol, você pega uma bolsa dela, bota um guarda-chuva e vai andando vestida de palhaço. A pessoa fica intrigada, né? O que é isso? E a gente começou a perceber que a gente estava atingindo não só as crianças, mas também os adultos.

NILZA ROGÉRIA

As ações do coletivo Experimentalismo Brabo começaram a produzir efeitos transformadores em Manguinhos ao levar arte e cultura para o cotidiano dos moradores. Mais do que apresentações, o grupo percebeu que as intervenções despertam nas pessoas o desejo de falar sobre suas vidas e compartilhar histórias.

Além disso, o coletivo começou a valorizar a memória e os atores culturais de Manguinhos, dando visibilidade a pessoas e histórias muitas vezes desconhecidas até pelos próprios vizinhos.

CÁTIA

A gente está trazendo também um papel importante, que é a alegria, o momento de alegria de um território que muitas vezes é marcado com violência, uma noite difícil, e no domingo está um circo ali na rua...

CÁTIA

Então a troca das escutas de ouvir também me provocava, a mim e o coletivo. E o que a gente percebe a partir disso? O reconhecimento de atores culturais importantes de Manguinhos. Tratar a memória de Manguinhos, para tirar esses rótulos que dizem “Manguinhos, Faixa de Gaza”, “Leopoldo Bulhões, Faixa de Gaza”. Mas quantos atores culturais não têm dentro de Manguinhos? Tinha vários. Inclusive uma celeste estrela que eu trouxe aqui na PUC, que escreveu um livro, dois livros, e desde jovens, do passinho, rindo, e assim por diante. Desde um padre, que é um personagem importante, o padre Gegê, que é formado aqui pela PUC, psicólogo, que é o padre de lá, é um padre, aí a gente fez o cordel “O padre da pá-virada”, porque ele traz realmente o ensinamento do afeto e do que é ser cristão.

NILZA ROGÉRIA

A força do Experimentalismo Brabo é tão grande que, mesmo na pandemia, o movimento manteve a cultura viva em Manguinhos. Aproveitando um edital de ações locais, eles garantiram 10 mil reais, usados para realizar lives com artistas como o grupo de passinho e o Sr. Geraldo, oferecendo cachês e cestas básicas. Além disso, eles organizaram um espetáculo para mais de 200 crianças na Biblioteca Parque de Manguinhos, valorizando um espaço cultural frequentemente negligenciado. E é nesse ritmo que Cátia vai a outros espaços com seu trabalho. Mesmo após se formar, ela continuou frequentando o PEJA Manguinhos, dando oficinas e promovendo reflexões sociais e culturais. Para Cátia, atuar da educação de jovens e adultos é mais do que ensinar. Ali é um espaço de militância, onde a arte, a cultura e o diálogo são ferramentas de provocação e transformação.

CÁTIA

E eu continuo na EJA, nessas oficinas, provocando essa galera de alguma forma. As oficinas integram gente com 70 anos, que não sabe ler, com gente de 18, 19, no fundamental, no médio, então tem essa interação nas oficinas. E a provocação, o conflito é constante. Tem desde um que vem que nem eu, falava dos preconceitos formados na igreja, eu falo, “ó, já passei por isso também”. Vocês estão certíssimas. Eu não sou dona da verdade, porque eu também acho que as verdades vão se transformando, né?

NILZA ROGÉRIA

Foi nesse contexto de muitos trabalhos e conquistas que Cátia iniciou sua trajetória no Serviço Social, curso no qual ingressou na PUC em 2022. Porém a conexão com a universidade havia começado muitos anos antes.

CÁTIA

A vida é muito interessante, não é? E o meu primeiro salário que eu tive como... Um projeto que eu fiz parte na Fiocruz, em 1995, eu vim receber aqui na PUC um cheque. Era o primeiro lugar... Eu peguei... “Que mundo é esse?” Nunca pensei nesse mundo como um pertencimento. Recebi meu salário e fui embora. E aí... Passaram os anos. E é muito bom quando você é reconhecida, né? Você é identificada. Eu fico me cobrando isso. Não adianta estar no ativismo se eu não sou identificada pelas pessoas do território. E aí, a professora Rogéria estava fazendo um trabalho e alguém passou para ela, indicou para ela. “Ó, conheço a Cátia.” Ela é uma professora de Sociologia. Conheço a Cátia, ela participa disso, do experimentalismo, e eu conheço a professora Rogéria. E depois desse processo, desse trabalho de pesquisa com ela, todo ano ela mandava mensagem para mim: “Ó, vestibular PUC, serviço social”. E eu “Ah, tá”, mandava, “tá, professora”.

NILZA ROGÉRIA

E foi após entender que aquele lugar também poderia ser seu, que Cátia finalmente se libertou das próprias dúvidas e decidiu ingressar na Universidade. Ela entendeu que o ensino superior era uma oportunidade para aprofundar conhecimentos e, com isso, ampliar sua capacidade de intervir na sociedade.

CÁTIA

Em 2022.1 eu começo a estudar. E isso, o serviço social, é um curso que eu fiquei apaixonada. “Ah, vou ter psicologia, história, economia”, e como a disciplina se integra pelo conteúdo. Eu pude compreender, aprender qual o papel, o que é a política de assistência, o que é a política, que não é o assistencialismo. Você tem, lógico, a favela. Ela tem fome, tem pressa. A favela tem fome, tem pressa. As políticas sociais muitas vezes demoram. E é por isso que a gente se organiza, uma ajudando a outra. Mas o serviço social trouxe uma forma de compreender realmente o que é a profissão. Qual é o papel do assistente social. Aprendi há pouco tempo, no período passado. Assistente é uma coisa, é o profissional. Assistência social é a política. Você entende que é a política. E o serviço social é a profissão. Então, não confunde. Assistente social é o assistente social. Ele é o profissional, está ali. Ele não vai fazer assistência. Assistência é uma política pública. E isso ficou, você já aprendeu. Quer dizer, cada dia é um processo de aprendizado, e a maneira como você aprende compreendendo os termos, as políticas, a quem e como fazer, você aproxima dos direitos e você aproxima o usuário dos direitos. E compreendendo o fundamental, que o papel do assistente social é intervir. Compreendendo a magnitude que foi a diferença de ser só executor de políticas para ser um gestor de políticas. Compreender a importância.

NILZA ROGÉRIA

Compreender o próprio papel na mobilizadora comunitária foi essencial para Cátia, especialmente ao lidar com os desafios de formar novas lideranças. Trabalho ainda mais complexo em um cenário marcado pela falta de oportunidades para diálogo e reflexão, além da proliferação de desinformações nas redes sociais e jovens com defasagens significativas no aprendizado, distanciando-se cada vez mais do acesso aos seus direitos.

Por outro lado, ela também testemunhou transformações positivas quando os jovens foram despertados por essa conscientização. Em situações de ameaça, como a tentativa de fechamento do PEJA, ela viu estudantes do programa se unirem para fundar um grêmio estudantil e negociar diretamente com a direção.

Para Cátia, o verdadeiro papel da formação de lideranças está em conectar as pessoas ao seu território, promovendo discussões acessíveis sobre saúde, saneamento e segurança, sem a necessidade de grandes mobilizações formais.

CÁTIA

Cada colo tem seu espaço, espaço na rua, os protestos do Vicente Vargas, já fomos várias vezes, mas tem um espaço de dentro, tem que falar para dentro. Porque essa pessoa, essa mulher, que está vindo de uma casa de família, ou está vindo do trabalho, não vai parar ali para participar de um protesto que ela não sabe nem o que está significando, só acha que é por causa de salário. Então, essa é a importância de falar com grupos pequenos, trabalhar com grupos de dentro é fundamental para o fortalecimento de um território.

NILZA ROGÉRIA

Para além das atividades como líder comunitária, Cátia cuida de duas filhas e da sobrinha. E o conselho constante que dá a elas e àqueles que desejam fazer a diferença em suas comunidades é que não adianta buscar uma transformação individual. É preciso estar junto, somar forças e atuar em coletivo, porque é nesse conjunto de ações que se constrói algo verdadeiro e sustentável.

CÁTIA

O que eu deixo é que a gente seja uma formação mais provocativa, que dialogue mais com seus pares, que não seja nós pra nós mesmos, que a gente dialogue com nossa base, e que a gente possa construir com tudo isso. Não é que todos pensem igual, nem que todos vão ser lindos, maravilhosos, eu mando um abraço, vão rir... Mas que possam compreender que nós temos aí uma Constituição que garante os direitos, temos o Estatuto ECA, que garante os direitos da criança, e que isso tá sendo negado. Talvez

se essas leis fossem executadas de verdade, nós não teríamos um sistema prisional com tantos jovens, com tantas mulheres.

Que a gente não fique enraizadas nos preconceitos, ou seja, por religião, por etnia, que a gente pense nessa pessoa como uma pessoa de direito, e que a gente possa vencer essas barreiras que foram constituídas até agora na nossa história, uns com muito, outros sem nada, de rótulos. Que a gente possa tirar essa venda de alguma forma, esses rótulos de indagação, de violência. Que a gente se some pra poder reivindicar as leis, as leis estão aí, se elas forem executadas, nós teremos uma sociedade, uma favela, com mais garantia, com direitos, e uma sociedade menos violenta. Se fossem executadas as leis que estão no Estatuto da Criança, talvez você não visse tantos jovens na rua, assaltando, sendo mortos, e assim por diante. Eu acho que a história, que a gente possa ter uma oportunidade de estudar um pouquinho a história nossa, e que essa história continue sendo recontada de maneira positiva.

NILZA ROGÉRIA

Mulher, negra, artista, professora, líder e mãe, Cátia é a força da favela em movimento. Ela prova que a empatia, a coletividade e a luta por direitos podem transformar histórias e inspirar gerações.

Esse foi mais um capítulo do audiolivro “Mulher de favela”.

uspu
um. Proin non risu
licitudin mattis. Pellentesque in
naretra tempor maximus. Ut sit
lectus commodo cursus. Integer
per. Sed sit amet posuere est.
est ultricies ac. Ut ornare massa
quam.

Nam nec tellus dui. Sed
suscipit maximus tempus. Nunc molestie
Aliquam ullamcorper sollicitudin aliquet. Phasellus vulputate
vulputate. Maecenas accumsan maximus massa a vulputate
quis sagittis dui. Aliquam commodo sed purus at

vehicula neque. Aliquam
collus in

on
is.
rabitur in
egestas.
um variu
t maxim
um mol
urus dig
m nec
bit max
am ulla
tate. M
sagittis

net
m. Donec

sapien
t. Proin
endum.
Mauris
laoreet
eu nibh
esque in
s. Ut sit
s. Integer
uere est.
re massa

ne. Aliquam
lus in

FELIZARDO

CAPÍTULO 12: CARLA FELIZARDO

ROTEIRO
EP. CARLA FELIZARDO
AUDIOLIVRO "MULHER DE FAVELA"

CARLA

Eu fico apavorada quando às vezes pego uma van pra Bangu e quando chega na estação a pessoa pergunta assim: é Bangu?, aqui é Bangu? A pessoa vai da Vila Kennedy para Bangu, ela não sabe onde é o centro de Bangu. As pessoas têm que entender que a cidade é delas, que elas podem ocupar esse espaço, que elas tem que circular por esses espaços. Então é essa busca e esse enfrentamento da gente poder se entender potência desse lugar, ocupar esse lugar, e estar gerando novas possibilidades para os nossos filhos. Porque enquanto eu me limito, eu limito todo mundo que está em volta de mim, e isso atrapalha gerações. A gente vê que a favela não muda. Mas por que não muda? Porque a pessoa não sai da favela. A pessoa fala “ah, mas a favela é potente, a favela é isso, a favela é aquilo”, mas a gente tem que sair da favela. Eu não digo sair sem mudar não, mas é sair para vivenciar, para ocupar, pra estudar, para viver arte. Quantas pessoas dizem que conhecem o Museu do Amanhã, que moram lá na Zona Oeste, lá em Bangu... quase ninguém, porque não vai. Ah, o Boulevard Olímpico, o planetário. Oe que é planetário? Não tem noção. Então é isso, a gente trazer essas pessoas para esse espaço, entender que a gente pode sair daquele casulo ali e ocupar outros lugares.

NILZA ROGÉRIA

Carla Felizardo é uma porta-voz do poder transformador da arte e da cultura. Sua trajetória ilustra a luta diária de mulheres que, enfrentando adversidades, desafiam estereótipos e criam novos espaços de protagonismo. Eu sou Nilza Rogéria e, a partir de agora, convido você a percorrer a trajetória dessa mulher que, ao abrir portas para o diálogo sobre inclusão, equidade e visibilidade, fortalece a representatividade feminina negra. Inspirando uma geração que busca voz e reconhecimento, ela reafirma a importância de ocupar territórios historicamente marginalizados com talento, criatividade e liderança. Esse é o “Mulher de favela”.

NILZA ROGÉRIA

Nascida no Morro da Cachoeirinha, no Lins de Vasconcelos, e criada desde os 3 anos na Vila Kennedy, Zona Oeste do Rio de Janeiro, Carla Felizardo traz consigo uma trajetória marcada por experiências que moldaram sua identidade. Desde cedo, enfrentou os desafios de crescer na periferia do Rio de Janeiro, passando da precariedade do morro para a Vila Kennedy, onde, apesar dos problemas, encontrou mais acesso a direitos, como eletricidade e água encanada.

CARLA

A gente morava no topo do Morro da Cachoeirinha, bem próximo

da Grajaú-Jacarepaguá, que é ums estrada, então o acesso era muito difícil. Era tudo muito longe. E não, a gente não tinha estrutura de favela minimamente como a gente tem hoje. Dizer “ah tem favela-bairro, tem ruas, vielas mais organizadas”. Não tinha. Era barro, era pedra. E a casa do meu pai era uma casinha de madeira, uma casinha toda organizadinha. Era bonitinha, mas era de madeira, e eu lembro que tinha uma pedra grande assim natural dentro da casa. Eu lembro também porque eu voltei. Como a família continuou lá, eu continuei voltando nesse território, mesmo tendo saído de lá com três anos. Meu pai conta que a gente saiu de lá porque já tinha organizações criminosas naquele lugar e eles ficavam ali, sentados na frente da minha casa. Então meu pai fazia a gente fazer xixi numa latinha, jogava o xixi naquela pedra para que eles não ficassem ali, porque ficava com cheiro ruim. Meu pai já tinha vontade de sair dali por causa dessa questão de segurança e de ter uma qualidade de vida melhor para a família. E aí a gente vai pra Vila Kennedy, para um território que é um conjunto habitacional que acontece depois da criação da Vila Kennedy original. A Vila tem vários conjuntos habitacionais. A Vila Kennedy em si é um conjunto habitacional no início, e vão sendo criados outros conjuntos. A gente vai para o conjunto habitacional do lado do primeiro território, parte da Vila Kennedy, e lá eu chego com três anos com uma outra realidade. Uma casa com água encanada, com eletricidade,

com ruas. Eu cresço andando de bicicleta, brincando na rua com os amigos. A Vila Kennedy é um território plano. É tido como favela. Não deveria ser. Hoje já é reconhecida como bairro, mas ali é um território plano, então dá uma qualidade de vida mínima, diferente de quando você mora no morro e nos acessos. Então minha infância começa neste território que dá qualidade de vida minimamente.

NILZA ROGÉRIA

Foi nesse cenário que Carla viveu sua infância: brincando nas ruas, imersa nas dinâmicas da comunidade e sempre junto da família, que desempenhou um papel essencial em sua formação. Além de crescer cercada de referências femininas, como sua mãe, avó, tias e primas, Carla sempre presenciou um constante engajamento da família em questões sociais, desde a participação da mãe na associação de moradores até o apoio de familiares em atividades comunitárias.

CARLA

A minha família sempre teve envolvimento social e sempre teve envolvimento com vários tipos de questões diferentes. A minha mãe sempre teve uma coisa de estar envolvida. Lá na Vila Kennedy ela estava envolvida com a associação de moradores, com a igreja, sempre envolvida. Ela trabalhou fazendo pesagem de criança, que a igreja tinha essa pauta de fazer a pesagem das crianças, por causa da questão da fome. Eu sempre estive próxima disso desde criança. Tem o lado cultural também, porque minha família sempre foi envolvida com questões culturais. A minha tia, que também foi muito referência para mim, sempre foi envolvida com escola de samba.

CARLA

Então, com 14 anos eu estou com minha tia fundando uma escola de samba. Eu venho sempre me envolvendo com movimentos sociais e com bloco afro. Já depois de adulta me envolvi com blocos afros, então sempre venho nessa potência.

NILZA ROGÉRIA

Viver esse contexto de engajamento social permitiu que, ao longo dos anos, Carla se integrasse cada vez mais às lutas comunitárias, o que inclusive culminou, anos depois, na fundação da ONG Centro de Convivência Mais que Vencedores, em parceria com sua tia. Hoje, a instituição se destaca no subúrbio do Rio de Janeiro por promover o aprendizado e autoestima de mulheres, oferecendo um espaço de apoio e transformação para aquelas que buscam melhorar suas vidas e fortalecer sua presença na sociedade.

CARLA

A ONG vem a ser criada, e eu já tinha meus 35 anos, 36 anos, junto com essa tia. Ela já tinha sido presidente de escola de samba, ela fundou a Infantes do Lins, que é escola mirim, mas ela chegou a ser presidente da Lins Imperial.

CARLA

E minha tia vem numa potência... Sempre está envolvida com movimentos sociais. Ela é reconhecida enquanto liderança e é convidada pra vir candidata a vereadora. Só que a gente sabia que a chance de ganhar era muito difícil, mas a gente lutou muito, e a gente começou a caminhar muito pelo território da Vila Kennedy e outros territórios também. Mas a Vila Kennedy a gente caminhou muito. Eeu já com uns 35 anos, com várias vivências que eu tinha, eu vim a entender o território. Como não conhecia, eu venho a ver a Vila Kennedy como não sabia. A gente conhece a Vila Kennedy que a gente não sabia que tinha. Porque, querendo ou não, o conjunto habitacional que eu moro tem até um apelido. Ele se chama Copacabana, porque é como se fosse a área nobre da Vila Kennedy. A gente não tem aquela coisa de favela, de viela, de dificuldade em si, mas existem territórios assim na Vila Kennedy. E eu passei a conhecer. Antes disso eu tinha família, eu trabalhava, ia para casa e voltava. E aí, no momento que eu estava numa situação de saúde fragilizada, a minha tia me chamou para estar junto com ela nessa campanha. Ela me tirou da cama, literalmente, que eu estava num momento meio difícil, com várias questões, e começo a campanha com ela. A gente encontra essa necessidade. A campanha passa, mas a necessidade permanece. A gente entende isso, e a gente é reconhecida por outras iniciativas, e somos convidadas a receber um projeto na Vila Kennedy. Então a gente falou: vamos, vambora! E aí a gente criou a ONG, recebemos uma parceria com o CIEDS e o Senac, CIEDS e SESC. Começamos a potencializar cursos, oficinas, e daí a gente desandou a fazer coisas e mais coisas. E já tenho 11 anos nessa história.

NILZA ROGÉRIA

Motivadas pela urgência das necessidades do território, elas criaram um espaço de apoio e empoderamento, oferecendo cursos e oficinas que transformam a vida de muitas mulheres, reforçando o compromisso de suas famílias com a mudança social e a solidariedade.

CARLA

Eu, dentro do envolvimento da ONG, fui identificada como potência de representação no território. Fui indicada para trabalhar na prefeitura assim que teve a entrada da UPP. Logo depois teve a UPP. A prefeitura instalou alguns projetos sociais que vinham de demandas que tinham que acontecer junto com a UPP. Então um deles

era a UPP Social, que depois viraria RIO MAIS SOCIAL. E eu fui uma das agentes de campo deste projeto como representação na Vila Kennedy, junto ao Instituto Pereira Passos, na prefeitura. Essa parceria trouxe mais oportunidades nessa época. Foi uma potência de coisas que a gente passou a fazer, vários projetos, várias iniciativas. Favela criativa. Foram vários projetos tanto do governo do estado, quanto da prefeitura, que aconteceram, e por a gente ter o nosso projeto ali acontecendo, a gente foi recebendo e atuando de forma mais efetiva.

CARLA

Durante a pandemia a gente conseguiu também parceria, recebemos doações de cesta básica e fizemos nossa doação de cesta básica. Acho que foi bem diferente, porque a gente foi reconhecida na internet como um projeto de mulheres que potencializava outras mulheres. Por quem? Pela Telecine. Pelo grupo Telecine. Então o grupo Telecine chega para abarcar a nossa instituição e acolher as nossas mulheres. A gente doava cerca de 300 cestas básicas por mês durante a pandemia. E chegou um período que era espaçado, era de dois em dois meses, mas a gente permaneceu. Teve dia da criança. Aí já foi a parte do Gloob. Eles deram brinquedos para as crianças, levaram atividades, mesmo que dentro da pandemia, mas de forma segura. E aí, posterior à pandemia, a gente teve uma queda de projetos, de iniciativas, a gente deu uma parada. Minha vida também fluiu para outros espaços, porque eu potencializei outras demandas. E hoje a gente está numa nova crescente, porque a gente conseguiu uma parceria com a Secretaria da Mulher Carioca. Hoje a gente tem vários cursos acontecendo para empreendedorismo das mulheres, curso de trança, design de sobancelha, cuidadora de idosos, tem aula de ritmos. São várias potências que a gente tem, além dos movimentos culturais que a gente sempre faz. A gente faz eventos para pensar a parte cultural também, que não adianta só a gente dar o empreendedorismo, ou dar a comida. A gente tem que levar cultura, tem que levar arte também. Então a gente pensa todas essas esferas. Hoje a gente tá aí nessa potência desses projetos. Além disso, eu consegui esse ano ser contemplada pela Casa Fluminense, a gente vai fazer um projeto voltado para as mulheres, para o corte e costura, são cursos que a gente já fazia e que a gente vai potencializar hoje, pela primeira vez, a partir de fomento.

NILZA ROGÉRIA

As vivências na administração da ONG Centro de Convivência Mais que Vencedores não só permitiram que Carla realizasse grandes conquistas, como também serviram de porta de entrada para que ela encontrasse uma grande paixão: o grafite. A descoberta se deu em 2015, quando participou de um projeto de grafite voltado para mulheres negras, na favela Tavares Bastos, na Zona Sul do Rio de Janeiro. Lá, ela conheceu outras mulheres que usavam a arte como forma de expressão e comunicação.

Uma experiência que não só a conectou com outras artistas, mas também impulsionou o entendimento do potencial econômico dessa linguagem.

CARLA

O grafite acontece junto na ONG, eu já ali como articuladora, conhecendo várias pessoas diferentes. A Quando começou a ONG, a gente entendeu que as coisas não chegavam no mesmo prédio, a gente tinha que buscar, a gente tinha que ir para outros territórios de fora buscar oportunidade. Aí chegam pessoas para promover projetos. A gente se aproximava dessas pessoas, pegava amizade com essas pessoas para que se mantivessem no projeto de alguma forma, que levassem a gente pra outras oportunidades. Em uma dessas oportunidades, foi o projeto Favela Criativa, acho que foi... foi por um desses projetos que a gente recebeu... Uma das articuladoras me falou “Carla, vai ter um curso muito legal e você pode fazer, vai ser muito bom para você”. Era um curso pra potencializar mulheres negras, só que ele usava a arte como ferramenta, e a arte era o grafite.

CARLA

E aí eu chego no grafite a partir desse projeto. Fui contemplada, porque foram várias inscrições. Fui uma das aceitas e aí fui apresentada ao grafite. Isso foi em 2015, e aí acabou. Depois de ser apresentada, eu comecei a ficar nessa articulação. Vamos conhecer mais gente, conhecer mais gente. Fui conhecendo mais pessoas, mais pessoas, participando desses mutirões de grafite. O próprio projeto já potencializava a gente em ser uma empreendedora. Então, ele ensinava. O grafite é um adendo, porque ele apresentou como se organizar, como se institucionalizar ou se formalizar enquanto empreendedora, ter um MEI, ter a documentação, aprender a parte jurídica, se entender como um profissional e também potencializar a questão de ser uma mulher negra nesse espaço, nesse território que tanto nos discrimina e tanto nos inferioriza. E aí eu comecei. Assim que eu comecei no grafite, comecei a falar “eu tenho que ganhar dinheiro com isso”. É legal para mim, foi uma coisa incrível, porque eu conheci uma outra esfera de vida, eu conheci uma família.

NILZA ROGÉRIA

Sendo assim, desde 2016, Carla faz parte do Coletivo AFRO Mulheres de Opinião (AMO Crew), formado por quatro artistas multiprofissionais negras. Ela leva a arte urbana do grafite por todo o Rio de Janeiro, com foco na Zona Oeste, realizando ações em escolas públicas e projetos sociais. Entre suas contribuições, está a participação no projeto de grafite que revitalizou a Escola Getúlio Vargas.

CARLA

O grafite traz a possibilidade de que as pessoas tenham mais alegria para poder circular pela cidade, para passar e enfrentar todas as demandas, que você pega o ônibus todo dia lotado e cansado... Mas tu passa e “pô, que desenho bonito, pô, que arte bonita”. Aí você mora na favela, a gente faz mutirão, vai lá com a favela para fazer mutirão de grafite, para pintar a favela, pra quando o morador sair de casa, ele ver um desenho bonito e se sentir acolhido por aquele desenho, ou se sentir empolgado ou motivado para continuar. Acho que o grafite traz muito isso. Além do que, ele também potencializa lutas. A gente leva conhecimento, a gente questiona ações não só políticas, mas também comportamentais da sociedade. Então, o grafite traz essa coisa de ocupar os espaços e a mente das pessoas. Tem outras possibilidades. Eu vejo muito assim com esse olhar.

CARLA

Trabalho muito com escola, então eu levo a possibilidade de que as crianças possam entender que a arte também é uma forma de profissão. E aí tira aquele estigma de que a pessoa tem que ser sempre o que o pai é e o que a mãe é. Porque normalmente a criança de escola, principalmente nos territórios vulnerabilizados, territórios de favela, bairros do extremo oeste, eles não têm noção, vivem aquilo ali que está no território deles. Eles não passeiam, nem vão a museus, a outros espaços, no máximo cinema, shopping. Então a gente leva conhecimento para poder possibilitar outras oportunidades.

NILZA ROGÉRIA

Para Carla, a arte não é apenas uma profissão ou uma forma de ativismo, mas também um ato de resistência e amor. Mãe atípica de dois filhos, sendo um deles a Mayara, que possui deficiência, Carla encontrou na arte uma forma de proporcionar vivências enriquecedoras para sua filha em um mundo que frequentemente marginaliza crianças com necessidades especiais. Essa jornada não foi isenta de desafios. A falta de políticas públicas adequadas e de suporte para famílias atípicas tornaram o caminho mais árduo, mas não menos significativo.

CARLA

A minha filha nasce quando eu tenho 22 anos de idade e ninguém espera, né? Ter um filho especial, um filho deficiente, a gente não imaginava, ninguém percebeu. Ela tinha, a aparência dela comprovava que era uma pessoa com deficiência. Mas eu achava, vou ser muito sincera, essa minha filha feia. Ela não é aquela criancinha fofinha, bonitinha, não sei quê, modelo do pacote de fralda. E era isso, acabou. E eu não tenho que ficar “porque não sei o quê; não sei que lá”. Mas ela começou a falta de mobilidade. Não se sustentava, não sustentava o pescoço, não sabia mamar. Ela

começava a mamar no peito e engasgava porque não sabia como mamar. Aí com três meses eu levei no médico. Perguntei à médica se tinha alguma coisa diferente, a médica disse que não, que era porque ela dormia muito de lado. Como se a cabeça dela fosse torta, por isso que o olho era pra fora, um maior do que o outro... Tá bom. Porque com três meses uma criança sustenta o pescoço minimamente. E aí essa médica entrou de férias, graças a Deus. Vem outra médica. Minha filha tinha quatro meses naquela consulta. Todo o mês a médica falou “tem alguma coisa errada, vou dar encaminhamento pra você ir no neuro, para fazer os acompanhamentos”. Foi a hora que falou isso... parei de trabalhar. Eu trabalhava de carteira assinada, CLT, parei de trabalhar e comecei a cuidar da minha filha. A gente conseguiu tratamento pra ela, ela já tinha 6 meses.

CARLA

Eu me casei dois anos antes da minha filha nascer, já grávida do meu filho. Eu tenho um filho também. É muito legal falar do meu filho, porque todo mundo pergunta “Você tem um filho?”. Eu sempre falo muito da Maiara e eu tenho filho, o Márcio, que veio antes. Márcio teria 24 anos hoje, Maiara tem 23. Aí o Márcio nasce e eu continuei trabalhando, que era um criança basicamente normal, não precisava de maior atenção. Uma moça cuidava dele para mim, minha mãe pegava, eu cuidava, ia pra creche e eu trabalhava. Só que quando Maiara nasce, não dá mais. E aí Maiara precisa de atenção, tratamento, três anos e meio, sai do tratamento. Eu já estava cansada, porque mesmo casada era como se fosse uma mãe solo, porque só eu levava pro tratamento, só eu cuidava, era eu que tinha que fazer, fazer, fazia. E o pai da Maiara não potencializava a família o suficiente para que a gente pudesse sobreviver enquanto eu tinha que tratar ela. Eu tinha que me virar também pra fazer dinheiro, mesmo tendo que tratar ela. E aí eu tentei outros tratamentos, levei no Ciad no Centro, levei no Ciad em Campo Grande, botei aqui, botei ali. Mas nenhum outro tratamento alcançou a possibilidade da Maiara. Fora os lugares que negaram. Diziam que ela não se encaixa nesse espaço, aqui não tem uma vaga para ela. E aí eu fui, sabe? Quer saber? Vai atrás, vai na escola, vamos viver. E aí ela foi para a creche, foi para a escola, começou a fazer capoeira, fazia balé na escola, tinha um projeto antigamente na escola que tinha essas atividades, e ela foi caminhando, foi vivendo. Ela precisava de mais atenção? Precisava. Mas não tinha política pública para isso, não era acessível, a gente não tinha acesso. “Ah, bota no Sara.” O Sara é longe, entendeu? Eu tinha que parar. Eu tinha que continuar passando necessidade, passando fome, pra poder tratar a Maiara? E aí botava benefício e eles não me davam o benefício. Cheguei à conclusão de falar “ou eu trato a Maiara ou ela come e ela veste”, entendeu? Então vamos agir a vida.

NILZA ROGÉRIA

Carla transformou esses obstáculos em combustível de luta, usando a vivência artística como um meio de quebrar barreiras e construir um futuro mais inclusivo para sua filha.

CARLA

E eu resolvi acreditar que o que eu podia potencializar na vida da Maiara eram as oportunidades que eu podia dar.

CARLA

Eu oportunistei que a Maiara pudesse ter vivências que muitas crianças ditas normais não tiveram. Então ela conhece vários teatros, ações sociais, projetos. Maiara já desfilou no carnaval. Maiara toca no bloco afro, que é o bloco afro que o pai dela faz parte. Eu sempre fiz questão de levar e ela é percussionista, ela fala “eu sou percussionista”. Se você conversar com ela, fala “eu sou grafiteira”, porque Maiara participa também quando eu vou fazer o grafite, levo ela comigo, ela participa de ações. Ela participou de um curso, uma amiga minha conseguiu um edital e promoveu um curso da Cultura Hip Hop lá em Caxias, e eu frequentei com a Maiara todos os dias que eu pude, porque eu também estava trabalhando nesse projeto. Eu levava ela comigo, e no final, ela participou da exposição.

CARLA

Ela é muito esperta, muito comunicativa dentro da possibilidade dela. Óbvio que ela tem uma fala comprometida Mas eu entendi que precisava dar vivências para ela. Diferente do que a gente ouve. Até a escola fala assim: “Ela tem que ir pra escola porque ela precisa conviver. Ela tem que socializar.” Aí eu falo não, na escola, minha filha tem que alfabetiza. Socializar, ela socializa comigo, com a família dela, com meus amigos, amigos dela. Ela socializa quando eu levo para os espaços. Ela frequenta vários lugares, conhece vários lugares.

NILZA ROGÉRIA

Preocupada ativamente com projetos sociais que ampliem o cuidado de pessoas com deficiência, a artista reconhece que o verdadeiro significado de ser “especial” vai muito além de rótulos impostos pela sociedade. Para ela, o que torna uma pessoa especial não é o simples fato de ser mãe de uma criança com deficiência, mas sim as ações, a dedicação e o comprometimento em melhorar a vida dessas pessoas.

CARLA

Quando a pessoa fala assim: “Ah, mas a mãe de um filho especial é especial também...” Eu vi muita coisa que diz que não é assim, porque é muito difícil. Pessoas especiais são especiais pelo que fazem, pelo que querem fazer. Tem muitas pessoas que não são mães, não são pais de pessoas especiais e são muito mais especiais do que pessoas que são mães e pais. Que fazem, cuidam, que se dedicam muito mais a fazer por essas pessoas. Como vários projetos que eu conheço, que eu articulo também. Aqui no grafite, eu faço intervenções em projetos sociais, eu doo minha diária de trabalho, peço só que aquela pessoa consiga o material e eu doo meu trabalho para ir nessas instituições. A partir disso eu conheço muitas instituições que potencializam muito em cuidar de pessoas e cuidar também de pessoas especiais. E cuidar de mães também, pensar as famílias. Então isso é que é enriquecedor, especial é quem se dedica e quer se dedicar. Não é porque a gente fez um ser especial que você é especial. Eu entendo quando as pessoas querem me elogiar, quando falam isso, mas em vez de me elogiar, pensa como você pode me ajudar, que vai ser muito mais válido. Porque só falar e falar é bom, a gente gosta, aquece o coração, mas o que eu posso fazer pra minimamente diminuir esse peso?

NILZA ROGÉRIA

A necessidade de lutar pela filha foi o que realmente impulsionou Carla a se reconhecer como uma voz ativa e essencial na sociedade. Marcada por uma infância de timidez e insegurança, enfrentar barreiras e injustiças sociais foi o catalisador para sua transformação.

CARLA

Tem uma amiga minha de escola que me vê nos projetos, nas coisas que eu faço, e fala “quem é essa Carla aí? Não é a Carla que eu conheço. Quem diria. Quem te viu, quem te vê.” Porque eu era muito tímida. Eu lembro dos meus 18 anos, 16 anos, no ensino médio. Eu fui paraninfa da turma e fui lá para falar no microfone, eu falei, falei, falei, falei, falei, falei, falei. Quando acabei, falei pro pessoal “e aí, como é que foi?”, falaram “não deu pra ouvir nada que você falou”. Ninguém ouviu. Falei pra dentro, era muito tímida. Eu trabalhava em Botafogo e tinha medo de ir no Rio Sul. Agora, com projeto social, com as demandas todas, agora que eu me entendo mulher negra, há pouco tempo que eu vim entender que muito dos medos que eu tinha era por causa das questões raciais. Eu tinha medo de ir nos lugares, tinha vergonha de entrar nos lugares, porque era a forma como a gente era olhado, que a gente era perseguido. Eu não percebia isso e isso influenciou muito pra eu ser uma mulher muito tímida. Eu era assim, não gostava de usar roupa colorida, porque sou muito alta, tenho 1,80 de

altura. Então, para um padrão de mulher, eu sou grande pra caramba, que eu falo que venho da tribo lá da África que eu sou grande mesmo, não é só altura não, é ossada. Meu rosto é grande, sou grande. Então isso também me incomodava muito. Eu tinha vergonha, achava que chamava muita atenção. Quando eu chegava nos lugares, eu queria estar sempre no cantinho, não queria ter visibilidade. Eu não queria ser vista, não precisava sair na foto. Graças a Deus, uma das coisas que começou a interferir foi a Maiara, porque tive que chegar nos hospitais e falar com as pessoas, pedir, porque naquela época não tinha Sisreg, a gente tinha que ir no hospital, ficar pedindo vaga, pedindo coisas, falando, falando, falando, falando. Eu comecei, tem que enfrentar isso, tem que chamar, tem que fazer.

NILZA ROGÉRIA

E é assim que, hoje em dia, a artista reafirma que a evolução é um processo contínuo e todos têm o poder de se reinventar.

CARLA

Eu tenho um mantra que trago para mim, que é mudar, mudar. E eu uso sempre essa palavra em vários momentos. Até como referência de coisas que eu faço virtualmente, porque se eu potencializo, eu estímulo a mudança, entendeu? E a gente precisa mudar. Eu mudei em vários momentos da minha vida, fui mudando, fui agregando. Tem uma frase também que eu guardo muito comigo, que é “o importante não é você não ter ideias, o importante é você poder mudar suas ideias”. É uma coisa assim, não vou lembrar direito. Mas é isso, é a questão de mudar. Eu posso mudar, posso criar novas perspectivas. Então, penso muito em potencializar nessa questão de dar, porque hoje a gente fala muito de empoderar. As pessoas usam muito o termo “empoderar”, mas eu gosto do termo “potencializar”, sabe? Eu gosto do termo “fortalecer”, entendeu? Porque o empoderamento pode pautar de você dar poder. E nem todo mundo está preparado para ter poder. Agora eu posso fortalecer, sabe? Eu posso potencializar, eu posso trazer mais conhecimento.

NILZA ROGÉRIA

Mulher, negra, artista, periférica, mãe atípica, educadora, pesquisadora social e coordenadora de projetos culturais. É a partir de pessoas como Carla que o mundo se transforma.



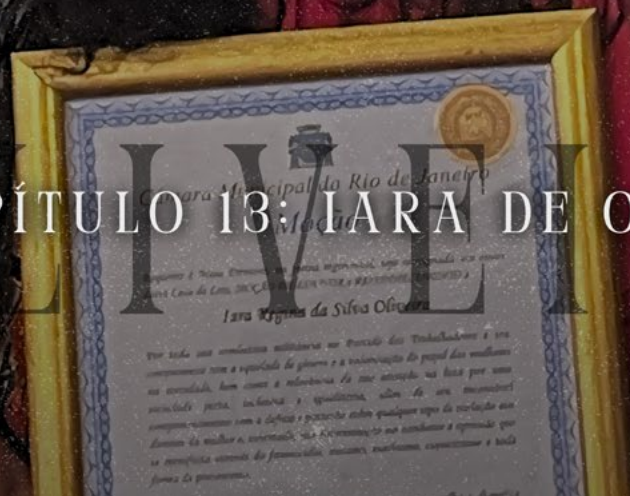
Peml
k Di

nungkin semp
raveler setel
berantai te
/P ketika
at. Nah,
en Pajal
nungk
si ter
an D
tun
ebenaran info
a untuk me
ngkap Aldi.
isah pava

dan
men
1 dan
angkat
1 (dinas)
gantas
era de
dekorat
m

(k
he
gri)
nu
elu
R tersebut
pu, anggota
menyebut
menyusun

CAPÍTULO 13: IARA DE OLIVEIRA



ROTEIRO
EP. IARA DE OLIVEIRA
AUDIOLIVRO "MULHER DE FAVELA"

IARA

Ativista é aquele cara que tem uma causa. E ele vai lá, fecha a rua, faz não sei o quê, vai em Copacabana entregar rosa, não sei o quê, militante... É diário. É todo dia... Quando eu encontro uma jovem numa universidade particular e digo que não é, como que fala?, não é meritocracia, teve outras pessoas que participaram e lutam para que ele esteja lá, o respeito é dos outros que estudam na escola pública e que não vão chegar nunca ao lugar que ele vai chegar, e talvez ele vai encontrar esse jovem nas empresas, nas fábricas, nos comércios, e que eles precisam estar conversando e um respeitar o limite do outro. E militância é vida. Todas nós somos militantes de alguma forma, ou para o bem ou para o mal, então a militância para mim é vida, eu respiro isso.

NILZA ROGÉRIA

Iara Oliveira é muito mais que uma militante social. Suas ações sintetizam a determinação de alguém que transformou as dificuldades do lugar em que vive em ações concretas de mudança para o desenvolvimento educacional.

Eu sou Nilza Rogéria e, a partir de agora, convido você a conhecer a trajetória dessa mulher que não apenas sonhou com um futuro melhor, mas trabalhou incansavelmente para construí-lo. Da infância na Cidade de Deus à liderança em iniciativas sociais, Iara nos ensina como a educação, a solidariedade e a perseverança podem

transformar vidas e abrir portas para um futuro mais justo. Esse é mais um capítulo do audiolivro “Mulher de favela”.

NILZA ROGÉRIA

Nascida em 1966, Iara Oliveira foi criada na Cidade de Deus, na zona oeste do Rio de Janeiro. Sua família foi uma das primeiras a se estabelecer na comunidade, que ainda estava em construção, após as enchentes que desalojaram muitas pessoas de outros bairros da cidade.

Entretanto, quando o conjunto habitacional foi entregue, as moradias ainda estavam inacabadas. Não havia luz elétrica, saneamento básico ou ruas asfaltadas, e as casas compartilhavam banheiros coletivos. Cada morador teve que construir sua própria realidade, com o apoio dos novos vizinhos.

IARA

Eu tenho 57 anos, sou da Cidade de Deus. Então eu vi a Cidade de Deus se transformar no que é a Cidade de Deus. Quando a gente chegou lá, a minha mãe veio da enchente, então não tinha ainda o banheiro funcionando dentro da casa, não tinha luz, não tinha asfalto. Quem conhece a Cidade de Deus sabe que tem localidade 15, 16, hoje, a gente é 18 áreas diferentes.

IARA

Quando a gente chegou tinha um banheiro coletivo onde as pessoas tinham que sair de casa de manhã para ir ao banheiro, para recolher água para poder levar para casa. Todas as conquistas na Cidade de Deus foram feitas pelos moradores, pelo movimento de moradores de alguma forma.

NILZA ROGÉRIA

Desde cedo, Iara viveu na pele os desafios de crescer em uma favela. A pobreza era extrema, mas a coletividade sempre foi uma característica marcante. Quando não tinha o que precisava, sabia que sempre poderia contar com os vizinhos.

E foi exatamente essa realidade que forjou o senso de solidariedade que guiaria sua vida, despertando nela o desejo da luta pela educação como um caminho para transformar vidas.

IARA

Eu fui uma criança que passei muitas limitações. Mas dessas limitações eu encontrei muitas pessoas. Favela tem uma coisa que é muito diferente de todos os lugares, né? É muito coletivo. Então quando eu não tinha o sapato para ir para es-

cola, eu ganhava. Quando não tinha o livro, alguém dava. Quando não tinha blusa, alguém dava. E eu tenho mais quatro irmãos. Eu tenho um irmão mais novo. Às vezes a gente precisava trocar o sapato para ele ir com o mesmo sapato. Então isso é muito complicado, quando você está numa sociedade onde os pobres são pobres mesmo, e a ideia de que você está isolado.

IARA

Educação para mim sempre foi libertador. Essa questão da libertação, de você poder escolher o que você vai comer, o que vai vestir, para mim sempre foi uma coisa que aprendi muito lá atrás, quando a gente passou muita dificuldade na família. Tinha um padre na Cidade de Deus, que era o padre Júlio, era um padre holandês, e eu sempre achava que era alemão porque ele tinha uma barbona... Depois que ele contou pra gente que era holandês. Ele sempre falava isso: “O que vocês estão ganhando agora não é o mês inteiro, só dá uma semana. Então vocês vão precisar estudar para que vocês lutem e possam escolher o que vocês vão comprar e o que vocês vão vestir.” Isso me marcou muito.

NILZA ROGÉRIA

Foi assim que Iara começou a militar ainda na adolescência. Ela participava de grupos que discutiam educação e saúde, denunciando a segregação enfrentada pelos moradores de favelas. A distância entre a zona oeste e a zona sul sempre foi um símbolo de desigualdade. Tudo era longe e inacessível: transporte, escolas, hospitais. Foi essa indignação que a motivou a lutar por mudanças concretas.

IARA

A Cidade de Deus era um grupo muito grande de mulheres que cuidava de um, ajudava a cuidar do filho do outro. As favelas são muito solidárias. Sempre foram. As favelas são criadas pelas próprias pessoas e, nesse contexto que eu cresci, aprendi que a gente sempre precisa estar junto, trabalhar junto.

IARA

Quando eu tinha uns 15 a 16 anos, eu já estava militando. Eu fazia parte de um grupo que discutia educação e saúde na juventude, e a gente percebia como era complicado morar em uma localidade que não tinha ônibus, não tinha acesso à educação de qualidade. Tudo era muito distante para chegar. Então a gente começa a sair. Nesse momento, a gente começa a olhar e perceber como é que a segregação das favelas já inicia com a distância da zona sul para a zona oeste. Quanto tempo a gente leva para lá. Então as primeiras militâncias que a gente fez foi por questões de saúde, foi

por questões de transporte. E aí a gente foi começando a perceber que esse momento era importante.

NILZA ROGÉRIA

No final dos anos 1990, junto com outros jovens, Iara fundou o projeto Alfazendo, uma instituição de base comunitária que começou com a alfabetização de jovens e adultos e um pré-vestibular para negros e pessoas carentes. Havia um grande número de pessoas analfabetas na favela, e Iara e seu grupo acreditavam que a educação seria uma ferramenta fundamental para mudar esse cenário. Por isso, naquele período, além de mobilizar a comunidade e formar turmas para o projeto, ela terminava também sua formação como professora, um processo desafiador que exigia dedicação integral. Inspirada pelas ideias de Paulo Freire, Iara defendia uma metodologia participativa nas aulas, respeitando os conhecimentos prévios dos estudantes e valorizando suas experiências de vida.

IARA

A gente tinha uma militância muito próxima às pessoas, e o Alfazendo nasce de um grupo de jovens que se incomodavam porque a Cidade de Deus em 1998, quando a gente fez o primeiro levantamento de educação, 70% das mulheres eram analfabetas. A gente tinha dois grupos. Um grupo que estava indo para a universidade e queria fazer um pré-vestibular de negros e carentes. Eu fazia parte dessas duas discussões. Nesse momento a gente se dividiu um pouco e aí a gente pensou. Vamos criar primeiro o núcleo de alfabetização de jovens e adultos, que ainda não tinha esse nome, Alfazendo.

NILZA ROGÉRIA

O início não foi fácil. Sem recursos, eles contaram com o apoio da Igreja Anglicana, que cedeu um espaço para as aulas. Tudo era feito na base da militância. O projeto não tinha sede, nem estrutura, mas eles tinham um sonho: mudar a realidade da favela.

IARA

Nós temos 28 espaços escolares de educação, e a gente começou na igreja. A gente tem uma igreja anglicana que sempre abriu as portas. A gente teve um padre que sempre abriu portas para a juventude discutir formação política, e a gente pediu o espaço para poder começar com a alfabetização. E o legal é que a gente, em 98, nem tinha nome. Era só um grupo que acreditava que podia mudar o mundo a partir da metodologia participativa.

IARA

A gente trabalhava com a ideia de que você, quando está trabalhando numa favela, precisa ter o Plano A, Plano B, o plano C e plano D. Às vezes nada funciona, e você precisa estar lá.

NILZA ROGÉRIA

Em treze anos, o Alfazendo alfabetizou cerca de quatro mil pessoas. Mais do que ensinar a ler e escrever, o projeto transformou essas vidas. Muitos jovens que passaram pelo Alfazendo hoje estão na universidade, cursando inclusive o mestrado ou doutorado. No entanto, o maior aprendizado para Iara e os alunos do projeto sempre foi a importância do trabalho coletivo.

IARA

O maior desafio era fazer com que tivesse continuidade, porque quando você não tem recurso, precisa que as pessoas venham fazer na militância. Alfabetização de jovens e adultos, pré-vestibular, precisa de continuidade. Você não pode brincar com o sonho de quem quer aprender, né? Então a continuidade foi muito importante no processo. Porque a gente fez com que as pessoas sonhassem. Tantos os jovens que estavam lá, quanto quem estava aprendendo. A gente teve muita gente colaborando com o Alfazendo. A nossa perspectiva sempre foi de trabalho coletivo, e é isso que nos fortalece.

NILZA ROGÉRIA

Além do impacto na educação, o projeto Alfazendo também desempenhou um papel importante na transformação da Cidade de Deus. Já nos anos 2000, o grupo atuou na criação do Comitê Comunitário e passou a liderar a Comissão de Educação e a Agência Cidade de Deus.

IARA

Eu tenho um marco para mim enquanto militante, já participando. Foi o Comitê Comunitário, que, em 2002, nós criamos. Reuniu três instituições e deu origem a uma construção de 618 casas na Cidade de Deus, com um projeto participativo vivo, um plano de desenvolvimento local que veio de dentro para fora em nove áreas temáticas, teve uma construção de uma agência Cidade de Deus, desenvolvimento local, em que o Alfazendo esteve na frente da Comissão de Educação, e também da presidência da agência. O mais interessante era de fato a gente abrir mão do projeto coletivo e lutar por políticas públicas coletivas, onde a gente deixasse registrado... E a gente teve oito fóruns comunitários, então a vida social da Cidade de Deus foi muito forte. Sempre foi. Embora a gente sempre esteja sendo segregados.

NILZA ROGÉRIA

Além de transformar a educação e liderar conquistas sociais na Cidade de Deus, o Alfazendo enfrentou um dos maiores desafios de sua história durante a pandemia de Covid-19. A crise sanitária expôs ainda mais a precariedade das condições de vida nas favelas, onde as medidas de distanciamento social e higiene eram praticamente impossíveis de serem seguidas, devido à falta de saneamento básico e infraestrutura. Diante da omissão do poder público, Iara e o coletivo “CDD Contra Covid” se mobilizaram. Mesmo com uma fratura no tornozelo, Iara liderou a ação de 58 instituições comunitárias que se uniram para atender as 18 áreas da Cidade de Deus.

IARA

A Covid foi tão impactante, eu acho que no mundo inteiro, né, mas nos lugares de favela foi muito mais, porque aí caiu a ficha da gente.

IARA

Como falar para um favelado, que mora dentro de um barraco, que não tem saneamento, que ele vai lavar a mão, e que ele vai se separar e vai ficar separado, como você faz isso, né? Nesse momento, o poder público civil se afastou totalmente e o movimento social teve que alcançar. Eu levei um tombo em casa. Quebrei a tíbia em três lugares no tornozelo. Aí botei prótese, mas mesmo assim eu continuava fazendo a militância.

IARA

A gente fez um painel na praça onde, diariamente, a gente dizia quantas pessoas estavam contaminadas e quantas estavam morrendo na Cidade de Deus. A gente distribuiu máscara, álcool, cesta básica.

IARA

A omissão do poder público... Em dois anos faleceu em Cidade de Deus 260 pessoas. Você pensar que cada pessoa dessa deixou pelo menos filhos, familiar, ninguém chorou por elas.

IARA

Só a gente que estava vendo ali todos os dias acontecendo. E muitas pessoas achavam muito normal, né? Esse isolamento e essa morte. A ideia de que você pode mudar, a ideia de que a segregação passa por isso. Primeiro você tira a identidade do local e da pessoa, o racismo ambiental, e depois você pode entrar para matar ou por bala ou por pandemia, que não tem importância. Para a Alfazendo e para o grupo todo, o CDD contra Covid, a gente aprendeu muito com isso. Aprendeu a lidar com as

diferenças, porque nem todo mundo concorda com a nossa metodologia. Nem todos, nem eu concordo, mas era para salvar vidas. Independente da minha ou de outros.

NILZA ROGÉRIA

Mesmo após a pandemia, a Cidade de Deus ainda enfrenta muitos desafios. A segregação e o isolamento promovidos pelo poder público só pioram a situação. As frequentes operações policiais afetam diretamente a vida das crianças, deixando milhares de estudantes fora da escola. Isso, aliado aos dois anos de pandemia, resultou em sérios atrasos na educação e na saúde, criando lacunas difíceis de superar.

IARA

Hoje, eu olho a Cidade de Deus, eu digo que a Cidade de Deus regrediu e não avançou, porque a gente está sendo isolado pelo poder público. Você tem, dia sim, dia não, operações policiais na Cidade de Deus. Você tem crianças... Quando acontece as operações policiais na Cidade de Deus, você fica com 7 mil crianças fora da escola. A gente está saindo de dois anos de pandemia. Então você tem um atraso na educação, tem um atraso na saúde, pessoas não conseguiram fazer e talvez a gente nunca recupere, e é isso.

IARA

A gente está vivendo um tempo de negação de direitos, né? A gente passou 5 anos aí com uma...

IARA

A gente tem um olhar mais duro sobre a realidade que estamos vivendo. A questão é assim, “farinha é pouca, meu pirão primeiro”.

Hoje a gente está sendo trabalhado para a juventude pensar no “eu” e não no “nós”. A gente precisa pensar nesse coletivo. Quem somos nós. E olhar para a frente e sonhar. Eu acho que quando a gente tira o sonho de alguém, a gente isola. Aí eu começo a pensar que o ter é mais importante do que eu ser, né? Quando você está no movimento social, precisa ser e não ter. O ter fica para trás.

NILZA ROGÉRIA

Mas apesar de todos esses obstáculos, Iara mantém a esperança e o compromisso com a favela mais vivos do que nunca. O Alfazendo continua a ter um impacto significativo tanto dentro quanto fora da comunidade. O projeto Eco Rede, por exemplo, é um dos maiores marcos da trajetória desse movimento. A proposta de educação socioambiental abrange desde a educação infantil até o ensino médio e alcança anualmente sete

mil pessoas, passando por 28 escolas, sempre com o apoio essencial de voluntários e de doações da comunidade e parceiros. O objetivo é transformar essas iniciativas em políticas públicas permanentes, garantindo direitos e não apenas oferecendo ajuda.

IARA

Nós somos movimento social. Nós não somos uma ONG. É só porque ser uma ONG é mais fácil. Ser movimento social é discutir políticas públicas, porque o Eco Rede e o Alfazendo não querem substituir as políticas públicas. A gente faz projeto demonstrativo para virar uma política pública. O pensamento da gente é sempre isso. É a gente que paga imposto, então, tudo que a gente faz é para cobrar direitos. E não, a gente não faz favor para ninguém. A gente garante o direito de alimentação, a gente garante o dinheiro direito de educação. Então eu diria que sempre a gente deve pensar que, quando fizer uma doação, está garantindo direito e não ajuda só pela ajuda. A ajuda é de qualquer maneira.

NILZA ROGÉRIA

A escuta ativa e consequente compreensão das necessidades da comunidade é o alicerce de todas as ações de Iara. No Alfazendo, a liderança é coletiva, e o trabalho fundamentado na ética, honestidade e no respeito mútuo.

IARA

Todas as vezes que você vai numa favela, não vai propondo. Você vai primeiro ouvir as necessidades e se precisa da sua ajuda mesmo.

IARA

Tem uma hora que você tem que diferenciar. Você não vai conseguir salvar todo mundo. Vai ver muitas coisas acontecendo e não há poder para mudar, mas você vai. Uma coisa que me deixa bem tranquila, eu faço enfrentamento sempre, mas primeiro preciso estar viva, e estar viva é saber aonde você entra, com quem você entra, e aonde você faz parceria. Eu diria que “eu fazendo” não existe. Somos “nós”. Temos 26 anos de existência, então muitos jovens já passaram por por lá.

IARA

Às vezes as pessoas precisam ter alguma liderança. Ter alguém na frente. A gente acredita que quando tem alguém na frente, tem sempre quem aponta, né? Como a gente trabalha muito coletivo, uma coisa que a gente nunca faz é induzir o outro a fazer qualquer coisa. Tudo que é nosso a gente planeja junto e avalia junto e tá junto. Às vezes isso te dá muita solidão, porque não é todo mundo que é ético, que acredita no que a gente faz. A gente precisa provar todo dia que a gente é honesto, porque a

gente é uma instituição de base comunitária. Ter uma instituição de base comunitária fecha muita porta.

NILZA ROGÉRIA

Essa escuta ativa é exatamente o que Paulo Freire pregava em sua filosofia de educação. Ele acreditava que a verdadeira educação só acontece quando respeitamos os saberes do outro e estabelecemos um diálogo aberto, onde o conhecimento circula e se constrói de maneira coletiva.

IARA

Favela sempre foi autônoma. Se a gente quer água, a gente tinha que puxar o gato. Se a gente queria luz, a gente faz o gato. Se você quer fazer uma casa, precisa fazer mutirão de material. Então a construção da favela é mobilizadora por si e Paulo Freire fala de uma coisa que as pessoas não querem ouvir: a garantia de direito, que você precisa respeitar o conhecimento prévio do outro, que você não pode determinar para o outro o que ele quer, o que ele não quer e a ideia de você pegar uma jovem que tem sonhos.

IARA

É olhar o outro igual a você. Pode ter os seus diplomas, mas você vai ter que trabalhar com analfabeto, e ele constrói uma casa e você não, então a ideia do poder está justamente na educação e na comunicação.

NILZA ROGÉRIA

O compromisso com a educação e o respeito mútuo são praticados por Iara não só no Alfazendo, mas também no seu dia a dia. Nas batalhas cotidianas, ela encontra o equilíbrio entre a firmeza exigida por seu papel e a sensibilidade necessária para acolher e apoiar os outros.

IARA

A gente quer garantir direitos, a gente não quer ajuda. Só isso. Inclusive para mim, como professora, eu sou a minha fé, né? É que também me deixa em pé, eu sou de matriz africana. Eu sou descendente indígena e negro. Eu sou candango, então a minha fé me levanta todos os dias, porque acredito muito na força da terra, da natureza.

IARA

Trabalho é complicado porque você precisa ser dura. Você também precisa passar a mão, segurar na mão quando percebe que a pessoa está nervosa. Alguém precisa segurar na minha mão também, então os jovens seguram muito na minha

mão. Quando eu falo jovem, é jovem de 35, 40 anos, porque eu acho que juventude não vem da idade. Você é. eu Eu acredito muito, interessante, né?

NILZA ROGÉRIA

Mais do que ensinar, o papel de Iara tem sido o de inspirar e incentivar os jovens a enxergarem o poder do coletivo.

IARA

Eu sou só mais uma pessoa dentro do contexto da história. É isso. Em 13 anos de alfabetização de Jovens e Adultos, o Alfazendo alfabetizou 4 mil pessoas na Cidade de Deus. Então, não é porque a gente é diferente, é melhor do que qualquer outra instituição, a gente entende que o fazer está no respeito ao conhecimento prévio das pessoas. Ninguém sabe nada, ninguém nasce sabendo. As pessoas vão transformando o seu conhecimento. Eu acredito que o maior impacto que o Alfazendo faz é na juventude, porque a gente tendo ou não tendo recursos, os jovens estão lá no Alfazendo com a gente.

NILZA ROGÉRIA

Mulher, resiliente, mentora e transformadora, Iara é a força motriz do Alfazendo. Sua história é a história da Cidade de Deus: uma luta constante, movida por solidariedade, resistência e fé na educação.



CAPÍTULO 14: RAISSA LUARA

LUARA

ROTEIRO
EP. LUA CASTRO DE OLIVEIRA
AUDIOLIVRO "MULHER DE FAVELA"

LUA

A primeira vez que ganhei um livro foi *Boa noite ratinha*. Quem deu foi minha madrastra, Simone. E foi a primeira vez que ganhei um livro. Mas a minha mãe sempre leu para mim, desde que eu era pequena, e, depois que eu aprendi a ler, eu lia para ela, e acho que foi isso que fez eu me apegar, foi a minha família. Incentivo, né, acho que foi isso.

LUA

Ler é muito bom. Faz você viajar para outros lugares. Eu sempre digo que quem lê vive mil vidas. Acho que o que me pega muito é que ler instiga muito a imaginação. Então isso me pegou demais, eu gosto muito de me imaginar nos livros. Acho que foi isso. Eu comecei a ler, o primeiro livro grande que li mesmo foi *O diário de um banana*, e eu comecei a me ver dentro da história, então eu amei, foi uma experiência maravilhosa, e depois disso só foi mais e mais livros.

NILZA ROGÉRIA

Era uma vez, no Mundo da Lua, uma menina de 12 anos chamada Raissa Luara de Oliveira. Também conhecida como Lua, a menina era apaixonada por histórias e livros. Desde pequena, foi incentivada por sua família a praticar, ouvir e dar voz a essa paixão. E foi justamente ouvindo seus sonhos que a pequena grande sonhadora decidiu

que precisava espalhá-lo, principalmente para as outras crianças. Ela queria mostrar que os livros têm na verdade o poder de transformar vidas, um poder que ninguém pode tirar. Com ajuda de seus pais, Lua criou aos 12 anos a primeira biblioteca comunitária do seu “Reino Encantado”, ou, melhor dizendo, da Ladeira dos Tabajaras, em Copacabana, no Rio de Janeiro. Assim nasceu o Mundo da Lua, a menina que hoje tem 17 anos e segue espalhando livros por aí.

Esse é mais um capítulo do “Mulher de favela”. Eu sou Nilza Rogéria Nunes e agora vamos conhecer mais um pouco da história de Lua.

NILZA ROGÉRIA

Foi em 2019, após uma visita à Bienal do Livro, que Lua percebeu quantas crianças pobres, moradoras de favela e de bairros periféricos, não tinham condições de comprar livros. Ela não conseguiu aceitar o fato de que outras meninas e meninos como ela não poderiam se apaixonar pela literatura. E foi nesse momento que ela, escondida de sua mãe, Fátima de Oliveira, decidiu pedir na internet doações de livros para montar uma biblioteca comunitária.

LUA

Quando criei a biblioteca, foi uma coisa muito espontânea, então eu não tinha ideia, não parei pra pensar em momento nenhum. Eu peguei, gravei um vídeo e postei na internet pedindo livros, de doação, pra gente montar a biblioteca lá na minha comunidade. Só que esqueci uma parte muito importante, as estantes, porque eu não pedi estante, não pedi nada. Só pedi livros. Em 4 dias chegaram mais de 2 mil e quinhentos livros na associação de moradores, onde foi a primeira biblioteca “Mundo da Lua”. E a gente não tinha recurso nenhum para comprar estante, material didático, então fizemos uma campanha e, com isso, a gente foi reciclando as coisas. E com isso foi a montagem da primeira biblioteca comunitária do morro Tabajaras.

NILZA ROGÉRIA

Lua não limitou suas ações apenas ao seu Reino Encantado, na Ladeira dos Tabajaras. Uma experiência marcante pra ela foi durante uma festa de páscoa que organizou em uma comunidade muito humilde, onde as crianças não costumavam ganhar chocolates nessa data. Ela e sua família foram até lá e, sem ajuda externa, compraram 100 caixas de bombom e distribuíram para as crianças. Além disso, eles também doaram livros e realizaram algumas atividades como contação de histórias e brincadeiras. Esse foi um dos momentos mais especiais para Lua em sua atuação comunitária. Desde o processo de criação da biblioteca até agora, Lua contou prin-

principalmente com a família como rede de apoio, mas aos poucos outras pessoas foram chegando, conhecendo e apoiando o projeto.

LUA

Eu acho que as pessoas que me inspiraram. Minha mãe me apoiou muito, meu pai, minha família toda foi nessa comigo, a Tia Vanessa quem me levou pra bienal. Foi a tia Vanessa, no início do projeto, quando eu executei tudo isso, essa doideira, essa loucura. Foi na Bienal. E quem me levou pra Bienal foi a tia Vanessa. Ela é uma pessoa muito importante também. A presidente da associação de moradores na época também super apoiou a gente, que foi a Vânia. A gente nunca teve nenhuma ajuda financeira e, querendo ou não, muitas pessoas, até da minha comunidade, não apoiaram o projeto. A gente sempre vai ter pessoas que nos apoiam e pessoas que não apoiam. Umas das pessoas mais marcantes que conheci foi a Fernanda Montenegro, que me deu parabéns e falou para eu continuar.

LUA

A Elza Soares também é uma pessoa maravilhosa. Eu a conheci quando a gente foi fazer uma entrevista na Ler e ela estava lá. A gente se conheceu, ela é um amor, eu tenho um livro lá em casa que ela autografou para mim.

NILZA ROGÉRIA

Aos poucos, o Mundo da Lua foi se estendendo a outros espaços e deixou de ser só uma biblioteca comunitária para se tornar um projeto social, alcançando até mesmo escolas.

LUA

Eu lembro que tenho uma pessoa muito importante, até para a montagem da biblioteca, O Mundo da Lua, lá nos Tabajaras, uma amiga minha e da minha mãe. Ela pediu para eu fazer uma videochamada com a turma dela, ela é professora. E eu super topei. A gente foi fazer a videochamada e eram só crianças, acho que de 4 e 5 anos, no primário ainda. A gente fez uma brincadeira...

LUA

“Se vocês daqui a 2 meses já estiverem lendo, eu vou mandar livros para todo mundo.” Gente, bateu 2 meses, a tia Vanessa ligou para minha mãe e falou: “Fátima, a Lua fez uma brincadeira com as crianças e todas elas já aprenderam a ler.”

LUA

Foram 13 alunos e todos já estavam lendo, e a gente fez uma videochamada com todos. Eles leram os livros para mim, porque ela foi lá, a Vanessa, foi buscar os livros e mandou vídeo deles lendo os livros, agradecendo. Então eu acho que é muito importante incentivar as crianças, e eu acho muito legal quando consigo ver o impacto que a sala de leitura, a biblioteca que a gente conseguiu montar, o impacto que está dando na vida dessas crianças.

NILZA ROGÉRIA

Além de ensinar crianças a ler e a gostar de livros, o Mundo da Lua ajuda os pequenos a visualizar opções de futuro, a partir do momento em que mostra a eles outros mundos através da leitura e do conhecimento. Lá é um lugar onde as crianças podem descobrir e aprender seus talentos.

LUA

Eu sempre digo que é muito bom a gente participar de projetos sociais, até pra você descobrir um talento seu. Mas o que eu quero hoje é formar leitores, porque acho que ler é muito importante, é muito divertido. Eu não sei como alguém pode se inspirar em mim, ainda estou descobrindo isso, mas eu sempre digo que quero formar leitores, então essa é a melhor forma que alguém poderia se inspirar em mim.

LUA

Eu sempre falo isso. Eu acho muito importante formar leitores. Eu acabei de falar isso, então acho que o que eu mais adoraria ver é minha comunidade toda lendo. Hoje em dia já vejo algumas amigas minhas, que não liam, lendo, e outras que já liam, mas hoje em dia leem muito mais. Acho que o que eu gostaria de ver é todas as crianças lendo, porque hoje em dia a gente vê muita criança que não lê nada, não gosta de ler. Mas ainda não encontrou, vamos dizer assim, o alvo delas. Porque todo mundo ainda não encontrou um livro que goste mesmo. Eu gosto de ler romance, vamos dizer assim, você pode gostar de ação. Então eu sempre digo isso, a gente tem que encontrar um tipo de livro que goste. E isso também tem que ser incentivado nas escolas, e hoje em dia falta muito isso. Hoje em dia é usado como objeto de castigo, então você acaba associando a uma coisa errada.

NILZA ROGÉRIA

A proposta de Lua é ajudar as crianças não apenas a lerem, mas a terem amor pela leitura. Hoje, o Mundo da Lua cresceu e conta com 120 salas em várias favelas do Rio de Janeiro e outros cinco estados brasileiros.

LUA

Eu acho isso muito importante, esse incentivo à leitura, e o que eu quero para o futuro da biblioteca em si é isso, que a gente consiga abrir novas bibliotecas, que a gente tenha mais crianças e que tenha mais livros nas escolas, e que sejam incentivados. A gente já abriu algumas bibliotecas em escolas.

LUA

Faço isso porque gosto, mas é muito triste a gente ver que o Estado está ali podendo ajudar e não ajuda. O Crivella me chamou, eu lembro disso como se fosse hoje, porque achei que ia ser presa, porque chegou uma moça lá. Eu tinha acabado de descer, porque eu morava lá em cima do morro, aí eu desci, entrei na associação de moradores, na biblioteca, e estava pronta para ir para a escola. Aí tinha uma moça e um moço me esperando, e a Vânia virou pra mim e minha mãe e falou: “Ah, Fátima, a Lua hoje não vai poder ir pra escola porque eles estão aqui e vão levar ela lá no palácio para conversar com o Crivella e tudo mais.” Aí eu fiquei assim “meu Deus, o que eu fiz, o que eu fiz...” Cheguei lá e a gente conversou, e ele prometeu mil e uma coisas. Até hoje nada, né, normal, político é normal. Mas é muito triste você esperar que alguém ajude e não ter nada. Hoje em dia eu faço porque gosto muito, mas o Estado deixa a desejar sim.

NILZA ROGÉRIA

Vocês devem estar se perguntando como nossa Lua consegue conciliar toda sua rotina de uma adolescente no ensino médio com as atividades de uma líder comunitária, né? Existe uma força motora que faz ela conseguir realizar tantas demandas: a paixão pelo mundo de possibilidades que criou.

LUA

Eu não acho que seja tão difícil, porque é uma coisa que eu gosto, então saio da escola, vou para a biblioteca, fico lá, tenho meus cursos, faço curso online, curso de inglês, faço teatro, então depois dos cursos volto para a biblioteca. Mas os finais de semana são livres, então me divirto bastante com meus amigos. É, eu não sei como consigo conciliar tanta coisa, mas como isso foi desde nova, já me acostumei.

NILZA ROGÉRIA

Diante dessa história de determinação, coragem e imaginação, Lua nos deixa um conselho: “Não desistir mesmo porque querendo ou não eu já pensei em desistir algumas vezes, porque estudo, faço curso, tenho a biblioteca. Mas acho que são só esses dois mesmo, acreditar em você e não escutar o que as pessoas falam, e não desistir.

LUA

Já recebi muitas mensagens das pessoas agradecendo por ter montado a sala de leitura, por ter incentivado, inclusive eu e minha mãe fomos em um abrigo de meninas e foi muito especial, pois conhecemos várias meninas. Eu incentivei muito elas e um dia desses uma delas falou: “Oi, tudo bem, agora tenho minha casa própria, to montando a minha vida direitinho.” Acho isso muito especial. E lá no Tabajaras, as minhas crianças da biblioteca, que tem quase a minha idade mas eu chamo de crianças, a gente tem várias regras, e uma delas é não falar palavrão, e elas falam muito hoje em dia, as vezes fico muito chocada porque elas falam muito. Mas elas estão muito educadas, sabem conversar, sabem resolver seus problemas na conversa e não precisam de agressão. Acho que a violência dentro da biblioteca mudou muito e fora também, né, porque quando você começa a praticar uma coisa, você leva pra sua vida inteira.

É muito difícil lidar com tantas crianças. Lá, somos 50. Então a gente fez uma moeda falsa e começou a recompensar essas crianças com as boas ações que elas faziam. E uma vez por mês a gente tinha um adesivo marcado, porque a gente recebe muita doação, e essas doações são brinquedos e lá não tem lugar pra guardar. Então a gente bota em cima do balcão e as crianças iam lá, viam o que elas queriam, pagavam pra mim e eu tinha que dar troco. Acho que a melhor coisa que a gente fez foi criar isso, porque elas começaram a ter uma responsabilidade até mesmo financeira.

NILZA ROGÉRIA

Além da sala de leitura, antes da pandemia, o Mundo da Lua chegou a abrigar aulas de teatro, música e dança, mas essas atividades tiveram que ser interrompidas por causa da Covid. Esse é um plano que está no radar de Lua para voltar a ser realizado.

LUA

A gente quer voltar com essas aulas. Estamos conversando com pessoas, contação de histórias, e temos outras salas de leitura montadas que têm seus próprios responsáveis, mas sempre que a gente pode a gente vai lá visitar, leva alguma coisa, faz alguma contação de histórias. Um evento bem legal. Eu tenho vontade sim de ter outros pontos, mas acho que não agora, porque tenho muita responsabilidade, e ainda mais agora que estou acabando a escola.

NILZA ROGÉRIA

Lua conta que também teve que encarar desafios, como a própria vergonha, e sair de sua zona de conforto. Para ela, uma das coisas mais difíceis era ser uma adolescente em um ambiente quase inteiramente de adultos, mas isso não a intimidou.

LUA

A minha família é muito grande, então eu sempre tive que estar no meio dos adultos e no meio das crianças. Eu sei conciliar isso muito bem, desde pequena eu tenho muito tio, muita tia, muito primo, então sempre conciliei isso. Mas o que eu sentia muita falta em evento, porque vou em muitos eventos, era crianças, porque às vezes eu era a pessoa mais nova. Imagina, só eu com 12 anos num evento, então eu ficava muito perdida. É porque depois veio a pandemia, então isso durou 2 meses. Isso foi bem impactante pra mim, porque não tinha criança pra conversar, mas eu sentia falta daquilo, sabe, de ter alguém da minha idade só pra eu me sentir bem naquele local. Mas depois de um tempo passei a não ligar mais. De vez em quando encontro uma amiga ou outra, até porque surgiram mais adolescentes nesse meio da leitura, da cultura, então acho isso muito importante, a gente sempre levar os adolescentes pra cultura, literatura. Porque as pessoas fazem questão de falar “olha a Lua, ela é a pessoa mais nova daqui”, então eu tinha aquela responsabilidade, como pessoa mais nova, de não errar. Era isso que eu tinha medo.

LUA

A minha mãe sempre fala que nunca vão poder roubar da gente o saber, sua sabedoria e o que você sabe. E você aprende isso através dos livros.

LUA

Eu acho que a importância dos livros hoje para mim, o significado, é você aprender. Livro é aprendizado e você vai sempre aprendendo com um livro novo.

NILZA ROGÉRIA

Hoje Lua está no segundo ano do ensino médio e, além de sonhar com a biblioteca, no seu Mundo da Lua particular ela quer fazer um intercâmbio e cursar a faculdade de medicina. Ela vem estudando cada vez mais para tornar esses planos realidade. Afinal, para ajudar outras crianças a seguir e muitas vezes descobrir seus sonhos, é preciso sonhar também.

Esse foi mais um capítulo do “Mulher de favela”. Até o próximo.



SILVA

CAPÍTULO 15: PALOMA DA SILVA

ROTEIRO
EP. PALOMA GOMES
AUDIOLIVRO "MULHER DE FAVELA"

PALOMA

Porque inicialmente na favela é muito através da troca, porque é como a Marielle falou, não existe falar sobre política ou fazer política ou ter atuação na educação com a barriga vazia, entendeu? Não tem jeito. Então as pessoas estão em busca do delas, elas estão em busca daquilo, o que elas precisam, necessitam, necessidade básica. O que elas nem deveriam estar orrendo atrás, elas deveriam ter isso garantido, mas é devido à falta. A gente precisa fazer essa troca, não dá para chamar simplesmente para uma roda, e também é isso, né? Tem que saber que roda você apresenta para essas pessoas.

NILZA ROGÉRIA

Paloma Gomes é uma força ativa no território de Manguinhos, na Zona Norte do Rio de Janeiro. A trajetória como educadora e líder comunitária é um exemplo de como a união entre cultura, educação e ações coletivas pode gerar impacto positivo.

Eu sou Nilza Rogéria, e convido você a conhecer a história dessa mulher que dedica a vida à defesa de direitos e à luta por uma comunidade mais forte e solidária. Esse é mais um capítulo do audiolivro "Mulher de favela".

NILZA ROGÉRIA

Paloma da Silva Gomes é cria de Manguinhos e encontrou na igreja o primeiro passo para se formar como líder. Durante a infância e juventude, atuou com os jovens e, em meio ao canto e à dança desenvolveu habilidades como oratória e liderança social. Na igreja, Paloma também encontrou a amizade que, anos mais tarde, se tornaria um ponto de conexão com o Balé Manguinhos.

PALOMA

A minha infância se deu na igreja. Eu fui durante muitos anos, até o início da minha juventude, da igreja. Fui líder de jovens inclusive. Eu pregava, cantava, dançava. E um dos meus encontros com o balé Manguinhos também se deu por conta da igreja, porque a Daiana era da mesma igreja que eu. A Daiana foi a fundadora do balé e a gente sempre teve essas questões de ter contato com a população. Porque a igreja funciona como um espaço social também de formação, também de oratória, como um todo dentro do território, apesar de ser um campo muito conservador. Mas é o início para muita gente dentro da favela, que se encontra dentro desse campo conservador e aos poucos, com conhecimento, com as formações, a gente vai se encontrando e se deparando com as críticas, a forma de como se desenvolve essa relação dentro do território. E aí a gente vai procurando os nossos caminhos.

NILZA ROGÉRIA

Graças ao emprego do pai em uma empresa que fazia parte da divisão de movimentações aeroportuárias do grupo Varig, Paloma teve a oportunidade de estudar em uma escola privada, onde cursou até o segundo ano do ensino médio. Ela seguiu para o magistério e se formou professora. Embora a escolha não tenha sido planejada, Paloma encontrou nesse caminho um propósito que transformou sua vida.

PALOMA

Depois fui para uma formação em magistério no Heitor Lira, que fica ali na Penha, e foi a conclusão da minha formação como professora. Como o magistério foi dali que surgiu, não foi uma opção propriamente dita eu vou escolher ser professora, mas foi um caminho, é possível encontrar na vida e eu sou muito grata por isso até hoje eu atuo nessa profissão. Sou professora há quase 19 anos. Iniciei como recreadora no município do Rio à época ainda não era professora. Depois fui para a creche Fiocruz, dentro da Fiocruz, lotada no polo ali de Manguinhos. Depois fui para o IFF, que é outra unidade da creche Fiocruz, que funciona no Flamengo. Logo depois passei no concurso e para atuar em Manguinhos como professora, dentro das creches municipais, que é onde eu queria realmente estar.

NILZA ROGÉRIA

Paloma Gomes atua há 19 anos na educação. Ao longo desse tempo, ela percebeu o desafio de formar pessoas críticas e protagonistas de suas histórias. Para a professora, a educação é uma responsabilidade muito grande, principalmente quando se trata de culturas da favela. Mesmo diante dos problemas do ensino tradicional, Paloma acredita no poder da educação para construir saberes e transformar realidades.

PALOMA

É complicado. Você entra em várias contradições internas que desafiam a gente, causam um incômodo. Você acaba também se frustrando. Porque acha que vai encontrar ali um espaço incrível, que vive Paulo Freire, que vive Vygotsky, Piaget e tudo mais. E não é exatamente assim. A gente ainda encontra muitos desafios internamente, muitos debates, é um trabalho de formiguinha. É o trabalho de formação que a própria educação sempre fala. Os professores também nunca deixam de aprender, então, ainda estamos formando professores, e dentro do território de Manguinhos. Isso causa um impacto muito maior na minha vida enquanto militante, porque a cultura da nossa favela não é vista como uma cultura, não é vista como algo vivenciado. É algo que acreditam que tem que trazer coisas de fora para trabalhar ali dentro, para mostrar uma outra forma de apreender a vida. Isso acaba atrapalhando bastante, porque a vivência fica um pouco de escanteio.

PALOMA

Eu sou uma professora que trabalha com todas essas questões da favela. Tento inserir isso dentro do meu espaço, mas nem sempre a gente tem força suficiente para poder mudar de uma hora para outra. A gente vai de acordo com a gente. A gente adoece mesmo, isso já foi motivo, antes da terapia, de questões de adoecimentos.

NILZA ROGÉRIA

A educação sempre foi um ponto central na vida de Paloma, mas foi em 2014, quando se tornou docente na rede pública de ensino do município do Rio de Janeiro, que sua militância ganhou novo impulso. Durante uma greve de professores, ela conheceu Marielle Franco, que teve um impacto profundo em sua trajetória. Com ela, Paloma passou a enxergar a favela de outra maneira e percebeu a importância de se organizar coletivamente e encontrar sua voz no caminho da luta por direitos.

PALOMA

Minha militância orgânica na favela, com atuações nos movimentos sociais e nos projetos, se deu quando entrei para o município do Rio. Conheci o SEPE, que é o sindicato dos professores. Isso lá em 2014. Eu já entro no município do Rio fazendo

greve, todo mundo falando “você tá maluca, tá no probatório”, eu falei “eu entrei para poder fortalecer”. Valeu os meus direitos e vamos lá, e fiz uma greve de mais ou menos dois a três meses. Nesse período eu conheço uma galera que é militante do partido PSOL. E conheço Marielle Franco. Foi desse encontro que até hoje eu posso dizer que a gente se colocou lá e permanece por conta desse encontro. Porque apesar de eu ser do território, apesar de eu ter nascido, sido criada, ter todo o conhecimento de vivências, experiências, lá, a parte de organização se deu através do partido e através dela. Foi uma ligação que a gente teve logo no início, ela falou assim, “você conhece sua favela. Você já andou por aí, já viu? Quem são? Quais são os coletivos, quem são as pessoas que atuam, como que se dá a movimentação de Manguinhos”, entendeu? “Vai andar, Paloma, anda”, aí vamos embora, pega as coisas... “A primeira tarefa é essa, você ir conhecer as pessoas”, e aí eu fiz mesmo, saí de casa com o telefone, ainda falando com ela, e fui conhecer o que tinha em Manguinhos, cantando as coisas. E fui falando também com algumas pessoas que eu já conhecia, que já eram militantes. Porque inicialmente também como professora, eu tinha um sonho de fazer algo dentro daquele território pelas crianças ou pelos adolescentes ou por jovens e tal, mas eu não sabia como tirar isso da cabeça, do papel para a prática. Então ela me fez conhecer toda a galera militante do território, que inclusive, quando eu chegava, eles não me conheciam na época. Eram uma parte, conheci outra parte, e eles falavam assim, “mas quem é você?”, “tá vindo com o pessoal da Marielle?”. Eu falei assim, “não, eu sou nascida aqui”.

É o PSOL, mudavam porque achavam que eu tava vindo de fora para fazer alguma coisa ali.

NILZA ROGÉRIA

Marielle Franco vive, e seu legado está em cada ação, cada projeto, no convívio com a comunidade e no fortalecimento da luta por direitos. Mesmo após sua morte, ela continua a ser uma inspiração para que Paloma acredite nos jovens, nas crianças, na política feita com o coração e na missão de transformar seu território.

PALOMA

Eu encontro bastante o legado de Marielle em tudo que eu faço, porque foi com ela que eu pude enxergar, ver a menina Paloma. Nascida e criada no território, conhecendo toda a favela, como se fosse uma apresentação, novamente ali para mim. Tudo o que eu pude vivenciar, ouvir do trabalho dela, fazer junto com ela, ter todo o apoio que ela fornecia para a gente ter as atividades dentro do território... isso foi de suma importância em toda a minha trajetória dentro da favela. Não consigo ver algo que possivelmente eu esteja fazendo que não tenha algo relacionado com aquilo

que ela acreditava. Ela era uma militante. Eu vou falar enquanto militante. Não vou falar enquanto vereadora oriunda de favela. Igual a mim, igual a tantas outras que são sementes. Ela acreditava nas crianças, nos adolescentes, nos jovens, acreditava nos movimentos sociais, acreditava no diálogo com eles, na formulação de políticas públicas em conjunto, em coletivo com aquela galera que tem que pisar no território mesmo e tem que estar presente.

PALOMA

Não tem outra referência assim para mim até hoje. Claro, tem outras pessoas do campo político do território que são grandes referências, são pessoas maravilhosas. Com impacto mesmo na Paloma moradora e professora do território, uma militante aventureira, desbravadora, guerreira, sei lá... maluca. Esse marco tem o nome dela.

NILZA ROGÉRIA

Ao longo de sua jornada, Paloma foi se conectando com pessoas importantes. Em 2016, conheceu edilano cavalcante, que na época era o coordenador do fala Manguinhos, um veículo de comunicação comunitária da favela de Manguinhos. O jornal, que circulava por diferentes espaços do território, se tornou um verdadeiro alto-falante da comunidade, ampliando a voz dos moradores e refletindo a luta pela cidadania e direitos humanos. Paloma se uniu ao fala Manguinhos como colunista, trazendo temas críticos sobre educação e políticas públicas. Hoje, ela faz parte do conselho do veículo.

PALOMA

O Fala é essa ponte de jornal que a gente tem de comunicação dentro do território entre os moradores e as lideranças, representatividades, instituições. É um espaço bem amplo, que fala sobre todos os assuntos. Minha atuação se deu por estar iniciando um processo de liderança dentro do território, e fui convidada para ser colunista por ser professora. A gente trazia temas de educação até mais críticos, de coisas que aconteciam ali, de políticas públicas que não estavam em funcionamento dentro do território, trazendo essa aproximação de um conhecimento político, porque, quando se fala em política, logo se faz um link com algum partido. Mas a gente tenta desmistificar isso e tenta tirar esses mitos que rodeiam a política. Política é o valor do arroz, quando a gente vai comprar no mercado, é o filho na escola, que não tem o sapato, que não ganhou o uniforme, que não tem isso que tá faltando, a merenda. Tudo isso é político, né? A nossa vida, respirar, já é política.

NILZA ROGÉRIA

Criado em 2016 como uma resposta às enchentes recorrentes em Manguinhos, o Manguinhos Solidário se tornou um marco na mobilização do território. Paloma

assumiu um papel essencial na rede, atuando ativamente nas ações de ajuda durante as crises. Hoje, como coordenadora do projeto, ela reforça o compromisso de transformar adversidades em soluções coletivas.

PALOMA

Manguinhos Solidário. Ele nasce ali por volta de 2016. Enchentes que assolavam o território de dois em dois anos. A gente tem sempre dois anos seguidos, não sei o que acontece no universo. Geografia, enfim. A ciência explica. Mas não é, com chuvas assim muito fortes, torrenciais, e rios não dragados. Manguinhos é uma bacia. É uma das bacias que a gente tem no município do Rio de Janeiro. A água escorre toda para o território. Então ali é um foco de alagamentos gigantescos. Devido a isso, a gente já nessa movimentação, nessa união. No início do ano a gente se reuniu e aí o nome surgiu de “solidariedade” ManguinhosSolidário. Foi assim mesmo, de boca, de fala, uma organização bem orgânica, bem raiz. Que não tem tantas formalidades. Não tem até mesmo tanta organização. Na verdade a gente fala que é uma das melhores organizações, até do que prefeitura, governo, qualquer interferência do Estado no território, porque nós somos dali, conhecemos tudo. Mas era meio desorganizado porque era o início, era só a mesma galera com vontade de fazer coisas e de atuar. A gente começou a fazer uma parceria com a galera que era do trabalho da saúde, da Clínica da Família ou gentes comunitários.

PALOMA

As frentes que a gente atua é mais em Manguinhos, pelo conselho comunitário. Existem vários projetos e vários movimentos que acontecem ali, várias frentes. Tem o CGI, conselho, ballet, a Norma com o projeto Marias, sobre educação especial, tem o Fala Manguinhos, o jornal. São várias ações que acontecem dentro do território e que se reúnem no conselho comunitário. Quando a gente precisa de todo mundo, faz a chamada para o Manguinhos Solidário, para as ações, e tudo é no conselho comunitário que a gente se organiza. Então basicamente tá todo mundo muito inserido em quase tudo, e no que a gente não está inserido a gente faz. Apoio meio que indireto, mas não tem uma separação do território, do que a gente deixa de fazer ali.

NILZA ROGÉRIA

Em 2019, Paloma contribuiu na criação da cartilha de prevenção à violência armada em Manguinhos. Um projeto de cooperação social da Fiocruz, coordenado por Leonardo Bueno. A iniciativa buscava orientar os jovens da favela sobre como agir durante abordagens policiais, a fim de reduzir conflitos e promover segurança no território.

PALOMA

A cartilha foi um projeto de dentro da Fiocruz, da cooperação social. O Léo Bueno foi o responsável na época de formulação. Foi mais uma forma que a gente encontrou de tentar dialogar mais diretamente com a favela, com os jovens propriamente ditos, de como se comportar diante de um policial quando eles são abordados, com abordagem policial, de tentar amenizar, porque na verdade qualquer favela é vista como território inimigo, né? A polícia não entra na favela pra... “Boa tarde. Boa noite. Bom dia”. Já entram atirando. Em qualquer território de favela é isso que acontece. Em Manguinhos, acho até que é um ponto, que as pessoas falam assim, “Ah, a gente aqui tem tiroteio pontuais”. O que são tiroteios pontuais? É tiro. Que se encontra naquele momento ali entre a gente, armados, e os policiais, e aí troca tiro, tipo 10 minutinhos, acabou, tudo voltou ao normal e tal. Só que eu acho isso mais perigoso. Porque são encontros recorrentes, que acontecem com bastante frequência e não têm uma situação determinada. Tipo assim. Ah, vai ficar aqui durante duas horas, então duas horas eu não saio de casa. Não é muito pontual. Às vezes tá no ponto do ônibus ou foi ao mercado. Essas coisas acontecem muito. Tem sempre muita gente na rua, né.

NILZA ROGÉRIA

Em 2020, com a chegada da pandemia de Covid-19, Paloma enfrentou o maior desafio de sua trajetória. Na linha de frente, ela se dedicou a atender as famílias de Manguinhos, mobilizando ajuda e recursos em um cenário de incertezas. Nesse processo, contou com o apoio de Cadu, um militante local que disponibilizou seus veículos e seu tempo para auxiliar na distribuição de doações. Com uma rede de apoio parcial, Paloma assumiu grande parte do trabalho nas ruas. Os desafios eram imensos: muitas pessoas do grupo estavam doentes ou cuidavam de familiares em condição de risco. Mesmo assim, ela seguiu firme.

PALOMA

A gente recebeu a notícia. A gente estava na escola, e aí eu fui para casa meio ainda desorientada. Liberamos as crianças, encerramos as aulas. Chamamos os pais, ficar em casa, isso pra gente foi uma coisa completamente louca. E aí eu achei assim, “Ah, vai durar um dia, dois dias”, né? Não sabia nem o que estava acontecendo, e aí começaram as reportagens, os avisos, chegando os documentos da creche da Prefeitura, de tudo. Estágio tal, vai paralisar tudo. Comecei a entrar em pânico. A galera do Manguinhos Solidário começou a ficar muito doida, e todo mundo sem saber muito para onde ir, o que fazer, porque entram em questões de comorbidade. Muita gente dentro da favela já muito adoecido. Porque a nossa vida é muito complicada e não estar adoecido é quase impossível

PALOMA

De tudo que iria acontecer, colocar o pé na rua e já sabendo que isso ia acontecer foi um desafio. “Dessa vez eu tô sozinha sem todo mundo.” Todo mundo nas suas casas. Óbvio, vai ter apoio, vai ter essa rede de divulgação de tudo, mas não vai ter galera mão na massa aqui comigo, né?

NILZA ROGÉRIA

Depois da pandemia, Paloma enfrentou um novo desafio: manter o apoio à comunidade durante os anos seguintes. Muitas famílias perderam emprego e precisaram de ajuda constante. O auxílio, que incluía cestas básicas, se manteve fixo por mais de dois anos, com uma rotatividade que nunca cessava.

PALOMA

Depois da pandemia a gente acabou tendo que ficar meio que fixo durante 4 anos. Encerrou mais ou menos em meados do ano, porque a gente continuou recebendo cesta básica de um projeto que a gente fez já quase no finalzinho da liberação das pessoas para voltarem às suas atividades. A gente teve que dar conta dessas entregas, que as pessoas tiveram consequências. Não foi imediatamente que acabou a pandemia, as pessoas voltaram para os seus trabalhos, para suas casas, e a vida voltou ao normal. Não. Muita coisa ainda estava pendente. Muita gente perdeu o emprego, perdeu coisas, teve que vender suas coisas. A gente teve todo esse processo. Digamos, dois anos após pra permanecer com esse apoio, para continuar reforçando essas pessoas, para que elas pudessem se reerguer novamente. Então teve uma rotatividade, porque tem sempre alguém que está desempregado na favela. Tem sempre alguém que está passando muita necessidade. Mas nesse período foi uma grande quantidade de pessoas, não era algo pontual. Teve que ficar algo fixo. Por isso essa necessidade de a gente montar essa rede e ficar ali perturbando todo mundo, todo mês. É muito desgastante, mas não existe outra forma nesse momento. Ainda que a gente possa recorrer, a gente fica ali. Todo mundo brinca, né? Ah, Paloma é o Papai Noel da favela.

NILZA ROGÉRIA

Com o tempo, Paloma foi sendo vista como uma líder política em Manguinhos, algo que ela inicialmente não percebia desse modo. Depois do assassinato de Marielle, a demanda por uma liderança política cresceu no território, e Paloma começou a compreender a necessidade de um projeto que levasse adiante a discussão sobre políticas públicas e coletividade.

PALOMA

Acho que chega um determinado momento que as pessoas já começam a te enxergar e te levar para um outro campo, que às vezes não é muito aquilo que você escolhe realmente para sua vida. E aí você topa e encara como missão. Já entendi que dentro do território as pessoas me veem como uma política. E até então, eu não me via de verdade, não. É clichê não. Já neguei situações assim, Marielle, assim que a gente encerrou a campanha dela. A gente teve uma conversa ali perto daqueles ônibus, Menezes, ali no centro. Sentada numa daquelas mesinhas com a Renata. “Eu quero você como minha assessora.” Eu respondi: “Eu não sei nem como é que funciona isso. Não sei nem o que é ser assessora, Mariele, eu sou só professora, uma pessoa simples, eu tenho que aprender muita coisa. Não sei nem o que que é isso, longe de mim.” “Eu quero que você... vamos supôr... eu quero fazer uma palestra dentro de uma mesa. Eu quero a estrutura para isso. Ah, eu quero agir tal coisa, eu quero estrutura, eu quero que você faça essa ponte comigo.” Eu não quero sair, eu já tinha pavor quando falava assim. Vai tirar para poder ser burocrático. Não. Me deixa na minha sala de aula com os meus pequenos. com medo de vir Vitor é minha terapia meu momento de sabe. Hoje não, hoje eu já encaro isso um pouquinho mais avançado. Acho que já tenho mais preparo, trabalhei mais a coragem para isso, porque também, depois do assassinato, teve a questão do medo, de entrar em determinadas pautas e em determinados embates. Saí dessa zona de conforto, né? Vai começando a pensar em coisas maiores para atender uma demanda interna. Porque a favela tá pedindo uma liderança política do território, que seja alguém que consiga levar realmente um projeto político para a frente, que entenda sobre políticas públicas, entenda sobre coletividade.

NILZA ROGÉRIA

Paloma reconhece a importância da rede de apoio no seu trabalho. Ela sabe que o fazer coletivo pode levar a grandes resultados para a comunidade.

PALOMA

Um pouco dessas pessoas porque a gente não constrói sozinho, a gente não faz sozinho. Eu tenho muito carinho, muito respeito, um afeto gigante por todas essas pessoas que militam comigo. O tempo inteiro assim, se eu puder falar o nome, puder gritar o que cada um faz, entendeu? Por isso que a cada momento vou citando um pouquinho e falando quem é. Acho que é muito importante porque é uma rede. Se você vai só, você não chega sozinho em canto algum. Tudo bem que a pandemia foi uma coisa completamente fora da curva, mas é junto, né? A gente consegue coisas gigantes, entendeu? Acho que é entender muito sobre essa questão. Eu tinha muita dificuldade de delegar coisas, de mandar, de entender que eu precisava de ajuda.

NILZA ROGÉRIA

Paloma é uma mulher que, ao longo de sua trajetória, se mostra uma líder inquieta e determinada. Sua luta pela educação e por melhores condições de vida para a população de Manguinhos é um exemplo de resiliência. Cada desafio, seja na pandemia ou nas ações diárias, reflete a dedicação e a vontade de transformar realidades. Com amor, disposição e união, Paloma continua a fazer a diferença na vida das pessoas ao seu redor.

Eu sou Nilza Rogéria. E este foi mais um capítulo de “Mulher de favela”.

Até a próxima.



CAPÍTULO 16: DÉBORA SILVA

ROTEIRO
EP. DÉBORA SILVA
AUDIOLIVRO "MULHER DE FAVELA"

DÉBORA

Eu não quero ser reconhecida pela minha cor da pele. Eu quero ser reconhecida pela potência que sou e pela gestão que faço dos recursos de pessoas e de um trabalho fantástico, que mobiliza muita gente. Eu quero que quem está do outro lado e que senta na mesa de decisão para onde vai os recursos olhe para organizações de base como a minha e veja aliados nesse processo de transformação. Para gerar estrutura e para transformar de verdade. Eu não quero números, quero transformar de verdade. Não quero fazer manutenção da pobreza. Eu quero transformar a vida dos meus jovens, das minhas crianças e das minhas mulheres. Eu quero mobilidade econômica e quero que ela saia do A e vai para D, C, G, Z. Eu não quero continuar perpetuando a pobreza, porque infelizmente tem muitos que ganham com a pobreza.

NILZA ROGÉRIA

Débora da Silva é uma mulher que dedica a vida a transformar a realidade do município de Belford Roxo, a romper o estigma da violência e a trazer dignidade e oportunidades para os moradores. Eu sou Nilza Rogéria e, a partir de agora, convido você a conhecer a trajetória dessa mulher, que luta pela educação, saúde e direitos das famílias e jovens de sua comunidade no projeto sim, eu sou do meio. Esse é o "Mulher de favela".

Nascida e criada em Belford Roxo, Débora do Espírito Santo da Silva cresceu em uma das regiões mais violentas do país. Segundo o fórum brasileiro de segurança pública, Belford Roxo é o quadragésimo nono município mais violento do Brasil. Ela foi criada com mais dois irmãos pela mãe, dona Suzininha, que lutou sozinha para sustentar os filhos, em meio às violências que a sociedade impõe a mulheres negras.

DÉBORA

Eu nasci em Belford Roxo na década de 1980. Na década de 1980 Belford Roxo não era nem um município ainda, né? Ele fazia parte de Nova Iguaçu. Se emancipou em 1990. Então eu vi muitas transformações geográficas, da sociedade. Território de Belford Roxo. Era um município que saía muito nas páginas policiais na questão de violência, só que eu tinha violência territorial e também tinha violência intrafamiliar. Então, passei por muitas questões familiares de violência. Não conheço o meu pai. Eu costumo dizer que ele perdeu uma pessoa incrível como eu. De poder fazer parte da minha vida.

NILZA ROGÉRIA

Débora só aprendeu o que era um abraço aos 12 anos, quando em um culto dominical foi abraçada por uma senhora. Aquele gesto aparentemente simples representou o início de um processo de cura para ela, rompendo um ciclo de violência familiar.

DÉBORA

Eu entro numa igreja aos 12 anos, uma senhora negra me abraça, dona Zete. Essa mulher não sabia o que o abraço dela representava para mim, então, quando ela me abraçou, eu pareço um boneco para os braços estendidos acima. Abraço de afeto, foi o que a dona Zete me deu naquele dia. Ela sentiu que eu não correspondi. Como corresponderia? Me marcou demais aquele abraço dela, sabe? E aí comecei nessa igreja, quando comecei a ser amada. Da mesma forma que pessoas às vezes querem bem, às vezes prejudicam outras pessoas. Mas existem pessoas que curam, e o abraço da vovó Zete começou a me curar naquele dia. Eu sinto isso também. Comecei a entender que o que minha mãe fazia não era só porque ela queria. Minha mãe foi produto de uma sociedade racista, que negava a existência dela. Se negam a sua existência, como é que você acha que consegue dar alguma coisa para alguém? Complexo. Eu comecei a externar amor para minha mãe. Fácil foi não, então o primeiro “eu te amo” saiu, “eu te amo”. “Tá pensando que eu vou morrer, eu vou morrer não, hein”, gritando a distâncias acima. E por que ela faz isso? “Ela não me ama”, “ela me odeia”, não. Ela não me odiava. Ela não aprendeu a externar amor.

DÉBORA

Ouvi uma voz dizendo que eu tinha que dizer que amava. No outro domingo, ela dizia que eu tinha que abraçar. Foi assim alguns domingos. Com muita dor. Um belo dia eu estava sentada no colo da minha mãe, curada. Minha mãe é a pessoa mais importante da minha vida. Tudo que eu posso fazer para cuidar da minha mãe, vou fazer. Minha mãe, hoje, não só para mim, mas para todos os meus irmãos, eles podem dizer isso, minha mãe é outra pessoa, que entendeu que existia amor sem nada em troca. Existe um amor gratuito. O amor de um filho e de uma filha para uma mãe que só quer ser amada. Minha mãe é uma das pessoas mais incríveis que conheço, dona de uma sabedoria incrível. Se eu sou o que sou, eu devo a ela.

NILZA ROGÉRIA

Desde jovem, Débora foi movida pelo desejo de mudar a realidade de seu território. Aos 20 anos, como professora, começou a dar aulas para crianças da rua do meio, um lugar estigmatizado pela violência. Lá, viu de perto os desafios que marcavam a vida de famílias inteiras. Mas para ela, não bastava transformar apenas a vida de alguns: ela queria colocar toda Belford Roxo no mapa, não pelas páginas policiais, mas pela educação e pelo direito de ter uma vida digna.

DÉBORA

Eu consigo romper esse ciclo com muita dificuldade. Não foi fácil me tornar professora, e vou dar aula para as crianças que moravam no território chamado Rua do Meio, no centro do município. “Rua do Meio” porque é uma rua que corta todo o centro do município de Belford Roxo, muito extensa. Na verdade, o nome dela nem é Rua do Meio, é Rua João Fernandes Neto, mas todo mundo conhece como Rua do Meio. Quando vou dar aula para essas crianças, eu já com 20 anos, essas crianças tinham vergonha de dizer que moravam nesse território. Era palco de extrema violência. Os nomes de jovens eram colados nos postos, eles eram assassinados por ordem de quem estava ali. Os meninos sabiam que tinha um grupo deste caminho que, se eles roubassem alguma coisa, seriam assassinados. Isso está no livro *Filhos do Brasil*. Um dos jovens entra numa missa do padre Renato, que é da casa do menor, gritando “padre, eu sou o próximo da lista, porque vocês deixam matar os filhos do Brasil”. Está lá no livro dele. E esse menino também era um orgulho de Belford Roxo, Nova Iguaçu. Quando eu vou para a Rua do Meio, essa violência pesada não existia mais, mas como você acaba com o estigma? Fui para a Rua do Meio trabalhar com as crianças. Era um projeto de quatro meses.

NILZA ROGÉRIA

Débora Silva fundou o projeto “Sim, Eu Sou do Meio” em 2018, com o propósito de transformar a realidade de crianças e famílias em vulnerabilidade social na famosa “Rua do Meio” de Belford Roxo, uma das mais perigosas da Baixada Fluminense nos anos 1990. A primeira sede funcionava na varanda cedida de uma igreja. Em 2020, a pandemia da Covid-19 impactou diretamente a vida dos moradores de Belford Roxo. No dia 22 de março daquele ano, Débora recebeu um telefonema de uma mãe de família, desesperada por não conseguir pegar o trem para trabalhar como faxineira. Com uma população de 500 mil habitantes, onde 39 por cento sobreviviam com menos de 500 reais mensais, e sem maternidade ou hospital de alta complexidade, a situação se tornou extrema.

DÉBORA

E aí cancela um ônibus intermunicipal. Se cancela um ônibus intermunicipal na Baixada Fluminense, em Belford Roxo, então a gente para. Belford não tem emprego. Só 7% têm emprego formal de carteira assinada.

DÉBORA

No dia 22 de março eu recebo um telefonema de uma mãezinha que sai às 3h30 da manhã do território para dar faxina aqui em Botafogo, na Zona Sul. “Débora, eu esperei até 7h30 para você me dizer que papel é esse que eu preciso apresentar no trem para dizer que o meu trabalho é essencial à vida.” Às vezes eu dava comprovante de residência para as mãezinhas, que não tinham como comprovar a residência, e ela achava que era esse papel.

DÉBORA

“Você pode me dizer que papel é esse? Me dá esse papel.” Eu tive que dizer para aquela mulher, no dia 22 de março de 2020, que eu não poderia dar aquele papel para ela acessar o trem. Ela me pergunta se comer não é essencial à vida. “Como vou alimentar meus cinco filhos?” Os cinco filhos dela faziam parte da igreja, da atividade de reforço. Naquele momento eu entendi. Tenho que fazer alguma coisa, porque dela tem outras 30 mulheres.

NILZA ROGÉRIA

Débora, ciente dos desafios que o lugar enfrentava, decidiu agir. Com o apoio de lideranças locais e da comunidade, o projeto cresceu rapidamente, distribuindo mais de 230 mil refeições e um milhão de reais em cartões alimentação para famílias necessitadas. Foi nesse período que ela se reconheceu como uma liderança comuni-

tária, sabendo que sua atuação e presença eram fundamentais para a transformação e suporte da sua comunidade.

DÉBORA

Percebi que, enquanto mulher negra, meu corpo naquele lugar era o corpo político, que antes eu não tinha essa leitura da minha realidade ali e da potência que eu poderia ser. Comecei a pedir ajuda a um monte de gente para vir a Belford Roxo. Ouvi da Fabi Silva, que hoje é ouvidora da Defensoria Pública, primeira mulher negra ouvidora da Defensoria Pública, que “é você quem vai fazer para Belford Roxo, porque é você que está nesse lugar, só você sabe a dor desse lugar, é você, Débora, a gente pode ajudar, mas é você para fazer”. E aí eu brinco com a Fabi até hoje que ela me deu uns peitos ali. Eu tive que fazer alguma coisa e ali eu me percebi uma liderança. Pessoas vão entrando e é uma mulher negra, ela me deu um choque de realidade. Logo disse assim: Vamos embora, ninguém vai vir, não tem salvador não, né? Porque a gente está procurando salvador. Não tem Salvador. É o nosso para o nosso. Eu costumo dizer que o filósofo Emerica diz o seguinte: “você é o único representante do teu sonho na terra. Se você não fizer, ninguém vai fazer. Então, levanta e anda”, e eu levantei e comecei a fazer.

NILZA ROGÉRIA

Em 2020, Débora saiu da varanda da igreja e alugou uma pequena casa para continuar o trabalho. Porém, em 2022, uma enchente em Belford Roxo fez com que ela perdesse tudo. A casa ficou inundada, cheia de mofo, e ela se viu sem recursos. Mesmo diante dessa adversidade, Débora seguiu firme, determinada a continuar o projeto e a apoiar as famílias.

DÉBORA

Era uma casinha de 200 metros quadrados. Quando a gente perde tudo, deve ter muita coisa errada. “O que você está fazendo?”. Você começa a se perguntar. A Enchente leva tudo. Olha, que eu sou cria de Bel, foi a pior enchente. Mas bateu aqui uma galera nesse ano de 2022, eu saio da Rua do Meio e vou para um galpão de 1600 metros quadrados, que é onde estou hoje, vai fazer dois anos em novembro. Tem que ter coragem, tem que ter fé, tem que ter oração, tem que ter, mas é isso, tem muita gente boa que ajuda, que contribui, que faz o trabalho junto. Tem que ter uma missão, tem que ter uma visão, tem que ter um monte de gente que quer chegar, eu sei onde, eu quero chegar eu vou mostrar para o mundo. Eu sei onde eu quero chegar. Eu durmo e acordo pensando nisso. Eu vou mostrar para o mundo Belford Roxo, e a Baixada Fluminense existe no mapa do estado do Rio de Janeiro, no Brasil.

NILZA ROGÉRIA

O projeto “sim, eu sou do meio” atende hoje mais de 700 crianças e realiza mais de 5 mil atendimentos mensais. O foco está na educação, esporte, inclusão, meio ambiente e apoio a mulheres, ajudando a transformar vidas através da cultura e atendimento social.

DÉBORA

O projeto “Sim, eu sou do meio” é isso, ele busca atender integralmente essa família. A gente chama de plano de desenvolvimento familiar. A criança precisa de acesso à educação, a gente vai ter uma rede de apoio para essa criança, personalizada, essa criança precisa de cultura. É muito importante dizer. Está falando de saúde, né? Alimentação. Então essas frentes, para mim, são muito importantes, porque está falando de ser humano, a gente não quer só comida, a gente quer também diversão. Acho que é arte, eu quero que minhas crianças acessem o espaço, que elas consigam pensar no futuro, que elas possam sonhar, porque às vezes a gente até retira o direito de sonhar. Então, quando eu olho para a “Sim, eu sou do meio”, é o retrato fiel de um território. Invisibilizado. É por isso que tenho que trabalhar em todas essas frentes.

NILZA ROGÉRIA

Débora realizou um diagnóstico no território e percebeu que muitas mulheres, especialmente negras, cis e trans, não tinham acesso a ferramentas para lidar com suas emoções. Em resposta, criou a metodologia “sou empreendedora, sou mulher”, que oferece formação e uma rede de apoio. Enquanto as alunas estudam, seus filhos, a partir de dois anos, são cuidados em um espaço seguro, promovendo o desenvolvimento socioemocional de ambos.

DÉBORA

Eu fiz um diagnóstico no território com mulheres, que disseram assim: “não tem creche integral”. Deixa eu ver se você não tem creche. Aí são as três crianças que desapareceram em Belford Roxo em 2020, até hoje é isso. Aí eu faço uma metodologia chamada “Sou empreendedora, sou mulher”. Desde a pandemia a gente forma mulheres com uma rede de apoio para as alunas. Elas não vão ficar sem estudar por não ter um lugar especial preparado para sua filha a partir de dois aninhos. Enquanto estuda com tranquilidade emocional, essa mulher também começa a experimentar ferramentas para o seu desenvolvimento. Principalmente mulher negra, que é o meu público majoritário. Cis e trans nunca tiveram ferramentas para pensar as emoções. Isso não está falando sobre o diagnóstico que a gente tem. Todas as turmas já tiveram aulas de desenvolvimento de habilidades. Já formamos mais de 400 do ano passado para cá.

NILZA ROGÉRIA

Débora lidera iniciativas voltadas para a justiça climática e ambiental. Através da agenda Belford Roxo 2030, ela coordena uma ação coletiva, pontuando a importância de políticas públicas de justiça econômica, de gênero, racial e ambiental. A falta de gestão pública e o descaso com o território são desafios constantes.

DÉBORA

Porque eu pauto o meio ambiente, a justiça climática. Eu tenho uma agenda Belford Roxo 2030, que coordenei por justiça econômica, justiça de gêneros, justiça racial, justiça climática e ambiental. Por que isso? É uma construção coletiva, é uma construção dos movimentos, das organizações de base. É das lideranças. A gente constrói a agenda Belford Roxo 2030 pautando a cidade que a gente quer, com propostas da população, de políticas públicas, porque Belford Roxo está abaixo do nível do mar. Baixada, a família está abaixo do nível do mar. A gente está sem água na torneira, mas o que encontra a gente é enchente. Então quando eu vou a Brasília, eu vou falar das questões dos desastres. Gestor público fala da natureza. A gente está falando que não tem problema de investigação, a gente está falando de um plano diretor que vai fazer 20 anos. A gente não tem o plano de saneamento, a gente não tem plano de desenvolvimento do município. Então, não vem me dizer que é fenômeno da natureza. Falta gestão pública ou interesse para isso, então, todas essas falas que você vê, e se a “Sim, eu sou do meio” está à frente dessas pautas, é porque o ser humano é uma coisa só.

NILZA ROGÉRIA

Mesmo diante da falta de apoio e recursos, Débora não desiste. Ela define seu trabalho em três palavras: reexistir, coletividade e fé.

DÉBORA

A missão do projeto “Sim, eu sou do meio” é tirar Belford Roxo da invisibilidade social, econômica e política e a gente quer ser uma referência no trabalho coletivo de base. Deixar de falar sozinho. Não existe fazer coisas sozinho, tem gente que fala assim: não preciso de ninguém para nada. Hum, será? Desde a hora que tu levantas, você vai precisar de alguém. Você vai precisar de alguém, você precisa de alguém, a comida que a gente come, alguém preparou num determinado lugar. Alguém tocou nisso para você se alimentar. A natureza... ela precisa uma da outra.

Só coletivamente que a gente vence o mal. Só coletivamente que a gente vê toda essa negligência. É só coletivamente que a gente consegue mover a estrutura, gerar futuro, é só no coletivo. Não existe outra forma. Se hoje a Débora é o que é, é porque tem quase 90 pessoas comigo, né? Agora tem 90 trabalhando. Eu estou aqui com 90

peessoas trabalhando lá na Sim eu Sou do Meio. Tudo para dar visibilidade a uma população que é uma potência, não é necessidade, não é carência na sua violação de direitos. Então, sim, eu acredito no trabalho coletivo e não só da galera que trabalha no dia a dia, mas de parceiros, de pessoas que olham e que acreditam que podem fazer diferença através do seu conhecimento, nas suas habilidades, dos seus recursos. É isso? Você é dinheiro que tem que investir nessa população. Então tem que ser coletivo.

NILZA ROGÉRIA

Débora, sempre em movimento por Belford Roxo, encontra inspiração em uma passagem da Bíblia. Para ela, a história do mar vermelho lembra que, no momento crucial, Deus orientou moisés a tocar nas águas. Essa ação não é apenas um milagre, mas um ato de fé e coragem.

DÉBORA

Tem uma passagem na Bíblia que fala do Mar Vermelho, né? E aí Moisés fala para o faraó: “Faraó, deixa o povo ir”. E o faraó: não, não vou deixar. Faraó, Deus manda você deixar o povo ir... e teve um momento que o Faraó deixou o povo ir. Vamos povo, Moisés sai com todo mundo. Muita gente, milhões e milhões de pessoas. E aí, Moisés tinha um cajado e em um momento Faraó se arrepende e manda pegar... matar o povo... E aí Deus fala: “toca essa água que ela vai se abrir”. Eu sou da ciência, existem pesquisas que dizem que aquele mar ia se abrir em algum momento por causa das placas tectônicas. Elas iriam se mover, isso iria acontecer, isso já aconteceu em outros momentos da história. Mas, no momento que Deus fala lá para Moisés pegar o cajado, tem uma palavra que mexe muito comigo, que é a palavra “toque nas águas agora, agora, agora”. Não é só milagre, é o memento exato. E a gente não precisa de muito tempo para realizar grandes coisas. A gente precisa do tempo exato. As placas tectônicas iriam se envolver. Aquele mar iria se abrir. Mas foi agora. É isso que eu acredito, que eu estou vivendo o momento exato da minha história. Inicia agora de Deus, que coisas incríveis estão acontecendo. Sim. Eu sou uma sonhadora que trabalho, mas também tenho fé. Eu oro. Para tocar nas águas você tem que ter coragem. Acredito no mar, ele vai se abrir.

NILZA ROGÉRIA

Débora Silva não é apenas uma liderança de Belford Roxo, ela é a prova de que é possível atuar mesmo nos lugares mais desafiadores. Apesar das dificuldades diárias de um território marcado pela desigualdade, ela buscar transformar essa realidade com determinação e coragem.

DÉBORA

Eu tenho que ter fé, tenho que orar, mas tenho que ter muita coragem para fazer o que faço. Não é fácil fazer o que eu faço no dia a dia, e quando falo que não é fácil, eu falo até de integridade física, porque eu estou num território muito marcado pelo clientelismo, coronelismo. E a gente está falando durante quatro anos. Não pela potência, que só pela potência que Belford Roxo é sinistro, a gente tem que ser muito sinistro. A gente é muito simples, faz muito pouco todos os dias, então não pode olhar para mim pela carência, pela necessidade, pelo não ter que dizer que a Baixada é cruel. De fato, às vezes ela é cruel, negativa, de direitos, você não tem o básico das coisas. A gente está falando do básico. Mas eu estou lá e aí, voltando para a fé, disseram assim no versículo da Bíblia: “tem alguma coisa boa vindo de Nazaré”. E aí tem um versículo na Bíblia que diz que Jesus veio de Nazaré. Tem uma coisa boa em Belford Roxo. Eu estou lá, tem muita gente boa lá. Então não pode olhar para mim pela via da necessidade, eu sou uma potência naquele lugar sim, milagre. Aquilo é muito exato, ele vai sempre me encontrar a trabalhar.

NILZA ROGÉRIA

A luta incansável de Débora por justiça e igualdade reflete a força de um coração dedicado a mudar vidas. Cada desafio enfrentado a fez mais forte, e sua voz ressoa cheia de esperança, inspirando a comunidade a se unir em prol de um futuro melhor. A história de Débora é um chamado à ação e celebra o poder de transformar realidades e construir um mundo mais justo e inclusivo. Este foi mais um capítulo de “Mulher de favela”. Até a próxima.



CAPÍTULO 17: HADA RUBIA

ROTEIRO
EPISÓDIO HADA RÚBIA
AUDIOLIVRO "MULHER DE FAVELA"
ROTEIRISTA: MARTINA FREITAS

HADA

Em 1992, falar que você podia fazer um trabalho com lixo era muito difícil. Porque muita gente não acreditou, falou, “não, isso não vai dar certo, você vai colocar as pessoas carentes para trabalhar no lixo, pessoas carentes, pessoas que estão precisando de ajuda, como é que elas vão trabalhar no lixo? Vão se sentir pior do que o lixo”. Mas o que estava por trás desse trabalho não era a questão do lixo, era a questão do resgate da vida e da cidadania, principalmente das mulheres.

NILZA ROGÉRIA

Hada Rubia é uma liderança comunitária em Jacutinga, no município de Mesquita, na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. Fundadora da cooperativa Coopcarmo, ela dedica sua vida a um trabalho que começou pequeno, mas tornou-se uma grande referência em coleta seletiva no estado.

Eu sou Nilza Rogéria. E esse é mais um capítulo do audiolivro “Mulher de favela”. Uma série de histórias sobre mulheres que transformam seus territórios, e a si mesmas, em caminhos de resistência e dignidade.

NILZA ROGÉRIA

Católica, mãe, avó, voluntária, Hada é também uma das principais vozes na luta por dignidade e cidadania para as mulheres do seu território. Mas essa história não começa no trabalho com o lixo. Ela começa muito antes, numa infância marcada pela falta. Criada pela avó, enquanto a mãe trabalhava como cozinheira, Hada conheceu de perto as dificuldades de sobreviver sem estrutura.

HADA

Foi uma infância muito difícil, a minha mãe, uma mulher solo, criando duas filhas, trabalhando em casa de família, cozinheira, então foi uma vida muito difícil. Eu e minha irmã, a gente foi criada pela nossa avó, ela tomava conta da gente, pra minha mãe poder trabalhar, pra gente poder sobreviver. Naquela época, as coisas eram muito mais difíceis do que hoje em dia. Não tinha creche, não tinha tanta instrução, não tinha tanto estudo. Tudo era muito mais difícil pra gente, morava em casa alugada, minha avó vendia doce numa praça, no Banco de Areia, pra gente poder sobreviver. E minha mãe trabalhando de cozinheira em Copacabana, no centro comercial de Copacabana.

Minha avó era uma mulher muito católica e a gente foi sempre criada, nascida e criada, dentro do catolicismo. Então, aos domingos, a minha avó, quando dava sete horas, já começava. E aí a gente seguia a minha avó, né? Eu fiz primeira comunhão, estudei catecismo, fiz primeira comunhão, e minha vida sempre caminhando na comunidade. E aí estudei, estudei na escola, na própria igreja ali, na Paróquia de Nossa Senhora de Fátima, no Banco de Areia. Tinha a Escola Dom Bosco, eu estudava ali. Brincava muito no pasto da igreja, me lembro, a gente brincava muito no pasto da igreja. E assim foi, eu estudei na Escola Dom Bosco, na igreja, na escolinha da igreja. Depois fui estudar em Nova Iguaçu, na escola Leopoldo. Era uma escola particular, não? Até hoje tem essa escola. E a gente não tinha recurso para pagar essa escola. Eu me lembro que a minha avó foi na escola pedir aos diretores se eu podia estudar. E aí eles deixaram eu estudar. Estudei e fiz o ginásio nessa escola. Depois, trabalhei no hospital Beneficência Portuguesa. Eu era copeira nesse hospital. Acabou esse hospital, né? Aqui no Catete. É onde eu conheci o rapaz que é o pai do meu filho. Meu esposo. Eu sou solteira, mas vivi durante 40 e poucos anos com essa pessoa. Ele já faleceu, tem quatro anos falecido. Nós tivemos um filho. Meu filho tem 48 anos de idade. Só um filho. Eu tenho uma neta.

NILZA ROGÉRIA

Criada em um ambiente de fé e de trabalho duro, Hada carregava valores que naturalmente a aproximaram das ações coletivas. A igreja, que sempre fez parte de

sua história, se tornaria também o espaço onde o envolvimento com a comunidade começaria a se construir de outra forma.

HADA

Eu comecei meu trabalho na comunidade. Como muito católica, sempre estava nas missas. Lá perto, onde é hoje a cooperativa, tinha uma missa todas as quintas-feiras na igreja de Nossa Senhora do Carmo. Numa dessas missas, o padre falou que precisava de alguém para ajudar a distribuir os legumes, que ele conseguiu dois sacos que doavam esses legumes. Só que houve um desentendimento com a moça que distribuía esses legumes, com o pessoal que pegava, com as mulheres que pegavam, e pararam... O padre parou de pegar esse legume, porque não tinha quem distribuísse. E aí ele perguntou, naquele dia, naquela quinta-feira, daquelas mulheres que estavam ali na comunidade, qual daquelas mulheres queria ter essa tarefa de distribuir esse legume para a comunidade. Ele apontou para mim e perguntou: “Você quer distribuir esse legume? Você pode distribuir?” Eu fiquei assim... parei um pouquinho, pensei, e na hora eu falei um sim querendo falar não. E esse sim, ele está até hoje na minha vida, porque foi através desse sim que começou o meu trabalho, a minha trajetória do meu trabalho social, comunitário, na comunidade Nossa Senhora do Carmo e Nossa Senhora Aparecida.

NILZA ROGÉRIA

Foi desse envolvimento na comunidade que nasceu um movimento maior. Aos poucos, a articulação de ações sociais foi se transformando em um espaço de organização coletiva que daria origem à Coopcarmo: a cooperativa de catadores de material reciclável de Jacutinga.

HADA

Então, a cooperativa nasceu nesse sim, nesse momento que eu comecei a distribuir esses legumes. Eu morava próximo à igreja, na rua Maurícia Borges, e a comunidade ficava bem próxima, mais perto de onde funciona a cooperativa, na rua Guaranilhas, que é através da Terezinha. E aí eu comecei o meu trabalho social. Eu e uma companheira chamada Ivone. Nossa função era conseguir um alimento, conseguir um remédio, um gás, ajudar a pagar um aluguel para as famílias mais carentes, porque naquela época era muita gente que vivia totalmente à margem da sociedade, na beira do valão, ali na Jacutinga. E a maioria mulheres, mães solo, vivia só pedindo ajuda na igreja. Tinha o padre Nino, que começou todo o trabalho de ajuda nas famílias carentes do bairro, que era chamado o Pai dos Pobres de Jacutinga e Santa Elias. As mulheres iam na missa, quando terminava, para pedir a esse padre alguma ajuda. Esse padre falece, e o que acontece? As mulheres não iam mais na igreja, na

missa, porque veio outro padre, um padre morador da Baixada, sem recurso, para poder ajudar. Esse padre da Baixada, sem recurso, começou a fazer algum trabalho social. Vamos mostrar a essas mulheres que elas têm força, que elas podem. Vamos dar também o anzol, não só o peixe. E aí começou. O primeiro trabalho social que começou lá foi a padaria comunitária. Tinha um grupo de mulheres que fazia pão, e esse pão era vendido na diocese, nas comunidades. Um belo dia, esse padre foi chamado para representar a comunidade eclesial de base, uma reunião que teve no Rio Grande do Sul, em Santa Maria, e lá ele viu um trabalho com lixo. Ele ficou muito animado. As famílias tiravam o seu sustento do lixo.

NILZA ROGÉRIA

Nesse contexto de escassez, uma proposta inusitada passou a circular entre as mulheres da Jacutinga: transformar o lixo em oportunidade. Um caminho que desafiava concepções preestabelecidas e trazia uma nova pergunta: seria possível reconstruir vidas a partir daquilo que todos rejeitavam?

HADA

Em 1992, falar que você podia fazer um trabalho com lixo era muito difícil. Porque muita gente não acreditou, falou, “não, isso não vai dar certo, você vai colocar as pessoas carentes para trabalhar no lixo, pessoas carentes, pessoas que estão precisando de ajuda, como é que elas vão trabalhar no lixo? Vão se sentir pior do que o lixo”. Mas o que estava por trás desse trabalho não era a questão do lixo, era a questão do resgate da vida e da cidadania, principalmente das mulheres. E assim, como eu já tinha um trabalho de distribuir legumes, eu também tinha a sopa, né, que a Diocese mandava todos os dias uma panela de sopa e pão, e eu distribuía essa sopa e esse pão para as famílias carentes do bairro. Então essas mulheres que pegavam o legume também pegavam a sopa. Comecei a fazer uma amizade profunda com essas mulheres, trazia essas mulheres para o meu lado.

NILZA ROGÉRIA

A rede que Hada foi construindo ia muito além da ajuda imediata. Ali nascia um sentimento de coletividade e de pertencimento. Foi com esse clima que o grupo começou, de fato, o trabalho com a reciclagem.

HADA

Um belo dia o padre chegou e nós reunimos todas essas mulheres que pegavam a bolsa da Campanha do Quilo, onde hoje funciona a cooperativa. Fizemos um círculo, e ele chegou no fusquinha, que era desse padre Nino que faleceu, esse fusca. Ele trouxe um pouco de lixo dentro de um saco, despejou no meio dessa mulherada e

falou: “O trabalho é esse, é separar papel para um lado, plástico para o outro, vidro para o outro.” Naquele momento, parecia muito fácil. Todo mundo topou. Naquela época eram umas vinte e poucas mulheres e parecia muito fácil, e aí nós começamos. Não era nem cooperativa, era reciclagem. Está nascendo a reciclagem, escuta o barulho. E a pessoa mexendo lá, porque nós começamos a trabalhar, porque quando esse padre Nino estava vivo, nesse espaço onde funciona hoje a cooperativa, esse padre ganhou esse terreno para fazer ali uma escola profissionalizante, um grupo de estudo de alfabetização e um asilo.

NILZA ROGÉRIA

Com o crescimento do projeto, surgiram novos desafios. Desde a logística para a coleta do lixo a ser separado e reciclado até o modo de garantir que aquele trabalho, ainda frágil, se sustentasse no dia a dia. A resposta veio da própria força coletiva.

HADA

Aí começaram a surgir os problemas. As comunidades distantes. Como pegar esse material, esse lixo, nas comunidades distantes? E que tipo de trabalho a gente poderia fazer? Então, como sou católica, todos os domingos eu estava na igreja, nas missas de todas as comunidades, falando desse trabalho que estava surgindo. Em Jacutinga, que tipo de material a gente precisava? E que tipo de pessoas esse trabalho ia atingir? E por que desse trabalho? E aí as pessoas começaram a se conscientizar, não pela questão ambiental, mas pela questão do trabalho, da dignidade dessas mulheres. E aí começamos. O pessoal nas comunidades distantes de Jacutinga começou a separar esse material, esse lixo. E agora? Como recolher esse material de tão distante que são as comunidades de onde funciona hoje a cooperativa? Até me lembro que o padre falava assim para mim, ele me chamava de minha irmã, você fica aqui dentro do galpão coordenando, não é para sair com essas mulheres na rua, mas eu não aguentava ficar ali parada não, eu também tinha, porque a liderança tem que estar na frente, tem que mostrar que é viável, que é possível. E assim eu fazia, ia com as mulheres para os lixões catar esse material. Ia para as comunidades mais distantes, a gente amarrava o saco de lixo nos cabos de vassoura, botava nas costas, ia carregando. Bem distante da Jacutinga, de Califórnia, uma distância muito grande. Um dia, umas irmãs de caridade foram nos visitar e ficaram penalizadas de ver o esforço daquela mulherada, pegando aquele material distante. Elas doaram para a gente uma égua e uma carroça. Só que a gente não sabia botar os paramentos na carroça, porque, para botar a égua na carroça, tem que botar aquele paramento todo. A gente não sabia. O que a gente fazia? Pegava o saco de lixo, amarrávamos no lombo da égua e saíamos puxando a égua pelo meio da rua. Aquilo era uma encarnação muito grande, as pessoas zombavam da gente. Meu

filho era adolescente na época, tinha vergonha de mim, não queria nem mais para a escola, que era chamado Filho da Lixeira.

NILZA ROGÉRIA

A luta não se limitava às ruas. Dentro de casa, as tensões também se acumulavam. Por problemas de saúde, Hada precisou afastar-se do projeto. Mas após meses de recuperação, ela retomou sua caminhada com a mesma força de vontade, e reconduziu o grupo em um novo ciclo de trabalho.

HADA

Minha vida era dentro de casa. Então, eu começo a sair. O marido já começa a ficar incomodado com aquilo. Mas sabe, aquilo era muito mais forte do que eu. Já estava entranhado na minha vida, no meu coração, esse trabalho. Aí eu não tive coragem, fiquei um tempo afastada, mas o padre foi na minha casa, conversou comigo, conversou com meu marido, e eu voltei. Nessa época eu voltei, adoeci, tive um problema, tive que fazer uma cirurgia, peguei uma infecção hospitalar, fiquei muito tempo internada no Hospital da Posse. Fiquei meses internada. A família até achou que eu ia falecer, sabe, porque eu fiquei muito ruim mesmo depois da infecção hospitalar. Mas meu pensamento era assim, vou voltar e vou continuar esse trabalho. Parou tudo lá dentro. Depois que eu fiquei internada, parou tudo. Mas eu sempre fui muito devota de Nossa Senhora do Carmo, pedi a ela e eu voltei. Eu falei assim, vou voltar para a minha família, para o meu trabalho, e voltei. A gente recomeçou tudo de novo, foi uma nova caminhada. Chamar as mulheres de novo, o pessoal da Campanha do Quilo, perguntar quem queria trabalhar, e foi um recomeço. Até que começou a surgir pessoas para nos ajudar, surgiu uma pessoa que era empresária, que tinha um caminhão, aí começou a expandir o nosso trabalho. Tendo caminhão, ficava mais fácil. Da gente começar a atingir mais os centros de Nova Iguaçu. Naquela época a nossa prefeitura era Nova Iguaçu, e aí o trabalho começou a se expandir.

NILZA ROGÉRIA

O trabalho se expandiu tanto que ganhou projeção internacional. A visita de nicole, uma belga envolvida em projetos sociais, foi um ponto de virada. Graças à parceria com uma organização europeia chamada *entraide et fraternité*, foi possível legalizar a cooperativa e resgatar a cidadania de mulheres que, até então, não possuíam nem os próprios documentos.

HADA

Para legalizar naquela época era muito difícil. Hoje em dia, continua sendo burocrático e financeiramente também é difícil, mas naquela época era muito mais.

A gente, com o apoio dessa organização, conseguiu. Para vocês terem uma ideia, tinha mulher lá no grupo que nem certidão de nascimento tinha. Então, a gente começou a observar aquele fato que, quanto mais à margem da sociedade a pessoa vive, não se importa com essa questão da documentação. Para a gente se legalizar, precisava que o grupo todo tivesse a documentação em dia. Começou a surgir o desafio de convencer o grupo a tirar documento. Essa organização financiou tudo, até o documento, pagou tudo para o grupo. E teve uma última pessoa, que foi uma resistência muito grande para ela tirar o documento. Com muito custo, ela conseguiu tirar os documentos. Naquela época, o CPF vinha em casa. Hoje em dia, você, no celular, tira o CPF. Naquela época, não. Quando essa pessoa recebeu o CPF na casa dela e chegou na cooperativa exibindo o CPF, ela chorava e eu chorava também. Porque é a dignidade da pessoa.

Era isso que a gente queria, o que a gente falava do início. A dignidade, principalmente de mulheres. O resgate da vida e da cidadania. E a gente, com esse trabalho, ao longo dessa caminhada, a gente conseguiu isso. O resgate da vida e da cidadania dessas mulheres que vivem totalmente afastadas da sociedade. Com o passar do tempo, a cooperativa foi ficando famosa.

NILZA ROGÉRIA

O impacto foi grande. Jacutinga, antes marcada pela violência, passou a ser reconhecida pelo trabalho com vida. E o convite para o revezamento da tocha olímpica foi um marco de reconhecimento, não só para Hada, mas para toda a comunidade.

HADA

O revezamento da tocha foi muito importante, porque quando me ligaram para falar que eu ia participar do revezamento, eu não acreditei. Falei, isso aí deve ser fake, deve ser alguém passando trote. Foi muito importante para a minha vida e para todos. Para a cooperativa também, foi um reconhecimento muito grande. O maior impacto desse trabalho para a Jacutinga é o reconhecimento do próprio bairro. Porque a Jacutinga é um bairro que era marcado de muita violência. E hoje tem vida. Porque esse trabalho com lixo é um trabalho de vida. Hoje, depois de muito tempo, a gente foi tendo a consciência do nosso trabalho. Esse trabalho com lixo representa muito. Porque a gente começou a unir o útil ao agradável. O útil é que ele gera trabalho. O agradável é que eu também estou contribuindo para a questão ambiental. Olha como meu trabalho tem grande utilidade para o planeta, para a vida. Todos nós somos beneficiados com esse trabalho. Causou impacto na vida daquelas mulheres, daquele bairro. Um trabalho que gerou vida para todos. Um trabalho que traz também muita emoção para todos até hoje. Muitas famílias, muitas crianças que passaram por ali. Mesmo assim, é um trabalho de transição. Entra, trabalha um pouco, sai. Mas a pes-

soa se anima até de arrumar outro trabalho. É muito interessante esse trabalho que a gente faz na Jacutinga. E, aos poucos, vai aparecendo gente interessada. Eu costumo dizer, todos que chegam ali na cooperativa, que ficam na cooperativa, vão conhecer o trabalho da gente com esse lixo lá na Jacutinga. Chega ali e não quer sair mais. Tem vários depoimentos de pessoas que se emocionam com o nosso trabalho. Porque é um trabalho de vida.

NILZA ROGÉRIA

Foi nesse contexto que nasceu o Projeto As Carolinas de Jacutinga. Uma homenagem à escritora carolina maria de Jesus, e também um espaço de inspiração. Afinal, assim como carolina, as mulheres da Coopcarmo provam todos os dias que é possível escrever outros destinos, mesmo a partir do que muitos descartam.

HADA

Primeiro surgiu de nós conhecermos uma catadora chamada Carolina Maria de Jesus na favela do Canindé, em São Paulo. Uma mulher, mãe solo, negra, que vivia catando o lixo. E ela tinha um diário. Todos os papéis que ela ia achando no lixo, ela escrevia no diário da vida dela. E a gente, através de uma pessoa muito amiga, que foi um dia conhecer o nosso trabalho, nos apresentou Carolina Maria de Jesus. E a gente ficou muito impactada com a história de uma catadora que lutou tanto e conseguiu se transformar numa grande escritora. E por que não a gente? Por que também a nossa vida não pode ser transformada? A gente trabalha com lixo, sim, com material reciclável, mas a gente tem o exemplo de Carolina. A gente participou de um projeto, abriu um edital e a gente participou desse edital. Fomos contempladas e a gente tinha que dar o nome a esse projeto. E a gente deu o nome As Carolina de Jacutinga para esse projeto. Uma mulher solo, negra, que conseguiu criar seus filhos, que escreveu livros. O primeiro livro que a gente conheceu dela foi *O Quarto de Despejo*, que deu um impacto muito grande nas nossas vidas, porque é interessante que a vida de Carolina Maria de Jesus bate muito com a vida da maioria das mulheres da Coopcarmo. Mulheres negras também, mães solo, que vivem com dificuldade, mas lutam pela vida, lutam pela dignidade. Eu já viajei para vários países da Europa falando desse trabalho da cooperativa, para agradecer cada vez mais a Coopcarmo, que merece isso tudo.

NILZA ROGÉRIA

Nenhuma história de resistência se faz sem as provações que surgem pelo caminho. A pandemia de Covid-19, por exemplo, foi um dos maiores desafios enfrentados pelo grupo. Foram seis meses com as portas fechadas, e a tarefa de inventar um modo continuar o trabalho em meio a uma crise sanitária mundial.

HADA

A pandemia foi difícil não só para a gente, mas para todos os grupos que trabalham com a coleta seletiva, porque a gente perdeu muito material com isso. As portas foram fechadas. Quando passou a pandemia, o grupo todo teve que se adequar àquela questão, trabalhar de máscara, de luva, ter os cuidados especiais. Chegar nas portas, a maioria dos entrepostos parou. Até que veio, depois da pandemia, a Prefeitura de Nova Iguaçu, abriu um projeto de coleta seletiva no município e convidou a Coopcarmo a participar do edital. A Coopcarmo participou e a gente conseguiu muito material. Até hoje temos essa parceria com a prefeitura dando material para o agente seletivo. Mas foi difícil, muito, muito difícil. A gente tinha que higienizar tudo, todo o material. Para o grupo também se adequar foi difícil. Mas a gente conseguiu sobreviver. Paramos muitas atividades que tinham na cooperativa. Tivemos que parar.

NILZA ROGÉRIA

Hoje, a Coopcarmo expande seus horizontes. O projeto repapel leva o reaproveitamento a outros níveis, transformando até mesmo a borra de cigarro em novas possibilidades. Uma prova de que criatividade e compromisso ambiental seguem lado a lado.

HADA

Repapel porque a cooperativa também tem a parte do reaproveitamento. O nosso projeto é arte, educação ambiental e reaproveitamento. E o Repapel, as mulheres do reaproveitamento vão fazer. Já tem os caderninhos que o grupo faz com o material reciclável que chega na cooperativa. E a gente agora vai fazer o Repapel a partir da borra de cigarro. Na parceria com Nova Iguaçu, a gente conseguiu a borra do cigarro. A prefeitura de Nova Iguaçu espalhou pitoqueira pelo município e as pessoas jogam as pitucas de cigarro ali. A prefeitura recolhe, manda para São Paulo e tem uma preparação, uma descontaminação, desse cigarro. Volta para a prefeitura e eles repassam para a gente. Aí chega a borra e vamos fazer papel com essa borra.

NILZA ROGÉRIA

Manter a cooperativa não é fácil. Os desafios são permanentes. Mas a fé, a força das mulheres e a certeza de que o trabalho delas faz a diferença continuam a guiá-las em cada passo.

HADA

Primeiro, como sou muito católica, peço a Deus sempre força para continuar esse trabalho, porque tem que ter muita força, muita resistência para enfrentar todos os problemas que surgem. Porque ali, eu falo, a gente tem que matar um leão por dia, tirar a água de pedra. Mesmo com toda a legalização, com todo o trabalho que a gente

tem na cooperativa, com todo o reconhecimento que a gente tem, a gente vive ainda com muita dificuldade, caminha com muita dificuldade, porque, às vezes, o próprio grupo não entende o trabalho. E isso é um desafio muito grande que a gente tem. Então, eu tenho que pedir a Deus força, inteligência para a gente lidar com todas as situações que acontecem ali dentro. Eu costumo dizer que a gente não pode desistir, que a luta continua. E a gente passa sempre essa força para o grupo que está chegando. É difícil, é um trabalho pesado, cansativo, que desgasta muito, sabe? Mas a gente resiste. A gente resiste. Porque mulher não desiste fácil, não. Mulher corre atrás. A mulher é dinâmica, ela tem que ser forte. Ela é uma fortaleza na vida dela. Ela tem que ter essa fortaleza. Na cooperativa, a padroeira é Nossa Senhora do Carmo. Quem tem Nossa Senhora do Carmo como protetora tem que ter resistência. É uma resistência muito grande para continuar. Você vê, eu sou aposentada e continuo ali trabalhando.

NILZA ROGÉRIA

Hoje, mesmo aposentada, Hada segue atuante na Coopcarmo, e coordena a parte financeira do projeto carolinas de Jacutinga. Porque ela segue acreditando que transformar vidas é possível e necessário.

HADA

Trabalho para a cooperativa. Quando me aposentei em 2014, faço um trabalho voluntário até hoje. Não ganho nada pelo trabalho que faço por acreditar no projeto, por acreditar na mudança, por acreditar que a vida pode mudar através de um simples trabalho com lixo. A gente pode mudar o mundo, sim. Por que não?

NILZA ROGÉRIA

Seu legado já chega à nova geração. Para sua neta e para todas as mulheres que passaram pela Coopcarmo, Hada é exemplo de vida. Sua história mostra que sim, é possível resistir e construir um futuro digno a partir de qualquer realidade.

HADA

Minha neta tem 13 anos. Quando começou, quando eu vi a novidade de participar do revezamento da tocha, fui entrevistada por um jornal. Eu me lembro que no jornal eu falei que meu exemplo tinha que ser essa resistência, essa mulher que luta pela vida, uma pessoa honesta, que pretende ser exemplo. Minha neta leu essa reportagem no jornal e falou comigo assim: “Vovó, eu fiquei muito emocionada quando li aquela reportagem sua no jornal, falando que você quer ser exemplo para mim, vó.” Eu falei: “É, minha neta. Exemplo de vida, exemplo de honestidade.” Ela tem 13 anos. Eu tomo conta dela hoje para mãe dela trabalhar. Desde bebezinho, desde quando

ela saiu da barriga da mãe. Eu falo: “Você tem que ser exemplo da vovó. Você segue o exemplo da vovó.

Porque a vovó é uma pessoa que luta muito pela vida, com muita dificuldade, e a gente deu a volta por cima. Mesmo nesse trabalho que a vovó faz com o lixo, a vovó é um exemplo de vida, não só para você, mas também para outras pessoas na caminhada da vida. Porque a vida não é feita só de luxo. A vida não é só feita de coisas espetaculares, não. A vida também é feita de coisa banal. Banal não, de coisa simples da vida. A gente não precisa de muita coisa para ser feliz, não.

A gente precisa só ser numa caminhada honesta, primeiramente ter Deus na vida, numa caminhada boa na vida, a gente pode ser muito feliz.” Este é o exemplo que eu quero deixar para muita gente que me conhece e sabe da minha caminhada. Porque as pessoas que sabem que eu sou uma pessoa de caminhada, que eu sou uma pessoa de comunidade, a pessoa tem que ver na minha pessoa Jesus Cristo. Não precisa ficar falando toda hora de Jesus Cristo. É na minha vida, no dia a dia, na minha atitude, nos dias que eu vou lá para a cooperativa mancando, com um problema no meu joelho. Hoje eu tenho problema no joelho. Mas estou ali, firme e forte. Por quê? Porque eu sou uma pessoa de fé. E é isso que eu quero, que as pessoas continuem acreditando, continuem tendo fé na vida, levando a vida com simplicidade. Não precisa ter luxo para viver, não precisa ser grandiosidade para viver. Nas coisas simples da vida a gente consegue tudo. Primeiro, claro, tem que ter sempre Deus na frente de tudo.

NILZA ROGÉRIA

A história de Hada e da Coopcarmo revela uma verdade simples: o lixo não é fim. É recomeço. Em cada material reaproveitado uma nova possibilidade se abre. Em cada mulher que encontra ali um caminho, uma rede se fortalece. E assim, Jacutinga, mais do que um território de desafios, se afirma como um território de resistência e de transformação.

Esse foi mais um capítulo do audiolivro “Mulher de favela”.

Até o próximo.



CAPÍTULO 18: MÁRCIA SOUZA

ROTEIRO
EP. MÁRCIA SOUZA
AUDIOLIVRO "MULHER DE FAVELA"

MÁRCIA

Comecei a olhar para esse lugar, e o museu me ajudou a ver esse lugar. Me dei conta, cara, eu sou da favela, eu sou uma mulher, negra e favelada, engenheira eletricista, sócia fundadora de um museu. Eu sou coisa pra caramba, isso foi me impulsionando a fazer outras coisas e lidar com muitos sentimentos. Porque... você saiu da favela, é engenheira, tá fazendo o que aqui. Voltou, fracassou, e aí, começa aqueles sentimentos. Como é que explico que fiz uma escolha, como eu lido, será que fiz a melhor escolha? Comecei também a duvidar de mim, cara, eu fiz uma M... Eu podia estar, sei lá, em outro lugar, num outro contexto de vida, mas eu falei, cara, aqui é o meu lugar, comecei a gostar de verdade, sabe, a conhecer a favela, dentro do projeto social.

NILZA ROGÉRIA

Márcia de Souza, nascida e criada no morro do Cantagalo, é engenheira eletricista e uma das sócias fundadoras do MuF, Museu de Favela, o primeiro museu comunitário no Rio de Janeiro. Há quase duas décadas, o Museu de Favela das comunidades Pavão, Pavãozinho e Cantagalo é um ponto turístico e cultural que atrai inúmeros turistas durante todo o ano.

Eu sou Nilza Rogéria, e a partir de agora, convido você a conhecer a trajetória de uma mulher que alcançou lugares a ela inimagináveis, e hoje ajuda outros a contarem suas histórias e perpetuarem seus legados. Esse é o “Mulher de favela”.

NILZA ROGÉRIA

Márcia Cristina de Souza e Silva tem 58 anos e nasceu na favela do Cantagalo, na zona sul do Rio de Janeiro. Irmã mais velha de 5, foi criada pela mãe e pela avó, e se tornou a primeira da família a formar-se na universidade.

MÁRCIA

Eu me chamo Márcia Cristina de Souza e Silva. Eu assino socialmente Márcia Souza, que é muita coisa para escrever. Esse ano eu completo 59 anos. Sou nascida lá no Cantagalo, minha mãe nasceu lá. Aquele morro foi o lugar que abrigou a minha avó, que ela não tinha para onde ir, e foi o morro que a abrigou. E o morro tem essa coisa, a favela é uma grande família. Então, todo mundo... Naquela época, todo mundo se ajudava com tudo. Você chegava sem nada, todo mundo ajudava a construir o seu barraquinho.

Eu sou a mais velha de cinco irmãos. Sou a filha do primeiro relacionamento da minha mãe, depois ela se casou com o meu padrasto, teve quatro filhos.

Sou a única da família que entrou na universidade. Me formei engenheira eletricista e vivi a vida dos sonhos, correndo atrás de trabalho, emprego. Fiz uma faculdade particular, porque, na época, década de 1980, não tinha cursos noturnos. Então, eu passei para a UERJ, para a economia, na época, e eu não pude fazer matrícula, porque as aulas eram manhã e tarde. Falei assim, eu preciso trabalhar. E aí, eu fiz outro vestibular na Veiga de Almeida. E foi aquela loucura, porque, dos cursos que eles ofereciam, o que era mais próximo a mim era engenharia elétrica. Não era um curso tão barato. Então, foram muitos trabalhos. Teve um período, um semestre, que tive três empregos. Demorei mais a formar. Levei mais um ano e meio para poder graduar, porque precisei trancar uma época, precisei fazer só duas, três disciplinas, porque eu não tinha dinheiro. Então, assim, foi... Minha vida sempre foi desse jeito, buscando caminhos para chegar nos meus objetivos.

NILZA ROGÉRIA

Desde muito jovem, Márcia já havia percebido como a maternidade pode ser cruel para as mulheres, e optou por não ter filhos. Suas prioridades eram sua formação e seu trabalho.

MÁRCIA

Essa sou eu. Solteira, uma mulher preta, favelada. Se ela tem filhos em casa, ela não consegue. Aquele questão do machismo, mulher com filhos tem que ficar em casa, o marido vive a vida e a mulher fica ali presa. Percebendo isso, no contexto da minha vida, escolhi não ter filhos. E para seguir as coisas que eu queria, eu tinha que trabalhar muito. Então, foi assim até hoje.

MÁRCIA

Dentro da família da patroa da minha avó, era esquisito, porque eu abria a boca, diziam "ah, está na hora de arranjar um noivo". Eu falava, "eu não quero namorar, e como que eu vou arrumar um noivo?". "Mas tem que casar." Eu, casar? Falei, "não vou casar, não". Quando eu tinha 14, 15 anos, eu dizia que queria ter seis filhos, porque eu achava lindo uma mesa, todo mundo sentado comendo, café da manhã, almoço, então, eu ficava assim, "vou querer seis filhos, porque aqui senta o pai, a mãe e as crianças". Então, olha que legal, um time de vôlei. Mas, depois, eu falei assim, "ter filho é muito fácil. Mas você tem que educar". Dentro da favela, eu comecei a ver meus amigos. Poucos terminaram o ensino médio. Na minha época, no meu grupo, ninguém foi para a universidade. O pessoal da minha geração, que era no meu entorno, ninguém foi. Eu vi as meninas tendo filhos, apanhando, pai e mãe abandonavam. As filhas... naquela época, década de 80, ainda tinha muito disso.

Engravidou, está na rua, se vira. E aí, eu falei, "eu não sou nesse, não vivo isso". Era muito, muito estranho para mim nessa época.

NILZA ROGÉRIA

Márcia foi, em grande parte, criada pela avó, uma vez que sua mãe trabalhava para sustentar ela e seus irmãos. Por isso, cresceu sob os cuidados de sua avó na casa em que ela trabalhava.

MÁRCIA

A minha mãe teve quatro filhos depois de mim. Ela casou com o meu padrasto. Então, os filhos dela eram os filhos do casamento. Eu tinha que ajudar a criar os filhos. E aí, eu fui mais cuidada pela minha avó. A minha avó que me ajudava bastante, que dava aquele apoio. Por conta dela também que eu consegui estudar. Porque ela trabalhava em casa de família. E aí, ela ajudou a criar os filhos da patroa. Então, a atenção que ela deu para mim não foi a mesma atenção que ela deu para minha mãe. Porque ela era muito jovem. Ela conseguiu fazer por mim o que ela não conseguiu para minha mãe. Eu aprendi a fazer tudo.

Mas a minha prioridade era estudar, desde a escola primária. E aí eu fui me desenvolvendo. Porque ela também me levava para a casa da patroa dela. E lá, eu via como todos eram tratados, os netos. Eu via eles indo para a faculdade. Eu ficava assim, "eu estou estudando, eu também vou para a faculdade".

NILZA ROGÉRIA

Márcia conquistou uma bolsa na escola em que os filhos da patroa de sua avó estudavam e, portanto, saiu da escola pública e passou a estudar em uma escola

particular. Essa transição fez Márcia começar a perceber o mundo de outra forma, e que, talvez, as pessoas também a enxergassem de uma forma diferente.

MÁRCIA

Isso é uma coisa, assim, bem... Hoje eu vejo. Eu vejo de uma forma mais concreta. Eu vivia num lugar que eu não me via negra. Não, diferente. Eu não me via uma mulher preta. Porque eu não era retinta, nem tinha cabelo duro. Aquele cabelo bem crespo. Então, eu não me via nesse lugar. Na escola pública, era todo mundo misturado. Então, eu não me via muito nessa diferença. E também vivia mais na favela do que na cidade. Já mais adulta. Mais na adolescência. Os lugares que eu queria ir, eu não tinha dinheiro para ir. Também não conhecia outras favelas. O meu pai biológico morava em Cordovil. Lá eram prédios. Naquela época não tinha favela lá. Eram um monte de apartamentos, vários prédios. Quando eu ia para lá, eu também não... Então, eu não tinha muita noção dessa diferença. Mas, chegando mais na adolescência, indo para a fase adulta, comecei a perceber que tinha muita diferença. Em todos os sentidos.

Fui fazer meu ensino médio numa escola particular, que eu conquistei uma bolsa. Então, a minha madrinha, que era filha da patroa, era professora nessa escola. Eu fiz uma prova para conseguir a bolsa. E fui assim. Eu tinha que estar acima da média para poder conquistar a bolsa integral. Porque a bolsa, quando eu entrei, era uma bolsa que não era 100%. Eu ainda tinha que tirar o peso da minha madrinha pagar, porque era caro para mim. Foi toda essa construção de estudar sempre, fazer aula de reforço e perceber que as meninas... que nesse colégio, que era um colégio católico, as meninas eram completamente diferentes. Nna minha turma não tinha preto nem preta. Eu via que eu era a mais escura da turma. E que tinha uma diferença também de tratamento pelos professores. Eu ficava, assim, intrigada, né? Mas, como eu estudava bastante, tinha essa questão. De como eu tirava boas notas.? Eu era muito boa em física, em química, matemática. Então, eu era muito assediada. “Ah, vem cá, estuda comigo.”, E aí, eu falava para as meninas, “tá, eu estudo com você e você estuda inglês comigo”, porque eu não fazia inglês fora da escola. Elas falavam, tinha as meninas lá que eram políglotas. E aí, eu falava, “eu estudo com você se você estudar inglês comigo. Eu tenho que passar inglês.” Era a minha dificuldade, era em línguas.

E aí, o que eu fui percebendo? As meninas fazendo 18 anos, ganhava carro, formatura, aquela pompa. Eu falei, “pô, eu só vou na...” Naquela coisa, festinha da escola. Não vou para o baile. Tinha baile, eu não. Não comprei, não gastei dinheiro com isso, porque eu não tinha. Minha família não tinha. Mas, assim, eu fui, ganhei um convite, então, a minha família não foi para a festa de formatura, foi porque eu ganhei um convite.

E aí, eu fui vendo as diferenças. Quando comecei a ter outros empregos, ir para outros lugares, que eu comecei a perceber que eu era diferente. E outra coisa, o mais interessante, que na favela eu também era diferente. Então, eu não me sentia acolhida nem na favela e nem fora da favela. Que a gente tem essa cidade partida. Asfalto e favela. E eu não me sentia acolhida em lugar nenhum.

Então, para mim, era muito difícil entender o que estava acontecendo. E como eu focava muito em estudar, eu queria estudar, eu queria viajar, eu queria conhecer o mundo, então, essas coisas ficavam à margem. Eu ia seguindo ali o meu foco. Então, quando eu paro para pensar, não foi muito fácil, não. Uma adolescência, assim, muito, muito complicada. As meninas iam para os bailes, para o samba, para namorar, eu ficava em casa, eu queria estudar, sabe? Eu não gostava de estar no meio de muita gente. Aí eu era esquisita. Se você não faz o que eu faço, você não presta, né? Aquela coisa toda.

NILZA ROGÉRIA

Começou a trabalhar aos 17 anos, no primeiro McDonalds inaugurado no Rio de Janeiro, e continuou trabalhando para poder custear seus estudos universitários.

MÁRCIA

Então, sempre fui trabalhar cedo, comecei a trabalhar cedo. Fui trabalhar com carteira assinada com 17 anos. Já estava no ensino médio, 16 para 17. Minha mãe teve que assinar o termo de contrato. Meu primeiro emprego foi McDonald's. Era o primeiro McDonald's aqui do Brasil, ali em Copacabana, na Hilário de Gouveia. Então, era novidade. Foi muito legal trabalhar lá. Apreendi muito. Que, naquela época, não tinha o que tem hoje. Era toda uma estrutura de uma empresa internacional, multinacional. Tinha um treinamento muito específico. Tinha possibilidade de subir de cargo. Se você fosse estudante universitário, você passava por um treinamento para ir para a gerência. Então, aquilo tudo me estimulava. E lidar com as pessoas também era uma coisa que eu tinha facilidade. Foi nesse processo aí que eu me encaminhei para a faculdade.

NILZA ROGÉRIA

Mesmo formada, e com diploma de ensino superior, Márcia encontrou dificuldades para se inserir no mercado de trabalho, sendo mais uma vez lembrada de como marcadores sociais como gênero e raça impactam a nossa vida.

MÁRCIA

Eu continuei trabalhando muito. No primeiro ano de formada, eu não consegui trabalhar direto com engenharia. Sempre tinha... Entrava para a seleção, então... Competia com gente branca, homens. Eu ia para seleções que às vezes tinha só eu e mais uma mulher e o resto, tudo homem. Já aconteceu de chegar na minha vez, a entrevistadora

olhar e... “Ah, tudo bem, já não preciso mais te entrevistar porque já foi ocupada a vaga.” Eu achava um absurdo. “Como?” Né? E aí foi quando eu comecei a perceber a questão do preconceito, do racismo, mas eu não tinha muita... certeza disso. Passado um tempo, chegou uma empresa aqui no Rio, uma empresa francesa de mídia elétrica. Ela fez uma joy venture que era 51% brasileira, 49% francesa Abriu e começou a fazer entrevista, e aí eu olhei assim, falei, “acho que eu vou concorrer”, e fui com a cara e a coragem. Um dos requisitos era o inglês, falei, “eu não sou fluente em inglês, mas tudo bem, eu vou tentar”. Fui com a cara e a coragem, tinha mais de 100 candidatos, e aí passei, fui contratada. Eu me lembro, é uma coisa bem interessante, eu me lembro que o chefe do departamento que abriu a vaga sentou pra conversar comigo e começou a conversar coisas aleatórias, aí eu comecei a discutir com ele, “não, eu penso isso”, falei, “olha, eu discordo, discordo de você”, aí começamos a discutir, “não, é por causa disso”, “mas se isso acontecesse, o que você ia fazer”, “o que que eu faria?, ah, eu faria isso assim, desse jeito”, e pronto, sabe, depois da conversa, eu falei assim, “cara, eu tô aqui um tempão esperando quem vai me entrevistar”, ele, “mas eu já estou te entrevistando”. Pronto, eu fiquei olhando, falei, “pô, mas eu falei um monte de coisas...”, “eu quero uma pessoa do seu perfil, uma pessoa que tenha... que seja segura e objetiva no que acredita”. Aí eu fui nesse departamento, era o departamento de engenharia, que trabalhava diretamente com chão de fábrica, que era uma empresa de manutenção de equipamentos elétricos, transformadores, eu fui pra vaga de testes de transformadores. É uma coisa que foi da minha... que eu escolhi o caminho pra esse lugar. Mas ele viu diferente, ele já me viu uma gestora. E aí fui, fiquei lá quase que uns nove, dez anos.

NILZA ROGÉRIA

Quando já estava com a carreira estabilizada, a avó de Márcia adoeceu e ela precisou afastar-se do trabalho para cuidar de quem cuidou dela a vida inteira. Dessa forma, Márcia voltou a morar no Cantagalo, na casa da avó, e começou a se reconectar com a favela.

MÁRCIA

Eu fui lá atrás, no início do museu, ele tá hoje com 17 anos, entramos no 17º ano de construção desse museu. Hoje eu não tô na diretoria, mas eu sou responsável, gestora de turismo de base comunitária, dentro da central de visitação do Museu de Favela. Mas a oportunidade de construir o museu veio de uma forma muito inesperada. Eu fui viver minha vida, trabalhar, construir minha vida, viajei, fiz tudo, todas as coisas que eu quis fazer, realizei todos os meus sonhos. E aí, num determinado momento, a minha avó... eu descobri que ela estava muito, muito adoecida, com o coração grande, tinha duas úlceras, varicose nas pernas, uma numa, outra na outra. Ela já não era mais aquela pessoa, ela tinha o meu avô, que era, na realidade, não era meu avô de verdade, mas ele já vivia com a minha avó antes de eu nascer.

Ele também estava com câncer de próstata, tinha idade bem avançada, na época com 90 anos, e aí, ela não quis ir morar comigo, porque ela dizia que “ah, não vou sair da minha casa pra ir pra casa dos outros”. ”Vó, vem morar comigo, poxa, aqui tem quintal, vem morar”, “não, não vou”, e aí, nessa época eu já fazia terapia, que eu indico pra todo mundo, gente, tem que fazer terapia, tem que ir procurar um psicólogo, conversar, isso é uma coisa que te expande, sabe, e você sai daquele limiar de entrar numa depressão, porque às vezes as pessoas entram na depressão e não sabem, não percebem, é um negócio bem louco. Minha terapeuta falou ”pensa bem, sua avó vai morrer em algum momento, isso é garantido, todo mundo vai morrer, agora, como que você vai se colocar, você vai obrigar ela a ir morar com você, fazer o que ela não quer, você tem esse poder, você pode levar ela assim, levar ela e seu avô, mas, isso, e se ela, você leva e ela morre, como é que você vai ficar? Então, você tem que escolher o que você vai fazer, você quer ajudar, de que maneira você quer ajudar?”

Fiquei pensando bem, vendo, o tempo foi passando, ela foi se debilitando cada vez mais. Meu avô, ela já não conseguia acompanhar meu avô, e aí, eu tomei aquela decisão, eu vou voltar pra favela, então, foi um outro processo. Pra voltar pra favela também, com um monte de trabalho que eu fazia, eu falei, “vou ter que diminuir meu trabalho”. Eu pedi licença para o meu chefe, “estou com esse problema”, ele me deu um ano. Aí a empresa mudou, fechou, ele foi para uma empresa em São Paulo, eu conheci, fui lá, tinha uma outra empresa também, em Curitiba, eu fui também, legal, ele falou... Eu falei, “eu preciso cuidar da minha avó”, e ele respondeu, “então tá, eu vou guardar a sua vaga comigo por um ano”, porque na cabeça dele, minha avó ia morrer nesse um ano. Eu fui cuidar dela, me dedicar, porque cheguei a ser, e sou a mulher que eu sou, por conta dela, ela me inspirou muito, trabalhava muito, era uma pessoa que era analfabeta e sabia dizer que ali estava escrito “Copacabana”, que ela decorou o desenho das letras, então ela sabia, então, números, e nossa, tirasse um centavo do dinheiro dela, que ela dizia, “ó, tá faltando um centavo”, e ela não desistia nunca, tinha um problema aqui, ela resolvia. Quando a parede da casa caiu, ela que botou no ar, a gente, eu era criança, com estuque, a gente amassava o barro, tampava e botava lisinho, e pintava, você chegava na minha casa, quando criança, podia dizer que aquilo era de alvenaria, e não era, sabe, era barro com ripa, e tudo lisinho, tudo pintado, bonitinho, chão de vermelhão. E aí, eu escolhi cuidar dela, minha mãe era filha única, também já estava sendo cuidada pelo meu padrasto, não podia cuidar da minha mãe, da minha avó. Foi indo, com o passar do tempo, eu estava de novo na favela, antes também, durante, eu construí, ajudei a construir a casa dela de alvenaria, então, a casa que ela morava era confortável. Quando eu voltei, eu voltei para um lugar mais confortável, e quando fui ver, estava ficando mais na casa dela do que na minha casa, até que um dia me mudei, porque não dava mais condição. Fui dando a melhor

qualidade de vida que eu podia dar, dei tudo que eu tinha, que eu podia, para ela e meu avô terem uma qualidade de vida. Acabou que não voltei para trabalhar, porque isso aí, eles tiveram uma vida legal por sete anos.

NILZA ROGÉRIA

Já de volta à favela, e agora sob o contexto do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, em 2008, com o oferecimento de diversos cursos na região, Márcia começou a se questionar o que faltava ali no seu território.

MÁRCIA

Nesse meio-tempo foi quando, no morro, chegaram as obras do PAC, em 2008, 2009, e aí surgiu o processo de urbanização, obras de urbanização, e veio com um projeto social, e esse projeto social tinha um foco para formar a mão de obra para o turismo, então, tinha cursos de camareira, barman, garçom, garçonzete, uns cursos bem básicos de espanhol e inglês, cuidador de idosos, recreadora. Eu falava assim, “poxa, mas isso a gente já tem aqui no morro, esses cursos. Tem que ser uma coisa diferente, se isso está voltado para a mão de obra de turismo, vamos ver outra coisa, esse lugar tem vocação”. Desde pequena sempre vi o turista subindo o morro e sendo bem-tratado, sem medo, eles não tinham medo. Falei “não, isso a gente tem”. E é isso, “um coletivo”. Tinha reuniões semanais dentro desse projeto social, e a gente foi pensando num coletivo, não era eu sozinha, mas eu ajudava também a pensar, todo mundo dava suas opiniões, tinha outras pessoas com outras qualidades. Tinha uma menina, que é a Rita, que é uma das sócias fundadoras também, ela tinha se formado em jornalismo, então, ela tinha não sei quantas entrevistas, porque foi um trabalho que ela fez, também dentro de um outro projeto, aí ela: “a gente pode fazer”. Cada um ali, desse grupo, tinha uma coisa muito peculiar, que cada um fazia muito bem, e foi quando a gente começou a pensar, “é turismo”, “área”, “qual é a nossa locação?”. Falei, “gente, é uma locação turística, vamos investir, como é que a gente faz para as pessoas virem aqui visitar?”. Aí foi dando aquelas ideias, as pessoas visitam o quê? As pessoas visitam parques, monumentos, museus. A gente foi buscar o que poderia ser, aí a gente se deparou com a museologia social, que estava sendo muito falada na época, uma coisa nova, mas estava borbulhante naquela época, e a gente foi buscar saber. Até que a gente encontrou pessoas específicas no assunto, o professor Mário Chagas, da Unirio, e aí a gente foi buscando, a gente entendeu que a museologia falava de um ecomuseu. Eu falei, “pô, mas o que é ecomuseu?”. A gente começou ali a discutir. O que está no entorno do museu, e vivo, então isso faz parte do museu, não é só o que está dentro, é o que está no entorno. A gente “viajou na maionese”: “Ah, então se é o que está no entorno, tudo isso aqui é museu, e o que está dentro é a gente”, e foi assim que surgiu o Museu de Favela.

A gente foi, passar das reuniões, passar do tempo, amadurecendo isso, e vamos, até que a gente falou “museu é a favela toda, Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, tudo isso aqui é um museu, e o acervo desse museu”, falei, “gente, somos nós. Rita tem um monte de entrevista aí, desse pessoal, vocês já trabalham com as crianças na capoeira, Valdete está aí com as senhorinhas, para cima e para baixo, alguém passa a mão, vai lá, ela acompanha, olha só, sabe da história delas todas, pô, a outra colega lá, da catequese, faz artesanato, olha só, a gente sabe a história de todo mundo, eu conheço todo mundo”. Eu tinha muita, muita história, pelo tempo que fiquei com minha avó e meu avô ouvindo as histórias dele. Tinha pessoas que eu olhava assim, o seu fulano, e a dona fulana, que eu comecei a ouvir as histórias deles, que eles foram os primeiros moradores, não tinha todas as casas do morro, tinha quintal, tinha fruta, então, tinha muita história, e muita gente chegando, e foi assim. É isso, vamos falar das pessoas. A gente começou no experimental, nesse museu experimental. A gente foi entender também o que que era turismo, aí veio a Tânia Omena, a turismóloga, também da Unirio, falar o que era turismo para a gente, o que é isso, o que é transformar esse lugar num lugar visitável, como fazer isso, e aí, a gente foi aprendendo, fazendo essas formações. Fazia um curso aqui que, na realidade, eram cursos de extensão, e aí a gente começou a levar isso bem a sério. A gente foi no coletivo, porque não foi ninguém sozinho, cada um com o seu saber. A gente começou nas visitas, nos visitões, e vinha aquele povo da universidade, a gente falava, vinha o pessoal, os políticos envolvidos com o projeto de urbanismo, de urbanização, que era do parque, era um negócio, assim, muito borbulhão, que estava acontecendo na cidade toda, e aí, a coisa foi ficando bem, como é que se diz, assim, bem, muito, muito viva, muito real, muito palpável, mas era uma coisa nossa, então, o projeto social em si, o Museu de Favela seria um produto do projeto social.

NILZA ROGÉRIA

Apesar do governo não apoiar financeiramente o projeto, Márcia já estava muito envolvida e apaixonada pelo museu e pela ideia de contar as histórias daquele lugar. Decidiu continuar lutando para que o museu existisse.

MÁRCIA

Mas, pasmee, em determinado momento, o projeto social, quer dizer, o governo em si falou que não ia apostar dinheiro num museu de favelados, então a gente... a gente não vai abandonar isso, e aí a gente comprou, vamos botar para frente, a gente foi fazendo o MuF, sem ganhar dinheiro, fazendo o museu acontecer, as visitas acontecerem, fazendo entrevistas. A gente lançou o museu, na época, em 2009, foi em fevereiro, para o mundo, já com o CNPJ, todo organizado. Vieram nesse lançamento, veio o governo, foi também o ano do lançamento do Ibram, Instituto Brasileiro de Museus. Nós fomos o primeiro museu de território, museu comunitário, junto com, apoiados, pelo Ibram. Nós fomos o primeiro museu de território a céu aberto, e fomos o primei-

ro ponto de memória, então, fomos o pioneiro. Depois foram lançados 12 pontos de memória, hoje são cento e tantos pelo país inteiro. A gente foi fazendo muita coisa., Eu, sempre envolvida com a cultura e com o turismo, porque nesse processo todo, eu fui entendendo que aquele lugar é o meu melhor lugar do mundo, que eu já tinha viajado, tinha ido em outros países, eu fui em um lugar que era tudo cinza, tudo cinza, e as pessoas falavam daquele lugar. Eu falei, "as pessoas gostam desse lugar que eles moram, nossa, olha quanta história", e eu ficava impressionada. Uma vez, voltando para o Brasil, cheguei e falei, "caraca, onde é o meu lugar, da onde eu vim?". Ah, de onde minha avó veio, de onde a minha mãe veio, eu sabia de onde eu vim. Eu sabia. Da minha avó, já não sabia de onde ela veio, a minha bisavó, também não sei da onde veio. Mas eu sabia de onde minha mãe veio, de onde eu vim.

MÁRCIA

Comecei a me entender, nesse meio, comecei a andar a favela toda, ia a todos os lugares. Hoje, se você me perguntar, eu conheço a favela Pavão, Pavãozinho, Cantagalo na palma da minha mão.

NILZA ROGÉRIA

A exposição de lançamento do MuF, "Despertar de Almas e de Sonhos – Velhos Ilustres", ocorreu em fevereiro de 2019, na quadra da Escola da Samba Alegria da Zona Sul, e teve, como proposta, mostrar a história de alguns dos moradores mais antigos do território. Há ainda outros projetos, como o Mulheres Guerreiras, que também visa registrar a jornada de mulheres das favelas.

MÁRCIA

A gente tem um projeto, Mulheres Guerreiras, Velhos e Ilustres, que a gente começou a entrevistar as pessoas, então, elas começaram a contar a história da vida delas, como, de onde vieram. Os primeiros, os donos da terra, eram os indígenas, então, quando... Não vou nem falar essa história, de "descobriram o Brasil", não, não descobriram, invadiram, sequestraram, mudaram tudo. E os próximos que ocuparam aquilo foram os negros escravizados, que depois, teve abolição, mas sem direito à terra, sem direito a estudo, sem direito a nada. As pessoas foram ocupando o morro. Depois vieram os mineiros, que vieram para construir a cidade do Rio de Janeiro, porque ela ia ser a capital, foi capital do país, então, tinha que ser construído, muita coisa acontecendo na cidade. As pessoas terminavam os seus trabalhos, não tinham como voltar, porque não tinham um salário, mão de obra barata, que não dava condições de você alugar nada, muito menos comprar, e as pessoas começaram a subir os morros, isso pela cidade inteira, ocupando, porque não tinham condições de comprar, alugar, o governo não dava essa possibilidade. Quem tinha dinheiro, tinha dinheiro, quem não tinha, não tinha mesmo.

E veio gente do Norte, Nordeste, tudo em busca de uma vida melhor. Tinha empregos, muitos empregos, mas os salários não davam essa condição, e as pessoas começaram a subir o morro. E até hoje o morro recebe gente vindo de tudo quanto é lugar, do país e do continente sul-americano, e tem também estrangeiros, também da América, da Europa, que vem também naquela condição de não ter condições de morar, e aí ocupa também, aluga dentro das favelas. E, então, ouvindo essas histórias, dessas mulheres, a gente descobriu coisas incríveis. Uma que me impactou foi de uma senhora, que era costureira e ela que consertava a casa dela, que trocava lâmpada, a fiação, tomadas, ela era muito ativa, e aí contou essa história dela, como ela chegou, por que ela fazia tudo aquilo, contou muitas histórias. A filha dela, na época, estava ingressando na universidade, também sem muita ajuda, com muito esforço, trabalhando bastante. Ela também foi uma das entrevistadas. E aí, quando a gente fechou o projeto, que a gente foi mostrar o resultado, ela olhou, quando ela ouviu e leu, porque a gente fotografou, gravou, ela falou, “mãe, eu não sabia dessa história”. Aí, ela olhou assim, “filha, eu não tinha tempo, eu tinha que trabalhar, eu tinha que cuidar de você, eu tinha que botar comida em casa, você acha que eu tinha tempo pra ficar conversando?” Aquilo, me impactou de uma tal forma, porque, eu falei assim, “eu cobrava da minha mãe atenção, eu cobrava da minha avó atenção”, sabe, e aí que eu fui entender, elas estavam fazendo o melhor delas. Então, é por isso que eu sempre falo, eu sou o que sou por causa daquela mulher que formou a minha mãe e que ajudou a minha mãe a me criar. É muito louco. Você muda o seu olhar para o território, para tudo que está no seu entorno, para o seu vizinho, para eu ficar olhando as outras histórias de outras pessoas dentro da favela. E a força que essas pessoas têm, né, e aí você vai, entrevista por entrevista, você vai sentindo essa descoberta, de quem somos, de quem é o meu pai, minha tia, minha avó, a minha vizinha, porque todo mundo, de uma certa forma, conhece todo mundo.

Outra coisa que me impactou também, na minha experiência, que a gente fez um circuito, que é o Circuito das Casas Telas, que a gente conta a história da ocupação do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo através de pinturas de grafite, e também de arte contemporânea, no pincel. Tem várias pinturas e um circuito, é um caminho, que a gente vai contando essa história. Quando a gente vem com um visitante ou um turista, estrangeiro ou brasileiro, a gente sempre tem o cuidado de ter alguém mediando, então, se eu tô ali contando uma história com um turista, tenho uma tradutora local, pessoas do morro que sabem falar inglês, e aí a gente contrata, então, quem passa, passa ouvindo e sabendo o que a gente tá falando, ouvindo a história que eu tô contando.

NILZA ROGÉRIA

A partir daí, as histórias passam a ser conhecidas e até mesmo os jovens que pertencem àquela comunidade podem entender a vida dos mais velhos, daqueles que vieram antes deles.

Uma vez tinha um menino, já tem uns 11, 12 anos, ele sentado em cima de um guarda-corpo, um corrimão, e ele ouvindo, ele olhou e falou assim, “ah, não conheço essa história não”, aí olhei pra ele, respondi assim, “tá, então pergunta pra sua avó, você sabia que a sua avó foi a fulana de tal, fez isso, isso, isso, você sabia que o teu tio nasceu em casa porque a dona fulana foi lá, era parteira, que não dava tempo, às vezes, de ir pro hospital”, aí ele, “não, eu não sei essa história não”, falei, “então vai lá e pergunta”. E isso era o tempo todo, as pessoas passando e ouvindo, muitos paravam pra saber o que a gente tava falando, e aí passou um tempo, estava esse menino e uma irmã dele, ou uma parente, e ele falou, “ah, oi tia, eu perguntei, você tinha razão, e a avó falou que foi, era isso mesmo, eu nem conhecia, eu nem sabia essa história”, falei, “então faz mais pergunta”, e depois veio me contar, pra eu poder contar pro povo. Então começou: toda vez que ele me via, vinha me contar uma história, “dona fulana”, “sei, que era amiga da sua avó”, eu respondia. Ele: “Como é que você sabe de tudo?” “A minha avó é que sabia de tudo, então ela me contava.” Eu comecei a ver quem era quem, puxar da memória, e perguntar para outras pessoas, de uma forma cuidadosa, pra poder também ter as histórias.

E eu comecei a ver que o trabalho no território impactou as pessoas, e impacta até hoje. Esse circuito, essas pinturas já estão lá desde 2010, a gente inaugurou em 2010, então você vai lá, você encontra essas pinturas, encontra esse circuito, essas pinturas estão nas paredes das casas. A parede, quando a gente fez a mediação, que levou um ano conversando com esse morador, para ele entender o que era o projeto, o que ia ser pintado na parede dele, ouvindo os desejos dele, “isso eu não quero, isso pode, isso não pode”, a gente sempre deixou claro, a parede é sua, se você quiser apagar isso aí, tudo bem, a parede sua. Até pra ficar bem claro que, tipo assim, não é “eu comprei, eu vou te pagar, você vai me pagar” etc., Não. É: está aí a pintura, se você quiser, a gente te dá a arte, você faz camisetas e bota pra vender na porta da sua casa, o dinheiro é seu, o trabalho é seu. Então, com muita liberdade, e tá lá, e esse impacto é isso, 10, 15 anos agora, está lá a pintura. A gente continua fazendo restauro. A gente entra no edital, restaura aquela pintura, e tá lá. Isso é um impacto, eles se sentem pertencentes. Se eu estou num território falando da história e passa um morador que eu lembro, e ele é filho da dona, a nossa matriarca lá, que a gente encontrou a história dela, e botou, “ah, ele é um neto, e, ah, ó, ele faz isso, olha, ele é do samba, dá aula de percussão há 30 anos, foi destaque da escola de samba”, o cara para, bota a sacolinha de compras no chão e conta a história dele. Se a gente fala “vem cá, fala”, eles param, dão aquela atenção, e isso é muito gratificante, porque a gente vê que o que a gente fez e o que a gente faz ainda traz, aquele sentimento de “eu pertencço”, “eu tô sendo visto”, “eu tô sendo reconhecido”.

NILZA ROGÉRIA

Com a conservação e propagação dessas narrativas, as histórias se tornam de todos e um legado é construído. O legado, através da memória, não só permite que grandes histórias sejam conhecidas e divulgadas, mas ajudam no processo de construção e valorização de identidade, incentivam a identificação entre diferentes pessoas e, além disso, nos auxiliam a perceber o que é bom para nós, e o que precisa ser feito de maneira diferente.

MÁRCIA

A potência da memória é imensa. A memória atua em todos os campos, principalmente na política, porque se você tem memória, e você teve um problema que aconteceu lá atrás, você sabe como aquilo foi resolvido, ou como não foi resolvido, então, você já tem a experiência daquela situação. Quando, anos depois, você relembra aquilo, e tem outro problema parecido, você já sabe o que deu certo e o que não deu. Então, você tem como buscar outras soluções, isso em todos os sentidos. A memória te traz para o seu lugar verdadeiro.

Há pouco tempo participo de um projeto, que é Memórias Climáticas. Esse mês a gente fez a exposição “Memórias Climáticas das Favelas”, que é da Rede de Favela Sustentável, e que a gente, desde 2022, começou com o curso de formação de pesquisa, dentro desse coletivo também. Fomos, falar sobre as nossas memórias, o que aconteceu, as tragédias por conta do meio ambiente, por conta do aquecimento global. A gente foi levantar o que aconteceu lá atrás e o que acontece hoje, entender essas coisas... A gente começou a entrevistar os mais antigos, trazer, fazer as rodas de conversa com os mais velhos e os mais novos, ter aquela troca, aquelas perguntas, aquilo que lembra, as frustrações, “eu perdi casa”, “eu perdi familiar”, e aí a gente foi fazendo isso em cada favela, fazer parte do grupo. A gente foi descobrindo que o que aconteceu na Rocinha foi similar ao que aconteceu no Cantagalo, que foi similar ao que aconteceu lá em Cidade de Deus, em vários outros locais. Fomos entendendo o que aconteceu na Maré... A gente foi vendo que teve gente que saiu de uma favela por causa de uma tragédia, chegou na outra favela e passou pela mesma tragédia. Fomos vendo que as histórias são as mesmas. Essa memória trouxe não só a lembrança do que aconteceu, mas como as coisas foram resolvidas e como não foram resolvidas. Será que se tivesse resolvido aquele acontecimento, já sabia que aquilo escorregava, que podia ter um deslizamento, se tivesse resolvido naquela época, anos à frente, quando aconteceu de novo, não teria acontecido. E hoje, como a gente faz para não continuar acontecendo, e a gente se deparar com as mesmas dificuldades, que são as políticas públicas. A memória faz esse movimento, e fez uma coisa que eu acho que é o mais interessante, de unir as pessoas, porque estávamos isolados, quem é daqui, só me preocupo com esse, Vimos que unidos, fomos fazendo esse levantamento. Fizemos uma grande exposição, então, a memória

movimenta, a memória não é uma coisa estática, parada, morta. A memória traz vida, a memória te traz possibilidades de um futuro melhor.

NILZA ROGÉRIA

Para o MuF, Márcia almeja que o local se torne um grande ponto turístico do Rio, uma vez que o museu e as histórias ao seu redor estão sendo, a todo momento, vividas e construídas. Para isso, também reivindica que certas mudanças e mais investimento sejam feitos na infraestrutura das favelas.

MÁRCIA

Um dos objetivos que o projeto, o Museu de Favela, tem dentro do território é transformar a favela num grande ícone de visitação do Rio de Janeiro, como o Pão de Açúcar. Para ser esse lugar que a gente sonha, é preciso modificar coisa, não, tipo assim, “ah, vai deixar de ser favela”. Não. Continua sendo aquela favela, mas uma favela sustentável, uma favela com educação, com saúde, com toda aquela estrutura de qualquer comunidade. Que seja uma comunidade, não a comunidade que eles falam agora, “a comunidade do Cantagalo”. Não. Comunidade mesmo, todo mundo se ajudando, como numa escola, comunidade escolar, comunidade universitária. Ser esse lugar, comum, e entrelaçado, e autossustentável, e com políticas públicas atuantes implementadas. Para que esse lugar seja lindo, e que a história e a memória, não seja apagadas. Se você cria um museu de memórias, um museu de território a céu aberto, que é um museu vivo, é um museu que está mudando todo dia, toda hora, que as pessoas estão ali passando, andando, as histórias estão contadas e recontadas, tem que ter esse reconhecimento desse lugar. De que ele é importante para todo mundo. Se ele é importante, se ele tem história para contar, ele não precisa perder a denominação, ou perder, ou transformar em outra coisa, ele tem que melhorar. Eu desejo que no futuro ele seja um lugar que qualquer um entre, qualquer um sai, passeie, conheça a história. Como em Paraty. Você vai em Paraty, é uma cidade histórica, pescadores, tem lá as comunidades indígenas, estão lutando também para esse reconhecimento. Sabe, de você chegar aqui, favela tal, vamos ali, é legal. Lá no morro tem tudo, tem hostel, tem mercado, tem tudo, então, o que falta para ser esse lugar maravilhoso?

Falta esse olhar para o morador, para as pessoas daquele lugar, aquele cuidado, que é chegar as políticas públicas, uma saúde melhor, ter postos de saúde, ter escolas, formação de profissionalização, esse incentivo. Melhorar também a energia, a entrega de energia, a entrega de água. Hoje, o governo não sabe quantas pessoas tem no território, mas as concessionárias que foram privatizadas sabem, a conta de luz, a conta de água chega na tua porta. Eles sabem. Você tem a coleta de lixo. O morro, hoje a gente sabe, está em torno de 35 mil moradores. Gente que trabalha, que consome, produz lixo, e o lixo é a prova de que a favela é rica, porque só tem lixo onde as pessoas consomem.

Para as pessoas consumirem, elas precisam ter dinheiro, então, essa favela faz girar a economia do bairro. Ela merece ter uma coleta de lixo adequada, como tem na cidade, no asfalto. Às vezes você chega na favela, os pontos de descarte de lixo estão lotados. Ainda tem gente que fala, “é porque esse povo é sujo, porque esse povo é porco”. Não é, ali é o lugar de descarte, por que aquele lixo ainda está ali? Por que o lixo, quando chove, desce a ladeira? Porque não houve o recolhimento, a empresa não foi lá tirar esse lixo. Isso é uma prova claríssima do racismo ambiental, do racismo estrutural, dos preconceitos. Mantém assim, porque assim há uma massa de manobra, mantém a qualidade de vida lá embaixo, a expectativa lá embaixo, a autoestima lá embaixo, porque as pessoas saíram para trabalhar, “ah, vamos fazer a inscrição, vamos para o emprego, vou botar qual endereço?” Vou botar o endereço... vou dizer que moro na favela? A sua ficha é rasgada e posta no lixo. As pessoas costumam não se sentir parte dessa cidade, porque ela mora em tal lugar ou tal lugar, é uma discriminação muito grande. Mas por que aquele lugar é discriminado? Quando eu falo dessa memória, do museu, desse movimento, é sobre isso de você saber a história do seu lugar, e isso implica saber a sua história, da sua ancestralidade, de onde você veio. “Meu avô veio lá do Ceará, veio num caminhão daqueles, chegou aqui, construiu a casinha, abriu um negócio, veio a esposa, veio e foi trazendo todo mundo para cá, e a favela foi aumentando”. E aí, qual a história do seu avô, por que ele veio, o que faltou lá que ele veio buscar aqui, o que ele encontrou aqui, que conseguiu sustentar a família, sustentar tanto aqui, e quem ficou para trás? Então, tem muita história.

A arquitetura da favela, gente, é muito linda, não é um olhar romântico, mas é um olhar de criatividade e solução de problemas. Eles conseguem construir com o terreno que eles têm e o tipo de terreno que eles têm, as possibilidades. Precisa de um acesso, o cara cria um acesso para a casa dele. O arquiteto: “isso não funcionaria desse jeito”, “isso não funcionaria do outro jeito”, mas com aquele olhar criativo e de experiência, porque os antepassados, os primeiros que chegaram na favela, construíram a cidade, então, são especialistas nisso, eles construíram a cidade, construíram igrejas, construíram casas, construíram prédios, e essa tecnologia, eles trouxeram para dentro da favela. A construção é uma construção criativa, é uma arquitetura bonita, nesse sentido, nesse olhar. É uma potência muito grande.

NILZA ROGÉRIA

Depois de tanto alcançado, Márcia ainda sonha com mais, pois sabe a potência da favela e de quem vive lá.

MÁRCIA

E isso acontece com muitas pessoas, sabe, não é um lugar de que eu vou ter vergonha. Eu estou aqui porque eu faço assim, estou aqui porque escolhi ficar aqui e

contribuir para esse lugar, de falar que esse lugar é um lugar de onde saem potências, sai jogadores de futebol, cantores, arquitetos, engenheiros, médicos. Eu tenho os meus sobrinhos do coração, médicos, engenheiros, arquitetos, doutores. O que eu tenho ido agora a doutorado, a defesa de tese, sabe, de meninos e meninas que eu vi crescer, gente, é uma potência da favela. Pessoas que criaram projetos, que criaram coisas dentro da favela, que está lá borbulhando. Campeões de jiu-jitsu, futebol, boxe....

Eu fico assim, maravilhada com esse território. Eu fui ali, escolhi ficar por um movimento, de entender que as outras pessoas precisam não fazer o que eu fiz, mas entender e valorizar o seu território e os seus antepassados. Eu falo que sou eternizada, eu vou morrer, mas a minha história não vai passar. Cem anos, “a Marcia lá, aquela que fundou o Museu de Favela junto com o Fulano, junto com a Rita, junto com a Antônia, junto com a Aline”, sabe, é sobre isso, elas fizeram um movimento, foi o primeiro museu de território a céu aberto do mundo, e isso, para mim, é o mais importante, é você fazer alguma coisa e entender que o que você faz vai ficar. Hoje, o trabalho que eu tenho é manter essa esperança, essa vontade, trazer a vontade de outras pessoas, não só para o lugar de onde eu vim, mas para os seus próprios lugares. Quando estou com as pessoas, com o pessoal de Antares, da Maré, e a gente vai trocando essas ideias, essas informações, e o pessoal também vai trazendo aquilo que eles estão produzindo no território deles, nos lugares deles, então, é uma grande troca. Voltando à exposição da memória climática, aquilo foi um negócio coletivo, que a gente começou a falar de memória, a falar de cultura, a gente começou num GT de cultura, aí virou um GT de cultura e memória, e aí virou um GT de trabalho de uma exposição que é maravilhosa. É isso que eu espero desse meu lugar, e que ele influencie, seja referência, para todos os outros lugares O Museu de Favela é uma referência para outros museus de territórios, museus comunitários, ele é uma referência. Eu olho para mim, eu sou uma referência. Quando eu me sinto, sabe... tudo bem, eu não construí riquezas, não juntei dinheiro na minha vida, não tenho coisas, mas eu tenho a coisa que é mais valiosa, muito lindo isso, é o poder de falar, de contar a minha história de uma maneira que toque as pessoas.

NILZA ROGÉRIA

Márcia é uma das muitas histórias da periferia que merecem e precisam ser contadas e marcadas para a posterioridade. Um símbolo de luta, transformação e resistência, essa é a história daquela que ajuda a contar tantas outras.

Eu sou Nilza Rogéria.

Este foi mais um capítulo de “Mulher de favela”. Até a próxima.



CAPÍTULO 19: MÃE ROBERTA

ROTEIRO
EP. ROBERTA COSTA
AUDIOLIVRO "MULHER DE FAVELA"

ROBERTA

O que me faz estudar é entender, é tentar entender como a gente pode fazer acontecer, mudar o que é a realidade desse território chamado Sepetiba. E vai ser através do estudo, como eu sempre falo para o grupo lá quando se reúne: será através do estudo que nós vamos conseguir transmutar esse momento que é da população periférica, pobre, negra. Só o estudo nos assegura num lugar melhor, e é só o estudo que a gente pode deixar para os nossos que estão chegando, e que vão continuar o que a gente trabalha. Então, por isso, a decisão pela faculdade. Porque a política pública? Porque eu acho que é o que de fato eu faço. Eu, de fato, a equipe do Águas de Amanhã, fazemos política pública na ponta, porque eu costumo dizer que é muito fácil para quem está lá em Brasília, no ar condicionado, que chega e sai de motorista, pensar em propor política pública para um território como Belford Roxo ou Sepetiba.

Ele não vive aquilo. Então quem tem que estudar e propor política pública somos nós que estamos na ponta. Eu deixo aqui que todos e todas têm que buscar sim estudar, para entender como a gente pode mudar essa realidade da população periférica, que está num momento de vulnerabilidade social.

NILZA ROGÉRIA

Roberta Costa é uma mulher que faz da fé um gesto político e do cuidado uma prática cotidiana. Yalorixá, mãe e ativista, ela ergue pontes entre espiritualidade e ação concreta, enfrentando a fome, o racismo e a ausência do estado com coragem ancestral e visão coletiva. Eu sou Nilza Rogéria e, a partir de agora, convido você a conhecer a trajetória de uma mulher que, mesmo diante da precariedade, da violência e da invisibilidade impostas à sua comunidade, reafirma o poder das mulheres negras e periféricas como força vital na construção de um Brasil mais digno e plural. Este é o “Mulher de favela”.

NILZA ROGÉRIA

Nascida em Belford Roxo, extremo da Baixada Fluminense, Roberta Costa – mãe Roberta – cresceu entre territórios marcados pela ausência do Estado e pela força das tradições. Criada dentro de terreiro, moldou desde cedo não apenas sua fé, mas sua consciência social. Mudando-se da Baixada Fluminense para sepetiba, Zona Oeste do Rio de Janeiro, foi ali, entre as encruzilhadas urbanas, que começou a cultivar o olhar apurado que um dia viria a ter como líder religiosa e comunitária.

ROBERTA

Eu nasci em Belford Roxo, é o extremo da Baixada Fluminense. Fui criada ali, entre Belford Roxo e Miguel Couto, com muita dificuldade do território. Fui criada e sou criada dentro de terreiro. Nasci no terreiro e me criei no terreiro e me mudo para Sepetiba, que é o outro extremo, que é o extremo da Zona Oeste do Rio de Janeiro., São dois lugares com muita dificuldade de território, dificuldade de locomoção, e que as famílias têm dificuldade. Você entende que muitas daquelas mulheres ali não sabem nem onde é o centro da cidade, onde é a zona sul, seja em Belford Roxo, seja em Sepetiba.

Então isso me fez crescer e me tornar a mulher que sou hoje, em busca sempre do melhor para aquele território, para aquela comunidade. E quando eu falo de comunidade, eu falo da comunidade para fora dos muros do terreiro. Que é entender qual é o papel da liderança religiosa, que é para além do espiritual.

NILZA ROGÉRIA

Essa força que a move não nasceu do acaso. Sua vida na luta por políticas públicas e questionamentos sociais muito baseia-se na construção de uma fé potente e inabalável. Roberta foi criada por mulheres que carregavam em si histórias de cuidado e resistência. Em seu ciclo familiar, a religião não é apenas prática espiritual – é tradição antiga. E foi com a contribuição de tias, madrinhas, vizinhas e, principalmente, de

sua avó, que veio a se conectar cada vez mais com os valores do terreiro, aprimorando com o tempo essa herança religiosa.

ROBERTA

Eu fui criada pela minha avó paterna, que foi Ialorixá, que fez passagem há pouco tempo. A minha avó se chamava Yalorixá Nita de Oyá, e herdou o terreiro da mãe dela. Da mãe carnal dela, que é a minha bisavó. E eu venho dessa família que as mulheres mais velhas descendem e recebem de herança esse legado sacerdotal. Então a minha avó me criou, a minha avó me iniciou para o Orixá e a minha avó me ensinou a ter fé. A minha avó que me ensinou que Orixá é o ar que a gente respira, que Orixá é a roupa que a gente veste, que eu estou triste ou feliz. Está sol, está chuva, é nos pés do Orixá que eu vou agradecer, ao acordar eu converso com o senhor do dia de hoje, eu converso com o meu Orí, que é a minha cabeça, para que eu tenha boa orientação, e eu converso com meu Orixá que eu fui iniciada, que é Iemanjá. Então eu fui criada por mulheres, sou mulher e crio outras mulheres, seja as que eu pari, seja as que eu oriento espiritualmente.

Eu costumo dizer que fui criada pela minha avó, pelas minhas tias, pela minha madrinha. E fui criada por outras mulheres que transitavam no terreiro, que esse terreiro fica localizado, ainda existe, em Miguel Couto, então eu tenho essa influência familiar para dentro e para fora do terreiro.

NILZA ROGÉRIA

Iniciada há 26 anos para o Orixá Iemanjá, Roberta carrega essa conexão como parte de sua identidade. Iemanjá, para ela, é mais do que uma divindade – é direção, é cuidado, é força.

ROBERTA

Eu tenho 42 anos de idade cronológica e 26 anos iniciada ao Orixá Iemanjá. Eu não conheço outra religião no sentido da prática. Eu conheço no sentido do estudo, porque eu gosto muito de estudar, mas eu não tenho prática de outra religião.

ROBERTA

Iniciar para o Orixá, dentro da cultura iorubá, é que você possa se reconectar a essa ancestralidade que por algum momento você se apartou dela, você se distanciou dela. Então me iniciar à minha mãe Iemanjá, me iniciar ao Orixá Iemanjá, é me reconectar a essa maternidade, é me reconectar a esse Orixá, é fazer o caminho de volta, entender onde está a minha ancestralidade.

Iemanjá é um Orixá da família, é o Orixá maternal, é o Orixá que cuida das nossas cabeças. Existe, eu sempre costumo falar isso, lá no terreiro existe um louvor, uma forma de louvar Iemanjá, que se chama homoegear, “homo”, filho, “egear”, peixe. Então todos nós somos filhos de peixe, então todos os filhos de Iemanjá são filhos de Iemanjá. A gente não tem, eu costumo dizer, outro caminho que não seja voltar a essa ancestralidade. Então foi a oportunidade que Olodumare, que é o nosso Deus, o nosso grande criador, segundo a visão iorubá, me deu de voltar à essa grande mãe, me reconectar a essa grande mãe. Então Iemanjá para mim é o meu norte, é o ar que eu respiro, é a comida que me alimenta, é o amor que eu tenho pelo outro, é o amor que eu tenho pelas minhas famílias. Quem tudo me ensinou isso foi minha mãe Iemanjá. Então é a minha oportunidade de reconectar a essa grande Iabá, que é Iemanjá.

NILZA ROGÉRIA

Esse vínculo profundo com o Orixá Maternal a fez entender que ser uma líder religiosa não é somente estar atenta às demandas espirituais e aos saberes ancestrais – mas também às dores cotidianas, às ausências que atravessam o corpo e o território. Sendo assim, sabe que agir com religiosidade é também agir em prol da comunidade.

Atualmente, Roberta é a liderança religiosa da Casa das Águas de Iemanjá, terreiro de matriz africana situado em Sepetiba. E foi nesse espaço que iniciou sua jornada de ações práticas de apoio comunitário, conectando os ensinamentos religiosos com as necessidades do dia a dia.

ROBERTA

A liderança religiosa precisa muito ter um olhar de 360 graus para o mundo. E aí, que mundo é esse? É muito repetitivo, mas é o mundo para fora dos muros da nossa UTT que é a unidade territorial tradicional, para fora do terreiro do templo religioso, é entender a necessidade dessa comunidade que está no entorno, que está, muitas das vezes, essa comunidade externa... tem dificuldade de bater na porta do templo religioso por vergonha ou por racismo religioso, de pedir ajuda. Mas você, como liderança, precisa entender a necessidade dessa comunidade e entender por que os orixás nos colocam nesse lugar. Por que estou nesse lugar? Por que estou como liderança? O que preciso transmitir é só o conhecimento do Orixá? É só a reza? Não, é também entender a fome, é também entender a dor, entender que essas mulheres, na maioria, são mulheres de periferia, pobres, pretas, que não tiveram acesso à saúde pública, não tiveram acesso a uma alimentação de qualidade, não tiveram acesso a uma educação de qualidade. Então, isso tudo traz essa comunidade com muita dificuldade. Equilibrar o espiritual, social, eu acho que é primordial para que essa liderança, para que essa missão nessa terra, seja feita com tanto êxito.

NILZA ROGÉRIA

Ao projetar redes de cuidado, oferecer suporte emocional, orientação espiritual e ajudar aqueles que enfrentam dificuldades sociais, Roberta fez da sua liderança na Casa das Águas de Iemanjá um espaço de cura, afeto e reconstrução, não só interna, como também da comunidade ao redor.

Grande parte dessas ações tornaram-se viáveis devido à fundação do Instituto “Águas do Amanhã”, que se deu no terreiro em 2020. O instituto, fundado por ela, nasceu num dos períodos mais difíceis da história recente, quando o isolamento social escancarou ainda mais a desigualdade e a vulnerabilidade das famílias periféricas. E foi nesse contexto que Roberta, mesmo diante das limitações impostas pela crise sanitária, buscou caminhos para cuidar dos seus – dentro e fora do terreiro.

ROBERTA

O Instituto Águas do Amanhã nasce como o projeto Águas do Amanhã. É no início da pandemia, eu fiquei me perguntando, perguntando para Orixá o que eu iria fazer. Eu estava em segurança com a minha família, minha filha, minha família estava com saúde. Mas e os filhos de santo? E aquelas pessoas que toda semana me tinham ali disponível para orientá-las?

Eu não podia sair de casa, eu não podia estar em contato com essas pessoas. Mas nós tínhamos o recurso da internet, e começou-se muitos estudos on-line. Só que aí a gente pegou um outro problema. A gente tinha, e tem hoje ainda, muito menos, mas ainda temos, filhos de santo que tinham a dificuldade de entendimento sobre os textos, porque eu gosto de estudar a parte espiritual também. Eu digo muito que é preciso entender a parte teórica, que hoje temos acesso a livros de bons escritores do candomblé e da Umbanda, mas também o terreiro é vivência. A gente não tinha a vivência do chão de terreiro, mas a gente precisava manter aquelas pessoas fortes para atravessar aquela pandemia, que no começo a gente nem sabia o que era, só sabia que todos deveriam ficar dentro de casa.

Eu olhei e falei, “nós temos pessoas que têm um pouco mais de conhecimento, que podem ajudar aquelas que não têm”. Então a gente começou a fazer um curso on-line de letramento sobre aqueles textos, porque muitas pessoas liam, mas não entendiam o que estava escrito. Começamos ali...

E começamos a entender que os moradores de rua, que aquelas pessoas... quem ia alimentar aquelas pessoas? Como a gente fazia? Pegava as pessoas que teoricamente não tinham tanto risco de vida, máscara, luva, e íamos levar o mínimo possível de alimento para a rua. Ali começou o projeto Águas do Amanhã. Atravessamos a pandemia, vencemos a pandemia, perdemos algumas pessoas, choramos, sorrimos

e seguimos juntos e unidos com esse propósito de fazer o Águas da Manhã se tornar cada vez mais robusto e atender a comunidade. Começamos a atender a comunidade em torno. Por isso que eu digo que o Águas de Amanhã nasce dentro do terreiro. Hoje ele vive no terreiro, ele permanece no terreiro, mas ele nasce muito com essa necessidade de dentro pra fora, entender as necessidades dos filhos de santo, dos membros daquela casa. E aí a gente começou a entender a necessidade ao redor. Hoje atendemos 95 famílias, impactamos diretamente em torno de 450 a 500 pessoas ao redor do terreiro, que fica localizado em Sepetiba.

NILZA ROGÉRIA

Hoje, uma das ações mais reconhecidas do Águas do Amanhã é justamente sua atuação direta na promoção da segurança alimentar. E como forma de viabilizar esse cuidado, um projeto que complementa o instituto é a cozinha solidária ilê inã, responsável por preparar e distribuir refeições para pessoas em situação de vulnerabilidade.

ROBERTA

A cozinha ancestral solidária Yle inã nasce na perspectiva de alimentar o próximo e alimentar as famílias que estão no entorno do terreiro. Mas é óbvio que começa pelo terreiro. Vou dizer uma coisa que eu acho muito interessante para quem não conhece o candomblé, a religião em si, a cultura dos orixás.

Aqui dentro do terreiro tudo passa pela cozinha. Tudo você vai no terreiro, você não sai do terreiro sem tomar um café, sem comer um bolo, sem comer uma canjica, sem comer um aipim cozido. Então tudo passa no terreiro. O ebó, que são limpezas espirituais, passa pela cozinha do terreiro, o alimentar o seu Ori, que é a sua cabeça, passa pela cozinha do terreiro, o alimentar o orixá passa pela cozinha do terreiro, a hora do seu almoço vai passar pela cozinha do terreiro.

Então eu costumo dizer que o terreiro faz o papel de combate à fome desde meados do século XIX. É da nossa cultura, é cultural. Nós não fazemos isso porque existe hoje um decreto, existe um projeto de lei. Não, isso é da nossa cultura. Com incentivo financeiro ou sem incentivo, o terreiro vai continuar, vai permanecer alimentando o outro, seja espiritualmente, seja fisicamente.

E tudo eu gosto de botar nome. Eu acho que tudo precisa ter nome. Vamos fazer um projeto tal. Prieiro precisa dar o nome, a gente precisa batizar as coisas. E hoje a cozinha YLEINÃtem esse nome, ganhou esse nome. Esse nome foi tirado a partir do olhar do meu babalaô Maicon Figueiredo, que é a pessoa que cuida de mim dentro do Ixexelabá. E numa conversa com ele, eu falei que precisava de um nome para a cozinha do terreiro, e expliquei qual seria o sentido dessa cozinha, porque lá no terreiro nós

temos duas cozinhas, nós temos a cozinha dos orixás e temos a cozinha social, que é YLEINÃ. E aí eu disse pra ele: “Eu preciso de um nome para essa cozinha, porque se a casa tem um nome, a cozinha tem que ter um nome.” Como eu botei aqui, a casa se chama HEBE AOMI IEMANJÁ, que é a casa das Águas de Iemanjá, e a cozinha se chama YLÊNÃ, YLÊ é casa e NÃ é fogo. Então o nome dessa cozinha se chama Casa do Fogo, porque a casa é a casa das águas e aí o fogo é o fogo que cozinha, é o fogo que transmuta a energia, é o alimento, é uma energia. Ele vai cru pra panela e ele sai cozido, então ele é transmutado a partir do fogo. É por isso que a cozinha se chama ylêinã, Casa do Fogo.

NILZA ROGÉRIA

Mais do que apenas alimentar, a cozinha solidária ilê inã fortalece os laços comunitários e reafirma o compromisso do terreiro com a dignidade humana.

A iniciativa cresceu e, com o tempo, passou a integrar uma rede ainda maior. Hoje, o instituto águas do amanhã atua como entidade gestora dentro de um programa federal de cozinhas solidárias e vem tendo resultados cada vez mais expressivos.

ROBERTA

O Águas da Manhã é uma entidade gestora dentro de um programa de cozinha solidária do governo federal. Nós temos dentro do primeiro edital 13 cozinhas espalhadas no estado do Rio de Janeiro, em cinco municípios. Então a gente hoje consegue em torno de, a cada dois meses, entregar duas toneladas e meia a três toneladas de alimento pronto. É um impacto grande, mas ainda um grão de areia no meio de um oceano. Entendendo o que a gente está falando de cozinhas, que 90% delas é cozinha de terreiro, e a gente tem cozinha de favela e temos cozinha de quilombo.

Mas temos hoje 85 cozinhas no total no nosso chapéu, que a gente tenta a todo tempo fazer uma rede, uma rede que possa contemplar essas cozinhas, porque as cozinhas solidárias, sejam elas de terreiro ou do movimento social, atravessam muitas dificuldades. Muitas das vezes não conseguem colocar demanda que é necessária. E o que nós fazemos é o que o Estado deveria fazer: assegurar a alimentação dessas famílias, assegurar a alimentação dessa comunidade.

NILZA ROGÉRIA

Combater a fome é o passo inicial para permitir que cada pessoa possa exercer plenamente seus direitos. Sem comida no prato, não há espaço para autonomia. Mas apesar de seu valor central, a alimentação não é o único foco do instituto. O Águas do Amanhã também atua na promoção da educação antirracista, na valorização da

cultura afro-brasileira e na defesa da saúde da população negra, com atenção especial às mulheres do território.

A emancipação e transformação social de mulheres cis e trans – especialmente mães solo, negras, afrodescendentes e potmas – é uma prioridade. Por meio de ações educativas e culturais, elas são incentivadas a reconhecer suas potencialidades e, muitas vezes, romper ciclos de dependência.

O projeto nasceu dentro de um terreiro liderado por mulheres, guiado por iemanjá, e cresceu com base na ancestralidade feminina. A maioria dos cargos é ocupada por mulheres, e a liderança de Roberta dá continuidade a essa linhagem. Por isso, o vínculo com as lutas femininas é profundo e estruturante. Assim, com o apoio de voluntários das áreas de saúde, cultura e assistência social, essas mulheres vêm sendo diretamente impactadas.

ROBERTA

Nós temos mulheres hoje que voltaram a estudar e que pensam em entrar na faculdade. Temos mulheres que sofriam agressão, né? Apanhavam dos seus maridos, dos seus companheiros, e que hoje conseguiram se separar e entender que elas não têm dependência financeira, e a emocional pode ser tratada, porque nós temos rodas de conversa com o Caps (Centro de Atendimento Psicossocial) e com profissionais da área da saúde mental e emocional para essas mulheres. Temos uma estrutura de voluntários, seja de nutricionistas, seja serviço social, seja da área da cultura, seja da área da organização, da administração, do financeiro, tudo para estruturar esse trabalho junto a essas mulheres. E visivelmente você vê o resultado delas voltando a estudar, pensando na faculdade, voltando para o mercado de trabalho. A gente está falando de Sepetiba, que para essas mulheres conseguirem trabalhar no centro da cidade, elas no mínimo tem que estar na estação de trem de Santa Cruz às 4h30 da manhã. A gente está falando de Sepetiba, que no começo desse ano conseguiram colocar uma linha de ônibus para rodar dentro do bairro. Então, qualquer tipo de avanço para nós perante a elas é muita coisa, porque a gente está falando de deficiência naquele espaço, naquele território muito grande e aonde a gente não tem a presença do Estado para entender a saúde dessas mulheres, para entender como essas mulheres vão sair, transitar dali pra conseguir um trabalho, pra estudar, para levar seus filhos, para ir para um colégio. Então tudo isso faz parte do apoio que elas têm dentro do instituto Águas do Amanhã. E tudo isso também faz parte da gente entender a necessidade que temos de ter apoio para fazer que esses projetos da educação, da saúde, da cultura e da segurança alimentar possam sair do papel. A gente está com um projeto novo, que está saindo do papel, que é o letramento tecnológico. Colocar essas mulheres de volta ao mercado de trabalho. Mulheres a partir dos 35 anos, que têm dificuldade com a tecnologia,

com a internet, dificuldade de manipular até um aplicativo. Então a gente está com esse projeto saindo do papel e que a gente tem certeza que os orixás vão nos abençoar.

NILZA ROGÉRIA

Entretanto, nem tudo são flores... Os desafios para manter um projeto como esse são muitos. Tirar o instituto do papel foi uma batalha – e mantê-lo vivo é uma luta diária...

ROBERTA

Você entende que são 95 famílias e que eu tenho em torno de 20 a 25 famílias com no mínimo, 11 filhos. 70% dessas famílias são mulheres, mães solo. E aí os desafios são muitos. Os desafios são esses do financiamento, até o momento, a gente ainda está nesse embate, nessa busca de tentar encontrar bons financiamentos, editais para abarcar, contemplar todos os projetos que tem dentro do Instituto Águas do Manhã. Quando você trabalha diretamente com a segurança alimentar e combate à fome... os financiamentos caíram muito para esse tipo de projeto. Então você precisa se reinventar para trazer esses financiamentos, esses editais, para dentro do instituto. É um desafio diário, porque o instituto vai para o quinto ano, é novinho, tá engatinhando, e a gente se reestrutura a cada ano. A gente faz planejamento a cada ano. Hoje nós temos uma equipe de 15 pessoas, todas voluntárias, sem receber nenhum tipo de benefício financeiro. E todos estão ali porque acreditam que a justiça social, que a justiça climática, que a segurança alimentar precisam ser para todos e todas e todes.

NILZA ROGÉRIA

E todos esses obstáculos de financiamento são ainda mais duros quando se somam à negligência do estado.

Roberta não enfrenta apenas a dificuldade de manter projetos vivos com poucos recursos. Ela lida com um estado que não pensa, não planeja e não executa políticas públicas que atendam de verdade às necessidades da população periférica. Em sepetiba, no extremo oeste do rio de janeiro, o abandono é visível.

E é por isso que, mesmo com toda sua rotina corrida, ela encontrou no estudo a única saída para aprimorar sua liderança: só quem de fato experiencia a realidade é que consegue pensar nas melhores soluções – e isso, aliado à educação, é uma arma muito poderosa.

ROBERTA

Estamos falando de Sepetiba, extremo oeste da Zona Oeste do Rio de Janeiro, que muitas vezes falam “Nossa, Sepetiba é muito longe”. Mas pensar em Sepetiba é

pensar no que resulta o Rio de Janeiro. Sepetiba é o começo do Rio de Janeiro também. É entender a história do Rio de Janeiro, que a gente entende onde está Sepetiba. E por que que em Sepetiba a gente não consegue ter os aparelhos públicos funcionando? A gente não consegue ter a linha de ônibus funcionando? Por que a gente só tem uma linha de ônibus, que só funciona às 6h, às 7h e depois só às 19h? Quer dizer, durante o dia as pessoas não podem se locomover? A gente tem pessoas em Sepetiba que nunca saíram de Sepetiba, que não sabe o que é o centro da cidade. Mas são essas pessoas que, quando esse grupo de pessoas precisam se colocar nesses aparelhos públicos, é lá que elas vão pedir o voto.

ROBERTA

A gente não tem uma escola de qualidade, a gente tem enfrentamento da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro e no geral, a gente tem adolescentes e crianças que entram na escola às 7h da manhã, às 8h já estão em casa porque não tem professor para dar aula. A gente enfrenta o racismo religioso dentro das escolas, dentro dos aparelhos públicos em geral, e a gente não tem a posição do Estado para isso. O Estado deveria combater a fome. O Estado deveria assegurar o ir e vir dessa população, o Estado deveria assegurar que essa população tenha médico nas UPAs, nas clínicas da Família, e nada disso nós temos.

ROBERTA

Eu costumo dizer que é muito fácil para quem está lá em Brasília, no ar condicionado, que chega e sai de motorista, pensar em propor política pública para um território como Belford Roxo ou Sepetiba. Ele não vive aquilo. Então quem tem que estudar e propor política pública somos nós, que estamos na ponta. Eu deixo aqui que todos e todas têm que buscar sim estudar para entender como a gente pode mudar essa realidade da população periférica, que está num momento de vulnerabilidade social.

NILZA ROGÉRIA

Um outro desafio problemático que também acredita ser possível combater com a educação é o racismo religioso, que tanto se percebe no dia a dia de sua comunidade.

Por ser um problema estrutural, ele não se revela apenas em atos explícitos de intolerância, mas se infiltra nas relações sociais, nas instituições, nas escolas, nos olhares atravessados e nas portas que não se abrem.

Apesar de não sofrer esse racismo diretamente, por conta de sua pele mais clara, Roberta sente profundamente a dor daqueles à sua volta que enfrentam essa violência todos os dias.

ROBERTA

Eu tenho filhos de santo que já sofreram racismo religioso, crianças dentro do colégio. Eu tenho amigos sacerdotes que têm filhos, crianças que tiveram que trocar de colégio por racismo religioso, porque em algum momento aquela criança precisou ir vestida de roupa branca, precisou usar seus fios de contas, suas guias e, muitas das vezes, o racismo também está no racismo alimentar. Porque nós, para além da religiosidade, somos povos, matrizes africanas, povos tradicionais. Nós temos a nossa soberania alimentar. Então existem alimentos que para a sociedade é comum, para nós é tabu, como a abóbora, a sardinha, a tangerina, a jaca em alguns casos.

Existem casos, casas, famílias que esses alimentos não podem entrar na porta. Então, quando essa criança vai para o colégio e que na alimentação dela tem um purê de abóbora, e ela diz para professora que ela não pode comer, e a professora diz para ela que ou ela come ou ela vai ficar de castigo, isso causa um trauma nessa criança, porque essa criança foi ensinada dentro do terreiro que ali era um tabu.

ROBERTA

Eu sou conselheira do Conselho de Liberdade Religiosa do município do Rio de Janeiro como representante do Ifaismo. Eu creio muito que todas as religiões sofrem racismo religioso, mas a religião de matriz africana triplica os casos. Isso está dentro dos dados da prefeitura, do estado do Rio de Janeiro. Você vê uma igreja ser depredada? Sim, até vê. Mas você vê os terreiros serem incendiados, você vê as pessoas serem proibidas de cultivar a sua religiosidade a partir daquele território. O que é você virar para uma família que está ali há 30 anos, que tem uma história, que tem um legado, que ela não vai mais poder cultivar os seus orixás, a sua ancestralidade?

ROBERTA

Hoje nós não temos necessidade e motivo de fazer os nossos ritos, as nossas festividades, que são lindas e maravilhosas, à noite, de madrugada. Mas a minha bisavó precisou. A minha avó até pouco tempo relata que a minha bisavó só podia receber caboclo depois que já estivesse quase de madrugada, para que a polícia não batesse na porta. Então esse racismo está lá, está na estrutura. Como fazer? Como mudar? Eu acredito na educação de base. Eu não tenho que pegar e mudar o aluno de colégio porque ele é iniciado no candomblé. Eu tenho que fazer valer as leis, que dizem que o estudo religioso de matriz africana tem que ser dado dentro do colégio. Eu tenho que fazer palestras com Yalorixá, com babalorixás, com o padre dentro desses espaços para ensinar essas crianças o que é religião. E o que é religião?

Não é só a sua que tem que prevalecer, não é só a minha. A criança de hoje que muda do colégio, amanhã vai mudar da faculdade, vai mudar do emprego, do bairro

que ele mora? Por que não foi corrigido lá na base. Então, a educação para mim é um passo primordial para entender e enfraquecer muito rápido esse racismo religioso.

NILZA ROGÉRIA

Seja o racismo religioso, seja a falta do estado, seja as lutas para colocar seus projetos de pé – Roberta sabe que enfrentar tudo isso é mais do que resistir. É construir, todos os dias um futuro de mais oportunidades.

Essa é uma luta que não se vence apenas com palavras. Se vence com ações. E são essas ações que a marcam profundamente.

Cada mulher que encontra apoio no instituto águas do amanhã, cada criança que recebe uma refeição, cada roda de conversa que transforma dor em força – tudo isso é axé compartilhado.

Roberta não apenas fala sobre justiça. Ela pratica. E é isso que ela quer deixar como legado.

ROBERTA

O terreiro ensina que o axé é o acúmulo de coisas boas que a gente pode transmitir para o outro, é compartilhar, é compartilhado. Então, se eu vou almoçar, todos têm que almoçar junto. A gente está compartilhando o axé. Minhas filhas já participaram da religião. Ana Júlia, já iniciada para Orixá, tem oito anos de vida e sete de iniciada e a Valentina faz agora no final desse ano. Eu quero deixar de legado que essas duas meninas jovens e que vão se tornar mulheres entendam que compartilhar o axé é para além dos muros do terreiro, que por mais que a vida delas esteja satisfatória em todos os âmbitos, que elas não deixem de pensar no próximo, é um ponto.

O que eu quero construir para daqui a quatro anos, para o Águas da Manhã, é que eu consiga deitar para dormir com a minha cabeça em paz, pensando que no mínimo nós temos um recurso financeiro para a manutenção dessas pessoas que trabalham, porque não é que é um instituto sem fins lucrativos que ele não precisa de dinheiro para manutenção. E voluntários. Eles precisam do mínimo para se locomover, para se vestir, para uma internet. Então isso é o que estou plantando para colher, não para eu colher, como Roberta. Porque eu, Roberta, eu Yalorixá, é uma outra vivência. A gestora do Águas da Manhã é uma outra dinâmica, e essa gestora do Águas do Amanhã hoje planta sementes para colher essa estrutura. Uma estrutura financeira para a manutenção desse instituto, e que esses projetos que nós já temos sejam mais robustos. Como eu trouxe para vocês sobre o letramento tecnológico, que é uma necessidade para ontem dessas mulheres. Mas a gente precisa de recurso financeiro, porque no final, tudo o que eu falei aqui é muito bonito, mas se não tiver dinheiro, não segue.

NILZA ROGÉRIA

Mulher, líder e gestora de um instituto que acolhe, forma e fortalece sua comunidade, Roberta acredita que compartilhar é um ato político e necessário.

E é por figuras como ela que seguimos acreditando na potência dos terreiros como espaços de transformação. Porque há muito mais no axé do que espiritualidade: há método, há cuidado e há compromisso com quem precisa.

Este foi mais um capítulo de “Mulher de favela”. Até a próxima.



d da
ch p
t be
sp
cl

d
»
s?
ch
ll

CAPÍTULO 20: MAGDA GOMES

GOMES

ROTEIRO
CAPÍTULO MAGDA GOMES
AUDIOLIVRO "MULHER DE FAVELA"
ROTEIRISTA: MARTINA FREITAS

MAGDA

A favela é a cidade. Ela não está descolada. Pensar a favela é pensar a cidade inteira, porque a gente constrói e movimenta essa cidade todos os dias.

NILZA ROGÉRIA

Pensar a cidade a partir do ponto de vista da favela é o horizonte que norteia a trajetória de Magda Gomes. Eu sou Nilza Rogéria, e neste percurso de histórias reais de luta, afeto e resistência nas periferias, convido você a conhecer a história dessa mulher. Este é mais um capítulo do audiolivro “Mulher de favela”.

Magda Gomes é pesquisadora, geógrafa, mulher preta e moradora da favela da Rocinha. Filha de uma rede familiar matriarcal, desde cedo foi marcada pelo desejo de entender a cidade e lutar por justiça social.

MAGDA

Sou Magda Gomes, tenho 31 anos, sou moradora da favela da Rocinha, pesquisadora de assuntos urbanos, candomblesista, uma mulher preta, retinta, favelada, que parte de uma perspectiva de uma família muito ampla, organizada por mulheres, gerenciada por mulheres e que pensa a justiça social desde que eu me entendo por gente.

Eu parto desse lugar, já transitei por muitas trajetórias, pensando profissionalmente. É muito importante para mim, acho que vem da memória da engenharia, pensar a gestão, processos e projetos.

NILZA ROGÉRIA

Magda sempre acreditou no poder do estudo para transformar realidades. Ela iniciou a graduação em engenharia motivada por entender as estruturas e processos da cidade. Mas no caminho, percebeu que queria se aproximar das relações urbanas e sociais e migrou para a geografia. Hoje, pesquisa territórios populares e dedica sua produção acadêmica a repensar os espaços urbanos a partir da perspectiva da favela.

MAGDA

Atualmente, me localizo na Universidade Estadual do Rio de Janeiro como geógrafa. Lá que tenho desenvolvido mais as minhas pesquisas, para pensar não só o processo de cidade global e pensar a democracia como um todo, mas pensar como podemos pensar novos modelos de cidade, como podemos pensar que espaços urbanos, que muitas vezes as pessoas chamam de espaços complexos, aglomerados, conseguimos traduzir a subjetividade que existe no interior desses espaços. Rocinha, infância. Pensar a minha infância e juventude na Rocinha e como isso, de certo modo, mudou a minha experiência nesse espaço, é fazer um exercício do trânsito.

Minha avó teve 14 filhos e oito mulheres. E, nessa família muito grande, a minha avó, num dado momento, comprou uma casa no interior e fugiu um pouco do barulho, da agonia que é a cidade do Rio de Janeiro, especialmente naquela época. A minha família toda resolveu ir para lá.

Minha mãe ficou aqui com outros dois irmãos. Eu fui para lá com essa minha família, especificamente com essa minha tia, tia Bárbara. Eu cresci no interior do interior, que é Santa Cruz, distrito de Santo Antônio de Pádua, aqui no Rio de Janeiro. Dado esse período, eu passava de segunda a sexta em Pádua, final de semana aqui no Rio de Janeiro, quando eu vinha para a Rocinha, para a casa da minha mãe.

NILZA ROGÉRIA

Foi vivendo entre a roça e a favela, que magda desenvolveu uma visão crítica sobre o espaço. O deslocamento do interior até a rocinha lhe ensinou a observar como o direito à casa, à luz, ao silêncio e ao lazer são determinados pelo lugar onde se nasce.

MAGDA

E isso, com o tempo, foi escalando, semanalmente, cada 15 dias, mensalmente, mas sempre vivendo entre a roça e a Rocinha, o que me deu uma outra experiência

de cidade, o que me fez pensar uma outra infância, uma outra juventude, muito equiparado ao que os meus primos e amigos daqui da Rocinha viviam e o que eu vivia com os meus primos e amigos do interior. Sempre pensando esse deslocamento, esse trânsito da cidade. Como havia diferenças sociais muito marcadas nesses espaços e que, objetivamente, influenciou a minha juventude, a minha fase adulta, e me fez sempre refletir, desde muito nova, o quanto a dimensão do espaço molda e forma o sujeito, com elementos que eu considero muito importantes para a minha formação hoje na fase adulta, que tem a ver com o direito ao silêncio, com o espaço, com luz do sol, com ventilação, tem a ver com todo esse processo de uma infância que foi dividida entre, durante a semana, ter esse espaço livre para correr e brincar e, quando eu vinha para Rocinha, no final de semana, eu estava numa kitnet apertada com a minha mãe. Tinha o barulho do baile e tinha... uma vez teve uma guerra horrorosa, eu me enfiei dentro da geladeira porque eu achei que a geladeira era segura, e porque o vizinho construiu, na época, um prédio na frente da única janela que a gente tinha. Então, foi uma infância e uma juventude muito questionadora, por assim dizer, e eu acredito, dou muito ênfase a isso pela observação do espaço, o quanto esse processo de deslocamento moldou essa minha infância, essa minha juventude, que, ao mesmo tempo que tinha toda uma complexidade de se pensar direito a lazer e todas essas coisas, me fez pensar o quanto era equivocado partir de qualquer pressuposto de bom ou de ruim, porque eram formatos diferentes de se viver uma infância, uma juventude, a partir da localização, a partir do espaço que eu estava.

NILZA ROGÉRIA

Ainda no período de intervenção militar na Rocinha, em 2018, surgiu o movimento Rocinha Resiste, uma resposta coletiva à violência do Estado e à negação de direitos humanos. Magda, junto com um grupo de amigos, organizou a mobilização e fortaleceu uma rede de apoio para os moradores do território.

MAGDA

Acho que isso forja e muito a forma como eu perpasso por esses lugares. O Rocinha Resiste é um processo que me emociona muito, eu tenho tatuado, inclusive, porque ele foi um projeto construído por quatro amigos. Quatro amigos se reuniram: Michele Lacerda, Pedro Paiva, Leandro Castro e eu, Magda. A gente se reuniu num contexto... Em quatro semanas, em um mês, esse grupo se formou.

Um dia, o Pedro falou: e se a gente se reunisse? Aí chamou a Michele. Michele: eu topo me reunir. Na outra semana, a Michele chamou o Leandro. Na terceira semana, o Leandro disse: eu topo me reunir. Aí, na quarta, fui eu.

Fechou esse grupo. Em um mês, ele se consolidou. Mas ele se consolidou muito, isso lá em 2018, num lugar de questionamento sobre os direitos humanos dos favelados.

A gente estava passando por um processo de intervenção militar na Rocinha, e aquele processo era, como sempre, de um Estado que tem por prática e por prazer entrar nas favelas e aplicar a política de segurança pública que eles aplicam, e que a gente sabe que não é eficaz. A gente questionava muito esse lugar. Então a gente caiu, objetivamente, nesse lugar de questionar isso. E depois entendeu que seria interessante ampliar esse espaço também para reflexão, especificamente, sobre o que se falava sobre a Rocinha.

NILZA ROGÉRIA

Com a chegada da pandemia de Covid-19, a articulação do grupo se ampliou. Em parceria com outras organizações, Magda, usou seus conhecimentos para calcular o que era preciso fazer em termos de organização e distribuição de recursos.

MAGDA

Como uma boa engenheira, precisa calcular risco, precisa pensar o que a gente pode fazer, a nível de distribuição, de organização, qual é a distância.

Era uma coisa muito calculada para que a gente, de fato, conseguisse garantir, com o mínimo de prejuízo e o máximo de efetividade, que as pessoas fossem atendidas. Isso em 2019. A gente conseguiu atender durante dez dias ininterruptos.

Me lembro que, naquela época, a Michele Silva, que é uma das fundadoras do Fala Roça, estava junto comigo, trabalhando quase que 24 horas. Eu lembro de dormir duas horas por dia, no período de março de 2019. A gente conseguiu atender mais de 10 mil pessoas, recebendo cesta básica, colchão.

A gente fez uma parceria com a Cruz Vermelha. Foi uma megaoperação. E aí, a gente viu o tamanho da potência organizada no coletivo.

Ali, a gente falou: caramba, realmente, para além das nossas discussões, além de influenciar intelectualmente o que se pensa sobre a Rocinha, a gente efetivamente consegue promover e propor ações que podem mudar de fato o território, que podem chegar nas pessoas.

Na verdade, a ação do Rocinha Resiste com a pandemia, o ponto crítico da pandemia foi 2020, não foi? Foi, né? Porque eu lembro que teve essa chuva e foi no ano seguinte. Não, desculpa, foi erro meu. 2020 foi a pandemia.

Nesse ano crítico da pandemia, o Rocinha Resiste parte para outro lugar. A gente sai desse lugar de um coletivo da Rocinha para um lugar de centralidade no combate à fome.

A gente já tinha organizado uma estratégia em 2019, e aí... as datas são muito próximas, né? Essa chuva também foi em 2019, no início do ano. Logo depois veio a pandemia. Então, dentro dessa janela temporal, a gente conseguiu... Quando a gente pensa que vai descansar, vem a pandemia, e nisso a pandemia acontece.

A gente precisava de novo se reorganizar. Eu me lembro de ter ligado para uma amiga e falado: “Mari, eu estou com um superproblema. Tem 200 famílias que não vão conseguir receber cesta básica, porque um fornecedor para um projeto no alto da Rocinha disse que não ia mais entregar. Você pode me ajudar a conseguir arrecadar 200 cestas básicas?” Aí ela me disse: “Magda, você consegue fazer um projeto para mais de 200? Porque, assim, o movimento que a gente vai fazer para 200, se a gente pensasse para mais famílias...” Na hora, eu, toda megalomaniaca, falei: “E se fossem 6 mil famílias?”

Não sabia que esse era um projeto que ia custar um milhão e meio de reais. Eu não sabia que ia ter uma operação de 470 voluntários.

Não fazia a menor ideia que ia escalar para esse nível. Eu não fazia a menor ideia que a nossa equipe de seis pessoas ia dar conta de uma operação logística tão detalhada.

NILZA ROGÉRIA

Magda encontrou na solidariedade um caminho para garantir segurança alimentar para centenas de famílias. Hoje, ela atua na coordenação da cozinha solidária Ile Enã, que funciona no Instituto Cultural Águas Do Amanhã, uma associação criada em 2020 pela Yalorixá Roberta de Yemojá, com sede em Sepetiba.

MAGDA

Eu descobri que gosto de combater a fome. Encontrei meu lugar de conforto no mundo, e hoje, junto com o Instituto Cultural Águas do Amanhã, eu coordeno a Cozinha Solidária Ile Enã. Ali a gente assume, eu e a Yalorixá Roberta, um processo de gestão muito crítico, porque a gente é o primeiro grupo que absorve do Programa de Cozinhas Solidárias, do Ministério do Desenvolvimento Social, uma megaoperação de distribuição para 13 cozinhas solidárias.

Eu trabalho muito, mas eu gosto muito do que eu faço. Eu trabalho muito, muito, muito. Ontem eu saí da casa da mãe Roberta, a gente trabalhou até 11h30 da noite para pensar cinco toneladas de alimento. Como a gente vai distribuir cinco toneladas de alimento de forma justa, de forma ética, de forma organizada? E a gente ficou horas

naquilo, e a hora não passava, não sei mais que tempo era. Eu sei que cheguei de dia e saí de lá de madrugada. E isso é o que me motiva.

NILZA ROGÉRIA

Magda também atua na construção do Plano Diretor Socioespacial da Rocinha, uma proposta coletiva que reimagina a favela com mais espaço, acesso, dignidade e possibilidades de futuro. Mesmo diante de limitações e desafios, a esperança é reinventar o território junto com a comunidade.

MAGDA

O plano diretor socioespacial da Rocinha é um projeto muito interessante, que mexe muito com a nossa utopia.

Aqueles que, de fato, querem uma Rocinha diferente. Eu penso numa Rocinha... Sei lá, sabe? Quando a gente viu o PAC, o alargamento das vias, que agora está voltando para um processo de estreitamento, como aquilo era importante: espaço, ruas largas, como era importante pensar e construir coletivamente novas possibilidades de Rocinha, ainda que esses espaços... Pensando a grosso modo, efetivamente na capacidade de resolução, grande parte daquilo que a gente planejou a gente sabe que é inviável – do ponto de vista estrutural, da vontade política ou do espaço-tempo –, mas que só de estar junto com uma galera que pensa criticamente, positivamente, desconfiadamente sobre que Rocinha é essa, já faz com que a gente acredite que é possível reconfigurar esses espaços.

NILZA ROGÉRIA

As experiências vivenciadas tanto em sua atuação no Rocinha Resiste, quanto na cozinha solidária Ilê Enã fazem com que Magda considere fundamental a atuação das mulheres tanto nos movimentos sociais, quanto na política. A partir da própria experiência, ela questiona qual tem sido o papel das mulheres nas estruturas de poder e como essa realidade pode ser transformada.

MAGDA

A primeira coisa a pensar em mulheres e política é pensar o grande desafio que a gente tem em ser mulher na política. E aí a gente pode estar falando desde uma política partidária, um processo que a gente sabe que é superdifícil e complexo. Eu já fui assessora parlamentar, sou filiada a um partido, e sei o quanto é complexo você adentrar esses espaços com ética, maestria e honra. A primeira coisa que a política vai tirar de uma mulher é a honra, porque ela vai te subjugar, ela vai te objetificar, e ela vai te condicionar a um questionamento antiético. Essa, para mim, é a minha

primeira avaliação dura. E aí a gente pode pensar isso pela lógica do poder, o poder pela violência. A gente pode pensar aqui que... Mas espera aí, se a gente está falando de poder, o poder está dado pela violência, na linha de uns. Na linha de outros, o poder está dado pela sua capacidade de articulação, e isso é político. Eu vou por essa linha. Para mim é muito importante que nós, mulheres, estejamos cada vez mais posicionadas politicamente, que a gente compreenda o nosso papel político-social. Porque somos nós que estruturamos, movimentamos e organizamos a política. Seja essa política partidária, seja essa política habitual, política do dia a dia. Somos nós que damos o tom. Somos nós que influenciemos o voto dentro da nossa casa. Somos nós que medimos o fluxo da rua, do mercado. Nós somos o motor que oxigena a cidade. Nós somos as principais pensadoras e fazedoras, mas nós não somos aquelas que estamos à frente, na defesa daquilo que a gente constrói.

A política é um lugar muito perverso. A política vai te colocar o tempo todo num lugar de teste. Eu falo isso com muita tranquilidade, por ter observado, por ter vivenciado, por ter desistido. Eu vou ser pisciana e vou só plantar uns tomates no alto da serra e me deixa vivendo. Mas essa não sou eu, porque o meu corpo é político. Eu sou uma mulher preta, favelada. Por onde eu vou, para onde eu estou, eu sou a política. Eu sou a política que deu certo e a política que não deu certo. O meu corpo carrega a dualidade da existência de ser um corpo político, que traz com ele todos os desafios. Eu não tenho a opção de não ser política. Eu não tenho a opção de não pensar sobre a política, porque eu sou a ativa da política ou eu sou a passiva da política. Isso vai me colocar em alguns lugares no mundo. Então, pensar mulheres e política, para mim, é, sobretudo, partir de um lugar de pensar como nós podemos encontrar estratégias de sobrevivência, de chegada e de permanência das mulheres na política. Seja essa política qual for. O primeiro grande passo é o entendimento desse sujeito político, de que o que você está fazendo aqui não é uma conversa. Isso aqui é política. A roupa que você veste é uma afirmação política. E isso nada tem a ver com minhas preferências. A gente carrega muitos preciosismos. A gente realmente acha que o mundo está resumido à nossa existência. Isso é tão inútil do ponto de vista coletivo que se somar a gente mais um milhão, dá nada, do ponto de vista do mundo, do que se tem no mundo.

Eu estava recentemente em Londres, pude conversar com mulheres refugiadas, a experiência das mulheres refugiadas, e pensar aquele corpo político completamente diferente das mulheres faveladas, se pensando no corpo político, que as mulheres faveladas também estão refugiadas na cidade. Porque quando elas saem da sua favela e vão para a cidade, a cidade... Isso porque, para mim, a favela é a cidade. Ela não está descolada. Mas essa sou eu, no meu senso crítico, político, ativista, que penso o urbanismo numa outra perspectiva. Mas, se a gente for pensar como as mulheres faveladas estão postas na cidade, a favela está à margem. Então, quando elas saem

daquele lugar e vão para a cidade para trabalhar e não para viver a cidade, a cidade trata como estranho. E o que tem de comum no estranho? Todo lugar tem seu lugar comum. Interseção, conjunto, matemática básica. Então, o que a gente pode pensar, a partir dessa reflexão, que o que as mulheres refugiadas...

Por isso que o debate de cidade global me pega tanto. Eu estava lá do outro lado do mundo, num dos países mais ricos do mundo, conversando com mulheres que saíram das suas cidades, fugindo da violência. O que elas têm em comum com as mulheres da Rocinha, com as mulheres da Maré, com as mulheres do Vidigal, da favela do Gato? O que elas têm em comum? Esse lugar e essa vontade de exercer a sua força, a sua intelectualidade, que é política. O que elas têm em comum é saber o que está errado na estrutura, é saber quais são os seus direitos e querer que aquilo coletivamente aconteça. A gente, o tempo todo, todas as vezes que a gente se desperta para esse lugar. Menciono aqui o movimento Mulheres Negras Decidem, que é um movimento do qual eu sou conselheira, onde a gente discute muito o que podemos fazer politicamente por nós, mulheres. Porque, quando a gente fala das mulheres negras, das mulheres indígenas, a gente está falando da base desse país. E, automaticamente, se você organiza a base, você organiza toda a estrutura para que a base pare de ser a base. Ninguém quer ficar...

Eu tenho uma mentalidade circular. Na minha cabeça, esses processos verticalizados nos colocam em pleno retrocesso político. E, para fechar o bloco Mulheres e Política, nós precisamos nos fortalecer politicamente. Se fortalecer politicamente é abrir mão de chegar nos espaços de poder e performar um homem branco, cis, hétero, liberal. Não adianta a gente chegar lá e achar que, para permanecer, a gente precisa ser como eles. Não adianta a gente chegar lá e achar que, para eu permanecer, eu tenho que tirar a minha igual porque ela pode me enfraquecer e não me fortalecer. O espaço da política não pode ser um espaço de barganha. Tem que ser um espaço de direito ampliado, alargado. Quanto mais de nós, mais diversidade. Quanto mais diversidade, mais a gente alcança o que a gente chama de bem-estar social nessa tentativa.

“Esse lugar do ativismo é muito complexo, porque eu acho que, inclusive a própria academia, ela traz um lugar muito aquém dessa intelectualidade. Parece que as ativistas não são tão importantes quanto toda a outra parte. O ativismo passa a ser um instrumento de observação, ele fica estranho, estranha a decisão, você não tem um processo de protagonismo daquilo que ativa o sistema. Poxa, ativismo, não é? Esse ativismo é aquilo que mexe com o sistema, que traz à tona, que emerge, que ecoa, que vibra esse sistema. Isso não pode ser tratado como algo secundário à luta. É central para a luta, é central para o que a gente fala sobre o feminismo, com as suas ramificações, o que, para mim... enfim, outro dia a gente reflete sobre essa parte. Mas eu acho que,

quando a gente traz para dentro dessa reflexão mulheres e ativismo, a gente precisa entender que, se a gente está falando que mulheres e política é um posto, isso só pode acontecer se elas forem ativistas. Primeiro tem que emergir em mim a inquietação, a indignação. Não posso concordar com a canalhice, não posso achar que está tudo bem, porque se eu acho que está tudo bem, concordo, bato palma para o Adam Smith misturado com o Zé Carioca e acho que isso é o grande modelo de sociedade que eu acredito. Não. Se a minha vida é um carnaval liberal, eu não sei em que lugar que eu estou. Então, quando eu me localizo como sujeito, eu fico, olha só se isso não é uma maluquice, o que eu tenho que fazer agora? Eu pego o combustível daquilo que me provoca de sociedade, encontro pessoas que concordam em discordar, mas que a gente olhou para o horizonte comum, caminhos diferentes, mas a gente está indo para o mesmo lugar, pego isso, transformo isso numa política, num instrumento, e vou para o outro bloco, que é me empoderar, me empoderar enquanto sujeito, enquanto mulher, entendendo todas as minhas identidades, e não para fragmentar, entendendo as minhas identidades para preencher a minha subjetividade, para que eu me reconheça no mundo, porque a partir do momento em que eu me aproximo da minha identidade, entendo a minha identidade na minha totalidade, eu consigo preencher a minha subjetividade e logo o mundo é meu.

NILZA ROGÉRIA

A trajetória de Magda mostra que transformar uma favela é muito mais do que construir infraestrutura. É afirmar o direito de existir com dignidade, é fazer da cidade um lugar onde cabem todas as histórias. Sua caminhada revela que conexões humanas, afeto e organização coletiva são forças capazes de reinventar o futuro. Esse foi mais um capítulo do audiolivro “Mulher de favela”. Até o próximo.



t, consecetu
at ut labore
ibendum es
a diam sollici
trices grvida
i. Sed velit dign
is nunc sed blana
mentum. Ornare
uperdiet nulla ma
is nunc sed id sem
ces.

nam libero justo
um velit laoree
convallis con
trices integ
isque ea

st
gr
29
ssil
nbis
pib ti
bs
2
is
e
ta

CAPÍTULO 21: MAURA GUERREIRA

ROTEIRO
EP. MAURA GUERREIRA
AUDIOLIVRO "MULHER DE FAVELA"

MAURA

E lá, eu começava a chorar, eu não aguentava, pegava o microfone e pedia socorro. “Gente, socorre a minha comunidade. A nossa comunidade, as pessoas só saem para morrer. Só para morrer.” O SAMU só entrava pra pegar a pessoa morta. Porque a gente não tinha nenhum socorro. Porque as clínicas da família que lançaram lá, na época, foi em lugares que a gente não poderia ir, por causa de facção. Aí, nós ficamos o quê? Ficamos ilhados. Não tinha para onde correr. Então, tendo essa visão, pedi socorro. “Faz clínica da família na nossa comunidade, socorre a minha comunidade.” Comecei a pedir socorro, socorro.

NILZA ROGÉRIA

Maura de Souza, apelidada carinhosamente de Maura Guerreira, nasceu em Niterói, mas é líder comunitária da região de Vila Paciência, na zona oeste do município do Rio de Janeiro. Sua história, tão marcada pela violência, abuso e dificuldades, a levou a lutar pelos direitos sociais e infraestrutura básica na comunidade, além de construir uma vida melhor para os seus filhos.

Eu sou Nilza Rogéria, e a partir de agora, convido você a conhecer a trajetória de uma mulher engajada na luta e transformação social, com um forte desejo de ajudar aqueles que estão ao seu redor. Esse é o “Mulher de Favela”.

NILZA ROGÉRIA

A história desafiadora de Maura é atravessada desde o começo por algumas peculiaridades. Devido ao analfabetismo de sua mãe, seus documentos foram trocados com o de sua falecida irmã, Maria Helena. Por isso, na sua identidade, seu nome é Maria Helena de Souza.

MAURA

Meu nome é, no documento, Maria Helena de Souza, mas meu nome também é Maura. E por quê? Porque minha mãe não sabia ler na época. Tinha eu e minha irmã, meus irmãos, e tinha uma irmã minha de, na época, 3 anos de idade, que veio a falecer. Minha mãe não sabia ler e meu pai morreu também. Ela ficou meio enrolada. Como eu me casei cedo, ela me deu o documento da minha irmã, para poder registrar os meus filhos, tirar a documentação. E isso eu fiz. Nnem dei conta do nome da Maria Helena. Na empolgação, comecei a tirar a documentação. E, quando rasurou o documento, eu fui em Niterói, que eu nasci em Niterói, para pegar a segunda via. E, nisso, eu pegando lá a segunda via, minha avó falou para mim, “Maura, esse documento não é seu, é da tua irmã que morreu”. É que, antigamente, não arquivava, como eu falei. Procurei um fórum, e o juiz falou para mim que minha mãe tinha que pagar cesta básica ou ia ser presa, porque isso foi tipo uma fraude. Aí, eu deixei por isso mesmo. Ele falou: “Você escolhe se é isso mesmo ou se você vai à frente, mas vai prejudicar tua mãe.” Então respondi: “Minha mãe não tem dinheiro pra comer direito, vai dar cesta básica como? E ela ser presa, o que será de nós? Eu não tenho pai.” Então, eu deixei fluir. Dei minha palavra que eu não ia mexer no documento de Maura Helena, mas, hoje em dia, todo mundo me chama de Maura Helena, tem que me respeitar, meu espaço, porque eu explico às pessoas o porquê meu nome no documento é Maria Helena. Eu peço que não me chame de Maria Helena. Por quê? Porque me dá lembrança da minha irmã que faleceu, entendeu?

NILZA ROGÉRIA

Atualmente, aos 59 anos, Maura é mãe de 16, têm 28 netos e 2 bisnetos. Construiu uma família e um lar de amor, mas, infelizmente, nem sempre foi assim. Desde os primeiros anos da infância, Maura sofreu com o luto, a partir da morte precoce do pai, seu grande porto seguro, e a negligência de sua mãe, dependente química. Foi assim que surgiu dentro de si essa necessidade de acolher, abraçar e cuidar do outro, pois precisava se virar sozinha para se alimentar e alimentar seus irmãos.

MAURA

Eu tinha um pai maravilhoso, um pai que era muito dedicado à família, que era muito trabalhador, meu pai era muito trabalhador. Era aquele homem que... Éramos,

na época, muitos irmãos. Era um homem, que a compra dele não era... de legumes, coisas, não era um quilinho. Era caixa de legumes, caixa de verduras, tudo em caixa. E aquele homem tinha o máximo cuidado com a gente. Sempre cuidava da minha mãe. Minha mãe deixava as coisas assim por fazer. E não olhava a gente direito, na época. Quando ele chegava, era rapidinho, fazia as coisas, mas ele notava, já brigava com ela, porque ele queria que ela fizesse direitinho, horário de escola, tudo direitinho. Então, eu era muito agarrada com o meu pai. Inclusive, fiquei tão agarrada com ele – ele também muito agarrado comigo – que eu tive X e Catapora. E todos sabem que os dois juntos matam, né? Eu sou um milagre, porque *eu tive os dois* ao mesmo tempo. Oo médico falou que eu ia morrer, pro meu pai. Meu pai ficou desesperado, me carregava, e me botava no ombro dele, corria comigo pro hospital, por fim, começava a cuidar de mim em casa, fazia comida na minha boca. Então, por fim, eu era muito agarrada com o meu pai. Mas chegou um momento que meu pai, ele revidou um assalto. E esse assaltante encontrou meu pai. E quando encontrou meu pai, eu estava junto. Eu tinha seis anos de idade quando vi aquele cara matando meu pai, dando tiro no meu pai. Meu pai mandando-me correr, corre, corre, corre, eu corria, corria, corria. E eu não pude socorrer meu pai. Ele foi morto na minha frente. Fiquei três meses doente. Onde passava na rua, eu via. Os homens escuros, né? Eu agarrava aqueles homens, a perna, chamando de pai, mas não era meu pai. Por fim...

MAURA

Minha mãe começou a se envolver. Era usuária. Minha irmã também virou usuária. E minha mãe também se prostituía. Vinha pra Barra, porque, antigamente, a pensão era difícil de sair.

E, nisso, eu já tinha completado oito anos de idade. A Eu via meus irmãos todos com fome em casa, o que eu fiz? Falei “Vou dar um jeito”. Eu, com oito anos, comecei a pedir pão duro nas portas. Eu tinha que socorrer meus irmãos. Minha irmã mais velha não fazia a parte dela, mas eu via em mim a obrigação de fazer a minha parte, com oito anos de idade. Comecei a pedir pão duro nas portas. Aquele pão duro que eu pegava na rua, chegava em casa, pegava um alho, socava, botava água, dava pro meu irmão, comia, eu comia também aquele pão duro. Eu chamava de sopa de pão duro. Nós comíamos. E, na minha bolsinha, sempre quando ia pedir pão duro, eu carregava aquela lata de sorvete, que, antigamente, não era de plástico, era de lata mesmo. Aí, eu ia, com a minha bolsinha, e pedia o resto de comida nas portas. Eu não comia nem um pouco daquela comida que eles me davam, no resto. Eu fechava a lata. Só comia o que eu tinha em casa junto com meus irmãos. Porque eu sempre fui muito família. E, depois, comecei a pedir pão duro e tal, que eu me lembro uma época, que fui no Mercado de Campo Grande. Eu estava com muita fome naquele dia. Aí, eu falei “Moço,

moço, paga um bolinho pra mim?”. O homem falou na minha cara, “tá muito grande, com o peitinho e tudo”. Eu tinha oito anos, mas tava formadinha. Ele falou pra mim, assim, “Você tá com... não, não, tá muito grande, vai procurar um trabalho”. Aí, eu ficava esperando todo mundo comer. Até hoje, quando vou lá em Campo Grande, no Mercador de Campo Grande, São Brás, eu olho ali, cantinho, que até hoje tem o caldo de cana que eu pedia. Eu esperava acabar de comer, o povo tinha mania de comer as carnes, jogar aqueles restinhos fora, no lixo. Quando todo mundo acabava de comer, eu ia lá naquele lixo e pegava e comia. Sobra de massa pra saciar a minha fome.

NILZA ROGÉRIA

Ainda criança, aos 8 anos, enquanto pedia comida na rua para sobreviver, a vida de Maura teve uma virada de chave, ao conhecer dona Valdima, que a acolheu por alguns anos.

MAURA

Deus é tão bom que comecei a ir nos lugares pedir, fui parar em Marechal Hermes. E lá, encontrei a dona Valdima, que era uma mãe de santo. Não sabia o que era a mãe de santo na época, porque eu não entendia o que era isso. Eu queria pedir pão duro para o meus irmãos, pra matar a fome dos meus irmãos. A dona Valdima falou assim: “Você é tão engraçadinha, bem comunicativa. Você não quer trabalhar, não? Eu não tenho filha mulher, tenho só um filho homem”. Eu falei, “Eu vou perguntar para minha mãe”. “Você quer mesmo?” “Eu quero.” Com oito anos de idade. Eu cheguei em casa e falei pra minha mãe que tinha arrumado emprego. Falei que a moça queria conversar comigo, com ela lá junto. Levei ela na dona Valdima, aí lá, ela aceitou, né? E eu fiquei morando com a dona Valdima. Nisso, morando com a dona Valdima, ela me botou na escola, me educou. Me ensinou a comer de garfo e faca, eu não sabia, me ensinou cozinhar de forno e fogão.

MAURA

Eu fiquei com ela até... eu ia fazer 11 anos na época. Eu já tava com 11 anos, que é muito tempo. Eu escutei uma entidade falar que, assim, “Ó meu filho, eu vou raspar a cabeça dela”. Mas não era a minha cabeça, eu pensei que era a minha cabeça. Eu falei “Valdima, eu vou pra casa, tá? Porque eu tô com sono”. Cheguei lá, peguei roupa, fugi. Botei três calças compridas, duas blusas. Falei “O quê? Eu vou ficar careca, nada Eu vou me mandar”. Fugi. Ela foi atrás de mim, mas eu não quis voltar. Fiquei com medo, não voltei. Aí, enfim. Daí, minha vida começou. Minha mãe me deu uma coça. Porque eu era... eu ia ganhar o dinheiro. Minha mãe não ia no emprego para me dar um beijo, falar que me ama. Minha mãe nunca falou que me ama. Nunca ouvi falar assim, “minha filha, eu te amo”. Nunca ouvi. E só ia pegar meu dinheiro

pra gastar em casa com droga e eu comprar alguma coisa para os meus irmãos. É só pegar meu dinheiro. Eu correndo, “Mãe que alegria”, segurava nela. Ela, “Vai pra lá, minha filha, que eu vou falar com a sua patroa”. Aí, ela pegava meu dinheiro e ia embora. Nem “Tchau, minha filha” ela me dava. Mas fui ver a saber. Quando voltei pra casa, quando fugi, cheguei em casa, ela soube que eu fugi, a primeira coisa que ela fez, ela e meu padrasto, foi me dar uma coça de vara, não, de fio e borracha. Uma coça de fio e borracha. Apanhei muito. Fiquei toda marcada. Antigamente, não tinha lei, né? A gente criança.

NILZA ROGÉRIA

Novamente sozinha, a mãe de Maura a obrigava a ir para as ruas roubar, junto com seus irmãos. Mas Maura, ainda tão jovem, não conseguia, e por isso, apanhava de sua mãe. Infelizmente era submetida a muitas situações violentas que a deixavam vulnerável apenas para ganhar dinheiro.

MAURA

E daí, minha vida começou. Fui pra escola, de novo, lá na ideia. Minha vida começou a ficar... Quando eu ia pra escola, minha mãe mandava pra rua pra roubar. Pra fazer o vício dela. Ela me batia pra eu roubar. Só que eu apanhava, confesso, apanhava muito, mas nunca roubei ninguém. Eu fingia que ia, chegava com a mão vazia. O meu irmão sempre pegava uma lancheira, alguma coisa. “É a maior que tu pegou.” “Mãe, não consegui roubar, não. Fiquei com medo”. Apanhava. De fio e borracha. Apanhava. Apanhei muito. Imagina como eu apanhei, mas nunca roubei ninguém. Graças a Deus. Graças a Deus. E daí, comecei estudar. Comecei a estudar e, final de semana, eu tinha que ir pra... Meu Deus do céu, esqueci o nome. Na cidade, o Amarelinho, na Cinelândia... Eu ia pra ajudar meu irmão. Porque tem um irmão meu que vendia bala lá, doce. Ele falou “Maura, me roubaram. Eles tão me roubando e me batendo”. Eu falei “Ah, então eu vou com você”. Porque eu também era uma protetora, defensora dos meus irmãos. Fui com ele lá, na Cinelândia. Cheguei, comecei a vender doce com ele. Mas ninguém, até o momento, tinha roubado ele. Nisso eu também... eu com 11 anos... estava lá vendendo doce. Chegou um gringo perto de mim. Começou a falar assim: “Michare, Michare, Michare.” Eu não entendia nada do que o gringo queria. Essa história é muito engraçada. Eu vou ter que contar porque é engraçada. Porque eu acho engraçada. Porque eu ganhei dinheiro. Um intérprete dele falou assim: “Ele quer que você mije.” O gringo. Eu fui mijar. Você acredita que o gringo pegou o lenço, botou no meu mijo assim, cheirou, me deu um dinheirão. Só pra cheirar. Menina, me senti a menina rica. Aí eu falei, “Irmão, vamos embora que eu ganhei dinheiro. Vamos com dinheiro pra casa”. Aí eu fui.

NILZA

Em um dos muitos dias em que estava nas ruas com seu irmão, Maura foi recolhida pela FUNABEM, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, onde passou a viver, em agonia, por vários meses.

MAURA

Ppor fim, outros finais de semana eu tinha que descer de novo pra cidade com ele. E ali fomos pegos. Pra Funabem. Fomos pegos. Só que pegaram só a mim. Eu falei “Meu irmão”. Eu tão inocente, falei “Meu irmão também tá ali!”. Foram e pegaram o meu irmão também.

Aí levaram o meu irmão para o Padre Severino. E eu, levaram lá pra Niterói. Eu fui pra Niterói. A Funabem de lá. Na Fundabem, eu cheguei lá, as meninas todas... Que eu era carne nova, né? E negócio de carne nova até hoje existe. Eu cheguei lá, as meninas começaram a implicar comigo. Vveio a menina escura, alta, pegou meu café e bebeu. Eu só olhando, na minha. Aí nisso que ela pegou meu café, fiquei quieta. Falei “Professor, pegou meu café”. A menina tomou implicância comigo. Quando fui no meu quarto, segundo dia, eu chorava, pedia “Eu quero ir embora. Eu quero ir embora”. Minha mãe não me procurava. E eu estava lá, naquele abrigo.

MAURA

Eu ganhei força lá dentro da Funabem. Eu era chefona. Todas as meninas que chegavam novas, eu não deixava bater, porque eu sabia o processo que eu tinha passado quando cheguei lá. Então, eu virei mãe de todo mundo lá dentro. Catava piolho, limpava a cabeça das meninas. Por fim, a senhora me chamou pra conversar. Eu falei pra ela assim “Eu moro lá em Santa Cruz, no Vila do Aço”, falei direitinho onde morava. Ela, “Por que ninguém vem te procurar?”. Aí eu expliquei, “Porque minha mãe é usuária. Eu que tinha que alimentar meus irmãos em casa”. Eeu expliquei a minha história pra ela. Ela falou, “eu vou levar você em casa”. Ela me levou em casa.

NILZA ROGÉRIA

Após deixar a FUNABEM, cerca de três a quatro meses depois, Maura voltou às ruas, vendendo bala. Todavia, a situação em casa ainda era crítica, por conta do vício de sua mãe, e a sensação de responsabilidade pela vida de seus irmãos.

MAURA

Fiquei uns três meses, quatro, na fundação lá em Niterói. Aí, eu comecei a vender doce de novo. Não parei, que tinha que... Minha mãe saía, não tinha hora pra voltar.

Quando tava em casa, era só maconha, pó, pico na veia o dia todo. Minha casa não tinha esse cheiro de desinfetante. Tinha cheiro de tóxico o dia todo. Sabe o que é isso?

Mas, graças a Deus, eu nunca usei uma droga. O único vício que eu peguei foi cigarro e bebia cerveja. Que eu pitei. Até porque depois fui conhecendo outras coisas também, né? Funk, essas coisas. Comecei a fumar com nove anos de idade. Fumava escondido. Nem minha patroa sabia que eu fumava. Fumava escondido.

Fumava, ia pegar a binguinha.

MAURA

Fora isso também, eu, com... Tudo na época de 11 anos. Foi uma época bem... tenebrosa. Passei pra feira, pra xepar. Os homens só me davam as coisas se apertassem meu peitinho, eu deixava apertar pra ganhar verdura boa. Assediada, o tempo todo assediada. O tempo todo assediada. Mas eu tinha que deixar meus irmãos bem alimentados. E tinha um irmão meu, Cidino, lembro até hoje, que meu irmão não bebia leite. Sabe o que meu irmão bebia? Água com açúcar. Por fim, ele ficou doente. Teve uma doença chamada fogo selvagem, que é rara, mas existe. Esse fogo selvagem. Ele morreu com o corpo todo queimadinho. Minha mãe não tratava. Mas eu não deixava mais ele beber água com açúcar. Eu sempre trazia um leitinho pra ele, entendeu? Pra quando tava na rua. E ia pra feira, boliam, mexiam comigo.

NILZA ROGÉRIA

Em um lar destruído, o que Maura mais queria era amor, cuidado e acolhimento. Foi assim que, aos 11 anos, conheceu seu primeiro marido e pai de duas de suas filhas. Na época, José era um homem de 22 anos.

MAURA

Por fim, conheci o pai das minhas filhas. Que eu tenho 16 filhos, né? Treze meu e 3 adotivos. Conheci o pai das minhas filhas e vi um refúgio para mim. Eu não queria mais ficar em casa. Eu queria um refúgio. Eu precisava de um lugar. Eu precisava, assim, me sentir amada. Eu precisava de um amor. Porque o amor que eu tinha, tinha ido embora. Eu costumo dizer que sou um fruto do milagre da terra. Aí eu conheci, né? O pai das minhas filhas, que foi José Joyce.

Ele morava em Itaperuna, o Zé. Na época, eu tinha 11 anos, quando conheci ele. E ele tinha 22 anos. Mas ele me respeitava. E minha mãe falava assim “Se você casar com um branco, eu vou te dar uma coça. Nunca vai casar com um branco. Um branco vai te fazer de escrava”. Porque eu sou... A mais pretinha da minha casa era eu, sou eu. Eu peguei e falei “Não, mãe. Eu vou casar com um branco, não.” Mas ia para

os bailes também, comecei a namorar menino. Tudo com 11 anos. Namorava. E, por fim, eu me casei com o Zé. O Zé foi um cara que me respeitou, me achou bonitinha e tal. Ele não me assediou. Ele não avançou o sinal.

Eu que avancei o sinal. Eu me entreguei pra ele. Eu fiz ele primeiro me fazer de mulher. Uma criança mulher. Aí, nisso, nós fomos morar junto. Com 11 anos, conheci ele, comecei a namorar. Com 12 anos... eu costumo dizer que não me perdi, eu me achei. Eu me entreguei pra ele. E, com 13, 14 anos pra 15 anos, fiquei grávida da minha filha mais velha, Josi.

MAURA

E eu tive que estudar à noite. Só que eu não poderia voltar para estudar à noite, porque eu achei muito perigoso, porque, nesse negócio de facção diária, para mim estudar não dava. Ainda fiquei parada um tempo. Fiquei casada com Zé até 17 anos. Depois descobri que não gostava mais dele. Me separei. Me separei mas tinha duas filhas, Josi e Joyce.

NILZA ROGÉRIA

Com tantas dificuldades na infância, Maura quis proporcionar uma vida diferente para seus filhos, para que pudessem se alimentar e estudar com dignidade. Mesmo em Vila Paciência, anteriormente chamada Favela do Aço, Maura não queria que seus filhos passassem por necessidades, como ela enfrentou.

MAURA

Foi muito assim, hard, porque, para criar no Aço uns filhos, hoje em dia, é um pouco complicado. É complicado. Mas, Deus me deu muita força e sabedoria para criar eles. A criação deles, eu criei, assim, do modo... Eu fui criada de um jeito, mas não queria que eles fossem criados do jeito que eu fui criada. Eu botei no meu coração: “Meus filhos nunca vão trabalhar fora. Meus filhos vão estudar para ser alguém na vida. Eu quero que meus filhos sejam alguém na vida.” Eu criei meus filhos, gente, de uma maneira, que eu falei para eles, “Vocês nunca vão pedir nada na rua.

Vocês nunca vão vender nada na rua. Vocês não vão pedir canequinha nem pra minha mãe, nem minha sogra. Se hoje não tiver, amanhã vai ter. Não pede nada. Se hoje está ruim, amanhã vai estar bom.” Assim, fui criando meus filhos. Eles estudaram, todos eles. Foram para a creche, estudaram. Todo o processo que uma criança podia ter, eles tinham. Às vezes, a pessoa me pergunta “Mas como é que tu conseguiu criar seus filhos todinhos?” Assim, porque muitos reclamam que tem um filho, e dois, reclamam. “Para alimentar essas crianças?” Eu falei “é uma coisa, só Deus”. Deus me deu força.

Eu vendia, fazia coxinha. Eu faço salgado ainda Fazia abajur para vender, fazia bijuteria. Me envolvia nos órgãos públicos. Fiz curso na Escola de Paz. Além de dar o curso, dava 250 reais por mês. Aqui em Botafogo. Então, ui me envolvendo. Mas, para chegar nesse processo de me envolver, passei muito aperto com meus filhos. Chegou uma época que pediram assim, “Maura, leva teu filho Maicon, mais velho. Pede, deixa que...”. Minha prima, “Leva, deixa ele levar para assinar, para vender. Faz a caixinha de presente. Aí, o pessoal dá dinheiro no trânsito”. Eu pensei, “Poxa, é uma boa ideia, né? Tô passando um aperto”. O pai dos meus filhos vivia mais desempregado que empregado. É, imagina, mais desempregado que empregado. Falei, “vou deixar”. Mas, depois, veio no meu coração, “Pô, meu filho vai lá para o trânsito. Meu filho vai poder agarrar muito dinheiro. Não, não. Meu filho vai agarrar dinheiro. Mas aí, a educação do meu filho? Vai aprender coisas”. Eu, na minha mente: “Vai aprender coisas que nunca tem que aprender. Vai aprender a fumar maconha, vai aprender a roubar. Tá na rua! Ah, não vou deixar meu filho ir, não.” O que eu fiz? Fui no Conselho Tutelar pedir socorro. Falei para eles minha situação. Eles me botaram na Escola de Paz e me deram uma cesta básica. Meu filho não foi pedir nada a ninguém. Eu fui pedir socorro. Não deixei meu filho ir para a rua. Não deixei nenhum deles para a rua. E, nessa hora todinha, eu comecei também a participar das coisas das pessoas, para poder ajudar eles e ajudar as pessoas na comunidade também. Porque o conhecimento que eu ia tendo na rua, nos órgãos públicos, eu levava para minha casa e meus filhos também aprendendo.

MAURA

E, assim, ao meu ver, quando criei esses filhos, tudo assim, meus filhos formados, não foi para os meus filhos me sustentarem. Eu não peço nada aos meus filhos. Tudo que eu fiz para eles serem alguém na vida foi para eles terem um bem-estar. Porque, eles estando bem, eu também vou estar bem. Tanto que, hoje em dia, eu durmo. Eu durmo, ronco, babo. Numa paz, porque meus filhos estão bem. Todos têm suas casas próprias. Têm seus filhos. Eu tenho 28 netos. Tenho dois bisnetos.

MAURA

Eu costumo sempre dizer para as pessoas que, na minha vida, eu sempre fiz do limão uma limonada. E nunca deixei o problema da vida atingir a minha mente e nem deixar de ser a pessoa que eu sou hoje. Às vezes, eu olho para trás e pergunto. Deus, o que eu estou fazendo aqui na Terra? Será que eu sou um ET? Por que eu me acho tão diferente assim? Tanta coisa que eu passei, que eu vejo que muitas pessoas passam com um processo na vida, já entram em depressão, já tentam se matar. Eu nunca pensei nisso.

MAURA

E tudo que eu passei na vida e passo é um processo que, costume dizer, que não acontece, não se dá por acaso. Tudo tem um propósito na nossa vida.

NILZA ROGÉRIA

Maura foi casada por 40 anos com seu segundo marido. Apesar de viver um relacionamento abusivo, Maura queria uma figura paterna presente para seus filhos, algo do qual ela sentiu muita falta por perder o pai tão jovem. Mesmo assim, foi com a ajuda de seus filhos, já crescidos, que enxergou a indispensabilidade da separação, em prol do amor-próprio.

MAURA

Eu vivi um casamento tóxico e abusivo por 40 anos. Tóxico, muito tóxico e abusivo. Mas quando eu vi... Você fala “Poxa, Maura, por que você viveu todo esse tempo, um casamento, 40 anos, tóxico e abusivo? Por que dependia de marido?”. Eu falo “Não, sempre trabalhei”.

MAURA

Eu vivi nesse relacionamento esses anos todos porque fui criada sem pai. Então, eu não queria que meu filho fosse criado sem pai. Eles precisavam ter um pai do lado deles. Porque, querendo ou não, independente de tudo, o pai é também a estrutura do lar. Eu me via assim. Então, eu pensava assim, “Se eu me separar, meus filhos vão ter uma vida que nem eu tive. E se o pai deles, que eu sei hoje que é o pai deles, ele se matar ou morrer, vão me culpar. ‘Meu pai morreu por causa da senhora’”. Então, eu tive que conviver com o jogo de cintura. Esse casamento, hoje em dia, eu sou separada por opção minha. Porque hoje meus próprios filhos me dão força. Falaram: “Mãe, vai viver. Nós já crescemos. A senhora precisa ser feliz.” Porque a história que eu conto para vocês aqui, meus filhos todos sabem. Eu sentei com eles, sentei muito, conversei com eles da minha história. Toda a minha história de vida meus filhos sabem. Então, eu sou tanto, que eles me chamam de rainha. “Mãe, a senhora é a nossa rainha.” Meus filhos me carregam no colo. Não só eles, como minha família também, meus parentes. Eu sou o xodó da família, graças a Deus. Porque, assim, eu nunca perdi essa força e essa fé. Entendeu? Eu sempre, eu olhava assim e pensava na minha mente, “Lá no fim do túnel, ainda há uma luz. Há uma luz”. E eu continuo seguindo essa luz. Eu continuo nesse túnel até encontrar lá na frente a luz. E eu creio que estou encontrando essa luz.

NILZA ROGÉRIA

Em decorrência do trauma deixado pelo relacionamento tóxico com seu ex-marido, além dos inúmeros abusos na primeira idade, Maura engajou-se na luta

das mulheres, trabalhando na Casa Mulher Cidadã, e estando presente, inclusive, na criação da Lei Maria da Penha.

MAURA

Então, a gente, mulheres, são mulheres, eu falo por todas nós, que os homens não têm a visão de que a gente pode, andar lado a lado com eles, que a mulher foi feita para andar ao lado do homem, não embaixo do pé do homem. O direito da mulher, como eu estou falando, de ir e vir, de ter a sua vida, assim, aberta. Uma vida sem su-foco, sem violência.?

MAURA

Nesse projeto, eu falo para você, eu entrei porque também fui vítima de muitas coisas, só Deus sabe. Então, eu me vi assim, num lugar ideal para estar. É ideal, é minha cara, é meu estilo, lidar com as mulheres. Porque eu também sou mulher. Então, a gente tem que ter, sentir à vontade onde a gente pisa, a mulher tem que se sentir à vontade onde ela vai. A mulher tem que ser vista não como uma faxineira, como uma empregada deles, dos homens, mas sim como uma mulher. Até porque, para os homens nascerem, nascerem de quê? De uma mulher. Não que a gente quer ser superior aos homens, não. Ninguém quer ser superior, a gente quer só ter nosso direito de mulher, de poder ir e vir, ter uma paz na gente, assim, interior, sentir mais à vontade, ter olhares diferentes, e amar a gente. Mulheres negras, tem que falar da mulher negra, porque mulher negra, só Deus. Sou negra com muito orgulho, muito amor, amo minha cor. E nada me atinge. Pode me olhar, pode me debochar, nada me atinge. Por causa de quê? Porque eu sei quem sou eu. E se eu estou aqui, é porque Deus queria que eu estivesse aqui na Terra. Então, eu não vejo cor, nem raça, eu vejo a pessoa, o caráter, a índole. Entendeu? Então, dentro de mim, não tem esse negócio de preconceito, não. Mas a gente vive muitas coisas.

Não só por ser mulher negra, mas como mulher também. Porque o homem acha que lugar de mulher é na cozinha. Você vê hoje em dia, tem mulheres que ainda vivem assim. Então, eu vejo que esse trabalho veio para empoderar as mulheres, tirar as mulheres da rotina, mostrar às mulheres que elas podem, que elas podem, que elas têm direito de tudo.

MAURA

Mas a mulher, nós mulheres, somos a parte que são mais mexida. Tanto fora de casa como dentro. Porque, às vezes, você pensa que agressão é só botar a mão. Não. É agressão verbal. Tem agressão verbal. Psicológico, né? Há vários tipos de agressão que você nem sabe que está sendo agredida. Até no olhar, você é agredida. Sério, até

no olhar a mulher é agredida. Eu acho que esse projeto, eu acho não, eu tenho certeza, veio para modificar. Veio para ficar. Para a mulher enxergar que ela tem onde recorrer. Tanto que, hoje em dia, tem a DEAM (Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher) também das mulheres, né? E eu tenho um prazer também de dizer para vocês que eu fiz parte dessa Lei Maria da Penha. Com a Tia Gaúcha (Cleonir Alves). Fomos para Brasília assinar, pedir ajuda lá em Brasília. Foi na época do Fora Bush. Estava lá eu com a plaquinha. “Fora Bush! Fora Bush!” Levamos quatro ônibus daqui do Rio para Brasília. E conseguimos que essa lei saísse do papel. Que é a Lei Maria da Penha. E também fiz parte do DEAM, para vir para Santa Cruz com a tia Gaúcha, que ela faleceu, né? Que Deus a tenha em um bom lugar. Então, eu sempre gostei de estar nesse movimento de mulheres. Sempre gostei.

NILZA ROGÉRIA

Além de batalhar por uma vida digna para seus filhos, Maura sabia que era preciso transformar o lugar em que morava, onde seus filhos cresciam. Assim, esteve à frente da Associação dos Moradores por sete mandatos. Foi responsável por renomear a Favela do Aço e implementar incontáveis mudanças na infraestrutura da região.

MAURA

Por que o Aço, na época, levou o nome de Aço. Vou lá pelo começo. Porque lá tinha um balcão de aço mesmo. Onde todo mundo morava junto. Pessoas que vieram da enchente. Pessoas que vieram do incêndio. Então, botaram as pessoas para morar até fazer o Vagão. Aí, construíram o Vagão na correria. Tanto que foi uma coisa muito malfeita. Só para alojar as pessoas para ter separação. E, por fim, fizeram a Cidade Alta mais devagar. Porque lá na cidade tem o Vagão, que é a baixa, e tem a alta. Cidade Alta. A Cidade Alta tem quarto, sala, cozinha. No Vagão é um vagão mesmo. É um vagão ainda, que não derrubaram tudo. Tudo junto. Você que fazia divisória. Você entrava e fazia divisória. O único que era dividido ali era o banheiro e a cozinha. Agora, o quarto, tinha que botar uma cortina, um móvel grande para separar, entendeu? Então, por que eu, na minha gestão, mudei para Vila Paciência? Nessa época, a gente, a nossa comunidade, era muito malvista. Até hoje, é um pouco. Para arrumar emprego era difícil. Era Aço, Aço, Aço. Aí, eu e o Alexandre sentamos, Alexandre Cordeiro. Eu falei, “Alexandre, vamos botar um nome na nossa comunidade?”. Ele, “Vambora”. Ele falou, “Vamos botar Vila Paciência?”. Começamos a escolher. “Vila Paciência Brilhará”. Ele, “Isso mesmo, olha: Vila Paciência Brilhará”. Aí, eu botei Vila Paciência Brilhará, né? Na comunidade. Mas, quando fomos botar um nome na prefeitura, a gente botou o nome só “Vila Paciência”. Eu fui lá com a gestão, porque eu vou te explicar passo a passo. Foi o Pedro Porfírio e o Marcello Alencar na época. Eles vinham na eleição, Alencar como prefeito. E o Pedro Porfírio, parece que ele vi-

nha vereador. Na associação, as pessoas tinham o hábito de querer dinheiro. Eu falei para eles que eu não queria dinheiro. Eu queria benefício para a nossa comunidade. Porque a comunidade estando bem, eu também estaria bem. Minha família também estaria bem. Fechamos ali um acordo.

Primeiro passo, inaugurar a creche Mariana Papera, que tem na comunidade. Segundo passo, pedir para eles botar asfalto e iluminação na comunidade, que lá era chão, era terra. E o terceiro passo, mudar o nome para Vila Paciência Brilhará. Comunidade Vila Paciência. Aceitaram. Entendeu? Quando acabou a eleição, eles ganharam. O Pedro Porfírio, na época, não entrou com o ponto que desejava. Mas o Marcello Alencar entrou. Fui para a prefeitura. Fui eu, Mariana Papera, que ela me tirou dentro da minha casa para vir para a associação, porque ela viu que eu tinha potencial para isso, ela soube da minha história, que eu fechei a escola, que eu ajudava a comunidade, que eu defendia as pessoas.

“Maura, você não é mulher para ficar dentro de casa. Você tem um dom para ajudar as pessoas.” Me chamou para a associação. Quando fui dar o nome para Vila Paciência, ela também estava presente. Vamos lá, a gente na prefeitura, sentamos, fizemos esse acordo para sair do papel e ir para a realidade. Botaram o nome de Vila Paciência. Isso aí eu posso dizer que foi na minha gestão, por glória de Deus, coisa mais linda, né? Lá, hoje em dia, tem um nome.

NILZA ROGÉRIA

Dentre as inúmeras reformas na vila, além da implementação da primeira creche, asfaltamento das ruas e melhoramento das condições de iluminação, Maura também garantiu uma clínica da família próxima à comunidade, fruto de muito esforço e determinação, integrando, posteriormente, os Conselhos de Saúde, de Segurança e Defesa Civil.

MAURA

Foi uma coisa levando à outra. Porque na associação, eu aprendi que não é você ficar sentado na cadeira lá dentro. Você tem que articular para ter mais recursos, buscar recursos e também estar mais a par das situações. Como é que eu ia saber da situação lá fora se eu estava só lá dentro da minha comunidade, sentada? Como é que eu ia adquirir benefícios para a minha comunidade? Então eu tinha que estar participando dessas coisas. Eu tinha que ser o quê? Uma liderança participativa.

MAURA

Tenho orgulho de dizer que essa clínica da família, eu lutei. Não vou dizer que foi conjunto, porque na reunião, só ia eu para as reuniões, Conselho de Saúde.

MAURA

Eu fui na escola, porque a escola tem um espaço grande para fazer lá dentro a clínica da família. Só que não poderia. Aí, por fim, ele falou, “Olha, Maura, vai ser difícil botar aqui dentro, porque a clínica da família não foi feita só para a comunidade, foi feita para vários, para os vizinhos também ao redor, né? Para outras demandas também”. Me chamaram na entrada da comunidade, na Rua São Gomário, perto da torre, e falaram, “serve uma clínica da família aqui? Não serve?” “Serve.” “Então, vamos fazer aqui, tá bom?” Falei, “Tá ótimo”. Tá lá, a Clínica da Família Samuel Penha Valle. Foi da minha gestão, tenho orgulho de dizer, foi com muito choro, tá lá. Não ganhei fama porque briguei, outros ganharam, mas não esquento. O que eu faço com uma mão sem outra ver. Quero que Deus veja, não o homem. Até porque eu faço com amor, tem coisa que eu faço que eu esqueço que eu fiz.

NILZA ROGÉRIA

Além disso tudo, Maura faz parte do Conselho Tutelar, trabalhando como voluntária, zelando pelo bem-estar não só de seus filhos, como de muitas outras crianças, para que não tenham uma infância tão sofrida quanto a sua.

MAURA

Eu tinha meus filhos, meu esposo mais desempregado que empregado. Então, veio a opção da minha prima de botar meu filho para pedir as coisas na rua, para levar a caixinha de presente, para pedir dinheiro no estacionamento. Botei no meu coração que eu deixei. Falei “Vou deixar”. O dia que eu fui chamar, que ela foi chamar, eu não deixei. Falei, “Não, meu filho não vai, não”. Porque vinha a minha mente atrás, como falei, que lá ele ia aprender a fumar maconha, roubar, tudo que meu filho ia aprender na rua. E eu não queria isso para o meu filho. O que eu fiz, fui para o Conselho Tutelar pedir socorro. Chegando no Conselho Tutelar, que na época era a Irineia e o Marcelo, pedi socorro para eles. Tinha outras pessoas também. Pedi socorro para eles e me botaram na Escola de Paz, onde fiz curso para ganhar 250 reais. Com esses 250 reais que eu ganhava, o que eu fiz? Fiz coxinha, fiz abajur, para ganhar mais dinheiro para poder comprar... para não faltar para os meus filhos. Eu nunca deixei faltar nada para os meus filhos. Eles não tiveram uma vida de luxo, mas o arroz, feijão, a cozinha, eles tinham.

NILZA ROGÉRIA

Olhando para trás, Maura se orgulha de sua jornada, de tudo que conseguiu mudar e melhorar em Vila Paciência, seu lar.

MAURA

Hoje eu olho ali, eu passo, eu fico... eu choro. Eu choro por quase tudo. Precisa melhorar mais. Mas quase tudo, porque as pessoas que não tinham autoestima, hoje em dia têm. Hoje eu passei na rua. A menina chegou pra mim e falou assim: “Maura, você é meu espelho. Você que me dá força, não só eu, mas muitas mulheres da comunidade pra reagir, seguir em frente. Você é um exemplo de mulher.” Então, eu vejo muitas mulheres se empoderando, mudando a conduta por causa de mim. “Porque você é mulher com um montão de filho, Maura, eu nunca vi você reclamando, nunca vi você, assim, maltratando ninguém. Você sempre sorrindo, sempre cheirosa, sempre arrumada. E quando fomos na tua casa, vimos você, como é que tu vivia.” Entendeu? Porque só viram minha história quando foram na minha casa, porque muitos pensavam que eu morava num castelo. Porque eu ajudava todo mundo. Muitas pessoas me veem hoje em dia como uma referência. Eles falam que eu sou o espelho deles. Aí, um dia, uma mulher falou pra mim, a Letícia, me parou, falou assim: “Maura, nunca desista, porque eu me espelho em você. Maura, nunca desista.” Eu respondi: “Pode deixar.”

Eu estou na luta. Sou pisoteada? Eu sou ainda discriminada? Sofro ameaça de perseguição. Sofro muito. Mas eu tô aqui, tô na luta. Não desisto, não. Eu falo pra Deus assim, “Deus, as pedras que tiverem no meu caminho pra me tropeçar o Senhor tira. As que vierem e que me dão força pra me superar e pra avançar”. E tô na luta. Eu não sou mulher de olhar só pra filho e neto, não. Eu amo todos eles, mas eu olho pro meu redor também. Eu quero ver todo mundo bem, independente das pessoas. Mesmo que eu não conheça, mas quero todo mundo bem. O que eu puder fazer, buscar recursos pra estar ajudando, eu vou fazer enquanto tiver vida. Mas tem muitas coisas boas que eu já fiz. Pão e glória de Deus. Às vezes até fico assim admirando a mim mesma. Eu consegui isso. Que legal, eu passei na rua também esses dias, aí tá fazendo uma obra lá, fazendo asfalto Eu ia passar. “Meu Deus do céu, como é que eu vou passar nessa rua, tá toda esburacada.” O Edmilson, o rapaz que mora lá, disse: “Amor, isso aí é dedinho seu.” Mas é mesmo. Ninguém sabe, mas pensa que é prefeito. Não. Quantas vezes fui num Conselho de Segurança pedir. No Conselho de Segurança você pode pedir obras, você pode mostrar a deficiência. Todo lugar público que você vai, pode mostrar a deficiência que está na tua comunidade, o recurso, o que você precisa fazer na comunidade. Aí vão ali, as pessoas, órgão público grande, pega a tua fala, aproveita em cima daquilo, vai lá e faz. Mas é você que pediu.

MAURA

Esse ar de miséria não existe mais. Isso que eu sonho para o futuro da comunidade, todo mundo bem. Todo mundo bem-empregado. Todo mundo chegar com o currículo numa loja na Barra, em Ipanema, Botafogo, chegar assim: “Tu mora onde?”

“Moro em Vila Paciência.” “Caraca, tu mora naquele lugar legal.” Pegar o currículo e dar emprego para a pessoa, porque até há pouco tempo, acho que... Se falar que mora no Aço, eles não dão emprego, tem que dar o endereço de outra pessoa. É muito triste isso, mas isso vai acabar. Esse é meu sonho: acabar com a discriminação sobre a nossa comunidade, nosso bairro e sobre a gente, mulheres também, sobre todos nós. Nós temos de viver bem. Todo mundo é filho de Deus. Meu sonho é que as pessoas, governantes e sociedade, o social, todo mundo veja a gente como um irmão, como pessoas que têm pouco, mas que com pouco, muito que eles têm podem dividir conosco também.

NILZA ROGÉRIA

Maura é uma mulher que enfrentou a fome, a miséria, a violência e negligência de todas as partes. Ainda assim, optou por continuar vivendo e lutando para que ninguém a sua volta sofresse o que sofreu.

Eu sou Nilza Rogéria.

Este foi mais um capítulo de “Mulher de Favela”. Até a próxima.



CAPÍTULO 22: ELIZABETH CAMPOS

ROTEIRO
EP. ELIZABETH CAMPOS SILVA
AUDIOLIVRO "MULHER DE FAVELA"
ROTEIRISTA: LAURA VILARINHO

ELIZABETH

Eu tenho uma filha com deficiência, a Carol, e eu tenho a minha outra filha, paixão, Cristine. Eu olhei para essas duas filhas, dentro da favela, envolvidas no meio de tiroteios, eu pensei: o que uma criança, o que eu, enquanto mãe, gostaria que a minha filha tivesse acesso e não tem. Então falei, seria muito bom ter um curso de desenho dentro da favela, né?

Poxa, era coisa de elite. E uma escola de música dentro da favela, onde o conhecimento da favela fosse valorizado. Não é levar a academia para dentro da favela, mas propiciar uma troca de saberes, a relação dialógica, em que todos os saberes são valorizados e conhecidos.

NILZA ROGÉRIA

Elizabeth da Silva Campos, Elizabeth de Manguinhos, ou simplesmente Beth, como é conhecida pelos membros da sua comunidade, é uma líder comunitária em Manguinhos. À frente do Espaço Casa Viva, projeto que coordena desde 2003, ela já foi responsável por inúmeras transformações sociais na região. Eu sou Nilza Rogéria e, a partir de agora, convido você a conhecer a história de uma mulher dedicada à luta pelos direitos da população periférica. Esse é mais um capítulo do audiolivro “Mulher de Favela”.

NILZA ROGÉRIA

Beth nasceu em 1967 na favela do Jacarezinho, onde viveu até os 18 anos. Nessa idade, ela conheceu seu marido e foi morar com ele em Manguinhos, onde começou a atuar como liderança nos anos 2000.

ELIZABETH

Eu sou Elizabeth, Elizabeth Campos, uma mulher de 58 anos, negra, retinta, nascida e criada na favela do Jacarezinho. Aos 18 anos, conheci meu esposo, casei, fui morar na favela de Manguinhos, e lá em Manguinhos fiquei morando uns 20 e poucos anos, até que veio o PAC e solicitou, né?

Eu fiz parte daquele movimento de urbanização do lugar, na perspectiva de Manguinhos virar um bairro com diversos serviços, e eu empolgada com o movimento. O primeiro lugar que pediram, que foi desapropriado, foi a rua onde eu morava.

Mas eu não fui para longe, não. Eu fui para Maria da Graça, então, eu fiz aquele triângulo na vida. Jacarezinho, Manguinhos, Maria da Graça. Isso quer dizer que o meu lugar, a minha resistência, está naquele espaço, naquele ambiente, porque acredito que eu tenho muito que colaborar, assim como também sou privilegiada de estar nesse território. É isso.

NILZA ROGÉRIA

Filha mais velha de uma empregada doméstica e um padeiro, sua infância, como de grande parte das crianças da periferia, foi marcada por muita dificuldade financeira.

ELIZABETH

A vida da favela, na década de 60, era um estilo muito rural, sabe? Então, as pessoas tinham as suas criações, criações de porcos, galinha. Tinha as suas plantações, suas hortas. Era uma comunidade, um verdadeiro quilombo mesmo. E meu pai, como padeiro, era o que tinha um ofício. Então, ele chegava em casa com os pães que haviam sobrado na padaria do dia anterior e distribuía. Eu tenho essa lembrança do meu pai e da minha mãe com os serviços deles, com as habilidades deles, porém, relembrando essa vivência de favela. Meus irmãos... Eu sou a mais velha, então, é aquela que arruma, que arrumava, que cozinava, que ajudava os irmãos para ir para a escola, um vai, o outro volta, sempre correndo para não perder a hora. Uma coisa muito interessante era calçado e uniforme. Nem sempre tinha uniforme para todos, então, muitas vezes, um tinha que esperar o outro chegar para poder utilizar o calçado e ir para a escola. A minha família se constituiu com muitas dificuldades, mas a gente esteve junto durante todo o tempo, e isso é importante.

NILZA ROGÉRIA

Elizabeth cresceu na periferia, como uma menina negra, durante a ditadura militar no Brasil, e sofreu, ainda criança, com a violência e o racismo. Felizmente, isso não a impediu de seguir seus desejos e construir uma vida.

ELIZABETH

Quando eu era criança... eu sou de 67. Sessenta e sete, ainda no tempo da ditadura. Muitos preconceitos, muitas omissões, muitas mentiras, muitas maldades. Então, enquanto criança, eu queria era sobreviver, não ser vítima das violências, das violações e, para isso, o que eu fazia? Ia e estudava. A melhor aluna, a melhor em matemática, a melhor em português, a melhor em história, a melhor em tudo. Porém, não a melhor para fazer companhia nas festinhas, não a melhor para ser convidada para o lanche, porque uma menina negra, uma garota preta do morro, da favela, só servia para passar cola na escola. Já que eu sabia, as pessoas se aproximavam para tirar de mim aquele meu conhecimento, mas não era valorizado.

ELIZABETH

Então, quando criança, eu queria era viver. Não queria ser vítima das violências e usava as ferramentas para isso. Era muito bonito ser secretária na época, então, meu sonho era ser secretária. Andava elegantemente, me penteava elegantemente, falava inglês na minha fluência, nas minhas dificuldades, mas eu gostaria. Eu me preparei para estar nesse lugar intuitivamente, mas quando eu consigo conversar, quando consigo expressar, me vem muito a minha infância, que por querer estar e ser reconhecida nos espaços, me levou a não ficar escondida, a me mostrar, a me colocar, de modo que as pessoas pudessem ouvir a minha voz. E eu estou aqui, estou falando. Que bom.

NILZA ROGÉRIA

O trabalho social é algo que Elizabeth carrega dentro de si, através de gerações. Sua bisavó foi uma agente comunitária transformadora durante as décadas de 1950 e 1960 e, portanto, uma inspiração para ela.

ELIZABETH

A minha bisavó, Andresa Moreira, na década de 50, 60, foi uma grande líder comunitária. Ela atuava, trabalhava para legitimar, perante os governos da época, os barracos das pessoas que vinham morar no Jacarezinho. E ela, enquanto líder comunitária, recebia o direito por aquele lugar, e ela distribuía para todos. Então, é uma mulher bastante envolvida com as questões daquele território. A minha bisavó, ela conta, e depois eu pesquisei no Arquivo Nacional, tem a história dela lá. Ela reunia as crianças da favela e, em caixotes de feira livre, as crianças ficavam sentadas ali, e ali

ela ensinava as crianças a ler e a escrever. Hoje, eu tenho 58 anos de idade, então, meio século depois, eu me vejo na mesma prática da minha bisavó, né? Reunindo as crianças lá no projeto. A gente começa reunindo as crianças numa esteira, uma esteira de palha, para contar a história, para ensinar música, tudo como ferramentas para o enfrentamento à violência. E, quando eu soube dessa história da minha bisavó, respondendo efetivamente o que você pergunta, a ancestralidade nos acompanha, está conosco.

É uma pena que nossas histórias, a história dos nossos antepassados, são pouco contadas, não são valorizadas e, muitas vezes, apagadas. Mas, se cada um de nós parar e olhar os que vieram antes e respeitar a sua história, a gente vê que somos continuidade disso. Então, hoje, eu tenho um orgulho enorme de dizer que sou bisneta da Andresa Moreira, fundadora da Escola de Samba Unidos do Jacarezinho, uma ativista social, comunitária, que ajudou a reerguer aquele lugar. E eu, Elizabeth, também estou lá em Manguinhos, no Rio de Janeiro, Brasil, cumprindo essa missão.

NILZA ROGÉRIA

A história de Elizabeth com os movimentos sociais, apesar de já existente, teve uma virada quando ela começou a participar da ONG Crioula, onde participou do curso de Promotoria Legal Popular e passou a integrar o Fórum das Mulheres Negras.

Lá, conheceu mulheres que faziam parte da Rede de Empreendimentos Sociais CCAP, instituição à qual o Espaço Casa Viva pertence.

ELIZABETH

Pela minha história, sempre estive envolvida em movimento social, seja pela religião, seja pela prática de família. Então, isso já é uma coisa inerente a mim. E aí, eu tive minhas filhas e uma filha com deficiência, muitas dificuldades. Resolvi vender cachorro-quente na esquina da favela de Manguinhos, entendendo que era uma atividade diferente. Não era pelo dinheiro em si, não. Era para fazer algo diferente do que ficar dentro de casa, arrumando casa, indo para tratamento, pegando condução. Quis fazer uma coisa diferente. Fui vender cachorro-quente e meu cachorro-quente era um cachorro-quente diferenciado. Eu colocava alface no pão, ninguém nunca tinha ouvido falar isso. Então, o molho era gostoso e, no final, alface. E não é que fez sucesso? O pessoal ia lá para comer o cachorro-quente com alface.

Mas ainda chegou um momento que não me trouxe alívio. Muito angustiada. E aí eu conheci a Organização Crioula, a ONG Crioula, que eu sou apaixonada. Organização de Mulheres Negras: Lúcia Xavier, Jurema Werneck. E lá elas tinham um curso chamado Promotora Legal Popular. Eu fiz parte da primeira turma de Promotora Legal Popular aqui do estado do Rio de Janeiro. E lá a gente falava mui-

to sobre os Direitos Humanos, sobre saúde da mulher, sobre educação, sobre meio ambiente, sobre diversidade. Temas que hoje a gente ouve falar em todos os espaços, mas lá na década de 90, não se ouvia. E aí eu aprendi muito naquele lugar. Foi ali. Sabe quando eu falei que a vida da gente é um jogo, um quebra-cabeça? Então, muitas das peças que me ajudaram e me ajudam a compor o jogo da minha vida estão ali, no aprendizado que tive em Crioula. Eu escrevia projetos, fazia oficinas, já tinha uma coisa mais de intuição, mas a formalização foi ali. E nessa, fazendo parte do Fórum de Mulheres Negras, dos espaços, eu conheci uma moça chamada Adelaide, que era justamente da Rede CCAP. Adelaide e Isabel. Elas falavam muito e eu achava curioso, porque eu estava em Manguinhos, era moradora de Manguinhos e nunca tinha ouvido falar da Rede CCAP. Eu falava, “o que é isso? Não sei o que é isso”, mas nos encontros, a gente foi se afinando, e quando a Rede CCAP viu a importância de fazer um projeto para o público infantojuvenil, elas me chamaram por essa minha expertise em escrever projetos e liderar oficinas, organizar oficinas, com mulheres, com jovens, com crianças, o público variado. Então, a minha chegada na Rede CCAP se dá aí, foi no ano de 2003.

NILZA ROGÉRIA

Ao longo do trabalho, Elizabeth percebeu a necessidade de criar estratégias para falar de temas delicados em um ambiente no qual a violência muitas vezes é naturalizada.

ELIZABETH

Na época, eu ainda estava em Crioula, junto com a Fundação Oswaldo Cruz, para implantar um núcleo de atendimento a mulheres vítimas de violência, porque na época também não se falava sobre violência doméstica, porque era culturalmente entendido e aceito a violência contra a mulher. Então, você falar sobre isso num lugar de favela era pedir para ser vítima da violência. Mas a Fiocruz, na época, apoiou muito nossa ação e isso me permitiu caminhar mais por Manguinhos. Uniu falar da violência sobre o argumento de como estão os seus filhos, temos uma oficina de desenho, traga seus filhos para a oficina de desenho, enquanto a criança está na oficina de desenho, nós estamos orientando as mulheres. São estratégias e caminhos que a gente precisa perceber e estarmos atentos se a gente tem um objetivo. E o objetivo era falar da violência doméstica sem espantar as mulheres ou a pessoa que ouvisse. Aos poucos a pessoa se via muito envolvida com o tema e via seus filhos e sua família desenvolvendo com ações de arte, arte e educação. Então, está aí. Casa Viva e Rede CCAP é isso.

NILZA ROGÉRIA

O Espaço Casa Viva é um ambiente multidisciplinar e cultural. Eles dão aulas de alfabetização, música, informática, além de promover diversos eventos que oferecem um suporte para a população de Manguinhos.

ELIZABETH

O Espaço Casa Viva é um empreendimento social, é uma ação da organização como OSCIP, que é uma organização da sociedade civil, que pertence a Rede CCAP – Rede de Empreendimento Social que atua na favela de Manguinhos há mais de 30 anos.

E aí, pelos idos de 2003, a violência estava crescente, eu lembro que na época tinha o caveirão, foi quando começou essa política desse braço do Estado dentro das favelas, desse modo, desse jeito insano de ser, na época, em especial. Uma outra política também utilizada para vigiar a favela foram os dirigíveis. O que nós víamos enquanto pessoas da favela era uma ação muito desordenada e, realmente, a qualquer hora, a qualquer momento, eram tiroteios, eram mortes. Foi num conflito desse que eu fui convidada a implantar um projeto de arte, educação e cultura na favela. Na favela de Manguinhos, que é conhecida como a Faixa de Gaza carioca, um lugar, um caldeirão das violências. E como que a gente vai trabalhar a arte, os Direitos Humanos, a educação, num território tão densamente vulnerabilizado como a favela de Manguinhos? Eu recebi esse desafio.

ELIZABETH

E assim a gente começa o Espaço Casa Viva. No início, a gente fazia as atividades nas ruas, então a gente pegava uma esteira de palha, esteira da vovó, colocava debaixo do braço, no outro braço a gente colocava livros, instrumentos musicais, e parávamos nas ruas para fazer as atividades com as crianças da favela. Mas a violência é muito crescente, então acabou, a rua foi oferecendo perigo para as crianças, para aquelas atividades, então a gente foi para dentro do Espaço da Rede CCAP. O que era uma demanda livre, quando fazíamos atividades nas ruas, uma vez que foi para dentro de um espaço, a gente acabou sistematizando o trabalho. Então as crianças, junto às famílias, faziam as inscrições, participavam das reuniões, contribuía com a proposta pedagógica. E aos poucos, uma ação informal, na perspectiva da educação, se transformou na educação não formal, porque caminhou entre a educação formal, a necessidade da formalização da atividade e da proximidade da escola curricular, do ensino curricular.

Porém, não deixamos de lado a educação informal, que é aquela do dia a dia, da vivência, das trocas, vamos fazer juntos. Um exemplo, a criança, o computador, o celular, hoje todos têm, mas lá em 2003, ela não tinha. Eu me recordo que as crianças

tinham um desejo muito grande de aprender aula de informática, era o sonho delas. Então a gente instituiu um laboratório experimental de informática, informática em rede, o LEI. Me chamou a atenção, porque quando as crianças viram aquele espaço cheio de computador, coisa que eles não tinham acesso, ficaram deslumbrados. Então alguns logo se aventuraram. Mas tinha uma menina que só chorava. E aí a gente foi procurar saber. O que acontece pra você chorar tanto? É que ela tinha paixão pela Barbie. Era o sonho dela, isso há mais de 20 anos. Paixão pela Barbie. E o sonho dela era acessar o site da Barbie. Aí o professor, no teclado, mostrou. E ela não sabia escrever, a menina não sabia escrever. Então o professor, com o teclado, apresentou as letras que compõem a palavra Barbie. Ela digitou e clicou, deu o “enter”. Isso há 20 anos. Nisso que ela dá o “enter”, entra o site da Barbie. Aquilo, aquela janela, trouxe um encantamento pra vida da menina tão grande que desabrochou. Então a tela ajudou para que ela se alfabetizasse. Era uma menina que já estava no ensino curricular há muito tempo. Eu quero dizer que a arte, a cultura, estão alinhadas na perspectiva da educação, como ferramenta para apresentar janelas, horizontes. Hoje é uma mulher adulta, casada, formada, tem a sua família, tem o seu ofício, tem a sua profissão, tem as suas vontades, sabe seus direitos, sabe seus deveres. É uma pessoa, uma mulher que conseguiu romper.” Mas Beth, você foi buscar um exemplo de 20 e tantos anos atrás?” Foi o que me veio agora à mente, mas eu digo que a história se repete. A cada desenho, a cada rabisco, a cada som, a cada música, a cada acorde, permite que as crianças da favela descubram um caminho de possibilidades e oportunidades em busca de uma vida melhor para eles. É isso.

NILZA ROGÉRIA

Beth acredita no potencial e luta pelo espaço das crianças e adolescentes da periferia no mundo, no ambiente profissional. Uma das principais vertentes do Casa Viva é o foco na música e na produção musical.

ELIZABETH

Sim, também. A gente trabalha com letramento, não apenas nessa questão curricular, mas o letramento racial é de extrema importância. A gente tem um trabalho de proximidade com a família, não julgando, apontando caminhos, mas na perspectiva da construção junto, em busca de melhores caminhos e soluções para as questões do cotidiano. Hoje, 22 anos depois, temos uma perspectiva de pré-profissionalização. Nós fizemos, agora em 2024, um curso de produção musical. E qual era o objetivo desse curso? Já que todos estão com o celular na mão, eu não vou aprender mais, estou cansadinha, mas a gente vê, a criança nasceu, abriu o olho, aprende as primeiras palavras, já está na tecnologia. Já que nós temos esse aparelho na mão, então, vamos ensinar as crianças a produzirem as suas músicas através dos aparelhos.

Com softwares livres, com programas livres, a gente começou a trabalhar a música, permitindo que, se a criança e o jovem quisessem, fizesse a produção da sua música a partir do próprio celular. Composição, arranjo, mixagem, masterização. A gente tinha o computador maior, que servia para a aula, mas sempre apontando que, em casa, ele poderia fazer o rap dele, a batida dele. Porque isso é um modo de profissionalizar também, de apontar ofícios, que na minha infância, não eram considerados como ofício, poderiam ser considerados como hobby. Mas hoje a gente sabe, e as crianças da favela, os jovens, sabem dos MCs, dos raps, que têm a origem deles, e podem muito bem ter esse aprendizado e chegar numa faculdade como essa aqui, e fazer um curso de fonografia, de produção musical...

O Espaço Casa Viva tem essa função. A gente tem um grupo música na calçada, que já está na sua sexta, sétima formação, nem lembro qual, e desse grupo a gente já tem professor, a gente já tem médico, a gente já tem produtores musicais que trabalham nesses streamings aí da vida, e tudo cria da favela. Então, a favela tem a sua potência, sua potencialidade, né? E não adianta fazer com a favela lá longe, não, tem que estar perto, tem que estar junto, tem que estar dentro para poder perceber essas potencialidades e propiciar que essas potencialidades elevem a condição de vida das pessoas.

NILZA ROGÉRIA

Na escola de música, a metodologia de ensino coletivo apontou caminhos para ampliar o repertório de aprendizados e até mesmo de sonhos das crianças e jovens.

ELIZABETH

A escola de música é a coisa mais linda que existe. Porque, como que surge a escola de música? Da oficina de música que fazemos nas ruas, levávamos os instrumentos para as ruas. Quando a gente vai para dentro do espaço, e a gente começa a sistematizar nossas ações, a gente percebe que a transmissão oral é presente nos territórios de favela, mas também deve ser presente a oportunidade da criança, do jovem, do adulto, querer conhecer as notas, os tempos das músicas, as composições, saber nomear. E aí, a gente, na época, convidou a professora Wanda Freire, da Escola de Música da UFRJ. Ela trouxe os alunos dela, e a gente entrou com o nosso material. A gente percebeu que há uma metodologia valiosíssima: ensino coletivo da música. Esse ensino coletivo da música não é uma simples aula em grupo, não. Não é botar três, quatro, cinco pessoas e todos tocando ao mesmo tempo. É permitir que eles criem juntos. Proponham juntos, proponham repertório, acordes. Então, eu sei tocar as primeiras notas e o outro sabe tocar todas as notas, isso no palco é a música. Quando a gente reúne no palco, eu chamo o ensino coletivo para a vida, porque é a criança tocando com o de mais idade,

é o de mais idade aprendendo com a criança, porque a criança está no instrumento A, o adulto no instrumento C, o outro está no som e, com isso, a gente tem uma grande produção. Imagina se a gente leva essa metodologia para a nossa vida. A gente vai entender que todos somos participantes de um grande produto. Quem chega na escola de música em três meses já está tocando, já está se apresentando. Aí ele se empolga, foi só para fazer o teclado. Aí ele se empolga, vai fazer a bateria. Aí da bateria ele se empolga, vai fazer o sax. Aí do sax ele se empolga, vai fazer o cavaquinho. Dali ele fala: vou fazer o T.H.E em música porque eu quero entrar na Unirio, quero entrar na UFRJ, eu quero mostrar lá que o clássico é importante, porém clássico também é o que eu sei fazer, o que meu pai me ensinou, e eu tenho condições de chegar lá e competir de igual modo. Isso é cidadania. E isso é democracia.

NILZA ROGÉRIA

É difícil medir quantas pessoas foram impactadas positivamente pelo Espaço Casa Viva ao longo dessas duas décadas. Além dos 300 alunos regulares, atualmente o Casa Viva organiza diversas ações ao longo do ano para toda a comunidade de Manguinhos.

ELIZABETH

A gente tem, por meta, atender 300 inscritos. A gente chama esses de beneficiários diretos. Se você somar isso em 20 anos, imagina.

ELIZABETH

Bastante gente. Porém, a gente não trabalha só nessa perspectiva dos cursos. Temos as ações integradas, que é o modo de levarmos as nossas atividades para as ruas da favela, com empresas, os parceiros, as ações da Fiocruz, nas suas feiras de saúde e ciência. A gente acaba tendo um universo enorme de atendidos. Nós temos a ficha de inscrição de 300, porque a gente se comprometeu com os nossos parceiros o registro desses 300. Mas o nosso raio de ação e de atuação é muito maior, em especial nas ações integradas. Quer um exemplo? Nós temos uma atividade chamada “Só Love”. A gente compra balõeszinhos, balões de festa com formato de coração, as crianças fazem poesia ou mandam recadinhas, e ficam na rua o som da música do “Só Love, Só Love”, e esses “Só Love”, elas dizem o que é importante para elas. É uma atividade que envolve toda a comunidade, porque todos têm um “Só Love” e, quando vê uma atividade dessa, na rua, quer pronunciar e dizer qual é.

No Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, nós realizamos uma feijoada na rua da favela e toda a favela já tem esse programa na agenda deles, no calendário. Por quê? Porque é um momento de reconhecimento da sua identidade e toda a favela vem. Tenho como mensurar o número de pessoas que passam por ali? Não tenho,

mas sei que fica uma festa muito bonita e o objetivo é atingido. As apresentações da escola de música. Toda a família chega, se aproxima, então nós lotamos o auditório do Museu da Vida, a Tenda da Ciência. Por quê? Porque são pessoas que se sentem, que são impactadas com as nossas ações. Eu te garanto que nós atendemos para além dos beneficiários diretos. Os indiretos, você multiplica isso por quantas vezes quiser. E por último, eu tenho uma frase que é assim: nós miramos no que vemos, então a gente mira no que vê e acerta no que não vê, porque para demanda de relatórios, a gente tem aquelas metas a serem cumpridas, mas o resultado que vem depois, às vezes, no supermercado, alguém chega e fala, a senhora não está lembrando de mim não? Eu fui aluno na atividade tal, tal, tal, e hoje eu estou assim, meu ofício é esse. ;o resultado não foi mirando diretamente nele. A gente mira no que vê, mas acerta no que não vê. Isso dá a dimensão da amplitude do nosso trabalho.

NILZA ROGÉRIA

Mesmo durante a pandemia do Covid, Beth não desistiu de tentar ajudar o máximo de pessoas possível, com novos projetos criativos no Casa Viva. As ações criativas e com uso da internet acabaram levando o projeto a lugares que eles não imaginavam.

ELIZABETH

A pandemia foi um período difícil para a humanidade. Uma pena que parece que a gente não aprendeu muita coisa naquele período. Mas lá em Manguinhos, o desemprego, o adoecimento, foi uma questão forte. As pessoas não tinham como ficar em casa porque tinha que trabalhar na casa do outro, tinha que pegar a condução lotada. E com isso iam adoecendo, e adoecendo, e adoecendo. Aquela campanha nefasta, negacionista, contribuiu para que muitos perdessem a vida. Isso foi muito ruim. O auxílio emergencial na época foi uma questão também, porque muitos entraram na zona da invisibilidade, porque não tinham mais casa, não tinham comprovante de residência, não tinham como provar onde moravam, porque não tinham mais dinheiro para pagar seus aluguéis, então iam para as invasões. Para quem está dentro do contexto da favela, sabe muito bem o que isso acarretou na vida de muitas pessoas. Muitas favelas ampliaram seus tamanhos, cresceram, justamente por conta disso, porque as pessoas não tinham mais onde morar. Está onde, está vivendo como, vai comprovar residência e moradia onde? E aí, como que um espaço de arte, educação e cultura iria ficar indiferente a essa situação? Até mesmo porque nós tínhamos jovens e alunos que dentro de casa estavam sofrendo com o adoecimento, sobretudo de saúde mental. Crianças mesmo, entraram num processo de depressão muito grande, e percebemos a importância de levarmos as nossas ações para a casa desses alunos. Como fizemos isso? Tínhamos um projeto chamado Casa Viva Convida. Esse “convida” era para brincar com o termo Covid,

e ao mesmo tempo convidando para sair daquele lugar da angústia. Nós reunimos nossas atividades com a oficina Portinari, com ações de desenho, com a escola de música, com as oficinas de música, com a biblioteca, fazíamos os nossos vídeos e colocávamos no YouTube. Duas questões muito interessantes nessa experiência. A primeira foi que, na época que as máscaras, muito caras, tinham poucos equipamentos de proteção, eram destinadas mais para serviço de saúde e a população não tinha tanto acesso, sabe o que fizemos? Fizemos uma oficina, um vídeo, em que a gente ensinou a fazer máscara doméstica, então a orientação era pegar uma camisa sem uso em casa, cortava as mangas, cortava uma parte da camisa e amarrava, então aquilo ali funcionou como máscara. Muito importante porque quase ninguém tinha máscara, tinha recurso financeiro para acessar, porque as máscaras ficaram, no primeiro momento, muito caras. Fizemos esse vídeo e colocamos no YouTube, no canal do Casa Viva. Recebemos mensagem do norte do país agradecendo por aquela tecnologia social, porque eles não tinham acesso nenhum à máscara. As pessoas estavam adoecendo e aquele meio de proteção naquele momento foi ferramenta para que pudesse mitigar aquele momento da pandemia do norte do país. Isso me chamou muita atenção.

Outra coisa que me chamou atenção foi uma festa junina que fizemos. Gravamos e foi assim. Pedimos para que as crianças, os alunos inscritos no projeto, tivessem determinada hora com os celulares que iríamos fazer uma festa junina. Compramos doces, chapéus, bandeirinhas, fizemos um kit e entregamos para cada família. Então, naquela hora, as famílias se prepararam para aquela festa junina virtual. As crianças ficavam sentadas diante do celular com o chapéu, os docinhos, a bandeirinha enfeitando e a professora brincando com eles: “Agora, procurem o sapato de número 39 dentro de casa.” As crianças saíam correndo. Teve uma atividade que era de pintar as mãos para ensinar às crianças a importância de lavar as mãos. A gente também forneceu o kit da tinta. As crianças pintaram a mão toda. Depois, para o banheiro para lavar as mãos entre os dedos, o dedo polegar, o antebraço. As mães adoraram... mentira... porque as crianças espirraram bagunça no banheiro delas todas. Mas foi um aprendizado. No período da Covid, tivemos essa atuação, entregamos bastante cestas básicas, atendemos a um número enorme de famílias, e eram cestas continuadas durante aquele período. A gente teve uma ação importante naquele território nos dias da pandemia. Aos poucos, a gente foi retomando as atividades conforme as orientações sanitárias, e quando chegou a vacina, a gente se deliciou, e a orientação foi: vacine-se. Até os dias de hoje, a orientação é: vacine-se.

NILZA ROGÉRIA

Para além da jornada profissional, Elizabeth é mãe de duas mulheres: Carol, uma pessoa com deficiência do Espectro Autista, e Cristine, que, através das aulas de música no Espaço Casa Viva, tornou-se musicista.

ELIZABETH

A Carol tem 32 anos, e o que eu acho legal é que quando outras mães e outras pessoas com deficiências veem a Carolina naquele espaço, eles se interessam em ir. E estão lá, estão tocando, estão dançando, estão brincando, participando.

ELIZABETH

O sorriso dela é pela arte. As percepções dela da vida, as alegrias dela da vida, as curiosidades, é tudo a partir da arte. “Beth, ela desenha?” Não, ela rabisca e rasga tanto papel... ela deve se imaginar assinando um cheque. Nem mais existe isso, né? Mas ela se imagina, eu acredito, assinando um cheque. Porque quando ela pega um papel e uma caneta, se empolga tanto que faz aquela rubrica. Tem hora que rasga o papel e para mim é a coisa mais linda que existe. A música, o tempo, ela tem o compasso, ela tem a cadência. Se bater a palma, ela bate a palma no compasso, naquela cadência. E ela dança do jeito dela, né? Com a marcha dela, mas é a forma dela expressar. Então, a expressão artística está nela, e é uma forma que ela tem de se apresentar nesse mundo, de se expressar nesse mundo.

ELIZABETH

A Cristine, por ser irmã da Carol e filha da Beth, a Beth superatarefada, engajada nas coisas e tendo que dar conta das demandas da Carol, os tratamentos da Carol... a Cristine era para ser uma pessoa com diversas questões, de abandono, “ninguém cuidou de mim”... Mas, olha, um belo dia, ela tinha seis anos de idade, ela fala assim, “mãe, quero fazer música, aula de música”. Falei, “tá bom, qual aula você quer fazer, minha filha?”. “Eu quero fazer bateria.” Como que eu, numa casa dentro da favela, minúscula, com vizinhos para tudo quanto é lado, como que eu ia ter uma bateria dentro de casa? Os moradores iam ser os primeiros a me botar para correr, porque eu não ia deixar ninguém dormir. Aí eu falei para a Cris, “vamos fazer o seguinte, a mãe não tem condições de ter bateria, mas a gente pode ter um violão. Violão está bom para você?” “Está bom.”

ELIZABETH

Gente, aquele violão foi o companheiro da Cristine. Com oito anos, quando eu chego para fundar a escola de música, ela já fazia umas aulas de violão, e do violão ela foi para a guitarra, da guitarra ela foi para o baixo, que foi para o teclado e hoje

ela é multi-instrumentista, toca no jazz, toca na banda El Efecto, é produtora musical, seguiu a vida dela. Então a música trouxe esse impacto, impactou na vida da Cristine ao ponto de, além de orientá-la profissionalmente, porque ela se descobriu na música, é o lugar dela de escape, é o lugar dela de paixão e de realização.

NILZA ROGÉRIA

Hoje, mesmo com tantos desafios, Beth não pretende desistir ou parar de lutar pela sua comunidade.

ELIZABETH

As necessidades são tantas, são tantas, são tantas, são tantas, são tantas, que a sensação que dá é que a gente enxuga gelo, sabe? A gente avança, e a sensação que tem é que retrocede dois passos. Mas isso não é culpa dos moradores de Manguinhos e das ações que acontecem em Manguinhos e nos lugares de favela e periferia. Isso é porque estruturalmente as violências, as corrupções, o desrespeito... fazem parte na construção desse país. A gente tem avançado nas políticas públicas, a gente tem avançado nas melhores compreensões do bem viver, mas ainda não tem sido suficiente. Mas por conta disso, essa relação que esse nosso país lida, está com muitas questões que ainda são colocadas para debaixo do tapete. O caminho para isso, eu vejo a educação. A educação desde a primeira infância, não apenas o ensino curricular, mas o ensino para a vida mesmo. O respeito, as trocas, o compartilhar, tapar além do toque no aparelho de celular, que a gente está cercado de diversas tecnologias, mas parece que a gente está ainda sucumbindo. Ao invés de progredir, parece que a gente está entrando cada vez mais num caminho onde cada qual construindo o seu, sem a coragem de botar a cabeça para fora. E perceber que tem toda uma situação que também merece uma intervenção, merece o nosso cuidado. E o nosso bem-querer. Então, tem essa sensação do enxugar gelo, sim, mas a gente sabe que tem saídas e tem possibilidades de a gente vencer e melhorar isso tudo aí.

NILZA ROGÉRIA

Elizabeth é uma mulher determinada e resiliente, extremamente dedicada a sua causa e à comunidade de Manguinhos, na qual continua acreditando e pela qual continua lutando.

Esse foi mais um capítulo do audiolivro “Mulher de Favela”.

Até o próximo!



CAPÍTULO 23: BÁRBARA NASCIMENTO

ROTEIRO
EP. BÁRBARA NASCIMENTO
AUDIOLIVRO "MULHER DE FAVELA"

BÁRBARA

As pessoas querem usar o Vidigal como plataforma pra vista da Zona Sul. Isso nos dá dignidade, por quê? Porque a vista é linda, eu também acho. Inclusive, eu acho uma das mais bonitas do Rio de Janeiro, se não a mais bonita. Mas também muito bonito é a resistência. Também muito bonita é a nossa história.

NILZA ROGÉRIA

Eu sou Nilza Rogéria. E essa é mais um capítulo do audiolivro "Mulher de Favela". Um projeto que atravessa territórios para contar, na voz de quem vive, histórias que quase nunca são ouvidas.

Bárbara Nascimento é educadora e comunicadora na favela do Vidigal, Zona Sul do Rio de Janeiro. Formada em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, a UFRJ, ela também é mestre em Memória Social pela Unirio. O interesse pelo tema faz com ela atue como uma espécie de guardiã da memória local. E é a partir de suas primeiras lembranças, ainda na infância, que Bárbara começa a contar essa história.

BÁRBARA

Eu não romantizo muito essa época. Porque eu sou do final da década de 70, e era um momento de estruturação do Vidigal. A gente tinha carência de um monte de coisas. A gente não tinha água, tinha que buscar água no poço. A gente não tinha luz, não tinha asfalto. Era uma precariedade absurda.

Eu sou filha de mãe solo, tenho mais dois irmãos, e tem a parte de que era, de fato, aquela visão de comunidade. Eu não gosto da palavra comunidade para se referir à favela, mas no sentido de que uma mulher ajudava outra mulher. Por exemplo, eu sou de um projeto que foi assim... dos primeiros, antes mesmo de ter creche em favela, que eram as guardadeiras.

Eu não achava bacana ter minha mãe empregada doméstica. E muitas vezes eu ia no trabalho com ela pra ajudar e pra aprender também, caso um dia... Inclusive, esse era o destino da maioria das mulheres da minha família. Trabalhar em casa de família. Então, eu chegava lá, eu criava uma personagem. Eu era dona daquele apartamento, entendeu? Como dona daquele apartamento, eu não fazia nada. Eu ficava lá fingindo que os livros eram meus, que a sala era minha. E muito indignada, isso muito criança, mas muito indignada, porque eu vivia numa casa de tábua, depois numa casa de tijolos, mas sem reboco, enquanto ali no asfalto, tão pertinho de mim, as casas não tinham carência de nada, bem estruturadas, tudo perfumado. Então, eu até brincava com a minha mãe. Falava assim: “Eu acho que a cegonha subiu muito. Era pra me deixar lá embaixo, ela foi, foi, foi e largou aqui em cima da favela.”

NILZA ROGÉRIA

O Vidigal em que Bárbara cresceu era outro. Um território que ainda estava sendo estruturado pelos próprios moradores. Por isso, desde cedo, ela aprendeu a ler o contraste entre o morro e o asfalto.

BÁRBARA

Quando eu era criança, brincava de escolinha. E até pra ter um troco, eu dava aula para as crianças da vizinhança e as mães me pagavam o quanto podiam. Eu sempre gostei muito de ler. Então, o meu interesse era por conta da literatura.

Então fui fazer Letras. Não necessariamente eu tinha o objetivo de ser professora, embora eu soubesse que era o mais viável. Foi daí que surgiu meu encontro com a educação.

NILZA ROGÉRIA

O gosto pela leitura virou também o desejo de ensinar. E, mais tarde, seria o caminho para Bárbara entender como a educação e a memória poderiam se transformar em ferramentas para proteger o próprio território.

BÁRBARA

Sempre tive um interesse enorme, como eu disse, eu gosto muito de histórias. Ouvia as histórias de como as pessoas chegaram no Vidigal, como foi esse processo de ocupação, a questão da tentativa de remoção, e era uma história que me enchia de orgulho.

Em 2009, ocupei o Centro Cultural do Vidigal e fiquei como responsável daquele espaço. E aí, em 2010, começo de 2011, já tinham muitas pessoas que procuravam aquele espaço pra saber de casa pra vender, que tivesse vista bonita. Depois começou a se falar de que a UPP seria implementada no Vidigal, e aquilo começou a me assustar.

A gente lutou tanto por moradia. Não dá pra agora aceitar tranquilamente que pessoas queiram fazer experiências na favela. Experiências numa favela que foi construída, que foi estruturada pelo próprio favelado. Comecei a pensar assim: eu tenho que pegar o registro dessas pessoas porque elas vão embora. Começou com interesse pessoal e depois eu comecei a pesquisar a história mais profundamente. Porque eu só conhecia através da oralidade, e pesquisar também na oralidade, pesquisar a história.

Lógico que consultei arquivos, mas a minha fonte principal são os moradores, até porque esses arquivos não eram produzidos por moradores. Então era sempre uma visão externa sobre o espaço.

NILZA ROGÉRIA

O Núcleo de Memória do Vidigal nasceu desse movimento. De registrar as histórias que sempre foram contadas de fora e que, agora, passariam a ser contadas por quem vive ali. No entanto, registrar a memória do território nunca foi só sobre contar histórias. Também virou ação concreta, nas ruas. O núcleo de memória criou o Projeto Placas Históricas, que mapeia as localidades no Vidigal.

BÁRBARA

A gente não tem CEP. Aliás, a gente tem CEP, mas não tem placa, porque não pode ter placa. Então, a ideia é que nós mesmos fizéssemos as placas, e as placas não têm só o nome da rua, ela também tem uma intervenção artística representativa daquela localidade e uma explicação do porquê do nome. Mas, apesar disso, a gente pensou, cara, são várias ruas. O projeto foi ficando bem caro. Aí a gente pensou: na

favela, ninguém dá um endereço pela rua. Por exemplo, eu moro na rua Cristina Borges. Se eu falar para qualquer pessoa que eu moro na rua Cristina Borges, o pessoal não tem noção de onde fica isso. Agora, se eu falar que moro na Pedrinha, a galera sabe onde fica. Porque o que marca territorialmente a favela são as áreas. Então, a gente pensou em mudar o projeto e passar a homenagear as áreas do morro. Surgiu outra questão, porque essas áreas são reconhecidas por nomes distintos, a depender da geração. A gente resolveu não privilegiar nenhuma, a gente coloca todos os nomes que aquela área foi reconhecida. Os artistas que fazem as placas são artistas locais. Apesar de muito elogiado e tudo mais, esse projeto não emplacou totalmente. A gente não conseguiu dar conta das 25 áreas. Temos algumas placas prontas, mas ainda não conseguimos, o que dá muita raiva. Porque você vê o Vidigal sendo visitado por causa da vista, e tem projetos incríveis que a gente não consegue colocar em prática por falta de investimento. As pessoas investem na vista, apenas na vista.

NILZA ROGÉRIA

O avanço do mercado imobiliário, com a chegada da Unidade de Polícia Pacificadora, a UPP, em 2012, provocou o crescimento do turismo, que trouxe mudanças para o Vidigal. E, apesar da redução dos índices de violência, nem todas elas foram positivas para quem já morava ali.

BÁRBARA

Se você for procurar lá, botar UPP e Vidigal, só vão aparecer dados positivos. Inclusive, tem uma frase que eles falam que é: “Vidigal, UPP que deu certo”. Mas eu não acredito nisso, não vejo dessa forma. Vidigal, UPP que deu certo porque trouxe pro Vidigal o turismo. Por que deu certo?

Durante a UPP, claro, eu tenho um filho que hoje em dia tá com 13 anos, e ele nasceu 18 dias antes da implementação da UPP lá no Vidigal. E até os cinco anos, digamos assim, ele não ouviu um tiro. Isso é positivo, obviamente, porque eu, ao contrário, cresci no meio da violência.

Mas as consequências dessa ocupação que se deu lá no Vidigal não são tão benéficas, porque teve a gentrificação, teve essa remoção.

As pessoas querem usar o Vidigal como plataforma pra vista da Zona Sul. Isso nos dá dignidade, por quê? Porque a vista é linda, eu também acho. Inclusive, eu acho uma das mais bonitas do Rio de Janeiro, se não a mais bonita. Mas também muito bonito é a resistência. Também muito bonita é a nossa história.

Em consequência, a gente tem um volume absurdo de lixo, tem falta de água, tem queda de luz, tem engarrafamento, que é absurdo e uma dificuldade na mobili-

dade urbana. Então isso é bom pra quem? Lógico que alguns moradores conseguiram investir, fizeram hostel e ganham dinheiro com isso. Mas, se você for pensar, os estabelecimentos que lucraram mais com isso não são de propriedade de moradores.

Você tem kitnet no Vidigal por 2.500. Isso não é preço pra favelado.

NILZA ROGÉRIA

A disputa pelo território não aparece só nos grandes debates. Às vezes, ela mora em símbolos, como a luta para preservar a Jaqueira. Essa localidade do Vidigal tem uma das vistas mais bonitas da favela, mas também é considerada uma área de risco. Depois do deslizamento ocorrido em 2019, veio a decisão do poder público: aquela região não era mais segura para abrigar moradias. Só que as indenizações oferecidas eram muito baixas, desconsiderando os laços, a história e até o valor real dos terrenos.

BÁRBARA

Eu não sou técnica, não sou perito. Nem eu, nem várias lideranças pensaram nisso. É muito difícil você defender uma coisa que pode, de fato, ter um risco de vida. Mas a indenização tinha que ser digna. O que eu acho em relação à Jaqueira nesse momento, daqui para frente, o que precisa ser feito é o seguinte, a gente tem que ficar de olho e fiscalizar, porque se o lugar não é possível de habitação de favelado, não é possível de nada. Porque, vamos lembrar, a vista é linda. Então, se daqui a alguns anos ele se tornar um outro Bar da Laje, aí sim é um motivo para a gente brigar. A briga por uma indenização mais justa, a gente não conseguiu. Mas a gente precisa ficar de olho. Ali nada pode ser construído. Eles falam que é um talvez, é um caminho, um percurso de um rio. Então, se pobre não pode morar, nada mais pode acontecer ali. Não é bom para a própria e não é bom para ninguém.

NILZA ROGÉRIA

Foi durante a pandemia do Covid-19 que Bárbara se tornou também uma comunicadora popular. A escolha não veio por acaso, mas da necessidade de proteger o território, informar e construir redes de apoio, num momento em que o estado não chegava na favela.

BÁRBARA

Eu sou hipertensa e confesso que fiquei com muito medo. Foi nesse momento, inclusive, que me tornei comunicadora popular. Eu pensei: como posso ajudar sem estar tão exposta? Comecei a escrever. Nessa época tava surgindo também o Portal Favelas, e aí comecei a escrever pra noticiar sobre a Covid. O cara sai pra trabalhar. E quando ele sai pra trabalhar, ele pega um ônibus lotado.

Então por isso que eu achei que era mais útil trabalhar com a questão da informação do que... Porque nem eu mesma acreditava no que eu tava dizendo. Fica em casa. Fica em casa como, cara?E detalhe: as pessoas estavam em casa, se conseguissem ficar em casa, mas a polícia estava logo ali no beco. Porque as incursões policiais continuavam. Comecei como comunicadora periférica por conta da Covid, noticiando as questões daquele momento. E confesso que gostei pra caramba. Gostei bastante, porque é justamente isso: é muito interessante a favela falar por si. A gente vê vários veículos, vários profissionais que falam da favela a partir do seu próprio olhar, não a partir da questão de dentro.

NILZA ROGÉRIA

Quando as ausências do poder público se agravam, são as mulheres que sustentam o território. Foi assim que nasceu o Favela no Feminino, um coletivo criado para responder, na prática, às emergências do dia a dia.

BÁRBARA

O Favela no Feminino surgiu na enchente de 2019. É um grupo de mulheres que se juntou na Associação de Moradores pra fazer alimento para as pessoas que estavam desabrigadas e também para aquelas que estavam ali como voluntárias. Então, era tipo 100 quentinhas produzidas por dia, às vezes passava de 300. A gente formou uma união ali, uma irmandade, digamos assim, porque a cozinha já é um espaço de acolhimento, um espaço que te abraça. E a gente estava ali para ajudar a

nossa própria favela, para ajudar os moradores locais. A favela é um território primordialmente feminino, primordialmente de mulheres. E de mulheres que, apesar de todos os estigmas – porque a maioria são mulheres negras, em boa parte mães solo –, a gente está ali batalhando e construindo, construindo, construindo. Até o comércio na favela, o comércio informal, boa parte é também chefiado por mulheres. Então, a mulher favelada tem que ser, um sinônimo de coisa positiva, de coragem, de resistência, enfim, resiliência muitas vezes também.

NILZA ROGÉRIA

As mulheres atuam inclusive em contextos de violência. O fórum Pare de Nos Matar surgiu como resposta coletiva, diante da dor e da urgência de denunciar os abusos praticados pelo próprio estado.

BÁRBARA

Foi daí, inclusive, que surgiu o Pare de Nos Matar, como um ato. Inicialmente. Hoje em dia, é um fórum. Em 2019, nós tivemos quatro pessoas assassinadas pela UPP,

no que a gente chama de Cavalo de Troia. A polícia estava lá no morro por conta de um outro chamado, se escondeu na casa de um morador, e essas quatro pessoas foram alvejadas do nada. Dois, sim, tinham participação no tráfico, e os outros dois estavam passando. Então, por que a UPP que deu certo? Eu não acho. Inclusive, eu fico cada vez mais descrente, confesso, de qual seria, de fato, a solução.

NILZA ROGÉRIA

Se tentam apagar a memória da favela pela violência e pela especulação imobiliária, é na cultura que o território se reinventa e se afirma.

BÁRBARA

Em relação à cultura, ao funk, ao samba... não existe funk e samba sem favela. São ritmos que surgiram na favela. E, justamente por isso, por pertencerem a uma população marginalizada, negra, são ritmos também que, por muito tempo, foram estigmatizados. O que eu penso é que, se tivéssemos mais Nós do Morro em várias favelas, surgiriam mais pessoas incríveis. Porque eu tenho orgulho danado de falar que essa galera é toda da vida do Vidigal. Mas por que só o Vidigal seria capaz de produzir essa galera? O Vidigal foi capaz de produzir essa galera porque tem ali uma escola renomada, com profissionais incríveis. Se tivesse mais investimento nesse sentido em outras favelas, nós teríamos vários Babus, vários Juan Paiva, Marcelo Melo Júnior, Roberta Rodrigues, Mari Sheila... uma galera. Eu não gostaria que as pessoas pensassem nesse território apenas como um lugar de vista bonita, entendeu? Eu gostaria que as pessoas pensassem o território como um espaço de pessoas muito potentes, muito criativas, de pessoas que resistiram, que resistem, que constroem estratégias. O Vidigal é a favela. E como favela, tem várias questões que precisam ser sanadas, como a questão de saúde, educação, acesso ao transporte, que nós não temos. Então eu gostaria que as pessoas continuassem lutando por isso, elaborando estratégias para que o Vidigal realmente consiga atingir a potência que ele é capaz.

NILZA ROGÉRIA

A favela do Vidigal não é cenário. É casa, é história, é resistência. E quem vive nela segue construindo essa história todos os dias.

Esse foi mais um capítulo do audiolivro “Mulher de favela”.

Até a próxima.

ctus commodu
er. Sed sit amet posuere est.
st ultricies ac. Ut ornare massa
quam.

vehicula neque. Aliquam
cellus in

Aliquam
vulputate. Maecenas
quis sagittis dui. Aliquam commodo



Aen
tur lac
ustro
e

ibus
enim
pharetr
to eff
culis

CAPÍTULO 24: ELISABETE APARECIDA

cc
Se

h
m

ROTEIRO
EP. TIA BETE
AUDIOLIVRO "MULHER DE FAVELA"
ROTEIRISTA: LAURA VILARINHO

TIA BETE

Quando olho para trás e vejo que consegui interferir, consegui passar na vida das pessoas e fazer uma transformação, assim, para melhor, isso é gratificante. Quando você encontra cinco, dez anos, vinte anos depois, pessoas falarem com você. “Poxa, tia Bete, eu te agradeço muito. Agradeço porque você conseguiu fazer diferença na minha vida.” A gente tem história de pessoas que se tornaram professora: “Minha filha hoje é professora porque se inspirou em você.” Mãe de aluno que saiu do Complexo do Alemão, foi morar lá pra Zona Oeste, e lá iniciou um trabalho social baseado no trabalho que eu fazia dentro do Complexo do Alemão.

NILZA ROGÉRIA

Elizabete Aparecida ou Tia Bete, como é chamada por aqueles que a conhecem, é uma mulher que prova o efeito transformador da educação na vida dos jovens e das mulheres na periferia. A Oca dos Curumins, no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, é o grande projeto de sua vida. Um trabalho reconhecido nacionalmente.

Eu sou Nilza Rogéria e, a partir de agora, convido você a conhecer a trajetória dessa mulher que começou modestamente, alfabetizando algumas crianças na sala da própria casa e, desde então, já transformou a vida de centenas de pessoas.

Esse é mais um capítulo do audiolivro “Mulher de Favela”.

NILZA ROGÉRIA

Nascida em 1958, no interior de São Paulo, Elizabete se mudou com a mãe e os irmãos para o Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, após o trágico falecimento de seu pai. Bete recorda a infância pobre que viveu. Mesmo não entendendo a dimensão do que ela e a família enfrentavam, sabia, pelo que via no rosto da mãe, que estavam passando por um momento difícil.

TIA BETE

Eu morava na cidade, numa pequena vila, São Pedro, São Paulo, e ali eu tive quatro irmãos. Vivia até a idade de 9 anos, porque quando completei 7 anos, meu pai faleceu afogado, e minha mãe achou melhor vir para o Rio de Janeiro, onde estavam os parentes dela.

TIA BETE

Depois desse incidente, minha mãe chegou aqui no Rio de Janeiro debaixo de uma lona de um caminhão, com os cinco filhos, o cachorro e as plantas. Entramos na rua Jaqueline Queiroz, no mês de fevereiro, primeiro dia de carnaval, e ficamos na casa da minha avó, que já morava no Complexo do Alemão. Ficamos pouco tempo na casa da minha avó, e logo em seguida minha mãe conseguiu comprar um barraco de estuque, e foi pagando aos poucos, porque tinha um carnê, e pagava através desse carnê, esse barraco. E ali começou a nossa vida, construção, construção, construção. Minha mãe trabalhando, vendendo coisas, lavando roupa, passando roupa. Minha infância foi entregando roupa na casa das freguesas, buscando roupa na casa da freguesa. Mesmo cruzeiro, minha mãe fazia isso.

Depois que meu pai faleceu, ela passou aqui uns sete meses de sufoco, mas conseguiu vencer. Foi importante, sim, porque a criança não tem muita noção do que acontece à volta dela. Então, eu mesma, com os meus 7, 8 anos, não tinha muita essa noção do que estava passando. Então, quando uma coisa passa, você vai percebendo. Eu percebia que a coisa estava difícil através das feições da minha mãe. A gente, no Morro do Alemão, num barraco de estuque, uma telha de zinco. Época de chuva, era aquela barulheira, os buraquinhos pingando aqui, pingando ali, panela ali, panela aqui, e minha mãe falava com a gente, “todo mundo aqui debaixo, na direção da porta”, porque tinha a folheira da porta, porque ela tinha medo do barraco cair, então, ela achava que ali estava protegendo a gente. A gente observava, se ela estava desesperada, era motivo de chorar, porque a coisa estava difícil.

NILZA ROGÉRIA

Pelas condições de vida de sua família, desde muito cedo, Elizabete enfrentou a dura realidade do trabalho infantil e precisou conciliar estudo e trabalho.

TIA BETE

Eu tive uma infância em que eu estudei no colégio Walt Disney. Vim da cidade de Cruzeiro no terceiro ano, então, cursei de novo aqui o terceiro ano, no ano em que estava inaugurando a escola Walt Disney, e ali eu fui fazendo meus estudos. Durante a semana, à tarde, ajudava a vender picolé com o meu irmão. Então eu vendi picolé, vendi pipas, porque eu fazia minhas pipas, que eu soltava pipa, e vendia as pipas para os molequinhos também. Fazia pipa e já tem a questão do comércio. Mas a gente não tem noção do que está fazendo. Aí, os meninos iam vender pipa, fazia os meus brinquedos de carrinho de rolimã, junto com os meninos, pegava no martelo, pegava na rodinha, e descia o morro nesse carrinho de rolimã.

NILZA ROGÉRIA

Mesmo com a mente sempre focada nos livros e nos estudos, Bete conheceu ainda jovem o pai de seus filhos e logo casou-se com ele.

TIA BETE

Quando eu completei 14, 15 anos, fui estudar, fazer o ensino, a quinta série na Vila Cruzeiro, e ali, caminhando quase uma hora para chegar ao colégio, eu conheci o que veio a ser o pai dos meus filhos, dos meus três filhos. Eu sempre fui uma menina que nunca gostou de festa, de baile, de samba, sempre gostei mais de ficar em casa, leitura, teatro, cinema, eu sempre gostei. E comecei a namorar tarde, e muito por insistência de uma colega minha: “Ah, tem um rapaz que fala com você e tal.” “Ah, não quero, não quero, não quero, não quero.” Até que um dia ela me venceu, eu disse: “Tá”, foi no caminho, encontrei com ele, e nos falamos. Quando foi no dia seguinte, ele encontrou comigo de novo. No terceiro dia, eu disse: “Ó, você tem que ir na minha casa conversar com a minha mãe, tem que conhecer a minha mãe.” Aí ele foi. Dali eu comecei a namorar. Eu já estava com 15 anos. Foi praticamente o meu primeiro namorado. Eu namorei dois anos, noivei mais dois anos, e no dia 19 de março, eu estava casando na igreja São Geraldo, às 16 horas, entrando na igreja São Geraldo, em Olaria. Na minha cabeça eu tinha um plano, assim, a quantidade de filhos que eu queria, eu sempre quis ter três filhos, não sabia porquê, mas eu tinha que ter esses três filhos. Casada, essa época eu trabalhava numa fábrica de plástico, em Bonsucesso. Antes de trabalhar na fábrica de plástico, eu trabalhei num bufê, onde fazia salgados pra festa. Minha mãe trabalhava, minha avó, a família toda trabalhava ali. Então, de quinta-feira até domingo, antes de ir pra escola, estava ali fazendo salgado, e já tinha um trocadinho.

NILZA ROGÉRIA

Após realizar um sonho, para muitos pequeno, mas extremamente simbólico, e enfrentar uma crise na carreira, Bete se deparou com uma oportunidade: a de alfabetizar algumas crianças da região, a pedido de vizinhos. Foi assim o início da história da Oca dos Curumins, e o surgimento de seu apelido: tia Bete.

TIA BETE

Depois dos 15 anos, e com esse dinheiro, foi quando consegui comprar uma coisa que eu queria muito, e minha mãe não tinha condições, que era um jogo de canetinha hidrográfica. Então aquilo ali, você realizou, é um sonho pequeno, parece nada, né, mas pra mim era muita coisa. Porque eu sempre gostei de desenhar, sempre gostei de ler, de livros, eu tinha obsessão por livros. Naquela época passava o vendedor de livros na porta, tanto livro usado quanto livros novos, e eu vivia comprando esses livros. Quando eu comecei, em abril, no mesmo ano que eu casei, e eu trabalhava nessa fábrica de plástico, quando eu voltei na segunda, na terça-feira pra trabalhar, fui chamada na secretaria, e me dispensaram. Aí, poxa, abril, março. Eu casada, e, assim: “O que que eu vou fazer?” Aí, a vizinha me pediu se eu poderia ensinar a filha dela a ler e escrever. Estava com 5 pra 6 anos, e eu disse, “tudo bem, eu ensino”. Sempre gostei de lidar com criança. Essa menina, chama-se Graciete, tá aí até hoje. Veio a outra menina, que era Lucinéia, e uma irmã de criação que minha mãe pegou em São Paulo. E as três na faixa dos seus 5, 6 anos, e eu comecei, no mês de abril, no ano de 1977. Com essas três meninas, foram chegando outras crianças, outras crianças, outras crianças. O local que eu dava aula era a sala da minha mãe. O número de crianças foi aumentando. E “Bem, não posso mais dar aula aqui”. Então eu pedi: “Mãe, vou dar aula lá na laje da senhora.” Eu mesma fazia os bancos, uma mesa, tábua de 30, montei a mesa, montei o banco, botava criança do lado, criança do outro. E não parei mais. E lá se vão 48 anos, vai fazer agora em abril, que é o tempo da Oca. Tem 48 anos que eu faço esse trabalho de alfabetização. Comecei com as crianças. Logo depois vieram os adultos. Como eu não tinha espaço para os adultos, eu ia na casa desses adultos que me pediam para alfabetizar. Então eu ia à casa deles. Quando eu, em 88, comprei um barraco, onde hoje é a Oca, aí os adultos passaram, à noite, ir pra Oca estudar também.

NILZA ROGÉRIA

Em pouco tempo, Bete, sempre muito obstinada e determinada, não ficou apenas responsável pela Oca, mas também pela Associação dos Moradores do Complexo do Alemão. Ela desenvolvia os dois trabalhos em paralelo e dedicava um tempo integral em prol da sua comunidade.

TIA BETE

Então, o que acontece? Nesse meio-tempo, enquanto eu lidava com a Oca, eu também fazia outras coisas, porque em 88, em 80, 1980, eu ajudei na construção, na reabertura da associação de moradores, no alto do Morro da Alvorada, que é a localidade onde eu moro. E ali, minha mãe mais as mulheres locais se reuniam para erguer a associação de moradores, com orientação de um rapaz que hoje não está mais entre nós, que era o Diquinho, um militante, e ele era o articulador. Nisso, quando formaram a diretoria de doze pessoas, e ficou faltando uma pessoa, eu falei assim: “Ah, coloca meu nome aí.” Aí eu entrei como segunda secretária da associação de moradores. Na associação de moradores, comecei a agilizar para que a coisa acontecesse também.

O presidente trabalhava, o vice também trabalhava, o primeiro secretário trabalhava, a maioria das coisas ficou para a segunda secretária, que era eu. Nessa época, não tinha água direito, não tinha água, não tinha luz, e foi feita uma pesquisa com os moradores para botar nome nas ruas, regularizar as ruas para que a Light entrasse. E eu fiquei encarregada disso. Então comecei a andar de rua em rua, reunindo os moradores, para organizar a entrada da luz elétrica. Isso lá em 1980, 81. De manhã, eu lidava com as crianças na Oca, que ainda não tinha a sede, porque eu comprei a sede em 1989. E à tarde, eu estava na associação de moradores, agilizando ali, com as doações, atendendo os moradores. E à noite, eu estava ensinando os adultos da comunidade. Então, minha vida foi assim. A minha vida hoje é entrelaçada com a minha vida profissional, porque eu não tenho como separar. Então, a partir dessa ligação com a educação, com essa coisa toda, que eu virei a Tia Bete. A Elisabete Aparecida virou Tia Bete e vem a ser Tia Bete até dos meus próprios filhos, porque minha filha não me chama de Elisabete... ela chama de mãe quando é do interesse dela. Mas é a Tia Bete. Então eu sou Tia Bete até para os meus próprios filhos. Eu sou a Tia Bete na prefeitura, porque eu vou falar como eu vim parar na prefeitura, e que é através desse trabalho também, onde hoje eu me encontro aposentada.

NILZA ROGÉRIA

Ainda nos primeiros anos de atividade da Oca dos Curumins, Bete conseguiu formar uma parceria com o Mobral, o Movimento Brasileiro de Alfabetização, e assim garantir mais recursos para atender suas crianças.

TIA BETE

E assim, fundamos a associação, ajudamos ali naquele desenvolvimento, erguemos dois cômodos. E isso em 82, eu resolvi atender as crianças do alto do morro, independente das crianças que eu atendia no meu espaço, na casa da minha mãe.

Comecei a fazer o quê? Procurar uma ajuda, porque avisei as mães: “Eu vou atender essas crianças aqui na parte da tarde, vocês tragam lanche, mandem as crianças.” E as crianças começaram a ir. Quando foi 81, 82, eu ouvi um anúncio no rádio: Procura-se espaço para fazer parcerias. E era o Movimento Brasileiro de Alfabetização, que era o antigo Mobral. Eu fui até o local, encontrei lá uma pessoa chamada Lúcia, contei para ela a situação, se ela podia fazer uma visita e fazer essa parceria. Por que a parceria? Essa parceria ia fornecer o lanche para as crianças. Não pagava o profissional, mas tinha um lanche, tinha todo o apoio pedagógico, todo o apoio didático para atendimento a essas crianças. Ela foi fazer visita e, infelizmente, o espaço não tinha condições, porque, através do nosso trabalho, levantamos a parede, em cima não tinha porta, não tinha um banheiro adequado, não tinha um piso. Aí ela falou assim: “Você providencia, aqui, por exemplo, as portas, uma cozinha, para pelo menos a gente conseguir um lanche frio.” Daí eu falei assim: “Gente, que que eu vou fazer?” Pensei, minha filha havia acabado de ganhar uma coleção dos Fiverr, do programa da Globo chamado Waldir Vieira. A gente ouvia esse programa na Globo toda tarde. Eu escrevi, ela ganhou, eu fui nesse programa, recebi essa coleção e lá eu levei uma listinha do que eu queria. Eu precisava de uma caixa d’água, acho que era uma pia e algumas coisas para o banheiro. Coloquei para o Waldir, o Waldir Vieira me colocou lá numa mesa, a equipe, um frio, eu tremia, não sabia se era nervoso ou se era o frio da sala, e o rapaz que me atendeu falou assim... eu coloquei para ele a situação, ele falou: “Então você não precisa só disso, você precisa de mais.” Eu falei: “Precisar, eu preciso de mais.” Aí ele fez uma lista e jogou no ar. Com essa audiência, eu ganhei muita coisa de fogão, material, caderno, livro, botijão, voltei no dia seguinte, voltei, a semana toda eu estava lá e ele fez uma lista. Na sexta-feira, ele me entregou uma listagem com muita coisa, inclusive eu ganhei um caminhão de pedra e areia, que a pessoa que doou se prontificou a levar para o pé do morro, não levou para o alto não. Eu peguei e falei: “Se colocar no pé do morro, a gente se vira para subir”, e assim ele fez. Tinha um rapaz lá que tinha uma Kombi, era retratista, João Retrartista, e eu falei: “João, situação é essa, eu não tenho carro, ganhei um monte de coisa em vários lugares e não tenho como pegar, você pode me ajudar?” “Tia Bete, vamos embora.” Aí entrei na Kombi, listei o que estava nela, alguma coisa que eu podia pegar e o dia inteiro pega aqui, cata ali e consegui. Quando foi no mês seguinte, voltei e consegui o convênio com o Mobral. Com isso, nós ficamos assim, cinco anos com esse convênio, e as crianças ganhando alimentação de qualidade. Eram caixas e caixas de biscoito, queijo... Começou com merenda fria e depois passou para a merenda quente. Eu fazia, quando começou, sopa, essas coisas, eu preparava na casa da minha mãe e subia da minha casa até a Alvorada com a panela de sopa na cabeça, para as crianças lá. Consegui o apoio de uma mãe, ela se ofereceu para lavar o pratinho das crianças e o

lençolzinho que as crianças deitavam, que é a Bernadete. Hoje também ela continua morando na comunidade.

NILZA ROGÉRIA

Depois de alguns anos, Bete enfrentou um desvio em sua trajetória: com o fim do Mobral, a Oca dos Curumins perdeu aquele auxílio fixo e precisou sustentar-se com o apoio dos moradores do Alemão. Posteriormente, a prefeitura entrou no jogo, assumindo o papel do Mobral, e Bete, junto ao trabalho na Oca e na associação dos moradores, tornou-se professora de diversas creches da prefeitura.

TIA BETE

Depois dos cinco anos com o Mobral, que atendia o pré-escolar e também uma turma de adultos à noite, nesse caso, um dos professores foi meu irmão, outra foi uma vizinha, em 86, acabou esse convênio. E com esse convênio, eu tinha conseguido uma outra turma e uma menina que se chamava Lucilene, e atendia as crianças na parte da manhã, e eu, as crianças na parte da tarde, porque de manhã eu tinha as minhas na Oca. Acabou o convênio, chamei as mães e falei assim, “não tenho mais como fornecer merenda, mas o nosso trabalho continua”. Então as mães passaram a levar a merenda – isso foi em julho. Quando foi em agosto, setembro, outubro, eu recebi uma carta da prefeitura me convidando para uma reunião. E ali, eu recebi a notícia de que a prefeitura estava assumindo todas as instituições e os pré-escolares que eram do Mobral. Para mim foi uma felicidade.

Nessa época, só estava a minha turma, porque as outras meninas precisavam trabalhar e a gente não recebia nada. Saiu, foi arrumar emprego, que eu estava sozinha com as crianças, e eu juntei as duas turmas para poder não dispensar criança nenhuma. Aí corri até a Lucilene avisando que a gente ia ter um apoio da prefeitura, ia ser contratada pela prefeitura pela primeira vez, e teríamos um salário a partir dali. Ela, nessa época, resolveu retornar. Levamos toda a documentação, isso em 1986. Eu passei a ter uma carteira assinada depois de 10 anos de trabalho na associação de moradores, fazendo trabalho, fazia vaquinha, fazia reunião com os pais para poder levantar. Então, quando foi em 1990, eu já tinha mais duas salas em pé, sem emboço, com a ajuda dos próprios moradores e de lata e papelão que eu juntava para poder vender e tirar renda para o nosso trabalho. Então, eu sempre fiz o trabalho paralelo, o trabalho da Oca e o trabalho dentro da associação de moradores. Quando foi em 1990, eu já tinha feito um convite, uma carta, uma solicitação à prefeitura para que fizesse um convênio total, porque até então era um convênio parcial. Ele arcava com o salário que eu passei a receber. Depois disso, eles fizeram essa parceria aumentar para o convênio total, mas esse convênio total só foi sair em 1990 por questões políticas.

Em 90, eu já não estava mais dentro da Oca, da OCA não, da creche. Porque, assim, na associação de moradores, eu participei do primeiro, do segundo e do terceiro mandato. E, em 1990, eu tomo uma direção nova, onde não foi muito possível o diálogo e a parceria de se trabalhar junto, porque eu sempre gostei de trabalhar assim, é aberto, vamos chegar para que a coisa aconteça.

Nessa época, quando saiu esse convênio, foi o momento que eu fui transferida para a favela da Maré. Aí trabalhei na Maré, Comunidade Rubens Vaz. Leninha também trabalhou, foi para a Maré depois, e a Bernadette foi para uma outra comunidade. Por quê? Nessa época, surgiu o tal dos convênios, e esse convênio não misturava pessoas que já tinham carteira assinada pela prefeitura e o pessoal do convênio. Então, para quem entrou, era jogo tirar essas três de lá para poder botar gente nova com algum convênio. Foi uma coisa histórica que só por questão de pesquisa para saber o que aconteceu naquela época de 1990. Fui trabalhar na Maré, Rubens Vaz. De manhã, fazia meu trabalho com as crianças na Oca. 1990 eu já tinha um espaço na Oca que eu comprei em 89. Nessa época, eu estava finalizando a minha formação normal, que até então eu não tinha o normal, mas eu tinha toda aquela pedagogia, porque eu buscava nos livros o comportamento das crianças e como criar, como educar, tanto que eu criei meus filhos assim, acompanhando a revista Pais e Filhos. Então, saía edição nova, eu estava lá comprando, saía edição nova, eu estava lá lendo. Buscava muito o conhecimento nos livros, coisa que eu procuro fazer até hoje. E só então me formei professora. Mais tarde, nessa época, o meu filho do meio, o Felipe... Porque planejei esses filhos, tive a Daniele, que é a primeira, me organizei ali durante três anos, depois parei de tomar o remédio e evitar, pra ter o segundo, parei mais dois anos e pouco, tive o terceiro, depois fecha a fábrica, chega, né?... Então, nessa época, quando me formei professora, meu filho foi padrinho, quando me formei em assistência social, foi o meu outro filho mais novo. E, de estudo, fiz uma Especialização em Alfabetização, em Jardim da Infância também. E foi essa a trajetória, de manhã, tarde, noite, cada um com o seu, com um grupo diferente. Mas, quando eram as festas, época comemorativa, principalmente junina, eu juntava as três turmas.

NILZA ROGÉRIA

Ao longo dos anos, o crescimento de tia Bete na área da educação acabou se refletindo em muitos lugares da cidade do Rio de Janeiro, nos quais é possível ver um pouco do seu trabalho como professora, assistente social, educadora, líder comunitária, entre tantos títulos. Sua missão, vocação e determinação para melhorar cada lugar onde esteve, mesmo, e principalmente com pouco, é o que prova como sua jornada e luta são inspiradoras.

Onde hoje está a associação de moradores, no pé do morro, eu fazia os nossos eventos, as festas na rua, mobilizava toda a população, os moradores, para participar desses eventos, inclusive a organização de gincanas. Mas sempre com aquele cunho educativo, na área da educação, da cultura, da questão do meio ambiente, também sempre gostei de trabalhar isso. E na assistência, desde 1990 eu trabalhei Maré, Rubens Vaz, isso em sala de aula. Depois da Maré, eu fui para... trabalhei no Jacarezinho, na Vila Cruzeiro, no Jacaré, comunidade Rubens Vaz. Jacarezinho, e depois na Mulher de Nova Brasília. Nova Brasília, Jacaré, Nova Brasília, Jacaré, Rubens Vaz, eu já estava como diretora de creche, que teve a oportunidade, precisava de diretora, eu me inscrevi, dentre as 19 inscrições, eu passei em primeiro lugar, e com a pontuação das 19 pude escolher aonde eu queria trabalhar. Eu escolhi a creche Nova Brasília por estar mais perto da minha comunidade. E me questionaram, “Mas por que você não volta lá para a Alvorada, você fundou a creche de lá”, que hoje a creche chama José Vieira, que é uma outra história. José Vieira... “Não, eu não vou para o José Vieira, porque o meu tempo ali já passou, eu acho que é daqui para frente, eu não tenho que ir para trás, né? Daqui para frente.”

Eu trabalhei na comunidade Rubens Vaz, ali também, porque assim, eu não sei chegar no local, ver que tem coisa para fazer e ficar de braço cruzado. Mas você paga também por isso, porque as pessoas, às vezes, não têm iniciativa, mas também não ajudam quem tem. Lugar precário, precisava de espaço adequado para as crianças, chamei a menina que na época era diretora da associação de moradores, “Acho que pode melhorar esse local aqui para as crianças e tal”. Linha Vermelha em construção, caminhões e caminhões de areia e de brita passando, eu pensei, falei para ela assim, “Vamos ver o que a gente consegue arrumar com eles aqui”. Mas até então não deram importância. Até que eu tive a oportunidade de ver uma pessoa passando e perguntei, “Escuta, olha as condições dessas crianças aqui”, era buraco, era mato, era caco de vidro, “não tem como vocês conseguirem alguma coisa para poder botar uma areia aqui?”. Ele me disse, “Não, você procura o fulano de tal em tal lugar”, lá na negação de obra. Aí fui, procurei, o rapaz foi, olhou o espaço, disse, “Gente, vou fazer melhor. Eu vou trazer...”. Acertou o terreno, botou uns 4 ou 5 caminhões de brita e depois ainda colocou areia da praia. Daí ficou excelente. Na hora das crianças de ir para casa, é um tal de areia na cabeça, areia no.. Foi areia no olho, mas foi uma época... consegui fazer diferença ali. Fiquei um ano e pouco.

Depois fui trabalhar no Jacaré, Jacarezinho, fiquei três anos em um, três anos em outro. Depois veio a lei de diretrizes e bases da educação, quando houve a transição da assistência, as creches da assistência para a educação. E nós, que já éramos diretora da assistência, tivemos que ir para outros órgãos. Outros setores. Enquanto isso,

eu ia iniciando, ia fazendo a obra na Oca dos Curumins, melhorando, derrubando, telhado, botando, laje, sempre paralelo, lá e cá. Em 89, quando eu comprei o barraco e estava me formando como professora, teve a formatura, cedi o espaço, um ano, uma sala, para que uma colega de trabalho, que se formava, também desesperada, no mês de casamento, ela não tinha mais onde morar. Aí cedi a ela o espaço, ela morou lá durante um ano. E a Oca sempre foi também um espaço de acolhimento, tanto para a educação como para alguém que precisasse estar morando, “Tem um espaço lá, você fica o tanto que você precisar, depois você segue o teu caminho”. E nisso, tivemos algumas pessoas que passaram por um quarto ou outro da Oca. Uma morou cinco anos, outra morou nove anos, outra morou três e todos que passaram por lá saíram para a sua casa própria. Hoje tem aí. São situações de várias vidas, várias pessoas que acabam cruzando com a sua.

Depois desses anos todos, eu trabalhei na região, na subprefeitura do Méier, quando eu saí, em 1990 e pouco. Subprefeitura do Méier, trabalhei nos projetos da assistência, como PET, Vem Pra Casa, abordagem. Eu era responsável pela equipe de abordagem para retirar pessoas da rua, retirar crianças. E com atuação com o PET. Que é o desenvolvimento de trabalho infantil, tanto é que a minha tese foi trabalho infantil, quando me formei na assistência social. Com isso, fui passando de um campo para o outro. Só que, quando eu chegava em determinados lugares, tinha em mente, assim, conforme eu cheguei no Jacarezinho, eu falei assim: “Olha, eu vou ficar aqui três anos.” E sempre acontecia algo que, quando ia batendo aqueles três anos, algo acontecia que eu já era direcionada para outro canto. Quando eu fui para uma outra comunidade, eu falei assim, “eu vou ficar aqui três anos, três anos e pouco”. E sempre uma promoção. E, cada lugar que eu ia, tinha uma coisa nova para fazer. Consequia fazer a diferença ali, e dali, partia para outro.

Quando foi em 96, eu saí do Jacarezinho e vim dirigir a creche Nova Brasília. E, ali, tinha vários problemas para solucionar, inclusive, ampliar aquela creche. Fiz ali meu plano, curto, médio e longo prazo. E entre eles, seria deixar ali um berçário e deixar crianças, o maior número de crianças atendidas. Então, seis anos depois, consegui sair dali e deixar mais de dois berçários, uma lista de crianças, professores capacitados e um número maior de pessoas atendidas na comunidade.

TIA BETE

E assim, eu tenho para mim que ninguém está nesse mundo por acaso, a gente está aqui para fazer algo e de preferência somar com o outro, e ninguém leva daqui nada, a não ser seus atos, suas ações. Então, quando você percebe que consegue direcionar um jovem, que consegue direcionar uma família para que ela possa caminhar com as

próprias pernas, para que ela possa encontrar o seu caminho, que muitas vezes estão perdidos... E eu me questiono o porquê, e por que iniciei esse trabalho.

TIA BETE

Eu não consigo fazer outra coisa. Então, conforme eu costumo dizer, a alfabetização é minha cachaça, todo mundo fala assim. “Esse ano eu paro, esse ano eu paro.” Continuo aí com essa luta.

NILZA ROGÉRIA

O trabalho de Tia Bete foi e continua sendo fundamental na vida de muitas pessoas. Em 2022, ela recebeu seu título de Doutora Honoris Causa.

TIA BETE

De alguns anos pra cá, andei recebendo algumas moções. Eu tenho todas elas guardadas. Estou esperando terminar minha obra na Oca, que eu quero colocar todas elas expostas. E ganhei essa homenagem, que pra mim foi assim, uma emoção muito grande de reconhecimento pelo trabalho realizado. Pelo trabalho que, pra mim, eu não imaginava. De receber uma homenagem dessa, até porque quando eu faço, e quando comecei, eu não miro, e nem nunca mirei nada, eu quero fazer as coisas acontecerem. Então, pra mim foi muito gratificante. Eu agradeço muito, e agradeço a todas as pessoas que passaram pela minha vida, porque se não tivesse essas pessoas, se elas não tivessem passado, na minha vida... E, pra mim, prazer maior é ver a satisfação nos olhos dessas pessoas, é ver que elas, ao entrar na Oca, no meu caminho, elas entram de uma forma, e saem com certo brilho nos olhos. Então, tão importante quanto um título é ver a satisfação, e o alívio de cada um, por ter sido agraciado por um conhecimento, por uma orientação, um crescimento, e, mais que isso: por ter conseguido caminhar sozinho. Porque, assim como você faz com os filhos, hoje, eu converso isso com as mães, “Os filhos não são seus, os filhos são do mundo”. Eu digo para as famílias, “Vocês têm que preparar os seus filhos para o mundo, porque os filhos não são seus”. E o que falta? Preparar esse filho, esse jovem para o mundo, porque o mundo é mal. Então, eles têm que estar preparados para isso, o mundo não é uma brincadeira, e você não pode criar um filho dentro de uma redoma, de uma bola. Eu faço um pouco isso com as crianças.

NILZA ROGÉRIA

Para além de todo o impacto social que seu trabalho teve e tem nas favelas do Rio de Janeiro, em especial no Complexo do Alemão, Bete, como uma mulher preta, também usa a educação como ferramenta para o combate ao racismo e à discriminação.

A gente sabe que vive num país onde a cor da pele influencia muito. Quando a gente consegue ter o entendimento de que isso é histórico, e que não foi por acaso, e que fomos privados até mesmo de cultivar as nossas culturas, a cultura da nossa ancestralidade. Quando a gente tem essa consciência, fica mais fácil de lidar com a coisa. Quando você está na ignorância do porquê isso acontece, fica mais difícil. Então, até uns anos atrás, até mesmo na década de 70, eu sempre tive a questão de fazer as coisas sem questionar o porquê as coisas aconteciam ou deixavam de acontecer. Eu colocava uma meta e determinava, e ia só fazendo aquele trabalho, fazendo o que a coisa acontecesse. Quando você começa a buscar o estudo, quando começa a ter essa compreensão, você começa a entender que aquela falta de conhecimento que você busca precisa ser transferida para outros. Aí a coisa começa a ficar, eu digo assim, mais fácil, no seu ponto de vista. Mas acaba ficando mais difícil quando você tem que passar essa realidade para o outro. E ainda mais quando esse outro não está aberto para entender toda essa situação. Isso aí eu começo, e comecei como? Dentro de casa. Dentro de casa com os meus filhos, com os meus netos. Então, aquilo que você vivia com os seus filhos, você começa a imaginar e entender que não é só dentro da sua casa, com os seus filhos, que acontecia. Acontece com outras crianças, acontece com outras famílias. A questão do preconceito, a questão do bullying dentro das escolas, porque isso também influencia e muito. Vou contar aqui um caso que aconteceu com a minha neta. Aos oito anos, ela entrou numa situação que não queria mais ir para a escola. Ela não queria saber do cabelo dela. E, estava ali numa situação, que eu perguntei, ela chegou para mim e me dizia, “Vó, eu não quero ir para a escola, eu não quero, eu não quero”. Ela chegou pra mim e falou assim, “Vó, por queeu tenho essa cor? E meu cabelo? Eu não quero trançar o cabelo, eu não quero ir para a escola.” “Mas o que está acontecendo? O que está acontecendo?” “Ah, na escola ficam chamando de labirinto, que minha cor é feia, que não sei o quê.” Aí, eu senti fortalecer a necessidade de focar nesse tema. Quando eu sentei com ela e contei, falei um pouco do nosso histórico, da história, da nossa ancestralidade, de onde viemos, o continente africano, quem eram nossos ancestrais, onde surgiu... Quando você começa a falar: a primeira escola foi na África, a primeira faculdade foi na África, a astrologia e toda essa gama de coisa que surgiu na África, e que lá foi lugar de reis, rainhas, e que isso não é contado na escola, que isso não é valorizado, ele chega na escola e conta “o negro foi escravo”, e coloca aquela visão do negro amarrado no pelourinho, do negro com corrente nos pés, do negro sendo morto, do negro sendo chicoteado, e qual é a criança que vai querer ser preta? Qual é a criança que vai querer levantar a bandeira de que ela tem o direito, e de que ela tem o valor?

Comecei a passar isso para a minha neta, aí a coisa já começou a mudar, ela começou a sentir orgulho da cor da pele, começou a entrar na escola com outra postura, a ponto de a menina, com seus 9, 10 anos, estar ganhando um concurso que fazia aí de desfile de moda, né? Tirando o terceiro, primeiro lugar, chegou a ganhar até uma bicicleta, e ela se impunha, e passou a se valorizar. Então, o que eu entendo? Que a sociedade é o que é, e o que o mundo não vai mudar, quem tem que mudar somos nós, nos valorizando. Quem tem que mudar, que ter essa coragem, é cada menina que entra, que bota o pé dentro de uma escola, que bota o pé dentro da faculdade. Inclusive eu trabalhei aqui ao lado da PUC, e várias vezes eu vim aqui tomar um lanche, e ia almoçar, e comer alguma coisa, e encontrava com bolsistas. E eu ouvia aquele bolsista, coisas do próprio preconceito que eles sofriam dentro da própria faculdade. E isso não é uma faculdade só. Isso acontece nos bolsistas, né? Por quê? Por conta do histórico lá atrás, que uma raça acha que é superior à outra, e isso não acontece. Mas incutiram na nossa mente, na mente do nosso povo, e na mente do povo europeu, que há uma raça melhor que a outra, e não há. Então para que isso modifique, a gente não tem que se preocupar com o preconceito do outro, mas sim com a nossa valorização, e é isso que eu passo para as nossas crianças, para o nosso jovem. A postura da minha neta modificou. A postura dos meus alunos modificou, quando eu falo da origem do cabelo, o porquê do nosso cabelo, se é um cabelo que é a nossa coroa natural, que o negro é o único que tem. Se bota o cabelo para cima, ele vai ficar para cima, então, tem que ter o orgulho desse cabelo. E o motivo: o sol escaldante, aquele calor, então, precisa filtrar, o cabelo, o sol, um pouco, antes de atingir o cérebro. Diferente do europeu, que tem o cabelo escorrido, que é para manter a caloria do corpo. Quando você passa isso para uma criança, ela passa a entender o porquê das coisas.

Eu acho muito bom colocar o porquê das coisas. Ela vai saber questionar. Como meu neto, que já veio depois, e já nesse trabalho, ele foi estudar num colégio onde era o único negro da sala. E dentro do colégio, se tinham três, eram muitos. Então, chegou uma época em que se usava a trancinha nagô, e ele, todo acostumado, a trancinha nagô, e ainda uns coloridos, caíram de pau em cima dele. E a postura dele já foi diferente. Ele chegou e falou assim, “Eu sou um negro sim, sou preto sim, e eu tenho...”. Então, a postura já foi diferente. “Eu adoro meu cabelo, e eu sou assim e tal.” O que aconteceu? Quebrou, né? Quebrou isso, não conseguiram o objetivo que queriam, que era diminuir ele, porque ele se impôs, se colocou, a ponto de, três anos depois, ele se tornou o garoto-propaganda da escola, com auditório e tudo, entendeu? Então, é esse viés que eu tento passar para os meus meninos do Complexo do Alemão, e de outras comunidades onde eu já passei, e consigo conversar com todas essas crianças. É a gente preparar essa família, para que elas preparem os seus. Eu acho que só assim a gente vai conseguir mudar esse quadro que a gente se encontra hoje.

NILZA ROGÉRIA

Depois das experiências com os próprios filhos e netos, Bete passou a levar esses conhecimentos sobre ancestralidade africana também para as crianças e jovens da Oca. Principalmente a partir da Lei 10.639, sancionada em 9 de janeiro de 2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, tanto públicos quanto privados, no Brasil. Uma lei que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, com o objetivo de promover a valorização da cultura negra e combater o racismo no ambiente escolar.

TIA BETE

Eu hoje tenho um aluno, o João. Eu trabalho, a gente tem lá a Capoeira, tem o João, e cada história, o teatro, tudo que a gente faz com ele, eu trabalho muito a questão da lei 10.639. Esse menino fez 11 anos agora. Ele é meu aluno desde os seus 5 anos. E ele é um garoto que gosta de pesquisa, e levou para dentro da escola dele, e fez uma diferença, por conta da lei 10.639. Então, resumindo, ele chegou para mim e falou assim, meio chateado: “Que foi João?” “Tia, aconteceu uma coisa na escola hoje.” “Que foi João?” “Olha só, tia, a minha professora de matemática estava trabalhando leis, mas estava trabalhando lei de condomínios, tia, lei de condomínios. Aí, eu virei para ela e falei assim, “Tia, a senhora já ouviu... conhece a lei 10.639?” Ele continuou: “Ela falou para mim que não, que não conhecia, e que essa lei não existia, e que eu crescesse para conversar de lei com ela.” Aí ele, meio assim, “Tia, agora vê, lei de condomínio, para que serve para mim lei de condomínio, tia? Por isso eu falei para ela da lei 10.639”. Aí a turma toda começou a zombar dele, a caçoar, e com isso ele pegou o telefone, digitou, mostrou para a professora que tinha essa lei. Mas a professora, eu acho que despreparada, eu digo para mim, embora há muitos profissionais despreparados mesmo, pegou e tirou ele da sala de aula. Ele foi para o banheiro, chorou, chorou, mas isso quem contou foi a mãe dele depois. Eu perguntei: “João, você contou isso sobre sua professora para a sua mãe?” “Não, tia, eu não contei para a minha mãe não.”

“Então você conta.” Ele foi contar para mim. Ele foi e contou para a mãe, aí teve reunião na escola, a mãe apareceu na escola depois disso, a mãe me contou. Quando a mãe chegou na escola, a diretora já interpelou e a levou para a secretaria. “Queria conversar com a senhora.” Quando ela entrou na sala da direção, estava cheio de papel impresso da lei 10.639, eles colando a lei pela sala, pela escola, sobre a lei. Então é sobre isso que eu falo, é preparar os nossos. Aí ela conversou lá com a mãe. Conversei com a mãe também que a gente está falando. Ele conseguiu fazer essa transformação. Já que eles não trabalham a lei que precisa ser trabalhada, então que os nossos estejam preparados para que isso aconteça. Para complementar. E o João está aí, e além do João

tem outras crianças, e enquanto Deus dê saúde, força, eu quero estar fazendo isso aí, até os 100 anos, aqui já deu a hora, acabei na linha, a gente vai lá.

NILZA ROGÉRIA

Assim como no caso de ensinar para as crianças da Oca a Lei 10.639, a ideia de “fornecer ferramentas para os nossos” permeia todos os campos de atuação de Tia Bete. Cotidianamente ela busca combater o estereótipo de que o morador de favela é um pobre coitado incapaz de conseguir qualquer coisa sem assistência.

TIA BETE

Para quem está dentro de uma comunidade trabalhando, existem vários, mais a maioria acaba esbarrando no mesmo, que é condições financeiras para você tocar, ou atender aquela comunidade, que às vezes bate na sua porta, às vezes ela quer o quê? Às vezes precisando de uma cesta de alimento. Às vezes precisando de uma coisa, às vezes, quando é uma orientação, alguma coisa social, você tem, indica, vai aqui, vai dar contato com um e outro. Mas quando é para você sanar, é algo que está fora do seu alcance. Na maioria das vezes, é, às vezes, até matar a fome de uma pessoa, ou ajudar, ser provisório, até que ela tenha condições de modificar a própria situação. Eu acho assim, eu sou a favor do auxílio, sou a favor, mas, eu acho que tudo tem que ter um limite, um prazo, um preparo, e as famílias estão nessas condições, elas têm que ter um acompanhamento, para que saia dessa condição. Porque, quando é uma área, uma questão social, quando é uma questão de uma palavra, que na maioria das vezes, as pessoas estão deprimidas, estão achando que estão no fundo do poço. Mas uma boa conversa, uma ocupação, faz com que ela perceba precisa entender que só ela consegue sair da situação.

É um trabalho de formiguinha, um trabalho de insistência. E esse desafio, tirando esses, os outros, a gente consegue superar, porque é uma situação que você consegue... Ainda mais quando você tem experiência. Você já sabe qual é o caminho. É só colocar a outra pessoa nesse mesmo caminho de abertura para que ela se conheça. Para que ela entenda que tem condições, que pode. O morador de favela não é um coitado, muitos acreditam que é coitado, e outros – quem está de fora – quer passar esse conceito de que o morador da favela é um coitado, e ele não é. Ele tem capacidade, tem condições, é uma pessoa que pode chegar aonde quiser. E a mulher da favela pode chegar aonde quiser. Por que a questão da gente valorizar a mulher? Porque a mulher é que está ali, é a mulher que pari, é a mulher que direciona a casa. Na maioria das vezes os pais estão trabalhando, e na maioria das vezes a mulher está sozinha dentro de casa. É a mulher solo para criar um filho, para criar uma mãe, uma família, e essa mulher precisa estar com a sua estima bem-elevada, ela precisa ter essa noção.

Quando eu faço um encontro de mulheres, tem um projeto, uma coisa que eu converso com elas, que é “Que produto você está colocando na sociedade, e qual é o seu papel na sociedade?” Porque, muitas das vezes, a dona de casa não tem a percepção da importância do papel dela dentro da sociedade. Quando você faz essa roda de conversa, muitas delas falam “Não, eu não tinha pensado”, porque se ela cria um filho, aquele valor que ela vai passar para aquele filho vai influenciar uma sociedade, mas ela não tem essa percepção. Então, nos nossos encontros de mulheres, eu questiono muito isso.

NILZA ROGÉRIA

Apesar de ter enfrentado tantas adversidades, Elizabete ainda tem uma visão positiva sobre o futuro.

TIA BETE

Perspectiva de futuro, embora pareça que está tudo muito sombrio, dá a impressão de que não há um futuro brilhante, eu acho que sim, a esperança tem que ser a última que morre. E eu penso o seguinte, o mundo, de tempos em tempos, sempre aconteceu altos e baixos, altos e baixos, então, não é de hoje que acontece pandemia, não é de hoje que as coisas acontecem, e são momentos de cada época, né? A cada milênio há uma transformação. Então, no meu entender, do meu modo de ver, nós estamos passando por um momento de transformação, sim. De transformação do ser humano, de transformação, em que o ser humano precisa voltar mais para dentro de si mesmo e enxergar mais o outro, um pouco mais de amor para com o próximo. A natureza vive dando sinais: é pandemia, são terremotos, são enchentes, são... a natureza está dando sinais. Só que o ser humano não consegue perceber esses sinais. Eu acredito que nós temos o poder de emanar energia para o universo e esse universo nos devolve essa energia. Então, nós precisamos parar e pensar, que tipo de energia estamos mandando para o universo, o que nós, seres humanos, estamos preparando para o futuro dos nossos. Porque daqui a 100 anos, daqui a 80 anos, nós não vamos estar aqui, mas os nossos estarão. O meu bisneto Noah, que está agora com 1 aninho, estará aí, né? Outros bisnetos de outras pessoas estarão aí. Então, o que eu, enquanto ser humano, vivente nessa terra, estou deixando? Que tipo de energia estou emanando para que coisas boas venham? Contudo, acredito que vamos sim, ainda vem muita coisa para acontecer, mas temos condições de superar, e vamos superar. Então, por mais que a coisa pareça sombria, lá na frente uma luz vai aumentar cada vez mais. Só que, para isso, a gente precisa contribuir um pouquinho mais. Eu tenho fé que assim estou fazendo o meu papel, o outro pode fazer o papel dele, então, de papel em papel... Consciência em consciência... a gente vai conseguir fazer, porque o mal nunca vence o bem. A gente passa por uma turbulência, mas o bem consegue triunfar sempre. E eu

acredito que todo esse universo, e toda essa energia, não é à toa, e que o mundo, o planeta, o universo, não foi criado para que as coisas deem errado. Acho que é a responsabilidade de cada um, de cada ser humano, enquanto eu acredito, ser espiritual, passando um tempo na terra. A gente traz, na nossa trajetória, uma responsabilidade muito grande, e só nós mesmos podemos responder pelos nossos atos, e não jogar a culpa em cima de ninguém. Quanto à perspectiva, é isso. Eu tenho uma esperança, com tudo que vai acontecer, com tudo que acontece. As crianças estão nascendo, então, enquanto estiver nascendo criança desse mundo, há esperança, entendeu? Enquanto estiver nascendo seres por alguma missão, aqui, nesse planeta, há esperança, porque nós não estamos sozinhos, nunca.

NILZA ROGÉRIA

Este é apenas um fragmento da jornada de Elisabete, uma mulher que, a partir da educação, colaborou para a mudança de vida de centenas de moradores do Complexo do Alemão e de outras favelas do Rio de Janeiro.

Esse foi mais um capítulo do “Mulher de Favela”.

Até a próxima.

struktur aer
kesempatan memperkenalkan
dirinya. "Mohon doa restunya. Saya
Gus Ipul bakal maju untuk mem

ungi C

CAPÍTULO 25: ROSEMAR DE SOUZA

ROTEIRO
EPISÓDIO ROSEMAR
AUDIOLIVRO "MULHER DE FAVELA"
ROTEIRO: LAURA VILARINHOS

ROSEMAR

Eu sou filha de três irmãos e lá na roça era muito difícil, minha mãe contava que era muito difícil alimentar, aquela coisa toda no interior. E eu não fui criada diretamente com a minha mãe nem com o meu pai. Meu pai me deu para uma família muito cedo e eu fui criada na casa da família. Eu nunca soube o que era aniversário, o que era Natal, o que era Ano Novo, o que era festa. Então, eu não tive essa infância. Comecei a estudar. A primeira vez que entrei dentro de uma sala de aula, eu tinha 12 anos. Não tive aquela oportunidade da criança ir para a escola, ter coleguinha, ter amigos. Eu não tive isso. A minha infância foi muito difícil.

Mas... é uma coisa que eu sempre tive para mim... eu nunca senti raiva, nunca senti. Eu sempre pensava que um dia eu ia crescer e teria um espaço onde eu pudesse acolher todas as pessoas que não tinham condições de alimentação, que não tinham uma roupa, que não tinham uma coisa. Isso me motivava até hoje. Até hoje eu trabalho pensando na minha história, que não aconteça com os meus filhos, com os meus netos, com as pessoas que estão no meu entorno.

NILZA ROGÉRIA

Rosemar é uma mulher de muitas facetas: mãe, assistente social, educadora e técnica de enfermagem. Mas é como Tia Rose que ela ficou conhecida em sua traje-

tória na área social. Principalmente com a ONG Centro de Cultura Afro de Piabetá. A luta por cidadania, educação e igualdade racial e de gênero a levou até mesmo à carreira política. Tia Rose candidatou-se a vereadora pelo Partido dos Trabalhadores em 2012, 2016, 2020 e 2024.

Eu sou Nilza Rogéria e, a partir de agora, convido você a conhecer a história dessa mulher de muita personalidade e determinação.

Esse é mais um capítulo do audiolivro “Mulher de Favela”.

NILZA ROGÉRIA

Rosemar nasceu em Cachoeiras de Macacu, no Estado do Rio de Janeiro, mas logo mudou-se para Magé, onde viveu até os 8 anos. Com essa idade, ela veio para o Rio de Janeiro e, ainda muito jovem, começou a trabalhar como empregada doméstica. Sua vida nesse momento resumia-se ao trabalho, mas ela sempre teve o sonho de frequentar uma universidade.

ROSEMAR

Eu me chamo Rosemar. Nasci no dia 1º de maio de 1963, em Cachoeiras de Macacu. De lá eu fui pra Magé com três meses. Morei em Magé até meus oito anos. Com oito anos eu vim para o Rio. Fui morar em Bonsucesso e, depois, com 16 para 17 anos, fui trabalhar em casa de família. Fui trabalhar em Copacabana até meus 18, 19 anos, quando fiz formação de professor. E de lá eu sempre trabalhando, trabalhando, e sempre me envolvendo com movimentos sociais, principalmente o movimento estudantil. Foi onde comecei a conhecer um pouco do que é política social. Foi onde conheci o Partido dos Trabalhadores. Com 18 anos, me filiei e comecei a minha vida política.

Eu tenho quatro filhos biológicos, dois adotivos e nove netos. Hoje sou assistente social, sou técnica de enfermagem, pós-graduada em Educação e Direitos Humanos e estou me graduando agora em Direito. E faço outra pós-graduação em História da África.

ROSEMAR

O curso de enfermagem fui fazer com 22 anos. Foi quando fiz pela Cruz Vermelha. Me formei pela Cruz Vermelha, que era uma forma de ajudar as pessoas e também me ajudar, que o meu sonho era fazer a faculdade. Então, através do curso de enfermagem eu consegui pagar a minha faculdade de Serviço Social.

NILZA ROGÉRIA

Há quase 40 anos, Rosemar idealizou e fundou o CCAP, Centro de Cultura Afro de Piabetá, no município de Magé. A ONG surgiu a partir da percepção de uma carência educacional nas crianças da região.

ROSEMAR

Comecei a entender um pouco do que era educação. A gente sabe que a educação é a base de tudo. E a minha preocupação foi quando fui levar meus filhos para matricular nas escolas e não tinha vaga para eles. Aquilo me preocupou muito. Comecei a educar dentro da minha casa. Criei várias turmas de crianças para educar, alfabetizar, reforço escolar. Um dia, eu tive um estalo de criar alguma coisa que pudesse não trabalhar só a educação, mas que pudesse trabalhar todas as áreas. E aí, eu comecei, em 86, pensei e criei o Centro de Cultura Afro de Piabetá. É uma organização não governamental e é onde a gente já trabalha há muitos anos. Fui registrar em 93, mas eu criei ela em 86. Foi onde a gente começou a trabalhar com muitas crianças, que Magé é uma cidade do interior. É muito difícil. Lá, hoje, até que está melhorando, mas era muito complicado. E principalmente na área de educação com o povo preto. Principalmente com o povo preto. Eu tive muitos, muitos problemas, porque eu sempre fui assim muito... Eu falo que eu sou um pouco abusada, né? Então, quando as pessoas falam que não dá, eu falo que dá, e aí eu consigo chegar até o final. Mas Magé tem essa coisa de tradição. É uma cidade de coronéis, e foi um pouco difícil. Mas a gente conseguiu trabalhar essa coisa da educação, principalmente educação.

NILZA ROGÉRIA

Além do caráter educacional, o Centro atua no fomento e preservação da cultura afro, com o foco na melhoria das condições urbanas e valorização do município da Baixada Fluminense, constantemente negligenciado pelo poder público.

ROSEMAR

Magé tem uma dificuldade muito grande de fazer, de ter esse reconhecimento. O centro cultural foi a primeira organização dentro do município. Então, fui eu que criei os conselhos e, através do Centro de Cultura, a gente criou várias outras organizações dentro do município. Mas, a primeira organização não governamental do município foi o Centro de Cultura Afro. Então, no primeiro momento, foi bom. Levamos muitos projetos para lá. O CEDAPS foi uma organização que nos ajudou muito também. Até na maneira de se organizar. Porque a gente sozinha não consegue fazer nada, mas sim quando tem alguns parceiros. Foi através disso que a gente obteve reconhecimento. Hoje, o centro cultural não é só reconhecido no Rio de Janeiro, mas também fora do Rio, através do reconhecimento das discussões políticas e sociais que a gente desenvolve lá em Magé.

NILZA ROGÉRIA

Apesar do trabalho reconhecido, não foi fácil fundar e comandar uma ONG com pouco e, algumas vezes, até nenhum recurso. Diante das vulnerabilidades locais, que iam além do acesso à educação, as demandas foram aumentando: da alfabetização de crianças para os jovens, dos jovens para as famílias.

ROSEMAR

Foi difícil. Porque eu já tinha dois filhos. A Dandara e o David. O meu marido é metalúrgico. Quando ele chegou de viagem, que ele viu aquele “mundaréu” de criança, ele achou aquilo, e todo mundo achou... “Rose, é uma loucura você trazer esse mundaréu de criança para dentro da sua casa.” E lá não era só a parte de educação. Eu trabalhava alimentação, porque a maioria dessas crianças não tinha alimentação adequada. Eu fazia tudo. Eu mesma fazia a alimentação para esse monte de crianças. E ali foi crescendo. Um dia, meu marido chegou de viagem e falou para mim: “Você vai ter que arranjar um lugar para botar essas crianças, que dentro da minha casa, não.” Eu fui e falei... Ele viajou... Mandou um dinheiro para mim, eu peguei esse dinheiro e aluguei um espaço. Dinheiro que era para fazer manutenção da casa, custear as coisas da casa. Eu aluguei um espaço e botei as minhas crianças. Quando ele chegou, ficou louco. Mas eu já tinha feito. E ali a gente foi trabalhando. E cada dia aumentava muito o número de crianças. Começamos com os jovens, depois começamos a trabalhar as famílias. Eu alfabetizei muitos adultos. E vi que aquela coisa estava crescendo. E com muita dificuldade. Porque a política de Magé, hoje está avançada, mas ela é um pouco atrasada, né? E as pessoas achavam que eu era um pouco doida. Em trabalhar a educação, em pensar a saúde, em pensar o social. Tudo ao mesmo tempo.

NILZA ROGÉRIA

Durante a pandemia do Coronavírus, a partir de 2020, o CCAP enfrentou ainda mais desafios.

ROSEMAR

A Covid foi muito, muito triste. Eu sou da área de saúde. Sou técnica de enfermagem e cuidadora. Então, foi um momento muito difícil. Magé teve muitas complicações, porque era muito difícil ter acesso às vacinas, alimentação. Tivemos que buscar várias pessoas, vários parceiros, para ajudar. De que forma que a gente ia ajudar na alimentação, de que forma que a gente ia ajudar para cuidar? Eu cuidei de várias pessoas, até o Wagner ficou com Covid, e cuidei dele com Covid, que eu estava com Covid, cuidando do outro que estava com Covid. Várias pessoas passaram pelo CCAP, e a gente conseguiu, pelo menos, ajudar um pouco. Mas foi muito difícil. É

uma experiência que eu não quero levar para a minha vida, porque foi muito triste. Muitas pessoas conhecidas, amigas que partiram, que não tiveram a volta.

Acho que o Covid foi um momento muito, muito triste, muito triste. É um momento que eu não gostaria de lembrar. Eu acho que foi o mundo todo que sofreu, o mundo todo que perdeu, mas é triste quando você perde próximo de você. Então, esse momento do Covid foi uma experiência muito ruim, muito ruim. Mas que nos aproximamos, né? Muitas das vezes tem os dois lados. A gente passar por aquele momento, e a gente também absorver coisas boas, e deixar as negativas.

NILZA ROGÉRIA

Além do trabalho com educação e saúde, o CCAP também busca valorizar a cultura afro-brasileira. Rosemar descobriu sua origem como mulher preta quilombola, e isso foi de suma importância para que ela buscasse se conectar com as suas raízes, história e identidade racial. Logo tudo isso passou a fazer parte também do DNA da ONG.

ROSEMAR

Eu faço parte de vários grupos. E teve... Começaram a fazer um movimento. Do movimento negro, sobre a história do povo preto. Eu quis buscar saber um pouco. De onde eu vim, como é que surgiu toda a minha vida. Minha mãe me contou que ela foi pega no laço e minha avó sentava e contava muita história, de como ela veio e de que forma que ela viveu nesse Brasil. E aquilo me preocupava. Eu queria saber mais. Foi quando eu fui na cidade onde eu nasci. Que eu nasci numa fazenda de quilombos em Cachoeiras de Macacu. Pra saber como era, o que era aquilo ali, o que era quilombo. Que até então eu não sabia. Numa conferência, foi descoberto que a gente tinha que discutir sobre os quilombos, sobre o povo preto. Eu queria saber um pouco como é que era isso. Foi quando comecei a pesquisar e saber um pouco da minha história. Que eu vim de uma fazenda, nasci num canavial. A minha mãe e meu pai eram filhos de escravos. Eles não sabiam a importância, como é isso hoje. Hoje eu tenho essa tranquilidade de me colocar como quilombola, mas há muitos anos eu não sabia o que era um quilombo. Por que ser quilombola? Porque quilombola é um povo preto que veio da África pra cá e que, como eu falo sempre, a gente não é escravo. Nós fomos escravizados aqui. As pessoas falam, “trouxeram os escravos”, não, nós não viemos de lá como escravos. Nós fomos escravizados aqui no Brasil. Então, essa coisa, a gente começa a buscar o fundamento de todo esse processo. Hoje eu me identifico com esse trabalho do quilombo, do trabalho do movimento negro. E a gente tenta buscar mais informação sobre o nosso povo.

NILZA ROGÉRIA

A partir de todo esse trabalho social, Rose, que já era conectada aos movimentos políticos desde a época de estudos na universidade, decidiu candidatar-se a vereadora pelo Partido dos Trabalhadores. Quando tentou ser eleita em 2012, ela estava em busca de uma representação feminista, preta e periférica na política.

ROSEMAR

Eu participava dos diretórios, dos movimentos estudantis, dos movimentos sociais. Viajei muito com a discussão das políticas públicas e parece que sempre estive no meu sangue. Meu pai era político, era militar, mas ele era brizolista doente. Então, eu já me vi naquela história de ter que participar, e sendo a única filha a participar. As outras nunca se envolveram com política. Mas eu sempre tive essa coisa no meu sangue. E como tem até hoje, eu sou apaixonada pela política e pelo movimento social.

ROSEMAR

Comecei no movimento social, no movimento político, em 80,79... Eu era muito nova. Teve uma mulher, ela foi a primeira vereadora dentro do nosso município. Eu trabalhava em casa de família nessa época. Quando ouvi falar que essa mulher seria candidata à vereadora, imediatamente quis me filiar ao partido, ao Partido dos Trabalhadores, onde estou filiada até hoje. E foi ela que me motivou a ir para a política. Começamos a trabalhar essa coisa do movimento estudantil, dos movimentos sociais, dos movimentos negros. Na minha cidade, lá em Magé, o meu partido não tinha mulheres pretas para fazer... para vir candidatas. Aquilo ali me deixou... Eu fiquei muito ansiosa, muito indignada de não ter mulher preta para vir candidata à vereadora. Quando decidi vir candidata à vereadora foi difícil. Que muitas pessoas dizem, "Ah, você é pobre, como é que você vai vir? Não tem dinheiro." Eu falei assim: "Eu vou vir candidata. Eu não vou ganhar, mas vou colocar pelo menos o meu nome para contribuir para a cota das mulheres negras, para a cota das mulheres." Foi quando decidi vir pela primeira vez como candidata à vereadora do nosso município.

NILZA ROGÉRIA

A eleição como vereadora não veio, mas o trabalho social e político que Rosemar desenvolve desde os anos 1980 a levou a muitos lugares, alguns inclusive fora do país.

ROSEMAR

O CCAP, o centro cultural, me fez ver muita coisa porque, através dele, fui fazer uma faculdade, uma pós-graduação, viajei para fora do Brasil, então, tudo que aconteceu foi através do Centro de Cultura.

ROSEMAR

Essas viagens foram experiências para mim. Argentina, Uruguai, esses outros países, outros estados, foi uma experiência muito legal, porque fui através do movimento social pelas marchas, quando fomos discutir sobre movimento de mulheres, movimento negro, movimento de juventude. Foi uma experiência enorme conhecer pessoas que têm visão política e quase idêntica à sua. Fora do Brasil... e até no Brasil mesmo.

ROSEMAR

Alguns pontos de realizações eu tive. Estou tendo todos os dias, o centro cultural me renova todos os dias. Hoje, com quase 40 anos, tenho o Centro de Cultura Afro como uma ferramenta para desenvolver outras coisas dentro do município. Principalmente na cidade de Magé, com a juventude, com as crianças, com os idosos, com o LGBT, que eu tenho muita preocupação com esses jovens também.

NILZA ROGÉRIA

Rosemar também lidera, desde 2015, a Marcha das Mulheres Negras no Rio de Janeiro, destacando a importância do feminismo negro. Com o desejo de que as mulheres participem desses movimentos.

ROSEMAR

Eu faço parte, sou coordenadora estadual e coordenadora nacional da Marcha das Mulheres Negras, do Movimento Negro. Quando eu comecei, foi conversando com a juventude. Depois começamos a discutir isso com as mulheres, a importância das políticas públicas para as nossas mulheres, que muitas das vezes a gente fala de violência e a política da mulher não é só violência. A política de mulheres são todas as políticas, educação, saúde, cultura, emprego, direitos. Então, a gente discutia muito isso nas marchas. Como discute até hoje. Hoje nós temos a Marcha das Mulheres, que é a Marcha Nacional, e temos a Marcha das Mulheres Negras, que acontece no Rio de Janeiro todo ano.

A gente faz parte dessas marchas e vamos discutindo as políticas das mulheres e das mulheres negras.

NILZA ROGÉRIA

Apesar de muitas conquistas, Rose não está satisfeita e sonha fazer ainda mais. Ela quer mudar a educação, reduzir as desigualdades que afetam o cotidiano das mulheres e criar oportunidades para os jovens periféricos.

ROSEMAR

Quando a gente fala de educação, a forma de educar, as pessoas sempre acham que quadro é o suficiente. Não, eu não tenho esse hábito de trabalhar quadro. Eu gosto, na educação, de trabalhar olhando no olho, que você possa tocar nos seus alunos. A primeira coisa que a gente faria no nosso projeto político seria tentar conversar e mudar um pouco a forma de educar, de ensinar, dentro do município. E lutar pelas mulheres, pela desigualdade, que é muito grande dentro do município de Magé. A juventude. De que forma trazer projetos para dentro do município, para a juventude, para as mulheres. Para a diversidade, mudando as coisas. Magé tem um índice muito grande de violência. Essa é uma das nossas preocupações dentro do município. Acho que a gente estaria trabalhando, buscando parceiros, conversando, sentando até com ministros, com senadores, para ver de que forma a gente poderia contribuir para o município com políticas públicas diferenciadas.

NILZA ROGÉRIA

Um desejo de fazer a diferença na vida dos outros que vem desde menina.

ROSEMAR

Eu sempre falava, desde pequena, que eu queria ter alguma coisa que pudesse ajudar as pessoas. Fui evangélica um tempo e lá na igreja comecei a ajudar. Tinha vez que eu tinha duas roupas e eu sempre dava uma. E muitas das vezes as pessoas não entendiam por que eu fazia isso. Desde criança eu queria tirar um pouco o sofrimento das pessoas. Eu carrego isso até hoje. Até hoje eu tento ajudar da melhor forma possível. Mas naquela época as coisas eram muito difíceis. Um prato de comida era como ganhar na loteria. Hoje, graças a Deus, eu faço isso de coração. Amo quando vou fazer um almoço, e eu quero fazer para 200, 300 pessoas. Faço com muita felicidade. Entendeu? Então, são coisas assim que a gente já traz desde criança pela dificuldade que eu passei, mas que agradeço a Deus que hoje eu tenho como ajudar muitas pessoas.

NILZA ROGÉRIA

É o incansável desejo de ajudar o próximo que trouxe Tia Rose até aqui. Uma mulher que continua lutando para mitigar os efeitos da desigualdade e da negligência com os mais pobres não só em Magé, mas em todo o país.

Esse foi mais um capítulo do audiolivro “Mulher de Favela”. Até o próximo.



AUA-

Ris...
gung ya...
Puti pu...
dirin...
Gus...

ungoi

arek...
bay...
wal...
int...
r...

FERRINHA

CAPÍTULO 26: FABIANA FERRINHA

ROTEIRO
EP. FABIANA FERRINHA
AUDIOLIVRO "MULHER DE FAVELA"

FABIANA

Eu posso falar que sou cria da Maré e ainda moro na Maré. Sabe a Maré? A Maré tem um potencial incrível, tem muitas mulheres potentes, e hoje um convite para vir aqui na PUC, que é muito especial, porque nós que somos moradores da favela, a gente acha que aqui não é o nosso acesso. Eu acho que aqui é um acesso para mim e para muitos, mas tem pessoas que não acreditam mais, não têm mais esse sonho de fazer uma faculdade.

Na época que eu entrei na faculdade, as pessoas não tinham esse sonho. Eu olhava na sala de aula, só tinha eu e mais três mulheres pretas. A gente não via tantas mulheres assim. Então hoje eu vejo mais mulheres dentro das faculdades, eu vejo mais mulheres potência dentro da favela e eu me sinto muito prestigiada de estar aqui hoje, falando com vocês, contando um pouco da nossa história, mostrando a realidade da favela. Que é a favela. Ela tem o seu valor, tem as suas potências. Então hoje, quando a gente traz para além dos muros da favela a nossa realidade, de quem somos e como vivemos, quem são as pessoas que estão lá... Aquelas pessoas têm muitos sonhos. Como eu tenho um sonho de trazer o conhecimento para as pessoas, o que eles podem e o que eles podem ainda fazer, sabe?

NILZA ROGÉRIA

Fabiana Ferrinha é um exemplo de mulher que transforma a realidade com coragem, afeto e compromisso coletivo. Moradora do Complexo de Favelas da Maré, ela constrói caminhos de cuidado, educação e cidadania onde o estado muitas vezes não chega. Eu sou Nilza Rogéria e, a partir de agora, os convido a conhecer a trajetória de uma mulher que, ao criar redes de apoio e gerar acessos, reafirma o poder da favela como território de vida, trabalho e transformação. Com ação concreta e presença ativa, ela amplia oportunidades e fortalece a presença de mulheres negras e periféricas na construção de um futuro mais justo. Esse é o mulher de favela.

NILZA ROGÉRIA

Nascida na Maré, uma das maiores comunidades do Rio de Janeiro, Fabiana Ferrinha vivenciou desde cedo os desafios de quem cresce na periferia. Durante a infância viveu por um tempo em duque de Caxias, na Baixada Fluminense, mas ainda jovem retornou à comunidade onde nasceu e se reconectou com o território que mais tarde se tornaria base de seu trabalho e da sua atuação comunitária.

FABIANA

Nasci na Maré e com um aninho fui para Baixada Fluminense. Depois, com os meus 11 anos, retornei para a Maré. Então eu não tenho a vivência das palafitas, como meus pais, que vieram do Nordeste para a Maré. Quando retornei para a Maré já tinha muitos barracos, e eu vivi em um desses barracos dentro da Maré. A Maré são 16 favelas divididas, eu morei na Nova Holanda. Hoje em dia moro no Timbau, mas eu morei na Nova Holanda.

NILZA ROGÉRIA

Vinda de uma família nordestina e numerosa, cresceu em um ambiente marcado pelo esforço dos pais, que não foram alfabetizados, e pela força da avó, que lia sem nunca ter aprendido a escrever. A falta de acesso à cultura e à educação esteve presente em sua infância, mas foi a convivência com histórias de superação e cuidado coletivo que moldou sua visão sobre o mundo.

FABIANA

Somos sete filhos. Morávamos em Caxias. Quando chegamos na Maré, meus dois irmãos já eram casados. Aí ficaram cinco pessoas dentro de casa. Eu, os meus irmãos, a gente ficava dentro de casa, não tinha muito acesso à cultura. Como eu falei, a minha mãe trabalhava muito, meu pai trabalhava muito. Eu nunca passei fome, nem eu nem meus irmãos. Nunca passei fome, mas a fome me incomoda. Sempre me incomodou a pessoa falar de fome, porque a minha mãe passou fome, o meu pai passou fome,

minha avó passou fome. Minha avó teve nove filhos, um deles morreu de fome, e meu avô morreu muito cedo, era alcoólatra. A minha mãe foi trabalhar com nove anos, por isso que a minha mãe é cozinheira. E minha mãe trabalhava, trazia o alimento para dentro de casa. A minha avó foi criando os filhos com a ajuda da minha mãe. Depois minha vó passou a criar a gente e minha mãe não parou de trabalhar. Minha mãe vai fazer 80 anos em 2026 e meu pai, 96 anos.

NILZA ROGÉRIA

Antes de assumir um papel de liderança, Fabiana vivia uma rotina voltada ao cuidado da família. Mãe jovem, dona de casa, sem acesso a projetos sociais e com uma formação limitada pelas escolas públicas, sua conexão com a comunidade ainda era informal. Porém, tudo começou a mudar quando recebeu um convite inesperado de um amigo.

FABIANA

Eu fui mãe muito cedo, com 18 anos. Depois, aos 22 anos, também fui mãe. Então eu dediquei uma parte da minha vida a ser mãe, tomar conta de criança, lavar roupa, cozinhar, mesmo sem saber. Mas até hoje eu não sei muito, mas cozinhou ali. Eu nunca tive acesso a projeto social. Até que um dia um amigo meu me convidou para lotar um cineminha que ele tinha lá na Maré. Se chamava “Maré de Artes”, esse espaço, e eu fiquei muito feliz, né? Porque aquele espaço é um espaço de cultura, e eu não tinha acesso a tanta cultura assim. Toda semana tinha pipoca, refrigerante, e ele falou “vamos, me ajuda a encher o cineminha”. “Então vou lá te ajudar no cineminha.” Eu convidava as crianças da favela para ali estarem. Um belo dia o cinema acabou, que ele tinha um patrocínio. Aí o cinema acabou, e nisso eu fiquei conhecida como a tia do cinema. Onde eu passava na favela, as crianças “tia, quando vai ter aquele cinema, quando vai ter aquele cinema?” Eu falava assim “Ah, quando tiver mais, a tia vai avisar para vocês.” Só que eu não tinha ideia de como fazer um cinema, né? Comecei a chamar um amigo que já fazia essa produção. O nome dele é até Beco, um amigo muito bacana, que hoje em dia tem a projeção no cineminha do Beco.

Ele começou a passar os filmezinhos na rua. A gente estendia o tapete na rua e colocava ali o cinema.

NILZA ROGÉRIA

Entusiasmada com aquela construção improvisada, o espaço do cineminha foi seu primeiro contato direto com a cultura como ferramenta de mobilização. Ali, nasceu um novo olhar. E com o tempo, ficou claro: o cinema não era só entretenimento. Era escuta, troca e acesso. Empenhada em manter essa experiência ativa, Fabiana foi

ganhando o desejo de trabalhar cada vez mais em prol de sua comunidade. E foi assim que, em 2007, fundou, no Timbau, o F.A.R.O. Maré – Força Assistencial Rio Organizado, um projeto sem fins lucrativos com foco na implementação de arte, acesso à saúde, educação e ações sociais. Nos primeiros anos, o F.A.R.O. Tinha como foco a realização das sessões de cinema comunitário. Mas com o tempo, Fabiana começou a perceber que aquele contato direto com os moradores revelava demandas maiores. Foi diante dessa realidade que o projeto, ainda pequeno, se viu na necessidade de ampliar sua atuação para fins educativos e ações sociais, demandando recursos financeiros cada vez mais altos.

FABIANA

No decorrer do tempo, as crianças começaram a trazer algumas demandas para mim, que não tinha, não sabia ler, não sabia escrever. A mãe não sabia ler, não sabia escrever. Eu falei que achava muito interessante. Sempre gostei de ler, de escrever, de estudar, embora meus pais não saibam ler e escrever também. A minha vó sabia ler e não sabia escrever. É um histórico familiar muito grande de analfabetismo dentro da minha família. Eu comecei a perceber o quão importante é estudar, saber ler, escrever, ter essa alfabetização. Quando eu comecei a pensar “poxa, como é que a gente vai sustentar todos esses pedidos? Fazer com que esses pedidos venham a ser realizados, de saber ler e escrever...”, foi quando eu tive a ideia de montar um brechó social uma vez por mês para angariar fundos pra dentro daquele meu miniprojeto.

NILZA ROGÉRIA

Foi aí que, em 2013, Fabiana fundou o Brechó Social, como parte do F.A.R.O. Maré. O brechó, que começou uma vez por mês, surgiu com dois objetivos principais: reaproveitar materiais e roupas que seriam descartados e gerar renda para sustentar as ações do projeto. Tudo que é arrecadado passa por triagem: parte é vendida a preços acessíveis e outra parte é doada a centros de recuperação, hospitais de maternidade ou diretamente a moradores em situação de vulnerabilidade. Enquanto o brechó ganhava forma e importância dentro do F.A.R.O., Fabiana seguia conciliando múltiplas jornadas. Durante todo esse período de criação e fortalecimento do projeto, ela estudava, trabalhava como supervisora de saúde e mantinha sua vida familiar. Mas, com apoio de amigos e da mobilização coletiva, tudo foi se encaixando. O brechó passou a funcionar com doações e as ações sociais foram se estruturando. Aos poucos, ela deixou o emprego formal para se dedicar integralmente ao F.A.R.O., Ampliando sua atuação, inclusive na área da cidadania, com serviços de documentação e orientações para a comunidade.

FABIANA

O brechó foi uma ajuda de amigos, que tudo começou com financiamento coletivo. Cada amigo doava uma coisa, doava outra... Eu tinha um trabalho à parte, eu era supervisora de hospitais e UPA, e eu trabalhava fora e estudava. Aí teve um período da minha vida que eu fui pra faculdade também, e foi muito corrido. Eu entrei na faculdade fazendo serviço social e ficou muito corrido pra mim. Então, uma vez por mês eu abri o projeto com essas ações de ficar na rua. Eu linkava o meu trabalho como um projeto que era só uma vez por mês. Estava tudo bem, um cineminha. Foi quando eu pensei em fazer as ações sociais.

Com as ações sociais, eu conseguia trazer parceiros de fora para me ajudar. Foi chegando amigos “Ah, olha, eu posso fazer isso, da ação social, eu posso montar o brechó”. Começou a gente a trabalhar em conjunto nessa questão do projeto. Mas era tudo muito amador, sabe? A gente não tinha noção de como fazer. A gente precisava sempre de alguém para direcionar como ia fazer. E daí veio a ideia de quando eu saí do projeto chamado S.O.S. Saúde. Eu falei “agora vou focar só no meu projeto”. Saí do Estado, que era um projeto do Estado, “S.O.S. Saúde”.

Comecei a focar lá no meu projeto. A pensar quem vai ficar na mídia, quem vai coordenar o brechó, quem vai coordenar o projeto, quem vai fazer as ações sociais. Como eu tinha uma expertise muito grande nesse espaço de ação social, comecei a trabalhar também com a questão de ações de cidadania, de trazer o resgate para os moradores locais, de trazer a documentação, regularizar documentação, as identidades, casamento. Isso foi em 2018, mas na verdade o projeto iniciou em 2007. De 2007 a gente só trabalhou mesmo com a questão do cineminha. Depois, em 2013, a gente fundou o brechó, que foi uma coisa fundamental dentro do projeto para a gente angariar fundos, para manter aquele projeto, além das doações que chegavam.

NILZA ROGÉRIA

Com o passar dos anos, o Brechó Social se consolidou como um dos pilares do F.A.R.O. Maré. Mais do que uma forma de arrecadar recursos para sustentar as ações do projeto, ele se transformou num espaço de reaproveitamento, circulação de bens e cuidado coletivo. A dinâmica do brechó envolve doações organizadas por meio de grupos comunitários, onde móveis e roupas são disponibilizados diariamente.

FABIANA

Hoje as pessoas têm um sonho de sair da favela. Então elas sempre conseguem, através de financiamento, comprar um apartamento e ir embora da favela. E quando você sai da favela, você não consegue levar aqueles móveis, cama, você não consegue, fogão, você não consegue levar nada. Então eles nos chamam. Nós temos um grupo

com mais de 300 pessoas, e fala assim: “a doação do dia”. Aquela doação do dia tem que sair em menos de 24 horas. A vez é de quem chegar primeiro. A gente consegue cama, sofá, armário de cozinha, um armário completo de cozinha. Então a gente conseguiu se movimentar bastante nessa questão de não ir nada para o lixo.

NILZA ROGÉRIA

A organização das roupas também segue um processo criterioso. Brinquedos são reservados para datas como o Dia das Crianças e o Natal, enquanto roupas de adultos são separadas entre o que pode ser vendido a preços acessíveis e o que será doado diretamente para hospitais e instituições. O brechó, além de promover acesso, atua na educação ambiental e combate o desperdício, retirando materiais que iriam para os valões.

Esse cuidado com a destinação ganhou ainda mais força com o surgimento do projeto “Mariah”, voltado exclusivamente à arrecadação de roupas de bebê. A iniciativa nasceu após Fabiana perceber que muitas mulheres em situação de vulnerabilidade chegavam às maternidades sem nada para vestir – e seus filhos, recém-nascidos, também sem nenhuma roupa para os primeiros dias de vida. Desde então, o projeto reúne malas cheias de roupinhas e itens infantis, que são encaminhados aos hospitais com carinho e responsabilidade, dando dignidade às mães e aos recém-nascidos que enfrentam a chegada da vida em meio à vulnerabilidade extrema.

FABIANA

Quando a minha neta nasceu, eu vi a dificuldade de como aquelas mulheres em situação de rua chegavam dentro dos hospitais maternidade. Elas chegam às vezes nuas, ou de calcinha, ou com um topzinho e aquele barrigão já dando à luz... Eu ficava observando. “Gente, onde tem uma roupinha para essas mulheres?” Porque as mulheres saem à revelia, não permanecem na unidade, elas dão à luz e saem à revelia. E o bebê fica. Quem vai dar roupa para aquele bebê? Eu comecei a pensar nisso. Foi quando eu criei o projeto “Mariah”. O projeto “Mariah” é só para doar roupinhas para bebê. Com isso, passou a chegar muita roupinha de bebê. Eu consigo juntar mais ou menos umas 5 a 6 malas para levar para os hospitais maternidade. É assim: o que é para ser lavado, a gente separa, aí doou dentro da favela, que elas têm condições de estar lavando. Tá melhorando aquela qualidade da roupa da melhor forma. Agora, aquela que vem dobradinha, cheirosinha, já arrumadinha dentro da sacola, aí a gente separa e leva para o hospital maternidade.

NILZA ROGÉRIA

O Brechó e o projeto “Mariah” são hoje pilares essenciais do F.A.R.O. Maré. Porém, ainda assim, manter o projeto em funcionamento não é tão simples e exige esforço constante. Além das limitações financeiras, a rotina da favela impõe obstáculos imprevisíveis – especialmente a violência, que muitas vezes interfere diretamente nas ações planejadas. Em muitos dias, antes de executar qualquer ação, é preciso observar como a comunidade amanheceu.

FABIANA

Quando a gente faz uma ação dentro da favela, a gente precisa compreender como a favela vai amanhecer. Porque se a gente fizer um planejamento hoje e amanhã tiver operação, para tudo na favela, parece que ela não acordou, sabe? Ela fica em pânico o dia inteiro, querendo saber se as crianças não vão à escola, os supermercados fecham. Então, nós ficamos realmente isolados entre a rua e a nossa casa. Mas a gente fica com medo dentro de casa, entendeu? Então a gente faz o planejamento um dia anterior, mas não sabe se vai executar no dia seguinte.

FABIANA

Eu faço a minha agenda, faço o meu planejamento para o dia seguinte, mas não falo nada porque fico na expectativa de acordar. Tá tudo bem, não tem helicóptero sobrevoando a favela... que é um susto para a gente, que a gente acorda com helicóptero sobrevoando. Outrora, na época dos meus pais, não tinha helicóptero, sabe? Não tinha a operação policial, porque ali era palafita, entendeu? Então, a gente não tinha. Isso eu não vivenciei, nas palafitas, mas meus pais vivenciaram. Não tinha essa violência, essas operações policiais.

NILZA ROGÉRIA

Num território onde os planos precisam esperar pelo silêncio dos helicópteros, manter um projeto social ativo exige mais que organização – exige coragem diária. Fabiana aprendeu a lidar com a imprevisibilidade, replanejando ações com base no clima de tensão que paira sobre a maré. Porém, nada a preparou para o impacto de 2020, que veio como um divisor de águas na vida de toda a comunidade e na trajetória do F.A.R.O. Maré. Frente ao medo da Covid, ao isolamento e à paralisação geral, Fabiana chegou a pensar em encerrar o projeto. Mas foi justamente neste momento que a escuta coletiva reacendeu nela o impulso de cuidado. E a partir de um vídeo compartilhado nas redes sociais, a mobilização ganhou força. O que parecia o fim transformou-se em recomeço e visibilidade.

FABIANA

Eu fiquei apavorada na pandemia. Porque eu vivia, respirava o projeto. Mas quando chegou a pandemia, eu falei “Ah, não, agora eu vou fechar a porta, não quero saber mais de ninguém, não vou fazer mais nada”. Eu fiquei com pânico de ir para a rua. Eu falei assim: “Agora acabo com esse projeto, eu não quero fazer mais nada, vou ficar dentro de casa, vou curtir mais a minha família, porque vai que a gente morre aqui, né?” Eu fui bem egoísta mesmo nesse pensamento.

Só que eu fazia parte do Rede de Comunidades Saudáveis do Cedaps também. Aí uma assistente social, Julianna, me ligou. Ela falou assim: “Fabi, eu preciso que você grave um vídeo para falar como está a pandemia aí na Maré.” Eu falei, e eu já estava sem voz, porque eu estava muito nervosa. Falei: “Ah, eu não vou falar nada não, porque estou sem voz, eu não quero falar nada.” Aí ela falou assim para mim: “Fabiana, você precisa falar como está a realidade da favela aí dentro.” Aí eu comecei a andar na rua. Muitos relatos vinham, o pessoal me chamando no WhatsApp do projeto, perguntando se tinha cesta básica, perguntando se tinha água, se tinha algum gel, se tinha material de limpeza. Eu já estava nervosa. Tinha perdido a voz de tanto que a pessoa procurava a gente.

As pessoas procuravam roupinha de bebê também. E eu falei: “Meu Deus, o que é que eu vou fazer agora? Eu não tenho resposta pra dar pra essas pessoas.” A Julianna me ligou e falou “grava um vídeo, fala como é que está a Maré...”

Gravei o vídeo. Gravei na sala da minha casa, muito desanimada, abatida à beça, e mandei para ela. Ela falou: “Agora poste esse vídeo na rede social do projeto.” Aí você quer demais... “Eu não vou postar esse vídeo não, não tem nada a ver.” Não vou postar porque estou aqui dentro de casa e eu estou vendo a realidade, como está acontecendo com escolas fechadas, mercado. A única coisa que estava aberta era a farmácia, era o mercadinho, meia porta aberta, e as escolas fechadas. Meus irmãos, desempregados, que eles trabalham na informalidade... Um desespero só. E meus pais idosos, isolados na Baixada Fluminense, já não estavam mais na Maré.

Eu falei assim: “Eu não quero, não vou postar esse vídeo...” Ela insistiu, pos-tei... Depois que eu postei, a quantidade de doações que chegaram, eu não tinha lugar para colocar.

NILZA ROGÉRIA

Com a repercussão do vídeo publicado nas redes sociais, o projeto passou a receber uma quantidade expressiva de doações – desde alimentos, roupas e itens de higiene até apoio financeiro formal. Inclusive, foi neste período pandêmico que se deu início ao já mencionado projeto “mariah”, com foco na arrecadação de roupas para bebês

de mães vulneráveis. Visto a situação de dificuldade e fechamento de muitas lojas, as doações para o projeto eram exponenciais. Sendo assim, para dar conta de toda a logística do recebimento de roupas e alimentos, a antiga bomboniere do marido virou ponto de armazenamento. O freezer, por exemplo, antes usado para doces, passou a guardar alimentos para distribuição direta de kits às famílias. Com tudo reorganizado às pressas, o F.A.R.O. Ampliou seu alcance: passou a auxiliar até 170 famílias.

FABIANA

Na época o meu esposo tinha a bomboniere dentro da favela e eu falei pra ele “acaba essa bomboniere, a gente vai precisar colocar a cesta básica aqui dentro, porque eu não tenho lugar onde colocar”. Então nós recebemos doações do Fundo Baobá, na época 5 mil reais. Nossa instituição foi a primeira a comprar 5 mil reais só de mistura. O que era mistura? Era o frango, era empanadinho, era a linguiça, era a salsicha, eram os ovos. Então, eu comecei a falar “como assim? o projeto não tinha doação de quase nada...” Então o projeto teve uma visibilidade muito maior na pandemia do que nos outros anos que a gente começou a caminhar só com a ajuda de amigos.

FABIANA

Quando abri o freezer que o meu esposo não tinha mais como movimentar naquele comércio que ele tinha, porque a loja de doces tinha fechado... a sorveteria tinha fechado, que nos fornecia doce... Falei pra ele “acaba com tudo aí, distribui o resto para não perder o prazo de validade e vamos encher esse freezer”. Eu abri o freezer. O olhar das pessoas que falavam assim “Fabiana, eu não tenho dinheiro para pagar”. Eu falei “pega! Você só tem direito a pegar três kits, pode pegar três, leva”. E eles levavam. Aquelas doações foram bem valiosas naquela época. A gente conseguiu ajudar 170 famílias.

NILZA ROGÉRIA

Além do exponente aumento de doações, à medida que o tempo avançava, fabiana começou a perceber também um novo tipo de demanda emergente: questões relacionadas à documentação. Os pedidos por registo civil, emissão de identidades, casamentos e regularizações aumentaram de forma expressiva, revelando que, para além da assistência imediata, os moradores também buscavam meios de garantir seus direitos e formalizar vínculos. Essa procura crescente transformou o serviço de cidadania em uma frente estruturada do projeto – ainda hoje, uma das mais requisitadas.

FABIANA

O trabalho que eu fazia de ação social dessa questão de documentação ficou muito mais em evidência após a pandemia. É o que eu mais faço hoje, esse trabalho de ação

social itinerante que traz a oportunidade da pessoa ter o agendamento da identidade, fazer o casamento gratuito com toda a nossa orientação, passo a passo, para que a pessoa possa casar gratuitamente. Na favela, a pessoa não tem condições de pagar 1400 reais por um casamento no civil. Lá no projeto a gente consegue encaminhar totalmente gratuito com essas instruções que nós repassamos.

NILZA ROGÉRIA

O F.A.R.O. Maré não só cresceu em estrutura após a pandemia como se aprofundou em propósito. Com o fortalecimento do projeto, fabiana passou a enxergar com mais profundidade não apenas o impacto das ações sociais no território, mas também o protagonismo das mulheres que sustentam essas iniciativas. Mulheres da favela que, mesmo diante da rotina marcada por violações e operações policiais, seguem resistindo. Saem cedo, enfrentam o medo, cuidam dos filhos, articulam parcerias e buscam transformar sua realidade e a de seus vizinhos. Esse movimento feminino vai além do trabalho comunitário: ele também está presente nas rodas de conversa, nas redes de apoio e nas discussões sobre violência de gênero. Espaços como o camtra – casa da mulher trabalhadora – tornaram-se pontos importantes de escuta, acolhimento e enfrentamento às múltiplas violências que atravessam a vida das mulheres na maré. E foi inclusive através do vínculo com o camtra que fabiana recebeu um convite que mudaria seu olhar: participar da marcha das mulheres, em natal. Sem nunca ter viajado, nem sequer andado de avião, ela topou o desafio e se somou a uma mobilização com mais de mil mulheres de diferentes regiões do país na luta por presença e direitos. Com isso, vem reconhecendo cada vez mais a urgência de garantir caminhos para que mais mulheres se sintam amparadas e capacitadas a ocupar novos lugares – dentro e fora da favela.

FABIANA

Eu sou a única da família que é envolvida com o projeto social. Quando eu comecei a participar de projetos sociais, fiquei impressionada de como as mulheres estão à frente do trabalho.

FABIANA

Eu vejo uma potência nessas mulheres que querem mudar a realidade da favela. Eu fico impressionada de como essas mulheres tem garra pra sair de casa, correr atrás de parceiros e buscar melhorias para dentro da favela. Buscar um resgate da cidadania para além do muro da favela. Hoje você vê mulheres falarem sobre o combate à violência. Sabe? Hoje estou aqui na Camtra, que é a Casa da Mulher Trabalhadora, que assim que a gente fala do combate à violência contra a mulher, e a gente fala muito. Até

dentro das igrejas, porque nas igrejas também tem que ser falado sobre esse combate de violência contra a mulher.

Então você vê hoje as Mulher de favela também lutando nesse combate, a violência contra a mulher, lutando para que as crianças possam estar nas escolas. Essas mulheres que estão à frente de trabalhos sociais, que trabalham à frente de projetos sociais em ONGs... As mulheres, elas sim, elas tiveram um salto muito alto, muito grande, de conhecimento e parcerias para trazer para favela, porque outrora você só tinha fora da favela.

Tinha aquele embate da mulher não ter o dinheiro da passagem, não tem com quem deixar o filho. Hoje em dia a gente tem creches dentro da favela, que na minha época, da minha filha, só tinha ou creche particular ou poucas creches públicas. Hoje você vê um grande número de creches. Hoje em dia nós temos lá na Maré o Campus Maré, e são várias escolas. Outrora nós não tínhamos. Ou você estava na escola particular ou numa escola pública esperando a sua vez para ser chamado.

NILZA ROGÉRIA

Mas o chamado da resistência não se estende somente às mulheres. Fabiana entende seu papel como o de multiplicar acesso e quebrar ciclos de invisibilidade – seja orientando moradores sobre direitos básicos, seja afirmando que sim, é possível sonhar com outros lugares.

FABIANA

Nós temos que ser resistência sempre, porque se a gente largar a mão do outro, a gente não vai ter mais esperança. Então, toda vez que uma mulher me procurar, “eu fui vítima de violência...” “Eu vou te encaminhar para tal lugar...” “Meu filho está fora da escola.” “Vou te encaminhar para tal lugar...” Porque é necessário fazer isso. É necessário visibilizar esses acessos, porque os moradores da favela, às vezes, não têm acesso à internet. Às vezes eles não têm acesso à moradia digna. Às vezes os locais são muito insalubres. Eles acham que ali é o lugar que eles têm que ficar, e eles não têm mais como retomar suas vidas, não têm como gerar um emprego, não têm como fazer um curso. Então a gente vai trazendo a visibilidade para eles, de como eles podem ter esses acessos. “Você pode ir para esse lugar que o acesso é gratuito.” Poxa, na minha época eu não tinha. Na época dos meus irmãos, a gente não tinha acesso a cinema. Não tinha acesso a teatro. Eu fui pisar no teatro João Caetano eu já tinha 22 anos, mais de 22 anos, e as minhas filhas com sete anos já estavam pesquisando através de projetos sociais. Através dos acessos, das parcerias. Então, a visibilidade do projeto hoje não só pra dentro da favela, para além dos muros da favela.

NILZA ROGÉRIA

Junto a isso, o brechó social do F.A.R.O. Maré passou a promover mudanças reais. Fabiana, que antes do projeto consumia por impulso, começou a repensar o que é essencial – e o projeto seguiu esse olhar.

Durante a pandemia, relatos como o de uma mulher que chegou queimada por tentar cozinhar com álcool em gel revelaram urgências invisíveis. Muitas outras também confessaram não saber ler nem escrever.

A partir dessas histórias, o projeto foi ganhando iniciativas eficazes, como o curso de alfabetização em parceria com o Rotary Clube e a criação do “Dia D” – uma ação social gratuita, divulgada por vídeo, que convida os moradores a acessarem roupas, materiais escolares e mais dignidade.

E foi seguindo este intuito de ampliar o alcance e a qualidade das ações, que Fabiana começou a construir parcerias estratégicas. Atualmente, seus parceiros fortalecem diferentes frentes de cuidado dentro e fora da maré.

FABIANA

Um dos nossos parceiros hoje é a Camtra, Casa da Mulher Trabalhadora, que nos ensinou bastante e é um dos nossos parceiros. O outro é o Rede de Comunidades Saudáveis, onde focamos muito nessa questão dos acessos do combate ao HIV. A gente hoje é muito interessante nesse combate, o HIV. Fazemos sempre os camelôs educativos, que nós distribuimos camisinha masculina, feminina, e sempre trazemos para dentro da favela. E temos os mototaxistas, que antigamente não tinha mototaxista, hoje tem, né? E ele falou assim: “eu posso ser seu parceiro?” Eu falei “mas como assim? Não entendi...” “Eu posso botar uma caixa lá onde fica o mototaxista? Porque é assim, a gente tem vergonha de ir na Clínica da Família pegar o preservativo.” Eu falei: “Agora eu vou ser sua parceira, eu vou colocar lá o material para você distribuir.” Uma vez por semana eu consigo deixar lá esse material informativo. E no ano de 2024 a gente falou muito sobre a questão da tuberculose, que estava em evidência dentro da Maré, que é até hoje. Nós fizemos um Fórum de Tuberculose, que foi muito importante, e a gente conheceu mais sobre trazer para essa evidência, para dentro da favela, essa questão do autocuidado.

FABIANA

O fórum de Tuberculose, o CDAPS foi o grande parceiro nosso lá dentro do projeto também.

NILZA ROGÉRIA

Apesar dessas conquistas como diretora do F.A.R.O. Maré, Fabiana é também uma mulher de muitos afazeres. Para além do projeto, atua como pesquisadora, educadora popular, professora de crochê e corretora de imóveis dentro da comunidade. Com a potência herdada da avó rezadeira e da mãe cozinheira, transformou o crochê em caminho de autonomia e cuidado.

E, mesmo sem ter concluído sua faculdade devido à perda de sua bolsa, aplicou na prática tudo o que aprendeu no curso de serviço social. Naquela época, ao conseguir um estágio no ceasm, dentro da maré, teve ensinamentos importantíssimos: ali conheceu todas as escolas do campus maré e participou do projeto eco rede, levando atividades educativas sobre sustentabilidade às crianças.

Contudo, independente de estar dentro ou fora do F.A.R.O., O que prevalece é o legado de responsabilidade que construiu ao longo dos anos.

Fabiana vê na maré um potencial imenso. Ela sabe que o futuro do F.A.R.O. É incerto, mas também sabe que, em tempos de exclusão e retrocesso, o que foi semeado contribuiu para muita coisa...

FABIANA

Eu vejo hoje a Maré um potencial incrível. As crianças estão estudando e as mães estão acompanhando essas crianças. Não sei se as minhas filhas dariam continuidade. Eu até me emociono porque é um trabalho de muitos anos. Na pandemia eu queria parar, mas eu falei “eu não vou parar”. Hoje eu vejo o F.A.R.O., não sei se vai dar continuidade lá na frente, mas eu vejo o legado que a gente tem deixado, tem feito toda a diferença.

FABIANA

As pessoas falam “Poxa, Fabiana, você não ganha nada com isso”. Eu falei “cara, eu ganho sim, eu ganho assim, mostrar para as pessoas que é possível fazer, é possível avançar é possível você ter esperança, é possível você chegar numa faculdade, é possível você montar seu próprio negócio...” Tem uma menina lá, é sonhadora... Ela entrou na faculdade, foi gerar o próprio negócio dela. Ela foi para os Estados Unidos. Ela foi vivenciar a marca dela nos Estados Unidos, ela falou “meu lugar é aqui na Maré”.

FABIANA

Aí eu falo “a gente não pode parar”. Minha amiga falou “Fabiana, eu fico triste que toda a visibilidade é só para a Maré”. Eu falei “por que será que a visibilidade está toda na Maré?” Porque todo dia a gente está sofrendo violência, porque todo dia os

nossos acessos são interrompidos. Porque todo dia a gente tem que mostrar que nós precisamos sair para trabalhar. As famílias precisam sustentar, até as mães atípicas lá dentro. Elas precisam trabalhar, precisam levar. São mães solo. Então, elas precisam trazer o alimento para dentro de casa. É assim com a violência, a gente não consegue sair de casa. Como que você vai vir aí falar para a gente? Ah, interessante. Tudo é a Maré, porque a Maré sofre essa violência todos os dias. E acesso à moradia, acesso ao direito de trabalhar, sabe? Então, são vários acessos que são violados. A gente precisa todo dia combater essa violência contra os nossos acessos, entendeu?

FABIANA

Pô, a gente quer paz, a gente não quer arma, a gente quer paz. No passado eu vi as pessoas. Olha, é isso mesmo, sabe? Fazendo gesto, sabe? Pessoas que eram a favor das armas. A gente não precisa de arma, a gente precisa de mais acesso. A gente precisa de mais educação. A gente precisa de mais cultura. É isso que a gente precisa. A gente não precisava de arma na pandemia. A nossa maior arma foi vivenciar a pandemia com muita dignidade. Foi a nossa maior arma, sabe? A gente teve que todo dia se reinventar na pandemia. A gente não precisava de arma. A nossa arma foi a máscara, sabe? Álcool em gel foi a nossa arma para a gente se cuidar dentro de uma favela, as pessoas já olhavam para o outro, não sabia o que fazer.

FABIANA

Hoje, quando falam pra mim “Fabiana, o que vai ser no F.A.R.O.”, então não sei. O legado a gente está deixando de conhecimento, de educação. De um pensamento positivo de que queremos paz dentro da favela da Maré. E esse é o sentimento que eu tenho hoje. É de legado que o projeto pode deixar de paz, de acesso, de visibilidade.

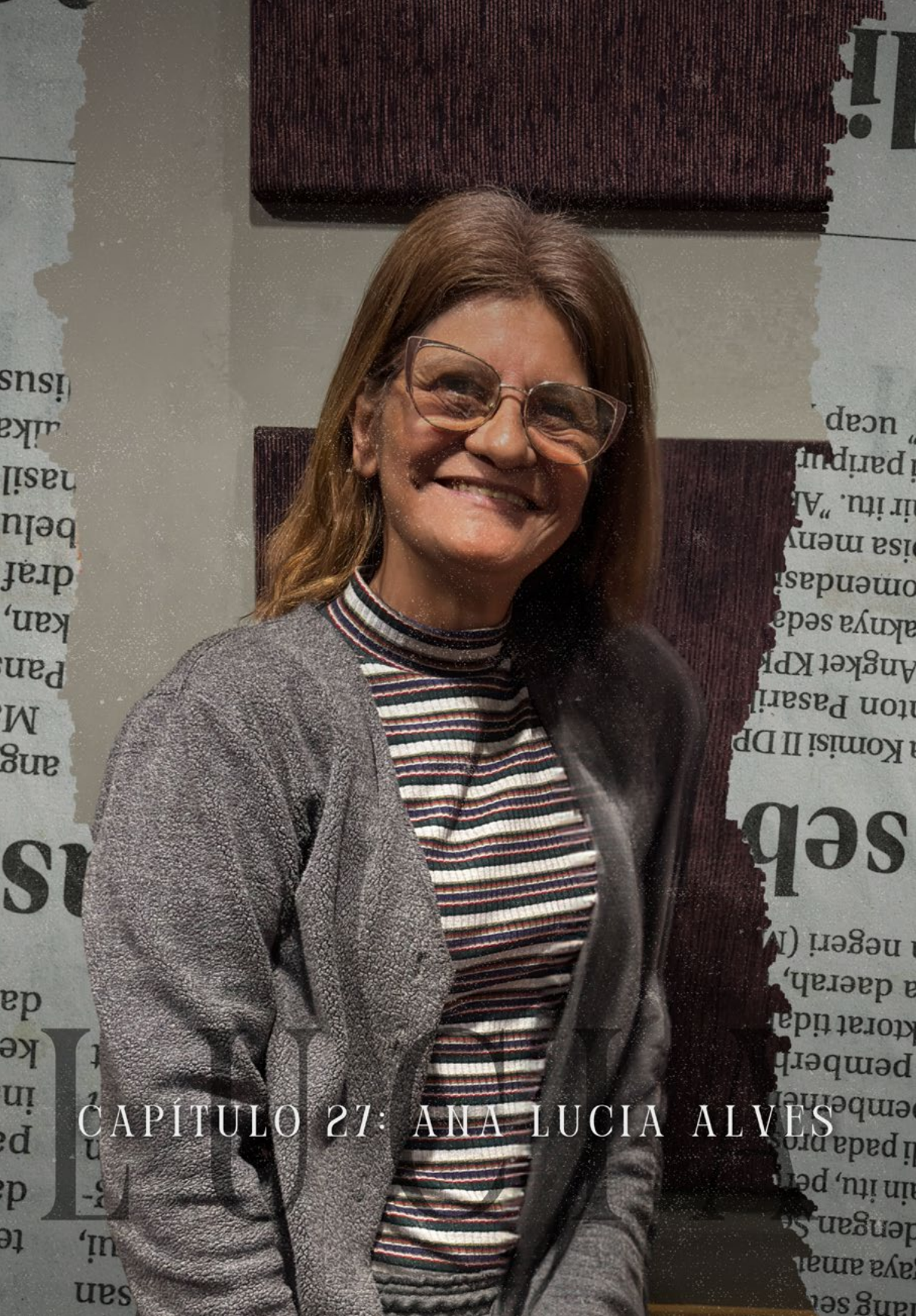
NILZA ROGÉRIA

Mulher, periférica, educadora, pesquisadora e diretora de projeto social, Fabiana é avó e mãe de duas filhas – uma fotógrafa e outra maquiadora.

E é por figuras como ela – que não deixam de lutar – que seguimos acreditando na potência dos territórios populares. Porque há muito mais na Maré do que CEP e estigma: há talento, há afeto, há futuro. E é isso que Fabiana semeia todos os dias: um território onde cada ação vira legado, e cada pessoa atendida se transforma em possibilidade viva.

Eu sou Nilza Rogéria.

Este foi mais um capítulo de “Mulher de Favela”. Até a próxima.



CAPÍTULO 27: ANA LUCIA ALVES

ROTEIRO
EP. ANA ALVES
AUDIOLIVRO "MULHER DE FAVELA"

ANA

Aquele brilhinho no olhar, conseguindo ler, ouvir uma criança chegar para mim e falar: “Tia, eu acertei tudo na prova, foi você que me ensinou.” Você receber da mãe... Emocionada, que descobriu dentro de um banco que o filho estava lendo. Então, eu não tenho como mensurar, não tem como não ter uma palavra para descrever. Acho que a única palavra que eu poderia chegar mais próximo é gratidão a Deus. De me permitir ter essa felicidade.

NILZA ROGÉRIA

Essa é Ana Lúcia Alves, uma mulher que transforma vidas no bairro Ponto Chique, em Nova Iguaçu. À frente do Instituto Maria Luz, ela promove educação, capacitação e solidariedade para a comunidade. Com projetos de reforço escolar, cursos e ações sociais, Ana Lúcia faz da generosidade um caminho de transformação. Eu sou Nilza Rogéria, e te convido a conhecer a história dessa mulher que faz do amor uma força coletiva. Esse é o “Mulher de Favela”.

NILZA ROGÉRIA

Ana Lúcia Alves nasceu em Nova Iguaçu, no bairro da Posse, e cresceu em um lar chefiado por sua mãe, Maria Luiza, uma mulher muito à frente do seu tempo. Caçula de cinco irmãos, viu sua mãe criar uma filha epilética em plena década de

1970, desafiar tabus e ainda sustentar a casa com muita determinação. Era uma mulher de fé inabalável, que ensinou aos filhos que a responsabilidade social começa dentro de casa. Foi nesse ambiente de força, coragem e olhar para o coletivo que Ana Lúcia cresceu, aprendendo desde cedo o valor de cuidar do outro.

ANA

A mamãe era aquela mulher que, para o tempo dela, principalmente, estava muito à frente. Uma mulher de uma fé inabalável, numa história de vida muito sofrida e que superou tudo. Então eu cresci vendo uma mulher que, independente das dificuldades que tinha dentro de casa, ela tinha a responsabilidade de ajudar não só a família, mas muitas pessoas.

Ela sempre falava que o bem e o mal que a gente faz, a gente faz para a gente mesmo. Ela sempre falava: “Não, não faça nada achando que vai ter um retorno.” Não. Primeiro que é a nossa obrigação, nós temos responsabilidade social. E segundo que tudo que a gente faz retorna para gente. Então façam sempre o melhor, para que o melhor sempre retorne para vocês.

ANA

Trabalhou, estudou, se formou, acabou a vida dela como sócia de uma administradora em Nova Iguaçu, uma das maiores administradoras da Baixada Fluminense através do trabalho dela. Então, assim, ela sustentou a casa. Lá em casa era bem divertido, tá? A mamãe ia trabalhar, papai fazia a comida. E isso hoje é supernormal, é até o certo, né? Legal. Antigamente não. Então ela superou muitas coisas, ela passou por muitos julgamentos em uma época em que tudo era aquela coisa assim: o homem não pode fazer, a mulher pode. Então você imagina uma mulher sair para trabalhar às 5 horas da manhã, deixando quatro crianças, que a minha irmã doente ficava com a minha avó, quatro crianças em casa, com o pai, ela ia fazer tudo, menos trabalhar. Ela era tachada de tudo quanto é nome, inclusive por ele.

NILZA ROGÉRIA

Para ana alves, sua mãe, maria luísa, foi muito mais que uma mãe, mas também uma grande fonte de inspiração. Sua força, o cuidado com o próximo e a capacidade de olhar além das próprias dores se tornaram parte de ana. Esse legado de amor e responsabilidade social se transformou também em homenagem, porque hoje o Instituto Maria Luz carrega o nome dessa mulher que ensinou, a ana, amar e cuidar do próximo.

ANA

Ela era uma pessoa extremamente bondosa, mas uma pessoa extremamente, vou te dizer assim, não emocional. Ela era racional. Ela conseguia tomar as atitudes, fazer tudo, mas deixava que o raciocínio lógico conduzisse a vida dela. Por isso que ela conseguiu criar cinco filhos.

ANA

Mamãe era uma mulher muito direta, ela não tinha meio-termo. O preto é preto, o branco é branco e não tem o bege no meio. E eu sou meio assim, entendeu? Às vezes no jeito de falar. Falar o que você precisa ouvir e não o que você quer ouvir. Então eu acho que essa parte eu puxei um um pouco dela, de ser muito direta e, às vezes, ser até tachada com outras coisas, mas eu sou assim.

ANA

Quando perdi a mamãe, foi uma dor imensa. Ela estava comigo quando morreu e passei um, dois anos sabendo “como que eu vou preencher esse vazio”. A saudade. E foi o Instituto Maria Luz que preencheu esse vazio. Então hoje eu não sinto falta dela, porque eu sinto ela comigo todos os dias em cada ação, em cada projeto, em cada avanço que a gente dá e a cada retrocesso também. Eu tenho sempre ela junto comigo.

NILZA ROGÉRIA

O Instituto Maria Luz nasceu em 2017, de um gesto simples. Perto do natal, quando a filha de ana, carolina alves, que trabalhava no hospital da posse, soube que o papai noel que animaria as crianças não poderia ir. Ela correu para casa e pediu ajuda aos pais. Sem pensar duas vezes, ana e seu marido ari decidiram animar o natal das crianças. O que era para ser apenas uma ação pontual de amor virou a primeira semente do instituto e o início de uma história.

ANA

Minha filha chegou em casa, perguntou se a gente queria, se o pai dela toparia fazer o Papai Noel. OK, o pai dela topou. “Vou, não vou”... “não tem problema nenhum, só que não tem roupa”. Ah mãe, a senhora faz a roupa para mim?

Eu falei: “Nunca fiz roupa de Papai Noel.” Mas a gente tenta, né, para as crianças que estão internadas. “Tá, mãe, só que é para depois de amanhã.” Falei: “Pronto, agora, né, vamos embora.” Fiz, consegui fazer, não ficou perfeito, mas consegui, ele foi. Não fui, mas ele foi. As crianças ficaram felizes porque estavam internadas com o Papai Noel.

Quando ele retornou, conversando com uma prima, a prima virou para ele e falou assim: “Arizinho, você teria coragem de fazer e a gente comprar brinquedo e

andar pelas ruas no Natal entregando para as crianças?” Aí o meu marido falou: “Ah senhora, é meu sonho. Eu sempre quis fazer isso, só que a gente nunca teve dinheiro.” Só vou dar uma pausa aqui. É, a gente não precisa de dinheiro para fazer o que a gente faz. Porque a gente pode começar sem ele. E foi o que aconteceu no nosso caso. Essa prima dele que tem a condição boa comprou, lógico que 200, 300, não sei quantos brinquedos colocamos na carretinha, a gente tinha um triciclo, fomos pelas ruas de Comendador Soares, fizemos o primeiro Papai Noel.

NILZA ROGÉRIA

Depois da ação de natal, a família de ana levou essa iniciativa para o motoclub e onde seu marido, ary, fazia parte. Ana assumiu a liderança e a coordenação do projeto. Foram dois anos de trabalho social.

ANA

Ficamos dois anos fazendo esse trabalho. Quando o motoclub já tinha umas barreiras. Algumas... começou a misturar muito a ONG com motoclub, eu resolvi sair do motoclub e fundar um instituto. Então ele começou, não foi planejado, eu costumo falar assim, eu conheço líderes sociais que falam que sonhou com isso. Eu não sonhei com isso, gente. Isso aconteceu, assim, foi acontecendo, sabe? Quando você vê você... foi assim que surgiu o Instituto Maria Luiza. E o nome não tinha como não ser o nome da mãe, né?

NILZA ROGÉRIA

Como professora, ana alves sabe que a educação é a chave para a transformação. Mas no instituto, o olhar dela mudou completamente. Diferente de uma sala de aula, onde todas as crianças recebem o mesmo planejamento, no Instituto Maria Luz cada história tem um tempo, um ritmo e uma necessidade. É sobre garantir que cada uma dessas crianças possa ler, interpretar e escrever sua própria história e no seu tempo e com as suas condições.

ANA

Nós atuávamos em algumas datas pontuais, fazíamos encontros, essas coisas, a gente sempre fez. Mas quando eu me deparei, onde estamos hoje, estamos há 4 anos lá em Ponto Chique, com a realidade educacional das nossas crianças, foi um choque de realidade. Porque eu falei: “Não tem como a gente vir aqui no Dia das Crianças e dar brinquedo para essas crianças.

As crianças não conseguem ler, essas crianças estão com 12, 13, 15, 18 anos e não sabem ler, elas não querem brinquedo, elas precisam muito mais que isso, elas

precisam ser respeitadas, educadas, alfabetizadas. Então, há 4 anos, quando fomos para para o local em Ponto Chique, nós mudamos totalmente a nossa visão, a nossa conduta e, principalmente, a nossa responsabilidade em relação ao território que nós estamos. A gente quer passar, a gente quer deixar um legado de transformação realmente na vida daquelas crianças.

NILZA ROGÉRIA

No ano de 2020, a pandemia da Covid-19 trouxe uma nova realidade para o mundo e, conseqüentemente, para o Instituto Maria Luz. A educação, que já enfrentava desafios na região, sofreu um impacto ainda maior. Foi nesse cenário que nasceu o nivelamento do reforço escolar. O espaço cedido permitiu que, mesmo em um período de incertezas, o instituto criasse uma estratégia para garantir o direito à aprendizagem. Em poucos anos, mais de 300 crianças foram alfabetizadas ou niveladas de acordo com as expectativas da educação formal, mudando suas vidas e trazendo novas oportunidades.

ANA

Antes da pandemia, a educação já era péssima. Ela já não era boa. Aí o ensino fundamental já não era bom. Durante e após a pandemia, ele piorou, muito, muito, muito, muito. Então, o impacto nas nossas crianças, eu posso te falar aqui nestes 3 anos e meio, porque nós começamos em junho, né? Então, 3 anos e meio, nós conseguimos alfabetizar e nivelar em torno de 300 a 350 crianças.

ANA

As mães de crianças que passaram da idade de serem alfabetizadas conseguem ver os filhos lendo assim, no susto. Porque eu acho que essas mães também acham que seus filhos não vão conseguir. Então, quando uma mãe de uma filha de 18 anos que não sabe ler vê essa filha lendo um bilhete, ela fica assim, em prantos. E esse tipo de relato, esse tipo de índices, é o que a gente mais tem. Todas as nossas crianças, elas são impactadas realmente, principalmente na base, que é alfabetização.

NILZA ROGÉRIA

Em 2023, uma das histórias mais marcantes do Instituto Maria Luz ganhou vida. Durante a festa de natal, a mãe de miguel, uma das crianças atendidas, chegou emocionada, pois o menino, que antes tinha um laudo afirmando que nunca aprenderia, surpreendeu a todos ao ler sozinho. Para ana, é a história que lembra todos os dias os motivos para continuar, porque existem muitos “migueis” esperando essa mesma oportunidade.

ANA

Ela contou que estava sentada com ele, ele começou a ler a propaganda do banco: Feito para você. E ela: “Ah, Miguel, para com isso, você não está... você não sabe ler. É que você vê na televisão.” “Mãe, eu sei ler.” Aí ela do nada começou a pegar aqui esses papeizinhos de propaganda, as coisas, começou a pegar aquilo, e dar para ele. E ele começou a ler. E ela começou a chorar. Emocionada. Depois ela voltou na neuro que deu esse laudo e falou com ela. A neuro também não acreditou. Ele provou que tava valendo. Aí a neurologista falou: “Olha, eu vou ter que refazer todos os exames dele.” Porque pelos exames dele, realmente não tinha como ele ler. Aí você imagina se essa mãe não corre atrás. Imagina se essa mãe pega esse laudo e põe na gaveta e fala: “Pronto, acabou, meu filho vai para a escola só para fazer número, por conta do Bolsa Família.” Então, essa história me impactou. Eu vou te ser bem sincera, essa história, toda vez que eu penso em desistir, eu penso nela. Eu penso quantos Migueis mais vão entrar no nosso caminho. E é por esses Migueis que a gente tem que continuar.

NILZA ROGÉRIA

O Instituto Maria Luz não para na base da educação. Além do reforço escolar, o espaço abre caminhos para a independência financeira através de cursos profissionalizantes, como tranças e cuidador de idosos. Quando ana olha para trás, vê lutas, degraus e lágrimas que construíram o caminho. Quando olha para frente, o sonho é ainda maior. Ela deseja ver o instituto se tornar uma escola técnica, capaz de formar jovens, adultos e idosos.

ANA

Quando você vê uma mulher que está lá dentro de casa, que acha que vai passar fome o resto da vida, depender o resto da vida de cesta básica do governo, e você vê ela ali, saindo para trabalhar com o materialzinho dela, para ganhar o dinheirinho dela, para defender o leite das crianças.

Quando você vê, você faz um curso de cuidador e você tem ali 60, 70% das mulheres inseridas no mercado de trabalho, já dando, assim, aquele seu grito de liberdade. Então a gente consegue. Líder social tem 10 vidas, tem 10 mãos, 10 pernas.

ANA

Quando eu olho para a frente, eu vislumbro um futuro. Sabe, aquela história de sonho, quem sonha pequeno, sonha grande, dá o mesmo trabalho? É sonhar grande. Eu quero muito. Eu quero ter uma escola técnica dentro do instituto. Eu quero formar os jovens. Eu quero que os meus meninos, 14, 15, 16 anos, que não têm o que fazer, não têm o curso, não têm nada, eu quero que eles tenham um local para se profissionalizar.

Eu quero que essas crianças cresçam, que elas consigam acessar uma faculdade. Eu estou correndo atrás agora para ver se consigo professores para dar aula para quem vai fazer o Enem. Porque não se tem dinheiro para pagar cursinho.

NILZA ROGÉRIA

Desde o começo, o Instituto Maria Luz foi construído por muita coletividade. Entre elas, iniciativas que levam o nome de pessoas queridas que fizeram parte dessa história, como o bazar solidário Ivo Costa, o projeto de reciclagem Cid Santos, o Papai Noel Solidário Regininha e o Banco de Cadeiras de Rodas Rogério Massa. Mesmo não estando mais presentes, eles são lembrados em cada ação, em cada projeto. Suas fotos e suas histórias estão nas paredes do Instituto como um lembrete de que nenhum passo foi dado sozinho.

ANA

Os projetos Regininha, Léo e Cid, são pessoas que têm que estar, porque eles fundaram um Instituto junto comigo e com outros amigos. Então, tê-los juntos é tentar passar também para as pessoas que o hoje é muito bom, mas o ontem foi o pilar, foi fundamental.

E o Cid e o Leo eram como se fossem meus filhos. E eles abraçaram na época ONG, né? Eles estiveram, eles peitaram algumas situações, já tiveram que enfrentar algumas situações para estarem comigo, para estarem dentro da instituição. Então, eles sempre estarão conosco. Regininha também.

É extremamente gratificante quando as pessoas chegam lá no Instituto, tem o quadro com a foto e com a história deles, as pessoas começam a ler, é como se falasse para as pessoas: “Eles estão aqui. Eles sempre. A gente vai fazer qualquer coisa, a gente faz, a gente leva. Porque a memória é uma coisa que dizem que o brasileiro tem pouco, né? Que a gente esquece muito fácil.

E eu acho que isso também é uma forma de estimular as nossas crianças a saberem da história. Por que a Tia Ana está aqui hoje dando aula? Porque lá atrás teve essas pessoas que acreditaram, que falaram que era possível.

NILZA ROGÉRIA

Ao longo de toda a jornada, Ana teve ao seu lado o seu maior parceiro: Ary, com quem ela está casada há quase 40 anos. Ele esteve presente em cada ação, em cada decisão e em cada conquista do Instituto. Para Ana, ele é o pilar que torna possível equilibrar casa, família e o trabalho social. Sem ele, o sonho não teria a mesma força para sair do papel.

ANA

Ele sempre esteve comigo, sempre esteve em tudo relacionado à ONG, relacionado ao instituto. Então eu acho que se não tivesse esse pilar, se eu não tivesse ele do meu lado, eu não conseguiria administrar a casa, o instituto. A nossa família é pequena, né?

Nós temos quatro filhos, 10 netos e duas bisnetas. Então, você imagina o que é administrar tudo isso. Sem o apoio dele, eu não conseguiria. E ele também não conseguiria se não fosse isso que realmente ele quer. Os meus desejos em relação ao instituto, o melhor, a empatia, a responsabilidade social, ele também tem. Então, tê-lo do meu lado dentro da instituição é algo que não tem muito como descrever, não, é essencial, é fundamental, é o pilar mesmo, ele é o pilar, sem ele eu não faria nada.

NILZA ROGÉRIA

Para ana, o maior orgulho é ver que o Instituto Maria Luz já é uma história que segue além dela. Ao lado da filha carolina e de larissa, vice-presidente do instituto, ana enxerga que o legado está sendo passado de geração em geração. Elas compartilham a mesma dedicação, a mesma entrega e o mesmo amor pelo projeto. Para ana, saber que, mesmo quando não estiver mais aqui, o instituto continuará transformando vidas é a certeza de que todo esse caminho valeu a pena.

ANA

Eu me vejo muito na Carolina. E além de me ver, vejo um pouquinho da mamãe. A Carolina também é muito direta. É tipo... é curta e grossa. É uma pessoa que tem um coração imenso e estar compartilhando com ela as alegrias, as dificuldades do dia a dia do instituto é maravilhoso.

Porque eu sei que dela, por mais que eu não goste, vou ter a opinião sincera. Eu vou ter ali, é isso. “Não, não tá legal, mãe, não, faz assim, não, assim tá errado.” Eu tenho uma pessoa que eu confio porque sei que não vai me falar, não vai falar do instituto aquilo que a gente quer ouvir, vai falar o que realmente é necessário.

ANA

Tem a Larissa. Que é nossa vice e também é aquela filha do coração. Nela também sinto toda essa energia de filha. Eu sinto que é também uma sucessora. Então, quando eu não estiver aqui, vou ter a Larissa e a Carol. Eu tenho certeza que o instituto vai continuar, porque elas se dedicam da mesma forma que eu me dedico.

Elas buscam o melhor. Tudo que elas buscam é da mesma forma que eu busco. Então, eu fico, em relação à sucessão... eu estou tranquila, estou com duas.

NILZA ROGÉRIA

O Instituto Maria Luz tem suas raízes no bairro Ponto Chique, em Nova Iguaçu. Para ana, não há dúvida: é ali que ela precisa estar. Mesmo com outras oportunidades, ela sabe que aquele território carece de educação, respeito e oportunidade. Cada criança e cada família atendida é a prova de que este é o caminho certo. Ana sonha não apenas com a transformação do seu bairro, mas com a visibilidade de toda a Baixada Fluminense. Para ela, a baixada é potência, é força, é talento. O que falta não são pessoas capazes, mas recursos e olhares que reconheçam essa riqueza

ANA

A gente vive num lugar que realmente é invisível em todas as áreas que você possa imaginar, não só educacional, como saúde, assistência social e tudo mais. Então, eu sinto que estou no lugar que deveria estar. Eu acredito, eu não tenho religião, eu tenho Deus. Então, acho que Deus me colocou lá e me mantém lá porque é lá que eu tenho que estar. Porque se você me perguntar quantas vezes eu pensei em desistir, eu não tenho como te responder, porque foram muitas.

Muitas de sair e falar: “Não volto mais, não quero mais, tô cansada, não sei quê.” Aí você chega em casa, come, toma um banho, deita, dorme, no outro dia, tá indo. Então, assim, eu tenho que estar lá, é lá que Deus determinou.

ANA

Eu gostaria que as pessoas entendessem que a Baixada tem potência. A Baixada tem pessoas de um valor, de um talento, de uma disposição, de uma força de vontade, igual temos nas comunidades do Rio, igual temos na Barra da Tijuca, no Recreio. Só que na Baixada nós não temos recursos. Então, as pessoas precisam entender que a Baixada faz parte do Rio. A Baixada não é um ponto à parte.

NILZA ROGÉRIA

No olhar de ana, a Baixada Fluminense é um território de potência, mas também de desafios que a realidade insiste em esconder. Faltam espaços de cultura, lazer e educação que respeitem a dignidade das pessoas que vivem ali. Para ela, cada criança do Instituto Maria Luz é um lembrete de que o futuro pode ser outro.

ANA

A Baixada... qual o ponto de lazer da Baixada? Nova Iguaçu? O shopping. O que você vai fazer no shopping sem dinheiro? Então, a população da Baixada tem direitos que não são respeitados. Os básicos, como saúde, educação e os direitos à cultura, ao lazer. Então, a gente precisa ter essa visibilidade de que a Baixada importa, importa

muito, ela não importa pouco não. Se for... Eu não tenho pesquisa, eu não tenho nada, mas quantas pessoas saem da Baixada para trabalhar no Rio? Quantas madames não dependem dessas que saem aqui da Baixada para limpar suas casas, para cuidar dos seus filhos? Só que elas pegam uma, duas horas de trânsito para ir, para voltar.

E chega final de semana, elas não têm um local para diversão. Não, não têm. Então, o povo da Baixada precisa ser visto realmente, visto e respeitado.

ANA

Eu costumo falar para minhas crianças que elas podem ser o que elas quiserem. Se elas quiserem ser gari, é uma profissão super-honrosa. Se elas quiserem ser faxineira, manicure, elas podem ser qualquer coisa, mas que elas queiram ser. E não porque elas não têm opção. Então, os projetos sociais dão isso para as pessoas que estão no território, para as pessoas que estão na favela. Você pode ser o que você quiser, mas porque você quer, e não porque te empurraram para fazer isso. Então, são fundamentais todos os projetos, e o Rio de Janeiro tem muitos projetos. Na Baixada Fluminense também tem projetos maravilhosos. E que eu posso te falar com toda certeza. Eles conseguem tirar muitos jovens do crime.

NILZA ROGÉRIA

Ana alves mostra que quando o amor ao próximo vira responsabilidade coletiva, nascem institutos capazes de educar, acolher e mudar realidades. O Instituto Maria Luz é mais que um projeto, é a continuação do legado de uma mãe, de uma família e de uma mulher que acredita que educar é o primeiro passo para transformar o mundo.

Eu sou Nilza Rogéria. Este foi mais um capítulo de “Mulher de Favela”.

Até a próxima.



CAPÍTULO 28: AMANDA ALMEIDA

ROTEIRO
EP. AMANDA ALMEIDA
AUDIOLIVRO "MULHER DE FAVELA"

AMANDA

Quando aconteceu a pandemia, todo mundo fechou. Os eventos foram os primeiros a parar. E a gente começou a ver aquela galera, eram homens, mulheres, que eram pais e mães de famílias, que trabalhavam firme para manter as suas casas, questionando o seu caráter.

Porque eles começaram a falar nos nossos grupos de comunicação o seguinte: “eu não tenho como arrumar dinheiro. Eu vou roubar. Vou começar a saquear mercado, eu não posso ver meu filho passar fome”. E aquilo ali começou a mexer muito comigo. Porque eu tinha meu alimento. Não parei de trabalhar, porque eu era da área da saúde. O meu pai ficou em casa, então ele tinha como se suprir com aquele auxílio de uma porcentagem do salário. Mas as outras pessoas...

NILZA ROGÉRIA

Essa é Amanda Almeida, uma mulher que transforma vidas em Japeri através da educação, da cultura e da ancestralidade. Com o Instituto Mover Vidas, ela criou um espaço de resistência que acolhe, fortalece e ressignifica histórias. Eu sou Nilza Rogéria, e te convido a conhecer a jornada de uma mulher que resgata identidades e constrói futuros. Esse é um capítulo do “Mulher de Favela”.

NILZA ROGÉRIA

Amanda Almeida Santos é de Japeri, município que tem um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano, IDH, no estado do Rio de Janeiro. Ela nasceu em uma maternidade no município vizinho, mas é considerada uma Japeriense raiz, onde cresceu e se formou como mulher e ativista. Amanda carrega uma história de resistência passada de geração em geração. Filha de dona Luzenete Maria dos Santos, sua mãe teve uma infância marcada pela extrema pobreza, sendo filha de migrantes nordestinos e vivendo em condições muito precárias. A morte do pai de dona Luzenete durante uma crise de epilepsia quando ela tinha 4 anos marcou profundamente sua família e agravou a situação que já era delicada.

AMANDA

Hoje a gente fala de epilepsia, né? Como uma condição. Mas naquela época era tratado como loucura, e eles não tinham água encanada, moravam em condições muito precárias. E numa dessas dele puxar a água... A lembrança que a minha mãe tem do pai dela é que ele tinha recebido aposentadoria e tinha comprado a carne para eles comerem. O dia de receber a pensão era o dia de comer carne. Então ele estava limpando a carne, faltou a água, ele foi puxar a água do poço. Aqueles poços ainda de cumbuca.

E nisso ele teve uma crise convulsiva. Ele travou a corda na mão e o peso do balde puxou o pai dela para dentro do poço. Então a lembrança que a minha mãe tem da infância, do pai dela, começa assim, o corpo do pai dela sendo retirado de dentro de um poço, que ele estava pegando água para alimentá-los, que era ela mais quatro irmãos. E daí para a frente a vida deles, que já não era boa, começou a ficar ainda pior.

AMANDA

O provedor da casa era o meu avô. E elas tiveram que passar a catar a xepa. Então, eles saíam de Japeri, vinham até o grande centro, Cais do Porto, para colher aquilo ali que caía dos navios na hora de fazer a carga e descarga. Colher a xepa das feiras que aconteciam aqui no centro. E a infância da minha mãe foi essa. Ela com muita dor, com muito sofrimento, eles só comiam coisas que de fato seriam lixo. E tinha uma música, ela contava para gente, que as crianças cantavam para ela, que era a seguinte: “Ela só quer saber xepar do lixo, batata podre, tomate cheio de bicho.” Então, eu cresci ouvindo a minha mãe contando essa história para a gente de uma forma muito dolorida, mas muito feliz. Porque ela estava perto da mãe dela, estava perto dos irmãos. Ali tinham amigos que eram feitos dentro daquele todo, daquele contexto de pobreza extrema. A gente está falando de 60, 50 anos atrás.

NILZA ROGÉRIA

Sidnei de Almeida é pai de Amanda, e também uma fonte de inspiração na sua vida. Ele também não teve uma infância fácil, sua história foi marcada pela violência doméstica e pela ausência de afeto. Sidnei cresceu e fez uma escolha: entregar aos filhos e às pessoas ao seu redor aquilo que ele mesmo não teve. Sua presença paterna, afetiva e cuidadosa.

AMANDA

Ele sofreu muito pelos padrastos que vieram depois, e foi uma infância de violência, de muitos traumas. Ele foi dado e depois resgatado pela avó dele, que no caso é minha avó. Então, eu acho que essa referência paterna, que ele não teve, ele construiu para poder passar. Assim, ele é pai, é amigo, é conselheiro e não é nem só pai meu, ele é pai meu, pai das minhas amigas, pai de quem tá vindo, pai de voluntário, pai de criança assistida. Ele tem essa importância também, sabe? Eu tive um pai que vem de muito sofrimento familiar. E tenho uma mãe que vem de muito sofrimento social. Então assim os dois se unem e formam uma família que é uma família ajudadora. Porque até para minha mãe fazer a doideira que ela fazia, ele tinha que apoiar, ali sempre junto. Ela tinha os times de futebol feminino, ela devia ter uns 30 anos e as meninas, uns 12, 13, e ele fazia lanche para geral, saía com elas, e futebol, né... Naquela época tinha muita violência também, tinha um preconceito porque eram meninas jogando futebol. E ele ali sempre mediando tudo. Então hoje, fazer o que eu faço, eu não conseguiria se eu não tivesse as referências deles lá atrás.

NILZA ROGÉRIA

Foi a partir da parceria de seus pais, Sidnei e Luzenete, que ela conheceu, ainda criança, o valor do cuidado coletivo. Num lar simples marcado pela união e pelo compromisso com o outros. Nessa rotina de troca, Amanda aprendeu a estar presente, pra família, pra vizinhança, pra quem precisasse.

AMANDA

E meu pai também é um superamigo. Não tinha como ser outro jeito. A Amanda hoje é construída por histórias desse casal superguerreiro, super ali, prontos a ajudar. A minha infância também era isso, a casa cheia, minha mãe muito acolhedora. Eu até brinco com ela hoje. Eu falo: “Mãe, você era louca. Além de ter dois filhos para cuidar, sem ter condição financeira boa.”

Ela inventava time de futebol feminino, ela levava uma criançada para a cachoeira sem ter carro, então a gente ia e voltava de ônibus, uma loucura toda. Mas, a Amanda é isso, é essas histórias passadas, que me fizeram entender o ajudar ao próximo.

AMANDA

Hoje é fazer o que eu faço, eu não conseguiria se não tivesse as referências deles lá atrás. Não teria como chegar aqui e falar que eu nunca tive uma vivência, que é a questão da vivência da fome. Nosso primeiro projeto de apoio com a Mover Vidas foi de apoio alimentar. E assim, as pessoas me perguntam: “Ué, mas você já passou fome?” Geralmente quem trabalha com fome é quem já passou fome. Não. Eu nunca passei fome, mas tenho todo esse contexto familiar de fome.

NILZA ROGÉRIA

Antes de iniciar o caminho nos projetos sociais, foi a filha de Amanda, Gabi, quem plantou a semente dessa transformação. Em uma viagem a Santa Catarina, pouco antes da pandemia, ainda com seis anos, Gabi se chocou ao ver crianças da idade dela morando na rua. Foi nesse momento que Amanda, pela primeira vez, precisou explicar o que era a pobreza.

AMANDA

A gente passeando, tinha uns imigrantes ali, que era o pessoal que vinha pela fronteira. E aí ela viu as crianças do tamanho dela, assim, jogadinha na rua. Ela ficou sem entender por que aquelas crianças estavam ali. E aí eu tive que explicar para uma criança de 6 anos o que era a pobreza pela primeira vez. Eu falei com ela: “Eles moram ali debaixo da barraca porque não têm casa.”

E a partir daí, ela: “Mas por que a gente não ajuda eles? A gente tem que levar comida para eles”. Então, antes de começar a Mover Vidas, eu fui movida por ela. Porque talvez se ela não tivesse me feito essa provocação, quando tivesse acontecido a pandemia, eu não teria tido esse gatilho de, tipo assim, tem que fazer alguma coisa, porque ela despertou em mim. Eu já tinha via, mas aquilo ali estava adormecido.

NILZA ROGÉRIA

A vida trouxe um desafio inesperado: a pandemia da Covid-19. Criada em um lar acolhedor, onde ajudar o outro era natural, Amanda colocou esse ensinamento em prática quando, trabalhando na área da saúde e fazendo uma renda extra na pedra do sal, refletiu que ela convivia com pessoas que dependiam do trabalho diário para levar comida para casa. Quando o mundo parou e o desespero bateu à porta dessas famílias, Amanda não ficou parada. Mesmo sem estar atuando no trabalho social, entrou de corpo e alma para ajudar quem mais precisava.

AMANDA

E assim aquilo começou a mexer comigo de uma maneira a ponto de me deixar em crise mesmo, de ansiedade, porque eu comecei a me preocupar muito com essas pessoas, o que vai ser dessas pessoas. E aí eu comecei a mobilizar alguns amigos em comum para me apoiar. Esses amigos me doavam, deixavam na porta de casa, eu passava a recolher ali o alimento não perecível e, como eu tinha carteirinha do COREN, conseguia ir e vir. Aproveitava que estava indo para o trabalho, sofria a necessidade de um, sofria a necessidade de outro, comprava remédio... e aí uma amiga falou comigo: “Amiga, você está ajudando o pessoal do Rio, mas tem famílias aqui em Japeri que estão passando muita necessidade também, que eram as pessoas que saíam de Japeri para vir trabalhar aqui no Rio, nos eventos, e ficaram sem nada também.” E eu: “Eu não sei quem são essas pessoas, então me manda.” E aí ela começou a procurar.

NILZA ROGÉRIA

Foi desse impulso de cuidar que nasceu o Instituto Mover Vidas, em 2020. Junto com os pais, cofundadores da instituição, Amanda percebeu que o apoio precisava ir além. Sem patrocínio, com recursos próprios e uma kombi que havia comprado para trabalhar em eventos, ela passou a ir ao Ceasa todos os sábados. O plano inicial era atender 30 famílias, mas de imediato conseguiram ajudar 80, que rapidamente viraram 200.

AMANDA

Quando iniciou o Mover Vidas, eu botei na cabeça na pandemia que nenhuma criança passaria pela humilhação que a minha mãe passou lá atrás. Então, eu saía mesmo da minha casa, ia catar a xepa no lixo, para que outras crianças que estavam vindo depois não passassem por esse preconceito que ela sofreu lá atrás. Esse abuso, vindo de outras crianças.

AMANDA

A gente falou: “Vamos ver o que a gente faz?” E vamos. Então a gente tem que ter um nome. OK, vamos ver o que a gente vai fazer, e aí apareceu o Mover Vidas. E agora a gente tem que ter o que fazer, o espaço. Tá difícil conseguir a doação não perecível, e aí surgiu a brilhante ideia de ir para o Ceasa. “Vamos para o Ceasa.”

Eu tinha comprado uma kombi para poder trabalhar nesses eventos. A kombi nunca foi utilizada porque parou tudo, tudo, e eu falei: “Vamos fazer ela produtiva.” E ali a gente começou a ir todo sábado para o CEASA. A nossa meta inicial era atender 30 famílias, que era o que a gente estava atendendo, mas de cara a gente conseguiu doação para 80. Que bom, só que assim, 80 multiplicou de uma semana para outra.

Quando a gente foi ver na outra semana tinha 100, na terceira semana já tinha mais de 100, em um mês a gente estava com 200 famílias, e aí eu falei: “Não, a gente tem que limitar.” E tirando o dinheiro do bolso. A gente não tinha patrocínio, eu tinha umas reservas e a gente foi colocando o valor da reserva, investindo nas outras pessoas e que bom que deu certo. A intenção...a intenção não, mas o pensamento era esse, vai todo mundo morrer.

A pandemia vai matar todo mundo, não tem porque eu ficar com o dinheiro guardado, então vamos escoar. A gente conseguiu, durante o primeiro um ano e meio da pandemia, alimentar 200 famílias semanalmente através do Semana Verde, que foi o nosso primeiro projeto.

NILZA ROGÉRIA

Ao longo das entregas, Amanda entendeu que a fome não é apenas o prato vazio, e que ajudar era ir muito além da cesta básica, era transformar realidades. Nesse sentido, o Instituto Mover Vidas se apoia em quatro pilares: educação, cultura, geração de renda e tecnologia. Estes se materializam através da semana verde, levando hortaliças para combater a subnutrição; o vida em ação, com aulas de capoeira e kickboxing; o Cine Céu, que leva cinema e acessibilidade para as ruas; o profissão mulher, fortalecendo o empreendedorismo feminino; e o projeto aprender, oferecendo reforço escolar e inclusão digital.

AMANDA

Só que ao longo das entregas alimentares, a gente foi entendendo que a fome vai muito além do prato vazio. Ela é a falta de educação, é a falta de acesso à cultura, a falta do emprego digno e de qualidade. É a mãe que a gente não tem como falar “por que ela não arruma um trabalho?”.

Porque ela tem cinco filhos pequenos em casa e mora num local periférico e violento, então não tem como ela sair e deixar aquelas cinco crianças em casa para ter um trabalho formal ou estudar. Então a gente entendeu que a cara assistência do povo não era só a fome, era muito além. E a gente começou a criar outros projetos.

Aí o primeiro foi o Semana Verde, e veio o Vida em Ação, veio o Cine Céu, veio o projeto Aprender, e hoje a gente está aí com uns cinco projetos em desenvolvimento dentro da instituição, alguns sendo elaborados. Falta recurso, mas a gente está aí, conseguimos avançar.

AMANDA

Começamos lá atrás com o apoio alimentar, mas a gente entendeu que não adianta só entregar comida, que a gente acaba sendo um delivery dentro de uma sociedade que não precisa só disso, só de comida. A gente começou a trabalhar o primeiro pilar, que é o educacional.

Sem a educação, a gente não consegue trabalhar saúde, não vamos conseguir trabalhar geração de renda, não vamos conseguir trabalhar nada. Então, a gente começa com o projeto de apoio escolar. A partir daí, a gente começa a integrar essas crianças e os familiares com cultura.

NILZA ROGÉRIA

A cultura é um pilar capaz de mudar realidades. Amanda entendeu que era preciso criar um espaço que levasse pertencimento para as crianças e as famílias de Japeri. Muitas vezes sem acesso a televisão ou streaming, elas se sentiam à margem de histórias e conversas do mundo. Assim surgiu o Cine Céu: um cinema itinerante que não entrega apenas filmes, mas o direito de sonhar, debater e se reconhecer como parte de uma história maior.

AMANDA

Porque a gente não só exibe o filme, mas também traz todo o conceito de pertencimento, porque dentro da pobreza tem o rico. Tem sempre aquela pessoa que está pobre também, mas tem um pouquinho a mais do que algum outro. A gente entendeu que havia muitas crianças que chegavam dentro da organização falando de um filme a que assistiu em algum canal de streaming.

E as outras crianças ficam sem entender nada do que aquela tá falando. Então, além de trazer essa entrega para eles do cinema, a gente tenta trazer também filmes da atualidade para que eles tenham essa questão do pertencimento e consigam debater de igual com qualquer outra pessoa. E a gente tem um rolê cultural, onde a gente consegue tirar a criança lá de Japeri e trazê-la para dentro desses espaços mais centralizados. Porque quando a gente fala em cultura, a gente pensa muito em teatro, dança, música, mas a cultura começa dentro do território. Qual é a cultura que você está implementando naquela criança? É a cultura da pobreza? Que ela nasceu pobre, ela tem que morrer pobre? Ou é uma cultura de pertencimento? Que o local que ela está inserida não difere quem ela vai ser.

Aquilo que ela pode comer, a música que ela pode ouvir, o ambiente que ela pode aguentar. Então, em todas as ações que fazemos com as crianças, até dentro do território, a gente procura a colocar sempre naquele lugar de destaque, aquilo que ela não teria condição de pagar, é lá que ela vai participar.

NILZA ROGÉRIA

O Vem Brincar resgata as brincadeiras tradicionais e a cultura da infância. Mais do que diversão, ele cria conexões entre gerações e combate desafios sérios, como a gravidez precoce. Com dinâmicas em grupo e brincadeiras coletivas, o projeto ajuda a criar laços, resgata saberes ancestrais.

AMANDA

A gente pensa que ele foi criado para resgatar as brincadeiras, mas não foi. E tem uma coisa mais séria atrás disso. Ele é um projeto de brincadeiras, mas que vem tentando diminuir a gravidez precoce e trazer um ambiente mais saudável para as crianças que só estão agarradas ao celular. Hoje, dentro do nosso território, a gente tem crianças de 11 anos grávidas e eles não sabem pular corda. Não sabem nem o que é isso, que essa brincadeira existe.

Então, quando eles chegam dentro desse ambiente e entendem que eles têm toda uma história antes de botar a mão no celular, eles brincam, eles são, eles se apoiam, porque a gente trabalha muito dinâmica em grupo, brincadeiras em grupo, em rodas, e eles aprendem a se comunicar, coisa que está sendo perdida com esse mundo tecnológico. É até contraditório, né?

Você fala de tecnologia, mas quer que a criança brinque assim, porque ela tem que estar ali inserida como um todo dentro da sociedade. Eu não posso pegar e criar uma sala de inovação para essas crianças e exigir que eles fiquem ali e não tenham mais contato com o mundo lá fora, porque é o que vai dar base para eles se tornarem cidadãos de bem.

NILZA ROGÉRIA

Não bastava oferecer educação se essas crianças não tivessem acesso à tecnologia. O mundo é digital, e para ter futuro, elas precisam dominar essas ferramentas. Foi assim que o Mover Vidas criou o projeto de inclusão digital e capacitação tecnológica. A partir da escuta do território, surgiram cursos e capacitações voltados para o sonho de empreender, criar autonomia e fortalecer uma economia circular dentro da própria comunidade.

AMANDA

Não adianta eu trabalhar o todo da educação e lançar essa criança no mundo tecnológico, onde elas vão precisar da tecnologia para tudo. O que a gente faz? De que adianta ela ser muito letrado e não souber manusear uma ferramenta tecnológica?

Então, a gente tem esse cuidado também. E a empregabilidade e geração de renda, que também tem nos movimentado muito, é a questão da emancipação financeira dessas famílias. A gente então implementa cursos dentro da realidade deles, que são construídos pela escuta da comunidade, para entender o que eles querem para, a partir daí, a gente avançar com as ações, porque... eu venho de corporativo, venho de trabalhos formais de CLT, só que eu trago isso para eles, para fazer essa entrega. Só que eles não querem.

Eles querem autonomia. Eles querem cursos de beleza estética, querem ser empreendedores, querem ser artesãos e receber por isso. Então, a gente faz essa escuta com a comunidade, entende o que eles querem, começa a programar e criar os cursos dentro do que a comunidade está se interessando. A gente consegue manter o engajamento deles, gerar renda e economia circular, porque eles ainda conseguem gerar o dinheiro e fazer com que o dinheiro circule ali dentro do próprio território.

NILZA ROGÉRIA

O maior orgulho de Amanda não são os projetos, mas as pessoas que se transformam com eles. Hoje, mais de 80% dos que trabalham no Mover Vidas, voluntários ou remunerados, já foram atendidos pelo projeto. Eles chegaram em situações de grande vulnerabilidade, foram acolhidos, ganharam novas perspectivas e, agora, devolvem ao território o que receberam.

AMANDA

Hoje a gente já consegue ver isso em algumas pessoas. Eu tenho um caso de sucesso, que eu gosto muito de falar, que o Mover Vidas é composto de pessoas, e pessoas que vão se transformando. Tem um não, tem alguns. Hoje é 80%, acho que 100%, das pessoas que trabalham no Mover Vidas de forma voluntária ou sendo remunerado já foram atendidos no Mover Vidas de alguma forma. Então, foram pessoas que vieram em alguma situação vulnerável, ali eles se expandiram e hoje eles estão devolvendo para a sociedade aquilo que eles receberam. Essa evolução é a gente movimentar, tirar a pessoa daquela condição de alinhamento e fazer com que ela se amplie a ponto de causar o impacto na ponta ou na vida de outras pessoas.

AMANDA

E aí você vai pegar os cases de sucesso: não é ninguém que pagou para receber. São as crianças que vieram da periferia, que vieram dos projetos sociais. São eles que se destacam e vão competir. E a gente consegue ver isso também hoje. Pega os atletas olímpicos, gente. São pessoas de comunidade que estavam ali esperando uma oportunidade e as oportunidades vieram através de projetos sociais.

Hoje, ser esse divisor de água, ser esse transformador, essa ponte que liga a educação, a cultura, a tecnologia, a empregabilidade, a essas pessoas que só estão ali esperando para receber é o que nos move.

NILZA ROGÉRIA

Japeri carrega o peso do esquecimento. Um território marcado pelo estigma e pela pobreza extrema, onde muitas pessoas acreditam na frase “do que vier está bom”. O Mover Vidas nasceu para romper essa barreira invisível, mostrando que existe escolha, caminho, autonomia. Mas despertar essa esperança exige força diária: é lutar contra anos de desigualdade, falta de oportunidades e um sistema que não chega até ali.

AMANDA

A gente está longe de tudo. Japeri sempre foi muito esquecido. E eu sempre trabalhei na capital. Então, quando meus amigos da capital falavam de Japeri, eles me perguntavam: “Lá tem onça? Tem índio lá?” Então toda essa geografia do local, ela... já traz esse esquecimento para as pessoas.

As pessoas se olham e se veem como “eu tô aqui esquecido, o que vier para mim tá bom”. Eles não têm mais esperança de que podem sair dali, que podem melhorar, não digo nem sair do território, mas sair daquela situação de pobreza extrema e ir para esse lugar melhor. Onde eles têm autonomia de decisão, de decidir “o que eu quero para mim é tudo”. De decidir comprar uma roupa, porque comprar no mercado, é o candidato que ele vai colocar lá para governar o município.

AMANDA

Uma palavra é de uma abolicionista que gosto muito, que lutou para a libertação dos escravos americanos, Harriet Tubson. E ela tem uma frase que mexe muito comigo, que ela fala que salvou mil escravos, mas poderia ter salvo mais mil se eles soubessem que eram escravos. Hoje, eu trago isso para o nosso contexto, para a realidade de Japeri, e muita gente não sabe o que tem além da pobreza.

Estão escravizados naquela situação, porque eles nem sabem que existe outras possibilidades, outros caminhos, outros lugares. Então, a dica, a frase que eu deixo para quem estiver ouvindo é essa: que a gente consiga fazer essa transformação, mas que as pessoas também tenham essa consciência de qual o local que ela está e aonde ela pode chegar, aquilo que ela pode mover.

NILZA ROGÉRIA

Amanda é essa mulher que faz da união sua maior força. Criou o Mover Vidas porque acredita que nenhuma mudança acontece sozinha. Sua trajetória mostra

que quando o cuidado vem do coletivo, é possível romper barreiras, levantar territórios e construir futuros. A história dela é a prova de que amor, fé e ação podem, sim, mover vidas.

Eu sou Nilza Rogéria.

Este foi mais um capítulo de “Mulher de favela”. Até a próxima.



Departamento de
Comunicação

LABORATÓRIO ÁUDIO

ng sel
a amat.
engan Se
n itu, per
pada pros
emberhen
pemberh
ktorat tida
a daerah, 1
n negeri (M

S

gota Komis
sinton P
sus Angke
pihaknya
rekomer
um bisa m
il akhir itu
kan dipa
usun," uca

ukan ag
i wibawa
gawasan
engakui,
meng-
oun
an
at
s,

ka
S
ter
da
pa
in
ke
d

as

a

CAPÍTULO 29: NORMA SOUZA

ROTEIRO
EP. NORMA SOUZA
AUDIOLIVRO "MULHER DE FAVELA"

NORMA

Nosso projeto é que as mulheres consigam garantir o direito dos filhos, porque se a mulher não estiver... não digo é empoderada, mas bem informada, o direito do filho vai ser negado, porque ela não vai saber onde buscar e o que fazer para garantir. Porque saber onde tá o direito é... Olhe, abre as políticas públicas que estão lá. Você tem direito a um bidocente (escola com dois professores), mas cadê que a gente tem? Você tem direito a uma prioridade na educação, mas você não tem. Na saúde, fica horas um cadeirante esperando o atendimento, mas a culpa não é nem da política pública. Às vezes é do setor.

NILZA ROGÉRIA

Essa é Norma Maria de Souza, liderança de Manguinhos, que transformou a dor de uma violência obstétrica em força para lutar pela democratização da saúde e pelos direitos das pessoas com deficiência e necessidades especiais. Através do Instituto Kevyn Johnson – Projeto Marias, ela mobiliza, cria redes e constrói caminhos de justiça e inclusão.

Eu sou Nilza Rogéria, e a partir de agora te convido a conhecer a trajetória dessa mulher que nos ensina que resistir é também transformar. Esse é o “Mulher de favela”.

NILZA ROGÉRIA

Norma Maria de Souza nasceu em Manguinhos, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Sua infância foi marcada com muitas brincadeiras nas ruas com os amigos, mas também pela pobreza e a vulnerabilidade. Aos três anos de idade perdeu a mãe. Seu pai casou novamente, mas a pobreza e a vulnerabilidade dividiram a família. Cada um seguiu um caminho, e Norma cresceu com o irmão mais novo como sua única rede de apoio. Aos 14 anos, perdeu o pai.

NORMA

A gente tinha vários amigos, vários amiguinhos, que na minha vida se perpetuam até hoje. Tenho amigos da minha época de infância. Na época que eu nasci, até onde me lembro de criança, não tinha luz, não tinha ruas calçadas, pavimentadas. Havia enchente na época. Falando hoje de eventos climáticos, era muito grave na época. Hoje, continuam os alagamentos, mas com um pouco menos de intensidade.

NORMA

A minha mãe morreu. Eu acho que na época eu tinha três anos de idade. Meu pai morreu, eu tinha uns 14, 15 anos. E, como a minha mãe morreu muito cedo, meu pai teve que casar novamente. Eu sou fruto da criação desse segundo casamento. E aí a família do meu pai já tinha crescido um pouco, então cada um foi para o seu lado. E a minha família começou do zero. Que nasceu eu e o meu irmão. E aí, o que acontece? Eu sou um pouco mais velha que o meu irmão. E aí a minha rede de apoio se limitou muito. Porque a minha família, por ser muito pobre e vulnerável, se dividiu, cada um foi para um lado, foram trabalhar em diversos locais. Casa de família, empresas. E acabou o quê? Na minha casa ficou eu e o meu irmão mais novo.

NILZA ROGÉRIA

Antes mesmo da morte de seu pai, Norma já havia enfrentado a violência armada que tirou a vida do seu irmão mais velho, vítima de bala perdida. Sem estrutura e marcada pelas perdas, ela teve que enfrentar a solidão e o desafio de cuidar de um irmão mais novo fragilizado pelo abalo psicológico.

NORMA

Ele, com 19 anos. Trabalhava, tinha o seu primeiro emprego e, durante uma troca de tiro, uma bala perdida o atingiu, e ele veio a óbito. Aquele irmão seria a minha estrutura. Acabei ficando sozinha. Logo depois que meu irmão faleceu, meu pai também faleceu, de diabetes. Eu tive que me virar sozinha, de certa forma. Meu irmão também ficou um pouco abalado psicologicamente. Na época, não tinha uma estrutura de SUS, enfim, para tratar de problemas psicológicos, por diversos eventos. Tudo causa uma

violência psicológica. A violência do meu irmão, um pouco mais velho, causou uma violência no meu irmão mais novo, psicológica. Um transtorno mental. E, depois que meu pai faleceu, eu sozinha não consegui cuidar dele como deveria.

NILZA ROGÉRIA

Norma foi mãe muito jovem. Teve seu primeiro filho na adolescência, depois veio uma filha. E anos mais tarde, em 1998, o terceiro filho, Kevin nasceu. Foi nesse momento que viveu o episódio mais doloroso de sua vida: uma violência obstétrica durante o parto, marcada pelo racismo e negligência médica. Sem suporte e diante de um atendimento desumano, viu o parto do seu filho se transformar em uma tragédia que poderia ter sido evitada.

NORMA

O Kevin, durante a gravidez, não teve nada. Mas, na hora do parto, houve o que eu chamo de erro médico. A médica disse para mim que estava cansada, não queria fazer uma cesárea, principalmente em negro, índio e nordestino. Que ela já tinha feito vários partos naquela noite, e que, em mim, ela não ia fazer cesárea por eu ser negra, porque era da minha natureza ter um filho de parto normal. Eu fiquei um pouco assustada, porque eu não tenho parto normal. Meus dois filhos de partos anteriores eram de cesariana, porque eu não tinha passagem, eu não dilatava o suficiente para colocar um filho de parto natural. Quando ela viu que não tinha como, resolveu fazer a cesárea, abriu pouco a minha barriga, e o bebê não passou.

NILZA ROGÉRIA

Kevin, o terceiro filho de Norma, sofreu sequelas que mudariam sua história para sempre. Mesmo diante da evidência do erro, Norma não teve apoio. O resultado foi uma sequência de erros que levaram Kevin a uma paralisia cerebral severa. O que era para ser um momento de celebração, tornou-se uma longa caminhada de luta.

NORMA

No que ela viu que não ia passar, forçou, quebrou o fêmur. No que ela quebrou o fêmur, se desesperou mais ainda, porque ela não tinha se preparado para aquele parto, porque ela não queria fazer um parto de cesárea. E, de repente, aconteceu. E aí ela colocou para dentro. Quando coloca para dentro... Há pesquisas em relação à saúde no parto. Na hora do parto cesariana, quando a criança nasce, ela só tem 4 minutos para respirar, no caso de uma anoxia perinatal. Depois de 4 minutos, várias situações levam a criança a ficar com paralisia cerebral, leve, moderada e severa. E, quando ela colocou para dentro da minha barriga, e foi assepsiar novamente, passou de 4 minutos. Quando ela puxou o Kevin, já estava roxo. Ele teve uma paralisia cerebral

muito severa. Mas, até então, eu não sabia. Reclamei lá na hora sobre o parto, que eu julgava malfeito. E ela disse que não sabia o que tinha acontecido. Fiquei 15 dias com o Kevin esperando ajuda. Tive a alta, ainda encontrei ela nos corredores, perguntei porque tinha acontecido isso, como eu ia fazer agora para engessar a perna daquele bebê, como ia ser. E ela falou “ah, se eu te ajudar, eu vou estar reconhecendo o meu erro”. Enfim, fiquei sozinha.

NILZA ROGÉRIA

Mesmo diante de um parto marcado por graves violações, norma não recebeu apoio nem respostas. Ao cobrar da médica o que havia acontecido, ouviu apenas silêncio e descaso. Foi deixada sozinha, sem orientação, sem ajuda e sem acolhimento. Foram dias desesperadores, tentando entender como cuidar de um bebê frágil. Ao levar Kevin para casa, Norma começou a perceber os sinais. O choro constante, a dificuldade de respirar, a ausência de marcos do desenvolvimento infantil. Comparava com os outros filhos e entendia que havia algo errado. Foi nesse processo que Norma entendeu que a deficiência de seu filho não era o problema: o problema era a omissão de um sistema de saúde que nega cuidado e justiça.

NORMA

Fui para casa 15 dias após o nascimento do menino. E ele gritava muito, ele ficava roxo. Eu fui por conta própria no Hospital Jesus, eles engessaram a perna, e dali começou a minha saga. Quando a criança cresceu um pouco, eu vi que não sustentava o pescoço, que não estava desenvolvendo. Não comparando com os outros filhos que eu tive, mas estava bem distante daquela realidade. Ele não sustentava o pescoço, não sentava, não engatinhava, ele chorava demais. Depois tivemos, com muito sacrifício, a constatação de que ele tinha um pequeno atraso. De acordo com o desenvolvimento, olhando no cartão de vacina que a gente tem. Eu até aconselho. Olhe no cartão de vacina que tem toda uma linha de acompanhamento. Ele tem que fazer isso, ele tem que fazer aquilo, e você pode acompanhar e ir contando para o seu médico durante a puericultura se ele está ou não de acordo com aquela curvazinha de desenvolvimento. O Kevin estava bem abaixo.

NILZA ROGÉRIA

Demorou anos e muita luta para ter um diagnóstico claro, porque os médicos enrolavam, escondiam informações e negavam o direito de saber a verdade. Foi nesse processo que Norma entendeu que a deficiência de seu filho não era o problema: o problema era a omissão de um sistema de saúde que nega cuidado e justiça.

NORMA

Depois que o médico falou, eu já sabia. Mas depois que ele falou mesmo “olha, vai precisar disso, disso e disso”, eu chorei muito, eu não queria aceitar aquela situação. Porque eu morava sozinha, era mãe solo, tinha três filhos, naquele momento três filhos.

NILZA ROGÉRIA

No momento em que mais precisava de apoio, Norma enfrentou o abandono afetivo e a violência doméstica. O companheiro que deveria estar ao seu lado se tornou um agressor, incapaz de aceitar um filho com deficiência. Entre ameaças, violência física e psicológica, ela precisou escolher entre seguir presa a um relacionamento abusivo ou lutar pela vida de Kevin. Escolheu lutar. Mesmo abalada, encontrou forças para seguir sozinha, trabalhar e cuidar dos filhos, enquanto enfrentava ainda o peso da violência de gênero.

NORMA

Eu tinha um parceiro, que eu nem posso chamar de marido, que assim que soube que o menino estava com sequelas neurológicas, começou a aumentar o nível de agressividade comigo, naquele período de negação também, porque ele também não queria ter um filho com deficiência. E aí eu preferi me separar, porque eu já estava também abalada psicologicamente, eu já não sabia mais o que fazer. Eu trabalhava, tinha uma escola, sempre gostei de trabalhar com educação infantil. Então eu tinha uma escola de educação infantil. E aquele homem, junto com meus problemas, que eu enfrentava no meu dia a dia, estava me atrapalhando. Eu preferi ficar com o meu filho e dar continuidade no tratamento dele. Foi um custo para separar, mas eu consegui. Ele era muito violento, perseguidor, mania de dizer que a mulher é tua, como acontece hoje com várias mulheres que sofrem violência física e psicológica, “você não vai ficar com ninguém”, “eu vou te matar”, “eu vou fazer”, aquelas coisas todas, mas eu enfrentei e continuei separada...

NILZA ROGÉRIA

Foi nessa trajetória de dor, lutas e resistência que nasceu também a esperança. Ao buscar apoio para o desenvolvimento de Kevin, Norma encontrou outras mulheres na mesma situação. Cada uma carregava sua história de violência, descaso e luta pelos filhos com deficiência ou necessidades especiais. Juntas, elas criaram um espaço de troca, apoio e organização. Foi assim que em 2003, surgiu o projeto *Marias*: uma rede de mães que se recusaram a aceitar o silêncio e passaram a defender direitos, saúde e dignidade para suas crianças.

NORMA

Naquela busca pelo desenvolvimento, eu me encontrei com outras mulheres na minha comunidade e resolvi criar um projeto. Começou com uma roda de conversa com dez mulheres, e cada uma com a sua especificidade, com a sua deficiência do seu filho, que eu não chamo de doença, deficiência não é doença, é uma condição física ou motora, psicológica ou motora. A gente se uniu e criamos o Projeto Marias.

NORMA

Muitas mulheres, na busca do desenvolvimento do seu filho, foram obrigadas também a acompanhar o desenvolvimento educacional do filho e delas. Então, muitas se formaram. Tem psicólogas, pedagogas, professoras de educação física, enfermeira, tem várias profissões. Então, nessa união, a gente se divide. Eu também sou pedagoga, fiz dez pós-graduações, que posso dividir entre saúde e educação, fiz o mestrado, estou terminando um doutorado. E a gente nessa união. Cada uma trabalha uma vez na semana, duas horas por dia, e presta aquele serviço.

NILZA ROGÉRIA

Hoje, o projeto marias atende mais de 350 mães de crianças com deficiência e suas famílias. Suas ações são construídas a partir da participação popular, da mobilização comunitária e da defesa de direitos. São oficinas, capacitações e parcerias que buscam garantir melhor acesso a serviços de saúde, apoio na educação, prevenção da violência e promoção de uma cultura de paz. O projeto trabalha ainda pelo desenvolvimento sustentável, pelo fortalecimento das lideranças locais e pela criação de ambientes saudáveis e inclusivos.

NORMA

As nossas oficinas, a gente sempre faz de uma maneira que a gente possa mostrar que elas podem se capacitar nas políticas públicas, que garantem o desenvolvimento do direito dessas crianças. Mas também como elas podem virar uma empreendedora para poder gerar uma renda. Muitas, como eu falei, acabam abandonando os maridos, e aí fica um pouco mais difícil na questão financeira. Trabalhar de carteira assinada, elas não podem. Então, as nossas capacitações também são para geração de renda. Além de orientá-las na educação, na saúde, em todos os aspectos, como eu disse, a pessoa precisa desse cuidado específico. Porque cada um no projeto tem sua especificidade.

NILZA ROGÉRIA

O projeto maria é espaço de capacitação, de escuta e de luta: para que uma mãe possa se tornar empreendedora, para que uma criança autista tenha um currículo adaptado, para que um surdo tenha direito a um acompanhante que saiba libras, para

que um cadeirante não seja deixado para trás. No projeto marias, a deficiência não é um limite, é um chamado coletivo à transformação.

NORMA

Nessa sala de reforço eu só atendo as crianças do projeto, que são cadastradas. Mas os pais às vezes têm outros filhos, e os outros filhos também, mesmo sem diagnóstico, apresentam alguma dificuldade no aprendizado. Os pais não são negligentes, eu digo que sozinhos não conseguem acompanhar o desenvolvimento de quem precisa, que é o filho deficiente, e o desenvolvimento daquele que não é deficiente, entre aspas, mas que convive naquele mesmo local e às vezes não tem a mesma atenção. Só perguntar como foi o dia na escola é pouco. Sentar, olhar o caderno, o que o professor pediu, estar presente nas reuniões... nem sempre para a mãe deficiente é possível, e aí aquele filho acaba se atrasando. Não porque a criança se sinta preterida, não é por culpa da mãe, mas pelo dia a dia.

NILZA ROGÉRIA

E foi na psicopedagogia que encontrou outra maneira de ensinar: através do brincar, do respeito ao ritmo de cada criança, e da criação de novos contextos de aprendizagem. Norma se formou, fez mestrado, e hoje é doutoranda na universidade federal fluminense. Uma jornada exigente, cansativa, mas que ela enfrentou com a mesma coragem de quem lutou pelos direitos do filho. Entre atendimentos particulares, o projeto marias e a rotina acadêmica, Norma reorganizou sua vida para conciliar estudo, trabalho e militância.

NORMA

Eu abri a sala de reforço porque achei importante também ajudar no desenvolvimento de outras crianças. A gente trabalha a partir do brincar. A gente acredita que é importante quadro negro, aquela coisa formal da escola, um sentadinho atrás do outro, aquela coisa que a gente vê até hoje. Eu acho que já deveria ter mudado há muito tempo. Mas a psicopedagogia trabalha de forma diferente. Ela traz a criança para aquele contexto, desenvolve as habilidades dela. Ela mostra outras situações a que a criança não foi apresentada na escola, porque lá não tem o psicopedagogo, não há um compromisso de apresentar à criança um outro contexto, senão aquele que já vem imposto, do currículo formal.

NORMA

Eu tive que reorganizar todos os meus dias e os meus horários para que eu pudesse cursar as disciplinas, escrever... Enfim, é muito difícil e cansativo. Eu diminuí os meus horários, nos meus atendimentos particulares, que eu também preciso sobreviver.

Eu não posso, como eu falei, o projeto não tem dinheiro. Então, preciso trabalhar para me manter. a reorganização da minha vida foi essencial para continuar no doutorado.

NILZA ROGÉRIA

E essa força coletiva também ganha corpo nas ruas e nas praças. Todos os anos, o instituto organiza o encontro das famílias de crianças autistas. Um momento que começou como uma caminhada e se tornou uma grande festa de acolhimento. Brinquedos, música, água, lanche, e sobretudo uma troca: mães dividindo suas dificuldades na educação, na saúde, no esporte, no transporte. Nesse encontro, a comunidade se une. Vizinhos, clínicas da família, profissionais de saúde. É uma rede que se tece na prática, na consciência de que a luta pela inclusão não é exclusiva das mães.

NORMA

Todo ano nós temos o Natal “tal”, temos a nossa caminhada dos autistas. A gente convida toda a comunidade, pede às famílias para estar ali presente. Os vizinhos também, para ajudar aquela família no apoio, tanto na visibilidade quanto na conscientização sobre o que é autismo e o que você que não tem um autista pode ajudar aquela mãe que tem. Acho que a consciência sobre esse assunto é muito maior. A mãe que tem um filho é obrigada a ter essa consciência. E você que não tem um filho, vai ter se você quiser.

NORMA

As duas clínicas que atendem esse público da favela, com todas as deficiências, nos ajudam muito. Eles vão lá, conversam, é difícil, o laudo. A gente ainda tem um pouco de dificuldade de laudar, porque não depende só do médico generalista da clínica da família. Depende do encaminhamento para fazer outros exames de imagem, porque às vezes você tem, é visível, dá para ver que você tem os traços de um autista, mas os exames mostram outros transtornos atrelados àquele. Então, precisa mesmo de uns exames mais sofisticados, e aí a gente realmente tem dificuldade, a fila do CREG oscila demais, uma vez tá boa, a outra tá um pouco mais difícil. A gente tem visto que tem crescido não só o número de crianças com autismo, mas também outros transtornos.

NILZA ROGÉRIA

A pandemia de Covid-19 foi um dos momentos mais duros na vida de norma. Foi nesse período que ela perdeu seu filho, Kevin, um menino que era sua maior motivação para lutar pela democratização da saúde. Mas não foi só ele. Mais dez crianças do projeto se foram naquele tempo. A dor individual se juntou à dor coletiva de um território já marcado pela fome, pela falta de acesso e pela violência.

NORMA

Quando o Kevin faleceu, durante a pandemia, quando foi muito difícil ficar dentro de casa, parou, fechou tudo, mercado, ninguém queria andar de ônibus, todo mundo com medo, a criança deficiente era muito vulnerável. E aí chegou uma mãe que tinha perdido o filho e falou para mim: “Nossa, Norma, eu pensei que seu filho nunca ia morrer.” Eu falei: “Por quê?” “Porque você cuida muito bem dele. Eu pensei que o Kevin nunca ia morrer.” E eu falei: “Pois é.” A morte é a única certeza que todo mundo tem e ela chega para todos, né?

NORMA

De forma geral, foram os novos, velhos, ricos, pobres, pretos e brancos, de todo país, de todo o mundo, imagine uma pessoa com deficiência em situação de vulnerabilidade. Então, foi muito difícil. Fome também, porque a escola, para muitos, é o único espaço, o único lugar que muitas crianças se alimentam, socializam. Tivemos muitos problemas mentais, além da fome, aumento da violência contra a mulher, muitas falaram que começaram a ser agredidas pelos seus esposos. Começaram a passar mais necessidade, porque a comida começou a diminuir, porque todo mundo ficou preso dentro da mesma casa. Eu sei que é um assunto grave também.

NILZA ROGÉRIA

Hoje, o projeto ganhou um nome que traz em si uma história de amor e resistência. Ele se chama Instituto Kevin Johnson – Projeto Marias. Um nome que guarda a memória de Kevin, o filho de Norma, cuja vida foi o ponto de partida dessa luta pela inclusão e pelos direitos das pessoas com deficiência. E Maria em homenagem a todas as mulheres que, unidas, constroem um caminho de inclusão e justiça.

NORMA

Muitos dizem que é porque meu nome também é Maria. É Norma Maria. Mas não é. Durante a roda de conversa a gente viu que, como eu me separei do meu marido, muitas também se separaram. A gente resolveu colocar Marias por ser um nome forte e um nome da mulher, e é a mulher que carrega a maior parte da... não digo carga, mas, do trabalho para o filho poder se desenvolver em todos os aspectos inerente à pessoa humana. E os homens sempre, infelizmente, são poucos.

NILZA ROGÉRIA

O futuro que norma visualiza é feito de resistência e esperança. Um futuro em que a luta pelos direitos das pessoas com deficiência não seja um fardo de poucos, mas uma responsabilidade de todos.

NORMA

O meu sonho é que a gente nunca canse, nunca desista da luta pelo desenvolvimento, da luta pela busca dos direitos da pessoa com deficiência. E que um dia apareça alguém que diga: “Eu vou apostar no seu projeto, mas não com o intuito de ganhar dinheiro às custas do projeto, mas com o intuito de garantir os direitos da pessoa com deficiência.”

NORMA

Pode parecer o fim do mundo, mas não é. Que a pessoa possa respirar fundo, contar até três. Existem milhões de políticas públicas, mas se não tiver uma mãe guerreira... que eu falo guerreira, mas às vezes eu falo que não somos guerreiras, estamos no nosso limite. Mas que a gente nunca desista. Aquela criança precisa não só da mãe, mas do pai também, de toda a família. Que a família dessa mãe com deficiência se coloque como rede de apoio, nem que seja uma vez por semana, fique com a criança. Os vizinhos também, diminuam o barulho, essa criança não gosta de barulho. Ninguém gosta no seu nível normal, mas principalmente no nível aguçado, que é a pessoa com deficiência. E que as calçadas não estejam ocupadas, os transportes, os motoristas, estejam sempre com vontade de ajudar aquela pessoa que tem um familiar com deficiência. Enfim, a minha mensagem não é só para a mãe com deficiência, nossa mensagem é sempre a mesma, lute como uma mãe de um filho com deficiência, todos os dias, e aí não é só a mãe que tem que lutar, somos todos nós.

NILZA ROGÉRIA

Norma é essa mulher que transforma a dor em luta e a luta em esperança. Sua coragem enfrenta o preconceito, a violência e a desigualdade, abrindo caminhos para a inclusão e a justiça. Sua dedicação ao Instituto Kevin Johnson – Projeto Marias é um símbolo de resistência e de força coletiva. A história de Norma mostra que, quando uma mulher se levanta, toda uma comunidade ganha força para lutar por um futuro mais justo para todos.

Eu sou Nilza Rogéria.

Este foi mais um capítulo de “Mulher de favela”. Até a próxima.



o um pássar

CAPÍTULO 30: SHEILA FORTUNATO

ROTEIRO
EP. SHEILA FORTUNATO
AUDIOLIVRO "MULHER DE FAVELA"

NILZA ROGÉRIA

Sheila Fortunato tem 59 anos e é fundadora da AMAC, a Associação de Mulheres e Amigas da Cachoeirinha, uma favela localizada no Complexo do Lins, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Inicialmente, Sheila era costureira, até que realizou um curso de liderança social e passou a se dedicar ao trabalho social na comunidade. Já são quase 25 anos de AMAC, e muito mais do que uma história.

Eu sou Nilza Rogéria, e a partir de agora convido você a conhecer a trajetória de uma mulher que ativamente transforma a vida das pessoas à sua volta. Esse é o “Mulher de Favela”.

NILZA ROGÉRIA

Atuante na Cachoeirinha, Sheila Fortunato na verdade nasceu em Nova Iguaçu, e foi criada em Queimados até os 7 anos de idade, quando voltou à capital do Estado, o Rio de Janeiro, e morou junto com a família para qual sua mãe trabalhava, no bairro da Gávea. Desde a infância, Sheila possuía uma aptidão para trabalhos manuais, como a pintura e o artesanato.

SHEILA

Eu nasci em Nova Iguaçu, na casa de saúde Nossa Senhora de Fátima.

SHEILA

A minha infância foi tranquila. Morei uma parte da minha vida em Queimados, depois eu mudei pra Nova Iguaçu. Eu nasci em Nova Iguaçu, fui morar em Queimados. Aí de Queimados eu voltei pra Nova Iguaçu pra poder morar no apartamento que o meu pai tinha comprado. E, de Nova Iguaçu, vim morar na Gávea com a minha mãe, que ela trabalhava na casa de família. Aí, eu ficava com ela. E eu estudei aqui no Colégio Luiz Delfino. Eu tinha 7 pra 8 anos. E, aos sábados, eu fazia curso de artes plásticas aqui na PUC.

SHEILA

Eu ia para a escola durante a semana, de segunda a sexta. E, aos sábados, eu fazia o curso de artes plásticas aqui na PUC, na parte da tarde, de duas às cinco.

NILZA ROGÉRIA

Na adolescência, Sheila voltou a morar em Queimados, com sua mãe.

SHEILA

Aí depois eu saí daqui da Gávea. Nós nos mudamos daqui da Gávea e voltamos a morar em Queimados novamente. E, em Queimados, eu passei a minha adolescência. Eu estudei no Colégio Dom Bosco lá em Queimados. Fiz curso, na época era curso de datilografia, fiz o curso da datilografia. Fazia também algumas coreografias no colégio para poder ensaiar para o 7 de setembro.

NILZA ROGÉRIA

Como sempre estive uma relação muito próxima com as artes, Sheila acabou se tornando costureira. Porém, quando a empresa na qual ela era funcionária fechou, ela precisou seguir outro rumo. Foi assim, que realizando cursos profissionalizantes, ela começou a se dedicar a sua comunidade, principalmente com um foco voltado para a saúde, nesse primeiro momento.

SHEILA

Eu fui uma costureira ou overloquista. Trabalhei por dez anos numa confecção, de 86 até 96, foram dez anos. De costureira, eu não sabia nada, não entendia nada, o que era ser líder comunitária. Fui fazer curso, né? na UERJ de liderança comunitária, de informática. E aprendi muito. Sair de uma área e entrar em outra, o qual não reconhecia, não sabia fazer nada, não tinha conhecimento de causa. Eu saí do meu trabalho, porque a empresa acabou, faliu, porque os patrões ficaram doentes, eram sócios, aí acabou a empresa, a confecção. Aí me joguei, né? Fiquei em casa sem ter o que fazer, e a ansiedade, né? A gente em casa não consegue, às vezes, já está acostumado

a trabalhar, não consegue ficar parada. Aí iniciei esse trabalho social, fazendo curso, me capacitando para poder entender o que era o trabalho social, para poder estar ajudando a comunidade.

NILZA ROGÉRIA

Já trabalhando no trabalho social, Sheila conheceu o CEDAPS, o Centro de Promoção à Saúde, que oferecia cursos relacionados à prevenção e à saúde sexual. Foi a partir da realização de um curso sobre HIV/AIDS e ISTs, no final da década de 1990, que Sheila fundou a AMAC, em 2001.

SHEILA

A Associação de Mulheres surgiu através de um trabalho que eu fazia em outra instituição, em 97, o qual era Collins, eu conheci o CEDAPS. Fiz um curso na área de... era DST-AIDS, agora é IST-AIDS no momento. E fizeram um projeto, o projeto foi aprovado pelo Ministério da Saúde, em Brasília. E ali eu iniciei um trabalho voltado nessa área. Em 2000, eu fundei o Comitê pela Ação da Cidadania, que é o Comitê Pedra Viva. E, em 2001, eu fundei a Associação de Mulheres e Amigos da Cachoeirinha, a AMAC.

NILZA ROGÉRIA

A AMAC atua em diversas frentes dentro da comunidade, como na área da saúde, educação e esporte. A Associação oferece cursos profissionalizantes, atividades culturais e ações de impacto para crianças, jovens e adolescentes do território.

SHEILA

Nós desenvolvemos um trabalho na área de artesanato, né? O qual foi feito trabalho em tacos, azulejos, moldura de quadros, feito sofá da PET, vassoura da PET também, trabalhos, dobraduras em jornais. Aí, após esse projeto, nós fizemos uma exposição dentro da comunidade para poder apresentar os produtos que eram confeccionados pelos moradores da comunidade. Tivemos um projeto também de corte de cabelo, de manicure, pedicure, um trabalho com as crianças de esporte, lazer também. Tivemos um trabalho também junto com o Governo Federal, junto à Secretaria de Segurança Pública, que foi pelo SENASP, foi o PAN e o PARAPAN, os guias cívicos, que os adolescentes ganhavam uma bolsa de 160 reais e faziam o curso na AMAC de Inglês, Espanhol, Cidadania e Turismo.

Teve uma das alunas que ganhou a viagem, a que mais se destacou ganhou uma viagem para poder estar indo a Recife acompanhar a tocha olímpica para poder estar vindo para o Rio de Janeiro.

SHEILA

Nós apresentamos esse curso profissionalizante de corte de cabelo, manicure, pedicure. Teve o projeto também, que eu mencionei ainda agora, que foi o projeto do artesanato, que não deixa de ser também capacitação profissional, confeccionar os produtos para poder estar vendendo em feiras, em feiras livres, feiras de exposições, ser convidado para poder estar divulgando o trabalho. E até mesmo os moradores também estarem se capacitando mais para poder melhorar o grau de conhecimento, a questão do empreendedorismo social, que está muito em alta hoje em dia, muitos fazem cursos, se capacitam para poder melhorar a sua renda, o seu ganho, até mesmo as questões da matéria-prima, que é feita dos produtos que são confeccionados para poder estar apresentando para outras pessoas.

NILZA ROGÉRIA

Para Sheila, após realizar o curso de ISTs e HIV/AIDS, a questão da saúde pública se tornou muito importante. Por isso, também integra o Conselho Distrital da Saúde, o que a torna uma ponte entre a população e a prefeitura.

SHEILA

Eu como conselheira distrital de saúde, fica mais prático, algumas abordagens eu passo para o Conselho Distrital de Saúde, o que acontece dentro da comunidade voltado para a questão da saúde, o qual nós estamos passando, né? Essa questão da gripe, por causa do tempo, do outono para o inverno, muitas pessoas com a virose, né? a questão da gripe, do resfriado, até mesmo da respiração, né? falta de ar, essas coisas todas, aí nós encaminhamos para a Clínica da Família. A questão também do preventivo encaminhamos para a Clínica da Família. Aparecem alguns homens também que querem fazer vasectomia, nós encaminhamos também para a Clínica da Família. As meninas que querem colocar DIU, a gente encaminhamos também para a Clínica da Família, para poder passar pelas palestras e ter informações voltadas nessa área.

Nós fazemos também palestras sobre tuberculose dentro da comunidade. Temos o Câmelo Educativo, no qual nós colocamos a banca em alguns pontos estratégicos, não só dentro da comunidade, também na rua, nas escolas de samba, que nós temos duas escolas de samba no Lins de Vasconcelos, no bairro, e nós desenvolvemos esse trabalho também voltado para a questão da saúde, para a população.

NILZA ROGÉRIA

Graças ao trabalho da Associação em relação à saúde, a AMAC tem parceria com diversas instituições.

SHEILA

As parcerias que nós temos no trabalho agora, temos o CEDAPS, que é o Centro de Informação da Saúde, a Ação da Cidadania, temos o Fórum Estadual de Tuberculose, e trabalhamos também, somos filiados ao Fórum ONG AIDS, entre outros a parceria aqui que nós fomos convidados, não deixa de ser uma parceria, né? E fazemos parte também do Conselho Distrital de Saúde, da área programática da AP 3.2, do Grande Méier, entre outros.

NILZA ROGÉRIA

Nos últimos 24 anos, a AMAC já gerou impactos muito positivos para a comunidade.

SHEILA

As pessoas se interessam pelos cursos. Eles pedem cursos, mas a gente faz uma... tipo assim uma busca prévia para poder saber quais cursos a comunidade precisa e necessita, pra poder estarmos levando os curso que a comunidade está solicitando. A gente não leva cursos assim aleatórios, nós levamos o curso que a comunidade tem necessidade no momento de estar aprendendo.

NILZA ROGÉRIA

Além disso, Sheila acaba criando uma relação próxima com as pessoas ao redor, e, portanto, podendo tomar atitudes para ajudar e até salvar seus vizinhos.

SHEILA

Um fato que me marcou foi a questão de violência doméstica, que nós tínhamos um atendimento também, né? Um psicólogo que atendia vinte famílias, um projeto que era toda semana, as famílias participavam da reunião de uma hora e meia, e cada família levava uma lata de leite para a sua casa e distribuía os preservativos. E uma das famílias levou o preservativo para casa, e o esposo perguntou o que ela estava fazendo com aquele preservativo dentro de casa, quando ela chegou em casa. Ela falou que tinha participado do projeto, mas ele não acreditou e falou que ela estava saindo com outra pessoa. Aí ela apanhou de martelo dentro de casa. Isso para mim foi uma violência assim fora do normal, fora do comum, na qual ela chegou na outra semana toda marcada. Eu perguntei o que tinha acontecido, o que tinha ocorrido. Ela mencionou, relatou, e eu fui conversar com ele, explicar a ele sobre o nosso trabalho que a gente desenvolvia na AMAC.

SHEILA

Ele falou que ela chegou com o preservativo em casa, ele estranhou, né? e pensou que ela estava saindo, estava traindo ele. Eu falei: “não, é um trabalho que nós desenvolvemos

aqui na comunidade, no qual nós distribuimos preservativos para os moradores e distribuimos preservativos também aqui para a família, no projeto do junto aos psicólogos.

NILZA ROGÉRIA

Pelo impacto social do seu trabalho, Sheila recebeu uma homenagem na Câmara dos Vereadores. Esse reconhecimento é também uma forma de atrair a atenção para novos parceiros para AMAC.

SHEILA

O reconhecimento é você, né? Ter força, gostar, amar daquilo que você faz pela população, ajudar as pessoas, ter o carinho, que teve pessoas com problema também de questão de AIDS. Eu ajudei muitas dessas pessoas dentro da comunidade que estavam sendo discriminadas, passando preconceitos dentro da comunidade. Eu ajudei, as pessoas viram, ajudei a levar para o médico, ajudei a levar para o advogado, para poder revisar os direitos, essas questões todas.

SHEILA

Ajudou, porque além de ser uma moradora... 35 anos que eu moro dentro da comunidade, dentro do morro, as pessoas me reconhecem como uma liderança local ali da comunidade, que eu não trabalho só na comunidade da Cachoeirinha, tem outras comunidades também que eu ajudo. Trabalho em parceria com outras comunidades, trocando serviços, produtos, essas coisas de ações sociais, projetos sociais, nós trabalhamos trocando também, fazendo a parceria nessa área.

NILZA ROGÉRIA

Durante a pandemia, a AMAC recebeu diversas doações, desde máscaras até alimentos, que a permitiram continuar ajudando a comunidade.

SHEILA

Eu me afastei um pouco na questão da pandemia, me afastei no período de uns dois meses, eu fiquei assim em outro local, na casa da minha prima, na Baixada Fluminense aí depois que passaram dois meses, por causa da diabetes, essas coisas, porque a Covid estava muito em alta, eu falei “vou ficar um tempinho aqui na casa da minha prima”. Aí fiquei uns dois meses, depois eu desci pra casa, aí desci pra Associação, comecei a trabalhar, pedindo apoio a um, pedindo apoio ao outro, solicitando algumas doações, cestas básicas. Aí nós ganhamos algumas cestas básicas da Ação da Cidadania, ganhamos sorvete também da União Comunitária, uma outra instituição que nós temos a parceria também, ganhamos 800 potes de sorvete pra poder distribuir na comunidade, ganhamos também do Viva Rio 50 tickets de alimentação pra poder

estar distribuindo na comunidade, ganhamos também do Viva Rio cestas básicas pra poder estar distribuindo na comunidade com a questão da Covid.

SHEILA

As pessoas ficaram assim... mais assim, dentro de casa, né? Eram poucas pessoas na rua, na circulação, dentro do morro, todo mundo com máscara. Nós ganhamos também doação de máscara pra poder estar distribuindo pra comunidade. E as pessoas saíam mais mesmo pra poder comprar alguma coisa na rua, voltar pra casa, não ficavam circulando dentro do morro, ficavam mais dentro de casa.

NILZA ROGÉRIA

Apesar disso, hoje a AMAC enfrenta dificuldades para seguir, uma vez que as doações cessaram após a pandemia.

SHEILA

Agora no momento nós estamos sem projeto, né? Buscando projetos sociais pra poder estar levando alguns serviços e benefícios, apoios e parcerias pra instituição, pra comunidade.

NILZA ROGÉRIA

Mesmo assim, Sheila continua lutando para que a AMAC resista, e possa continuar transformando a Cachoeirinha para melhor.

SHEILA

É trabalhar mesmo, né, com os projetos sociais e capacitação, trabalho e renda, cursos profissionalizantes, empoderamento da mulher, né? trabalho com as crianças.

Nós tivemos um projeto também com as crianças na área de esporte, lazer também, com as crianças e os adolescentes da comunidade. E tivemos um projeto também de ginástica, né? parceria com a Prefeitura do Rio, com a Secretaria de Esporte e Lazer da Prefeitura. O ano 2024 foi feita essa parceria.

NILZA ROGÉRIA

Sheila é uma mulher determinada, que luta diariamente para tornar a sua comunidade, e a vida dos outros, melhor.

Eu sou Nilza Rogéria.

Este foi mais um capítulo de “Mulher de favela”. Até a próxima.

O que acontece é que a gente, a princípio, acha que está muito bom, maravilhoso, casas maravilhosas, barraco, casa de alvenaria com os equipamentos dentro, banheiro e tal. Só que com o tempo a gente percebe a grande necessidade: que era o serviço público. Não tínhamos asfalto, não tínhamos transporte, não tínhamos escola para nossas crianças. Então, temos que lutar. A questão política tem que estar presente, mas nós também temos que estar com a mão na massa, constantemente. Acho que o desafio para nós, hoje, para um futuro melhor, é que a gente deve enfrentar os obstáculos, e não pensar que é difícil, pois não é difícil.

Dona Zica

